



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

PATRICK GALBA DE PAULA

**DUAS TESES SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM MARX**

RIO DE JANEIRO

Fevereiro / 2014

**PATRICK GALBA DE PAULA**

**DUAS TESES SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM MARX**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientador:  
Prof. Dr. Ronaldo Fiani.

FEVEREIRO / 2014

**FICHA CATALOGRÁFICA**

P324 Paula, Patrick Galba de.

Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento : considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx / Patrick Galba de Paula. -- 2014.

179 f. : il.; 31 cm.

Orientador: Ronaldo Fiani.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2014.

Bibliografia: f. 169-179.

1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 2. Marx, Karl. 3. Materialismo dialético.  
4. Valor-trabalho. I. Fiani, Ronaldo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 335.412

**PATRICK GALBA DE PAULA****DUAS TESES SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM MARX**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Ronaldo Fiani (orientador)

---

Prof. Dr. Marcelo Carcanholo (UFF)

---

Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto (UFRJ)

FEVEREIRO / 2014

## RESUMO

DE PAULA, P. G. (2014). Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: Considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED). Instituto de Economia (IE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: Fevereiro de 2014.

Este estudo busca analisar a noção de desenvolvimento presente na obra de Karl Marx partindo de duas das interpretações mais difundidas de sua abordagem do assunto. A primeira é a interpretação que atribui a Marx uma concepção histórico-filosófica do desenvolvimento e de caráter teleológico, onde as distintas formações sociais percorreriam os mesmos estágios, de forma linear e na qual a principal tendência do capitalismo seria o nivelamento dos patamares de desenvolvimento em todo o mundo. A segunda interpretação é a que aponta uma mudança radical do autor em um momento maduro de sua evolução. Após a comparação das proposições de ambas as interpretações com algumas análises concretas, com as teorias da história e da alienação, com os fundamentos da teoria do valor e com o método da crítica economia política construídos pelo autor, aponta-se as limitações de ambas as interpretações.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 2. Marx. 3. Materialismo dialético. 4. Valor-trabalho.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the concept of development in the work of Karl Marx focusing on two of the most widespread interpretations of his approaches to the subject. The first is the interpretation that Marx assigns a historical-philosophical concept of development of teleological character, where different social formations would evolve through the same stages linearly and in which the trend of capitalism would be leveling the development worldwide. The second interpretation is the one that points to a radical change of the author in a mature point in his evolution. After comparing the propositions of both interpretations with some concrete analysis, with the theories of history and alienation, the foundations of the theory of value and the method of the critique of political economy constructed by the author, limitations of both interpretations are pointed out.

Key-words: Development and Underdevelopment. Marx. Dialectical Materialism. Labor Theory of Value.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Ronaldo Fiani pelos ensinamentos, pela generosidade e postura democrática.

Agradeço a todos os professores, colegas, amigos e companheiros cujas conversas, ensinamentos e discussões foram fundamentais para a existência deste trabalho. Aos colegas de turma e professores do PPED e à professora Ana Célia Castro pelo acolhimento e pelo pluralismo. Aos professores: Bianca Bonente pelo apoio fundamental. Marcelo Carcanholo pelas aulas sem as quais este trabalho não existiria. Eduardo Costa Pinto pelas sugestões. Felipe Demier e Demian Melo pelo incentivo, pelas conversas e discussões.

Agradeço a todos os companheiros e camaradas que muito me ensinaram ao longo dos anos de militância. Às pessoas com quem convivi e que contribuíram para a minha formação humana. Às pessoas que não conheço, mas que com seu esforço e dedicação tornaram este trabalho possível.

Agradeço também, sobretudo, a todos da minha família e à família Meireles da Costa. À minha mãe Georgina, meus avós, minha companheira Anna e meus pequenos amigos Antonio e Heitor, pelo amor e pela paciência.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS “DUAS TESES” SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO – UMA REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
Introdução.....	13
1.1 - As primeiras formulações da interpretação difusionista: Marx como “filósofo da história”.....	15
1.2 - A tese de uma mudança de posição nos anos 1860-1870: Marx como o primeiro teórico do “subdesenvolvimento”.....	26
1.3 - A última formulação difusionista: Uma “nova unilinearidade da história” e a explicitação da noção de “homoficiência” do capital.....	35
1.4 – Sistematização e critérios para o exame das duas teses.....	47
<b>CAPÍTULO 2 – TEORIA DA HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO EM MARX.....</b>	<b>52</b>
2.1 – Teoria da história, filosofia da história e unilinearidade em Marx.....	52
2.1.1 – A concepção hegeliana da história.....	54
2.1.2 – A teoria da história de Marx.....	57
2.2 - A segunda formulação da unilinearidade – O capitalismo como único caminho para a incorporação da ciência ao processo de produção.....	66
2.2.1 - O revolucionamento das forças produtivas do trabalho no capitalismo: Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Alienação e objetivação.....	68
2.2.2 – A unilinearidade e a via russa para o socialismo.....	80
2.3 – Considerações finais.....	89
<b>CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E TEORIA DO CAPITAL.....</b>	<b>98</b>
Introdução.....	98
3.1 – Expansão capitalista: Progresso e subdesenvolvimento.....	100
3.2 – O método da economia política de Marx e o desenvolvimento.....	125
3.3 - Considerações finais.....	141
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE: A NOÇÃO MARXIANA DE DESENVOLVIMENTO E O MARXISMO DO MOVIMENTO COMUNISTA DO SÉCULO XX – NOTAS PRELIMINARES..</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>

## Introdução

A pesquisa apresentada neste trabalho tem como objetivo analisar duas das mais difundidas interpretações feitas da obra de Marx durante a segunda metade do século XX, surgidas no contexto do debate sobre as teorias da economia do desenvolvimento.

A primeira interpretação é a que afirma a existência em Marx de uma concepção histórico-filosófica do desenvolvimento das sociedades humanas. Nesta interpretação, Marx veria as distintas formações sociais como integrantes de uma mesma linha de desenvolvimento, se diferenciando umas das outras apenas do ponto de vista da posição que ocupam nesta linearidade. O capitalismo, por sua vez, seria o momento necessário da história humana onde forças produtivas colossais foram liberadas de modo a possibilitar uma etapa superior, fase inicial do comunismo, que por sua vez seria a realização final da história.

A segunda interpretação admite que o autor alemão tenha partido destas idéias em sua juventude, mas afirma que esta etapa inicial de sua evolução foi superada após uma ruptura radical com grande parte destas posições, ocorrida em algum momento após os anos 1850.

Henri Lefebvre, conhecido filósofo marxista francês, ao referir-se nos anos 1960 às diferentes interpretações sobre a obra de Marx, afirmou:

Não se pode esperar que cada época tenha o ‘seu’ Marx? Sem dúvida. Essas interpretações valem-se umas às outras? Equivalem-se? Traduzem um texto único? Diferem das traduções? Esse é o problema. É possível que cada época tenha o Marx que deseja, ou que merece. (LEFEBVRE, 1968, p. 79).

Mesmo antes de Lefebvre escrever estas linhas, já havia se tornado lugar comum referir-se a ‘vários Marx’, oscilando entre pólos bem distintos: Um Marx revolucionário e o mais progressista dos autores de seu século (e talvez de toda a história) que apresentou, em bases científicas, a possibilidade de construção de um mundo novo e do fim da exploração humana, o Marx do Capital, da teoria do valor, da mais-valia, o militante da internacional operária, enfim o Marx da libertação humana, reivindicado pelos movimentos sociais e de transformação. No outro pólo um Marx apoiador do colonialismo, da expansão do capitalismo, da submissão de povos inteiros e destruição de suas sociedades, do extermínio

dos “selvagens” e dos “povos sem história”, este seria o Marx justificador da opressão em nome do progresso, cujo nome seria invocado até hoje por defensores do *status quo* e da expansão das relações vigentes sob o capitalismo, ainda que também sob a bandeira do progresso e como pré-condição do socialismo, aspecto irrealizável ou talvez não, mas apenas em um futuro distante. Obviamente estamos diante de uma grande contradição.

Um aspecto essencial desta contradição foi observado por autores como Immanuel Wallerstein e Ruy Mauro Marini, aspecto ao qual estes autores deram, entretanto, respostas opostas. Wallerstein, ao tratar em 1985 da relação entre “Marx e o subdesenvolvimento”, afirmaria:

Karl Marx in his life work was caught up in the basic epistemological tension of any and all attempts to analyze large-scale, long-term processes of social change: simultaneously to describe the characteristics and the principles of a ‘system’ in its unique process of development.

This tension between a theory that is necessarily abstract and a history that is necessarily concrete cannot by definition be eliminated. Just like most other thinkers facing and aware of this tension in their intellectual activity, Marx resorted to the tactic of alternating emphases in his writings. It is easy therefore to distort his interest, by pointing to only one end of this pendulum and presenting it as the “true Marx” in ways he would have rejected, and frequently did.

Because, however, this tension is ineradicable, it follows by definition that no thinker, however insightful, can ever state things in such a way that they are correct 100 years later. The very evolution of the 100 years creates additional empirical reality which means that the previous theoretical abstractions must be modified. And so it will go forever. Marx would have written the Communist Manifesto differently in 1948 than in 1848, and Capital differently in 1959 than in 1859. We must do the same (WALLERSTEIN, 1985, p. 379).

Wallerstein refere-se a uma “tensão epistemológica” entre teoria e análise, entre “abstração” e concretude, que em sua opinião se expressaria nas distintas ênfases dadas por Marx em distintos momentos de sua obra. Uma das conclusões que Wallerstein tira da existência desta suposta tensão é a necessidade de colocar em segundo plano a teoria de Marx, retirando dele apenas os *insights* que possam ter significação contemporânea (WALLERSTEIN, 1985, p. 379).

Este mesmo tipo de “tensão”, ou de forma mais clara, de dissociação entre o método e a teoria marxista, por um lado, e as análises concretas do desenvolvimento por outro, foi apontada por Marini (1973a) como uma dos principais fontes de erros do marxismo latino-

americano. Marini afirma, referindo-se aos estudos de inspiração marxista sobre a América Latina, que estes geralmente incorriam em um dos seguintes tipos de erros: Ou substituíam o fato concreto pelo conceito abstrato ou adulteravam os conceitos em nome de uma realidade que não se encaixa para aceitá-los em sua formulação pura (MARINI, 1973a, pp. 137-138).

Para Marini, no caso da substituição do fato concreto pelos conceitos, o dos estudos chamados de “ortodoxos” (caracterizados por Marini como ‘dogmáticos’), a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização incapaz de reconstruir os mesmos processos no âmbito da exposição, de modo a romper a relação entre o concreto e o abstrato para dar lugar a descrições empíricas que aparecem ao lado do discurso teórico, dissociadas dele. Já no segundo tipo de erro, Marini aponta que frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela recorre-se a outros enfoques metodológicos e teóricos, levando a um ecletismo e a uma falta de rigor conceitual e metodológico que empobrece e nega o marxismo, subordinando-o a outras concepções teóricas (MARINI, 1973a, p. 138).

A grande diferença, portanto, entre a forma que Marini e Wallerstein vêem a dissociação entre teoria e análise (que acaba sendo também entre teoria e política) no marxismo tem a ver com as leituras que estes autores fazem da obra de Marx. Wallerstein aceita esta dissociação como uma característica da produção de Marx, propondo-se ele mesmo a solucioná-la, com discutível sucesso neste intento. Marini percebe na recuperação e no desenvolvimento da teoria marxiana a possibilidade de superação desta dicotomia.

Buscar-se-á mostrar nos próximos capítulos que é justamente este tipo de dissociação que permitiu, do ponto de vista estritamente epistemológico, a existência de interpretações tão distintas. Mas, além disso, existiram também, é claro, outros fatores.

Por fim, ressalte-se que não se trata aqui apenas de uma discussão exegética, de caráter histórico. Em julho de 2005 pesquisa realizada entre mais de 30 mil ouvintes pela rádio 4 da BBC de Londres elegeu Karl Marx, com ampla vantagem, o maior filósofo de todos os

tempos (EFE, 2005). Três anos depois, com o aprofundamento da crise econômica internacional, o nome e as teorias de Marx voltariam com força às discussões sobre os destinos do capitalismo, principalmente em função das dificuldades para explicar a crise das teorias mais difundidas no pensamento social “ocidental” que, em grande medida, havia proclamado o seu próprio “fim da história”.

Comentando o resultado da pesquisa de 2005 o famoso historiador marxista Eric Hobsbawm relacionou a crescente popularidade de Marx com o fato de que, com a queda do muro de Berlim, “o autor de O Manifesto Comunista tenha sido libertado da deformação de seu pensamento nos antigos países do chamado socialismo real” (EFE, 2005).

A pesquisa apresentada neste trabalho também é produto dos mesmos processos históricos fundamentais que se expressaram na pesquisa de 2005 e na retomada do interesse por Marx após 2008.

No primeiro capítulo será realizada uma revisão da literatura que compõe as duas teses sobre as noções de desenvolvimento presentes na obra de Marx. O objetivo será estabelecer uma sistematização da literatura e os parâmetros gerais para a comparação das principais afirmativas contidas nestas teses interpretativas com algumas das principais obras do autor.

No segundo capítulo será feita a primeira parte da comparação, tendo em vista um nível de abstração mais alto, correspondente ao que seria a noção de desenvolvimento presente numa “teoria da história” de Marx, ou seja, ao desenvolvimento das sociedades humanas em geral.

No terceiro capítulo continuar-se-á com a comparação num segundo nível de abstração, o de uma teoria do capital ou do *desenvolvimento capitalista*.

Ao final serão apresentadas as conclusões gerais do estudo e um apêndice com algumas questões que representam possibilidades de desdobramentos da pesquisa realizada.

# Capítulo 1 – As “duas teses” sobre Marx e o desenvolvimento – Uma revisão da literatura

## Introdução

As teorias econômicas do desenvolvimento surgidas a partir do período posterior à segunda guerra mundial em geral caracterizam-se por compartilhar uma identificação praticamente imediata entre as noções de “desenvolvimento” e “desenvolvimento capitalista”<sup>1</sup>. Estas teorias em geral apresentam como decorrência a propositura de formulações que possibilitem os países subdesenvolvidos, atrasados etc., buscarem sua “modernização”<sup>2</sup>, ou aproximarem-se (*catch up*) dos níveis de desenvolvimento (capitalista) dos países industriais, ou países desenvolvidos.

Estas teorias, no contexto do debate acadêmico<sup>3</sup>, foram desafiadas de forma direta pela primeira vez com a publicação do livro *Economia Política do Desenvolvimento* (BARAN, 1977), publicado no ano de 1957. Neste trabalho, que inaugura uma abordagem que ficaria conhecida como *neomarxista*<sup>4</sup>. Baran oferece uma análise do “subdesenvolvimento” baseada em sua própria elaboração sobre o excedente econômico que, ao contrário de Marx, não era decorrente da teoria do valor-trabalho<sup>5</sup>. O argumento fundamental de Baran era que nos países subdesenvolvidos o desenvolvimento capitalista está limitado aos setores cuja produção está direcionada para as economias industrializadas ou para a elite local, enquanto nos setores que produzem para o consumo interno ocorre estagnação<sup>6</sup>. O

<sup>1</sup> Esta afirmativa foi detalhadamente testada em recente trabalho de Bonente (2011, capítulos 4-7).

<sup>2</sup> Talvez a versão mais conhecida destas teorias seja a das etapas do desenvolvimento econômico apresentada por W.W. Rostow como um “manifesto não-comunista” (ROSTOW, 1974).

<sup>3</sup> Este estudo se concentra no debate acadêmico em torno às interpretações do tratamento dado por Marx à questão do desenvolvimento. Para uma discussão preliminar sobre o debate entre os principais expoentes do movimento comunista ver apêndice ao final.

<sup>4</sup> É comum na literatura da economia do desenvolvimento a referência à posição crítica de Baran, Frank, Wallerstein como um “neomarxismo”, em oposição ao marxismo “clássico” que supostamente, além da visão unilinear, atribuiria ao capital uma tendência de equalização dos níveis de desenvolvimento. Sobre isto cf. Dos Santos (2000b).

<sup>5</sup> A definição de excedente em Baran pode ser resumida como “a diferença entre a produção corrente real da sociedade e seu consumo corrente real” (BARAN, 1977, cap. 2).

<sup>6</sup> Ressalte-se que tampouco autores como Baran lograram oferecer uma noção de desenvolvimento alternativa à da teoria econômica, como se pode ver em sua principal obra: “Definamos crescimento (ou desenvolvimento) econômico como o aumento, ao longo do tempo, da produção per capita de bens materiais”

excedente produzido pelos setores exportadores não seria investido na economia local para desenvolver sua indústria. Assim, seria justamente o desenvolvimento capitalista em função das necessidades colocadas no mercado mundial pelos países industrializados que impediria o desenvolvimento dos países “periféricos”<sup>7</sup>.

Um “discípulo” de Baran, o alemão André Gunder Frank, criou a expressão “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (*development of underdevelopment*) para referir-se aos efeitos da inserção das antigas colônias na economia mundial capitalista. Frank (1969) generalizou as idéias de Baran utilizando um esquema teórico onde as economias centrais (metropolitanas) absorviam o excedente das economias periféricas (ou satélites) impondo um desenvolvimento capitalista orientado para as suas importações. Para Frank o “capitalismo nacional e a burguesia nacional não podem oferecer uma alternativa para superar o subdesenvolvimento” (FRANK, 1969, p. xv). Assim, segundo ele:

Se a estrutura e o desenvolvimento do sistema mundial capitalista há muito incorporou e subdesenvolveu mesmo o mais distante entreposto da sociedade “tradicional” e não deixa mais qualquer espaço para um desenvolvimento nacional clássico ou para um moderno capitalismo de estado de forma independente do imperialismo, então a estrutura contemporânea do capitalismo também não possibilita o surgimento de uma burguesia nacional autônoma para liderar (ou mesmo tomar parte) num movimento de libertação nacional progressivo o suficiente para destruir a estrutura capitalista do subdesenvolvimento (FRANK, 1969, p. xvi).

O pensamento de Frank deu origem ao que, durante as décadas de 1960 e 1970, ficaria conhecido como a vertente marxista da Teoria da Dependência<sup>8</sup>.

Principalmente como repercussão e em resposta aos trabalhos de Baran, e depois de Frank e dos dependentistas<sup>9</sup> a partir da década de 1960 surgem diversos estudos que buscam extrair uma posição sobre o desenvolvimento da obra de Marx. Em geral, os autores que

---

(BARAN, 1977, p. 47).

<sup>7</sup> Para superar a condição subdesenvolvida, Baran propunha um programa de alocação racional do excedente baseado na mobilização do “excedente potencial” por meio de uma expropriação dos capitalistas e latifundiários estrangeiros e nacionais (que também permitiria a eliminação do escoamento da renda provocado pelo consumo excessivo e transferência de capital para o exterior), na realocação do trabalho improdutivo e no desenvolvimento planejado da agricultura nacional em relação à indústria nacional, com base na nova mobilização do excedente (BARAN, 1977, capítulo 8).

<sup>8</sup> A tendência marxista da teoria da dependência é representada principalmente pelos trabalhos de Marini (1973a) e Dos Santos (1970). Para uma análise mais geral da teoria da dependência ver Dos Santos (2000b).

<sup>9</sup> Mas também em resposta às posições de algumas comissões econômicas regionais da ONU, como a CEPAL.

participaram do debate sobre a noção *marxiana* de desenvolvimento buscavam demonstrar que, ao contrário dos neomarxistas, Marx tinha uma posição sobre o tema segundo a qual os patamares de desenvolvimento capitalista tendiam a se nivelar pelo mundo. Esta corrente principal destes estudos ficaria conhecida como portadora da interpretação “ortodoxa” de Marx. Neste estudo nos referiremos a esta interpretação como *difusionista*, por ter a característica fundamental de atribuir ao autor a *previsão de uma tendência de difusão do capitalismo pelo mundo, ou das relações de produção capitalistas, como sendo algo equivalente a uma difusão do “desenvolvimento”*.

### **1.1 - As primeiras formulações da interpretação difusionista: Marx como “filósofo da história”**

A primeira interpretação da abordagem de Marx sobre o desenvolvimento que será vista é a empreendida por esta tese difusionista. Esta interpretação teve grande ressonância ao longo da segunda metade do século XX, uma ressonância de tal ordem que mesmo críticos deste tipo de visão e, em alguns casos, mesmo autores com simpatias por visões relacionadas à teoria da dependência ou as teorias da troca desigual, cederiam a ela em suas obras, aceitando, ainda que com diferentes graus de contradições, a interpretação que identificava estas teses difusionistas na obra de Marx. Os exemplos disso vem desde o próprio Baran<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> “Quaisquer que tenham sido sua velocidade e os seus ziguezagueantes caminhos, a direção geral do movimento histórico parece ter sido a mesma, tanto nos escalões atrasados como nos vanguardeiros” (BARAN, 1977, p. 210). É muito importante ressaltar, entretanto, que embora nesta citação da sua *Economia Política do Desenvolvimento*, publicada inicialmente em 1957, Baran aderisse de forma clara à interpretação que chamamos de difusionista da obra de Marx, e embora esta passagem tenha sido exaustivamente utilizada para ressaltar a opinião de Baran sobre o tema, em obra posterior, mais precisamente no clássico *Capitalismo monopolista*, escrito em parceria com Paul Sweezy (publicado em 1966), pode-se ver a seguinte passagem:

Em retrospecto, não podemos deixar de lamentar que Marx não tenha ressaltado, de forma enfática, desde o início, que o capitalismo desenvolvido da Grã-Bretanha (e de um punhado de outros países da Europa e América do Norte) tinha, como contrapartida, a exploração e conseqüente subdesenvolvimento de grande parte do resto do mundo. Ele tinha plena consciência dessa relação [...]. Além disso, o tratamento dado por Marx à acumulação primitiva ressaltou o papel crucial desempenhado pelo saque às colônias no aparecimento do capitalismo avançado na Europa. Podemos ver agora, porém, que a omissão de Marx, não ampliando seu modelo teórico para incluir tanto os segmentos desenvolvidos do mundo capitalista como os subdesenvolvidos – uma omissão que ele poderia ter reparado, se tivesse tido tempo bastante para concluir seu trabalho – teve o efeito infeliz de focalizar a atenção, demasiado exclusivamente, sobre os países capitalistas desenvolvidos. Somente nos últimos anos a importância decisiva da inter-relação dialética do desenvolvimento e subdesenvolvimento começou a ser plenamente apreciada” (BARAN e SWEETZY, 1978, p. 16).

até Dos Santos<sup>11</sup>, passando por Sutcliffe<sup>12</sup>, Amin<sup>13</sup>, Brown<sup>14</sup>, Williams<sup>15</sup>, Wallerstein<sup>16</sup>, Mclellan<sup>17</sup>, e Fiori<sup>18</sup>. A aceitação por parte dos críticos da tese difusionista de sua atribuição a Marx foi tal que levou R. Chilcolte a afirmar que um dos principais problemas dos marxistas de sua época que estudavam o desenvolvimento seria sua “indisposição de buscar suas descobertas no pensamento de Marx, ou talvez sua desatenção com os escritos do século XIX” (CHILCOLTE, 1983, p. 105). O sucesso da atribuição desta tese a Marx levou a que ela se tornasse expressão de um marxismo supostamente “ortodoxo”. De todo modo, é possível que os críticos “não-ortodoxos” tenham contribuído de forma importante para este resultado.

Avineri (1968) parece ter sido o primeiro a apontar que para Marx, embora o capitalismo tivesse trazido mazelas sociais que mereceriam duras críticas, este sistema seria, ainda assim, um passo necessário e universalmente progressivo, dado que apenas o capitalismo poderia criar a infraestrutura econômica e tecnológica que possibilitaria o desenvolvimento.

---

<sup>11</sup> “Para Marx a modernidade se identificava com a revolução democrático-burguesa. Tratava-se de uma visão classista e histórica de um modelo cujas pretensões universais derivavam de sua origem de classe, isto é, a ideologia burguesa. [...]. Mas para Marx, essa formação social representava apenas um estágio do desenvolvimento global da humanidade. Ao confrontar-se com a especificidade da formação social russa, Marx teve simpatias pela tese populista de que a Rússia teria um caminho próprio – via comunidades rurais – o Mir russo – Contudo, nem ele nem Engels puderam elaborar em detalhe esta idéia geral” (DOS SANTOS, 2000, pp. 18-19).

<sup>12</sup> “[...] it is quite clear that for most of the time Marx believed that capitalism would industrialize the world” (SUTCLIFFE, 1972, p. 181).

<sup>13</sup> “[...] these distinctive problems of transition to peripheral capitalism largely escaped Marx's notice, and this accounts for his mistaken notion about the future development of the ‘colonial problem’. [...] colonial rule would lead the East in the direction of full capitalist development” (AMIN, 1974, pp. 147-148).

<sup>14</sup> “[...] it is clear that he supposed that: [...] The general direction of the historical movement seems to be the same for the backward as for the forward contingents” (BROWN, 1974, p. 70).

<sup>15</sup> “Within the classic Marxist tradition, capitalism was necessary to establish the material, social and cultural conditions required for the establishment of socialism” (WILLIAMS, 1978, p. 930).

<sup>16</sup> “‘Marx and underdevelopment’ is a curious theme in many ways, since Marx did not really know the concept of underdevelopment. It is a concept alien to his work as he usually expounded it. It is a concept which in many ways challenges Marx's ideas every bit as much as it challenges traditional bourgeois liberalism. For we must never forget that liberalism and Marxism are joint heirs to Enlightenment thought and its deep faith in inevitable progress” (WALLERSTEIN, 1985, pp. 379).

<sup>17</sup> They share [as teorias do subdesenvolvimento – PGP] the rejection of the classical marxist approach [...]. His [Marx – PGP] comments on the progressive nature of Britain's role in India are in the same vein: Only on his remarks on Ireland's having been stunted in it's development by the English does he come close to the idea that colonial capitalism might result different from those obtained in western Europe” (MCLELLAN, 1998, pp. 275-277).

<sup>18</sup> “[...] mas, a não ser estas referências raras e localizadas, tem razão Paul Baran quando afirma que a linha central do argumento de Marx aponta para o reconhecimento de que ‘a direção geral do movimento histórico parece ter sido a mesma tanto para os estratos inferiores quanto para os contingentes mais avançados’” (FIORI, 2000, pp. 15-19).

Além disso, Avineri também aponta para a tendência de longo prazo de acumulação de capital na periferia (AVINERI, 1968, p. 3) e, conseqüentemente, para a equalização internacional das taxas de lucro<sup>19</sup>, vendo isto como algo equivalente ao nivelamento dos patamares de desenvolvimento. Os trabalhos de Avineri tornar-se-iam por muitos anos a referência básica de diversos autores<sup>20</sup> que tomaram a tese difusionista, como a posição de Marx sobre o desenvolvimento.

Seguindo Avineri, surgiram trabalhos como os de Warren (1973), Kiernan (1974), Bernstein (1979), e Mandle (1980) que também identificavam em Marx visões que implicavam tendências de equalização dos níveis de desenvolvimento a partir da integração no sistema capitalista, e mesmo (como no caso de Warren), buscavam desenvolver este tipo de tese através de análises empíricas. A visão constante nestes trabalhos seria desenvolvida posteriormente, com maior busca de teorização, por autores como Brenner (1977), Palma (1978), Vujacic (1988) e Brewer (1990)<sup>21</sup>, na tentativa de aprofundamento da utilização de Marx na polêmica com os setores ligados à teoria da dependência e da análise de sistemas-mundo, e aos teóricos do “subdesenvolvimento”.

Warren (1973) afirma que os (neo)marxistas que defendiam que a expansão do capitalismo nos países atrasados (ou subdesenvolvidos) levava ao estabelecimento de entraves ao desenvolvimento caminhavam em direção oposta aquela apontada por Marx. No artigo *Imperialism and capitalist industrialization*, de 1973, Warren busca apoio em pesquisas empíricas para afirmar que, embora lentamente, o processo geral era de industrialização e de desenvolvimento de boa parte destes países<sup>22</sup>, e afirma estar com isto retomando a

---

<sup>19</sup> Avineri vai um pouco além, afirmando que, para Marx, “a dialética do desenvolvimento histórico não era operativa na Ásia”, e que as análises de Marx sobre a sociedade asiática colocavam grandes dificuldades para a sua “filosofia da história”, gerando um “paradoxo” (1968, pp. 11-12). Por fim ele chega a ver em Marx uma teoria em que o colonialismo seria a única forma da sociedade asiática superar a sua estagnação e atraso (1968, p. 12). Ghosh (1984) submete estas teses de Avineri a uma dura crítica, demonstrando a dificuldade de fundamentar esta interpretação nos escritos de Marx, mesmo nos textos de 1853 (GHOSH, 1984, p. 44).

<sup>20</sup> Por exemplo: Brenner (1977), Roxborough (1979), Bowles (1989), McLellan (1998) etc.

<sup>21</sup> Os trabalhos destes últimos quatro autores serão examinados mais adiante.

<sup>22</sup> Curiosamente, o país que Warren (1973) afirma ser a principal prova de sua tese é o Brasil, o que se explica pelo fato de que o país, a época da publicação de sua obra, recentemente vivera seu “milagre econômico”. Milagre este que estaria prestes a terminar, de forma melancólica, com duas “décadas perdidas”. Este trabalho de Warren seria criticado por McMichael *et al* (1974).

concepção de desenvolvimento de Marx. Outro trabalho de Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (WARREN, 1980), se tornaria uma das maiores referências desta visão<sup>23</sup>.

Kiernan (1974) centra seu estudo nos textos sobre a Índia, o que talvez não lhe tenha permitido conhecer a evolução de Marx em outros trabalhos. Suas conclusões, que apontam no sentido da atribuição a Marx de uma visão do tipo “difusionista” são principalmente fundamentadas na atribuição de uma filosofia da história a Marx, que apareceria de forma clara em seus artigos sobre a Índia: “His philosophy of history, never completed or halfcompleted, was taking shape as he pored over his newspapers” (KIERNAN, 1974, pp. 213-214). Nesta concepção histórico-filosófica o desenvolvimento passaria por uma série de etapas determinadas, de forma mais ou menos teleológica<sup>24</sup>. Kiernan afirma também que “o que Marx tinha em mente não era a expansão de um imperialismo ocidental, mas a proliferação de capitalismos autônomos, como o que ele esperava na Índia, e havia testemunhado na América do Norte” (KIERNAN, 1974, p. 198).

No mesmo sentido vai o estudo de Mandle (1980). Para ele de Marx a Lênin, incluindo aí os marxistas contemporâneos deles, as abordagens marxistas do desenvolvimento e dos países “pobres” foram marcadas pela noção de que o capitalismo mantém seu “potencial de desenvolvimento econômico”, e que a “dificuldade central está nas características sistêmicas do desenvolvimento capitalista dependente e os problemas que eles criam num esforço para criar uma comunidade humana” (MANDLE, 1980, p. 865), ou seja, o problema estaria nas características dos países subdesenvolvidos. Afirma também que apenas próximo da década de 1930<sup>25</sup>, teria surgido, no interior do marxismo, um questionamento a esta tese.

---

<sup>23</sup> Uma resposta relevante a este trabalho foi dada por Lipietz (1982).

<sup>24</sup> Ressalte-se, entretanto, que em obra posterior Kiernan faria uma análise crítica da noção de unilinearidade do desenvolvimento na obra de Marx, onde afirmaria que “O próprio Marx havia repudiado, com certo vigor, qualquer crença numa série fixa de fases históricas que pudesse se ter reproduzido em toda parte” (KIERNAN, 1988, p. 137).

<sup>25</sup> Mandle (1980) refere-se à afirmativa de Brown (1974) segundo a qual “uma data pode ser dada para o questionamento, por marxistas, desta tese. Em setembro de 1928 o sexto congresso da internacional comunista Kuusinen introduziu as ‘teses sobre o movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais’”, onde defendia a “noção de que o capitalismo, ao invés de desenvolver todas as áreas que alcança, poderia na verdade, ‘subdesenvolvê-las’” (BROWN, 1974, p. 71).

H. Bernstein (1979), por sua vez, apropriando-se de uma interpretação *althusseriana*<sup>26</sup> do *materialismo histórico*, afirma a existência de “incompatibilidade e antagonismo” entre as posições de Marx e as teorias do subdesenvolvimento, sendo as tentativas de construção de teorias do subdesenvolvimento a partir do marxismo caracterizadas como “ideológicas”, podendo “apenas resultar na subversão do marxismo, em benefício da ordem burguesa” (BERNSTEIN, 1979, p. 97).

Este primeiro grupo de autores basearia sua interpretação da obra de Marx fundamentalmente na série de artigos sobre a dominação britânica na Índia, escritos por Marx no ano de 1853 (MARX, 1961a; 1953a; 1961b) extraíndo deles uma concepção histórico-filosófica onde o capital britânico, ainda que contra a sua vontade, seria levado pelas forças da história a promover o desenvolvimento da Índia. Marx fala em uma “dupla missão” do capital britânico na Índia, uma sendo a de destruição da velha sociedade, e a outra de desenvolvimento da nova, capitalista. Segundo esta leitura, isto se daria uma vez que o avanço das relações características do modo de produção capitalista, ainda que impostas de fora pelo capital britânico, levaria a duas conseqüências fundamentais: a) à destruição das formas comunais de propriedade, ao estabelecimento da propriedade privada no campo e à formação de uma classe proletária separada dos seus meios de produção; e b) a partir do estabelecimento de ferrovias para escoar matérias-primas, um inevitável processo de industrialização. A combinação destes dois aspectos resultaria, inevitavelmente, num processo de desenvolvimento. Desta análise de Marx seria possível extrair uma teoria geral onde o avanço do capital corresponde ao desenvolvimento, e a tendência seria a sua expansão pelo mundo.

Conforme apontado por Bianchi (2010, p. 178), esta teoria geral estaria também inserida num contexto mais amplo de uma filosofia da história, de cunho *hegeliano*, onde a humanidade, independente de sua vontade, realizaria um fim que já estaria em certo sentido pré-determinado (teleologia). O esquema unilinear dos modos de produção existentes nas diversas formações sociais, embora apresente variações nas distintas versões, tem sua

---

<sup>26</sup> Outros trabalhos de inspiração estruturalista adotaram esta interpretação sobre a visão de Marx sobre o desenvolvimento, como os de Rey (1973) e outros que o seguiram, e que já foram agrupados na chamada abordagem da “articulação de modos de produção” (RUCCIO e SIMON, 1986). Estes trabalhos serão vistos mais adiante.

apresentação “clássica” com cinco etapas: sociedade primitiva → escravismo → feudalismo → capitalismo → socialismo (e comunismo).

Assim, em linhas gerais, o que parece permitir que Avineri, Kiernan, Warren, Mandel e Bernstein sejam considerados um mesmo grupo é o fato de que a partir de sua interpretação da obra de Marx o subdesenvolvimento só poderia ser considerado um atraso provisório, existente apenas durante o curto período necessário para que as tendências equalizadoras do capital operassem<sup>27</sup>.

No final dos anos 1970 surge o que se poderia caracterizar como um segundo grupo, ou uma segunda geração desta interpretação. Neste período, tinha continuidade em larga medida o debate entre os teóricos da dependência e da análise dos sistemas-mundo por um lado, e os marxistas considerados “ortodoxos”, que seriam aqueles que mantinham maiores níveis de fidelidade à noção “marxista” de desenvolvimento de acordo com esta interpretação difusionista, de outro.

Neste momento o debate caminhava para o que poderia parecer uma primeira tentativa de síntese com os trabalhos de Brenner (1977) e Palma (1978), que em vários de seus aspectos centrais seria seguido e desenvolvido posteriormente por Larrain (1990 e 1999)<sup>28</sup>. Esta síntese consistiria basicamente no seguinte: Reconhecia-se a existência objetiva da “dependência” ou do “subdesenvolvimento”, mas afirmava-se que esta condição era específica de cada país e não decorria de nenhuma lei geral aplicável a todos os países subdesenvolvidos advinda das leis de movimento do capital. Esta condição não impediria de forma completa o desenvolvimento, embora pudesse dificultá-lo. Palma (1978) fala não

---

<sup>27</sup> Larrain (1990), por exemplo, agruparia vários destes autores como os primeiros “críticos marxistas” das teorias do subdesenvolvimento (LARRAIN, 1990, p. 211).

<sup>28</sup> Para ser justo é necessário, no entanto, observar a particular evolução dos trabalhos de Larrain. Em seu primeiro trabalho ele propõe uma reconstrução da teoria marxista do desenvolvimento e, embora tivesse semelhanças com Palma, tinha o mérito de propor certa retomada do instrumental teórico de Marx para o estudo das especificidades do subdesenvolvimento, em particular do papel da luta de classes e do Estado (LARRAIN, 1990, cap. 6). Já no segundo (LARRAIN, 1999), Larrain retrocede para uma posição próxima da interpretação difusionista ao afirmar que as diferenças existentes entre as análises de Marx dos artigos de 1853 e dos textos sobre a Irlanda se deveriam essencialmente à tentativa de Marx de influenciar a luta de classes na Inglaterra e a revolução proletária naquele país. Assim no seu último trabalho, Larrain de certa forma descarta a existência de uma importância própria destas análises, em termos de economia política, e assim se aproxima ainda mais da interpretação difusionista de Palma (1978).

em teoria da dependência (ou do subdesenvolvimento), mas em análise concreta das situações de dependência. Para isto, tanto Palma quanto Larrain incorporam as elaborações de uma vertente da teoria da dependência defensora de um desenvolvimento associado (CARDOSO, 1973). Neste grupo estariam as elaborações de autores como Cardoso (1973), Cardoso e Faletto (1977) e Hinkelammert (1972).

Hinkelammert (1972) está entre os que afirmam que Marx não concebeu uma diferença qualitativa entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento e, conseqüentemente, tendia a identificar subdesenvolvimento com atraso, o que teria como pressuposto um sistema capitalista mundial onde só podem existir diferenças quantitativas que são devidas ao fato de que as nações se encontram em diferentes fases de um mesmo processo de desenvolvimento.

Já Cardoso (1973) e Cardoso e Faletto (1977) argumentavam que embora houvesse a chamada “dependência”, a expansão do capitalismo nos países dependentes e os investimentos industriais externos teriam como característica a transição do eixo da exploração do trabalho, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, assim como nos países capitalistas industriais<sup>29</sup>. Logo, seria possível o processo de desenvolvimento mesmo com a dependência (por isso “desenvolvimento associado”), e esta não seria produto de “leis do capitalismo dependente”, mas apenas das condições concretas da economia dos países subdesenvolvidos.

Palma (1978) afirma que a tendência mais interessante da teoria da dependência seria esta que se recusa a uma “formalização” teórica do subdesenvolvimento e prefere analisar situações concretas de dependência (PALMA, 1978, p. 882). Afirma também que o debate no contexto da teoria latino-americana, que teria sido dominado pela controvérsia envolvendo dependentistas e cepalinos, representaria ecos de debates anteriores dentro da tradição da apreciação marxista da condição dos países atrasados ou subdesenvolvidos, e que as partes envolvidas neste debate, contra ou a favor o conceito de dependência, não

---

<sup>29</sup> Esta formulação de Cardoso foi objeto de importante polêmica com os trabalhos de Ruy Mauro Marini (1973a e 1973b), replicada em Cardoso e Serra (1978). Sobre este debate, ver Prado (2011). Veremos que a posição de Cardoso neste debate seria oposta à análise feita por Marx do caso irlandês.

teriam levando em consideração com o devido peso estas formulações de Marx e dos marxistas<sup>30</sup> (PALMA, 1978, pp. 881-883).

As formulações de Marx em questão seriam, em suma, aquelas constantes na interpretação difusionista. Palma, no entanto, ao contrário dos difusionistas que o precederam, reconhece a existência de “contradições” no pensamento de Marx, mas afirma que estas não passariam de contradições específicas, e que o sentido geral de Marx seria a visão do capitalismo progressivo, que através do comércio e do colonialismo revoluciona as relações sociais nos países atrasados e promove o desenvolvimento (PALMA, 1978, pp. 886-887). Palma também afirma que, em *O Capital*, Marx não teria estudado como o capitalismo opera nos países atrasados. As referências para o seu estudo seriam então o manifesto comunista de 1848, o prefácio da contribuição à crítica da economia política, de 1859, a correspondência sobre a Rússia pós 1860 e os artigos de 1853. Palma retoma então a interpretação de que a análise de Marx se basearia numa dialética onde por um lado o desenvolvimento capitalista da periferia através do comércio e do colonialismo do centro seria brutal e condenável, mas por outro esta brutalidade seria necessária para que o desenvolvimento efetivamente ocorresse (PALMA, 1978, pp. 886-887).

Além disso, Palma afirma que existiriam dois níveis na análise marxista do desenvolvimento. No primeiro nível, Marx consideraria a necessidade do capitalismo, das relações sociais capitalistas para o desenvolvimento das forças produtivas, no segundo as reais possibilidades deste desenvolvimento ocorrer, dadas as condições do país em questão. Para Palma, Marx se dedicou mais ao primeiro nível, considerando o capitalismo necessário para o desenvolvimento e tomando o segundo, das reais possibilidades, como algo dado (PALMA, 1978, p. 887). Esta interpretação termina por igualar, na prática, o desenvolvimento com a existência e avanço das relações de produção capitalistas.

---

<sup>30</sup> Palma, ao dizer isto, está provavelmente se referindo à discussão de Lênin com os remanescentes da corrente *narodnik*, que recusavam a possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia. Outros autores que comungavam desta interpretação difusionista de Marx (DORE, 1988; TAYLOR, 1988), utilizaram esta discussão para afirmar que o “neomarxismo” de Baran, Frank e Dos Santos, assim como as posições de Emmanuel e Amin, seriam uma espécie de repetição dos argumentos dos *narodniks* deste período. Veremos adiante que, ironicamente, a publicação dos textos de Marx sobre a Rússia desmontaria, em grande medida, este argumento.

Por fim, Palma afirma que o modo de produção asiático e a toda a polêmica em torno a ele seria apenas uma questão sobre a universalidade ou não dos esquemas que Marx propunha, uma vez que desta categoria não decorreria nenhuma predição específica, a não ser que o modo de produção asiático<sup>31</sup> precisaria ser revolucionado de fora, pela expansão capitalista (PALMA, 1978, p. 888).

A existência de uma categoria como o “modo de produção asiático” nos escritos de Marx gerava problemas para a interpretação que defendia uma visão unilinear do desenvolvimento na obra de Marx, uma vez que não se encaixava no esquema proposto por esta interpretação. Palma busca contornar este problema afirmando que o essencial seria que Marx não propunha divisão entre desenvolvimento endógeno e exógeno<sup>32</sup>, ambos seguiriam caminhos similares<sup>33</sup> (PALMA, 1978, p. 888).

O trabalho de Brenner (1977) possui a mesma intenção. Brenner incorpora completamente a interpretação difusionista da “geração” anterior sobre a abordagem do desenvolvimento

---

<sup>31</sup> O modo de produção asiático é uma categoria com a qual trabalhava Marx e que correspondia à formação social, ou ao “estágio de desenvolvimento” em que se encontrava a Índia na época em que foi alcançada pela dominação européia, expressando um caminho distinto de desenvolvimento da sociedade em relação ao que houve na Europa. Suas principais características eram as seguintes : a) Devido as suas características geográficas, a agricultura necessitava de grandes obras, principalmente de irrigação, para as quais o peso do Estado era determinante e isto refletia em um Estado muito mais relevante (que Marx chama de despotismo oriental) do que nas formações sociais “ocidentais”. Este Estado extrai um excedente da produção utilizado pela sua burocracia, mas este excedente não é, a rigor, mais-valia, uma vez que a produção ainda não é voltada para os valores-de-troca; b) Propriedade comunal da terra, ou variações, mas de qualquer forma não há propriedade privada da terra e não há separação entre os produtores e os meios de produção na produção agrária; c) Unidade entre agricultura e manufatura no campo, de eficiência importante e caracterizada pela autarquia das aldeias, tanto que resistia mais à dissolução operada pelo comércio do que as sociedades feudais européias. Esta “autossuficiência” das aldeias tinha como conseqüência tornar a vida nas aldeias retrógrada e “provincial”, além do que todo sentido de unidade (territorial, nacional, etc) das aldeias viesse a se dar principalmente através do Estado, em sendo o comércio fator de integração de importância reduzida. Marx abordou este tema principalmente texto que ficou conhecido como Formações econômicas pré-capitalistas (MARX, 1986), na verdade um trecho dos *Grundrisse*, e também no capítulo XX do livro III de O Capital (MARX, 1984, III-2, cap. XX). Ressalte-se que a própria definição do que seria o modo de produção asiático é muito controversa e alimentou muitas obras de estudiosos de Marx em várias áreas. A controvérsia decorre, entre outras coisas, do fato de que o tratamento dado por Marx a este tipo de formação social encontra-se disperso em diversas obras e provavelmente observou uma evolução com importantes mudanças. As definições apresentadas aqui seguem a interpretação de Mandel (1968, pp. 121-142).

<sup>32</sup> No caso, os termos significam, respectivamente, o surgimento de capitalismo autônomos num processo de acumulação com recursos próprios e expansão capitalista a partir dos países industriais europeus (imperialismo / exportação de capitais).

<sup>33</sup> Palma defende, citando o trabalho de Kiernan (1974), que o que Marx tinha em mente seria a proliferação de capitalismo autônomos (como nos EUA), e não a expansão imperialista da Europa ocidental. Logo, a atitude dos dependentistas (ou de parte deles) de recusar a possibilidade de desenvolvimento capitalista da periferia estaria “longe” de Marx, “tanto na letra quanto no espírito” (PALMA, 1978, p. 888).

existente na obra de Marx<sup>34</sup>. Além disso, afirma, assim como Cardoso e Faletto, que a base para o desenvolvimento, dentro da teoria marxiana, é a realização da mais-valia relativa, e identifica como fundamento da mais-valia relativa, ou dos aumentos de produtividade do trabalho que a possibilitam, as relações sociais de produção capitalistas, ou relações de classe capitalistas, que Brenner chama por diversas vezes de “relações salariais” (BRENNER, 1977, pp. 30-31). Este reconhecimento das relações sociais capitalistas como fundamento da possibilidade da realização da mais-valia relativa e, logo, do desenvolvimento, vai terminar por igualar a noção de desenvolvimento com a penetração do capitalismo e de suas relações sociais específicas. Segundo Brenner:

The basis, in turn, for the operation of this mechanism as a more or less regular means to bring about economic development was a system of production organized on the basis of capitalist social-productive or class relations. As Marx put it, relative surplus value ‘presupposes that the working day is already divided into two parts, necessary labour and surplus labour. In order to prolong the surplus labour, the necessary labour is shortened by methods for producing the equivalent of the wage of labour in a shorter time. The production of absolute surplus-value turns exclusively on the length of the working day, whereas the production of relative surplusvalue completely revolutionizes the technical processes of labour and the groupings into which society is divided. It therefore requires a specifically capitalist mode of production, a mode of production which, along with its methods, means and conditions, arises and develops spontaneously on the basis of the formal subsumption of labour under capital. This formal subsumption is then replaced by a real subsumption.’ (BRENNER, 1977, pp. 30-31).

Este é exatamente o mesmo fundamento mencionado acima para a posição de Palma, e ambos atribuem esta posição a Marx.

Portanto, além da repetição dos argumentos do primeiro grupo, os trabalhos de Palma e Brenner consistem numa tentativa de aprofundamento teórico da tese difusionista, trazendo algumas novas proposições muito importantes.

A primeira é esta interpretação da obra de Marx que iguala a noção de desenvolvimento com o avanço das relações de produção capitalistas<sup>35</sup>, que embora já existisse como

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, Brenner (1977, p. 23).

<sup>35</sup> A visão expressa neste caso por Brenner e Palma é ainda desenvolvida por autores como Fine e Harris (1981). No caso dos últimos, a identificação entre relações de produção capitalistas e desenvolvimento decorre de uma afirmação do primado das relações sociais sobre as forças produtivas no modo de produção capitalista: “O Modo Capitalista de Produção é definido por forças de produção (técnicas) e relações de produção, e uma articulação entre as duas, sendo todas específicas do capital. A articulação entre forças e relações é tal que as relações de produção são determinantes. Em particular, no MCP, numa fase madura de

pressuposto da “primeira geração”, que considera quase que exclusivamente os artigos de 1853, aqui é apresentada de forma mais clara e explícita.

A segunda nova questão trazida é se Marx formulou ou não uma distinção entre desenvolvimento endógeno e desenvolvimento exógeno. Foi visto anteriormente que este tipo de afirmação já existia anteriormente, por exemplo, no trabalho de Kiernan (1974), segundo o qual a previsão de Marx era o surgimento de “capitalismos autônomos”. Mas na formulação dado por esta segunda geração, especialmente por Palma, este ponto ganha uma importância central.

Esta afirmação equivaleria a dizer que Marx não teria operado uma distinção qualitativa entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. O que mais importa aqui, e este é o ponto tomado de Cardoso e Faletto e de Hinkelammert por Palma, não são os “nomes” que Marx teria dado aos fenômenos (subdesenvolvimento, desenvolvimento exógeno, extroversão<sup>36</sup>, dependência, etc), mas se ele realmente trabalhava com “a proliferação de capitalismos autônomos”, todos expressando distintas “etapas” de um mesmo processo de desenvolvimento, ou se identificou o surgimento de relações capitalistas “secundárias”, “transplantadas”, ou seja, um desenvolvimento com características que atualmente são chamadas de subdesenvolvimento e que poderia consistir em um “novo caminho”, no sentido de numa parcela da totalidade em formação do capital, do mercado mundial, o qual seria a manifestação de suas leis gerais, ou seja, a concretização das mesmas leis que explicam o desenvolvimento dos países “capitalistas avançados”, onde o avanço das relações de produção capitalistas tivesse efeitos diferentes e, em alguns aspectos, “opostos” aos observados nos últimos.

Esta interpretação da obra de Marx seria questionada pela primeira vez, no contexto do debate acadêmico, no final dos anos 1970. É o que será visto na próxima seção.

---

desenvolvimento, as forças de produção se caracterizam pela produção mecanizada e, correspondendo a isso, as relações se caracterizam pela subordinação real do trabalho ao capital” (FINE e HARRIS, 1981, p. 19).

<sup>36</sup> Ver Foster-Carter (1978, p. 66).

## **1.2 - A tese de uma mudança de posição nos anos 1860-1870: Marx como o primeiro teórico do “subdesenvolvimento”**

No final dos anos 1970 surgiram as primeiras tentativas de questionamento desta interpretação difusionista da obra de Marx, no contexto deste debate sobre desenvolvimento posterior à segunda guerra mundial, baseando-se em análises concretas do autor sobre distintos processos de desenvolvimento.

O precursor destas tentativas parece ter sido H. B. Davis (1967). Davis, em seu estudo sobre os escritos de Marx sobre colonialismo nota que, apesar da existência de textos de Marx como os artigos de 1853, era possível observar um posicionamento bem diferente do autor, especialmente em escritos posteriores a 1860. Davis aponta a existência de uma dicotomia no pensamento de Marx sobre o colonialismo, que se traduziria no papel desempenhado pela integração “forçada” das colônias no sistema capitalista, que em algum momento na década de 1860 teria sofrido uma grande mudança, em especial devido ao contato com as questões irlandesa e polonesa, onde Marx teria passado da aprovação à condenação cada vez mais clara da dominação colonial (DAVIS, 1967, pp. 14-16).

Mas os tratamentos da questão do desenvolvimento na obra de Marx só passariam a levar em conta esta suposta virada dos anos 1860 mais de uma década depois do trabalho de Davis, com o aparecimento dos estudos de Mohri (1979) e Scaron (1980). Mohri (1979) é o primeiro a defender de forma explícita a interpretação de que há uma mudança no pensamento de Marx sobre o tema do desenvolvimento a partir dos anos 1860, afirmando que ao tratar da dominação britânica na Irlanda Marx passa a dar mais atenção à questão da emancipação dos povos subjugados e, assim, à questão das condições objetivas para o desenvolvimento do capitalismo nos países colonizados.

As conclusões de Mohri são no sentido de que, diante destas análises de Marx sobre a questão irlandesa ficava claro que, ao contrário do afirmado pela interpretação “difusionista”, a posição teórica para a qual Marx estava se dirigindo em seus últimos anos poderia ser caracterizada da seguinte forma:

A integração forçada da velha sociedade no sistema capitalista e no mercado mundial pela pressão externa do comércio britânico (ou seja, do comércio com uma economia industrial) e a transformação resultante desta sociedade determinaria um curso de desenvolvimento de sua economia e de uma estrutura de suas forças produtivas completamente dependentes ‘segundo a sua maior ou menor suscetibilidade para exportação’<sup>37</sup> (MOHRI, 1979, p. 40).

Ou seja, para Mohri a análise de Marx aqui apontava o despertar de uma abordagem do subdesenvolvimento: o capital britânico, ao invés de desenvolver o capitalismo na Irlanda, estava “subdesenvolvendo” suas forças produtivas no sentido de uma economia agrária e impedindo o desenvolvimento de uma indústria. Ao invés de uma dupla missão destrutiva e regeneradora, o papel do capital britânico seria o de uma “dupla missão de destruição, o que significa tanto a destruição da velha sociedade quanto a destruição de algumas das condições essenciais para a regeneração de uma nova sociedade” (MOHRI, 1979, p. 41).

Já Scaron (1980), em sua introdução à coletânea de textos de Marx e Engels que trataram da América Latina, dividirá a posição de Marx sobre os impactos da expansão dos países capitalistas “às expensas do mundo extra-europeu” em três fases<sup>38</sup> distintas (SCARON, 1980, pp. 5-11).

<sup>37</sup> A referência de Mohri nesta frase é à carta de Marx a N. Danielson de 1879 (ver capítulo 3, p. 114).

<sup>38</sup> Scaron também delimita o que seria uma quarta fase (do pensamento de Marx e Engels): O período posterior à morte de Marx, quando o pensamento de Engels sobre o tema teria sofrido certo retrocesso, determinado pelas contingências da divulgação do marxismo entre os trabalhadores alemães, e do esquematismo resultante das simplificações feitas neste sentido. Kohan (1998, p. 251-254) vai ainda mais longe, afirmando que Engels nunca teria rompido com o “paradigma do manifesto” (ver adiante, p. 33). É interessante, no entanto, observar que já em uma carta a Marx de 23 de maio de 1856 Engels defenderia a seguinte posição sobre a Irlanda: “how often have the Irish started out to achieve something, and every time they have been crushed, politically and industrially. By consistent oppression they have been artificially converted into an utterly impoverished nation” (MARX e ENGELS, 1972, p. 84). Já em carta a Kautsky datada de 1882, afirmaria que: “I therefore hold the view that two nations in Europe have not only the right but even the duty to be nationalistic before they become internationalistic: The Irish and the Poles. They are the most internationalistic when they are genuinely nationalistic”. (MARX e ENGELS, 1972, p. 332). Em discussão com Kautsky sobre se a política do proletariado eventualmente vitorioso em algum país da Europa ocidental (ou Estados Unidos) deveria manter para com o mundo colonial ou semi-colonial, Engels afirmava que: “1) o proletariado assumiria o controle das colônias provisoriamente apenas para conduzir, o mais rapidamente possível, a independência; 2) O proletariado que libera a si mesmo não pode lutar em guerras coloniais; 3) o proletariado vitorioso não pode impor a povo nenhum felicidade alguma sem comprometer com isso sua própria vitória” (MARX e ENGELS, S/D, t. XXXV, pp. 357-358). Já a posição de Kautsky sobre o tema demonstra uma grande guinada se comparada à de Engels: “Nossos princípios só tem validade incondicional para os povos dentro do nosso mundo cultural. [...] A possessão da Índia pelo proletariado inglês pode ser vantajosa para ambos. Para este como fonte de matérias primas, e para o povo indiano porque ele mesmo, abandonado a sua própria sorte, seria dominando novamente pelo pior dos despotismos” (KAUTSKY, 1955, pp. 56 e 59).

A primeira de 1847 até 1856, em que Marx combina o repúdio moral das atrocidades do colonialismo com certa justificação teórica do mesmo como difusor do desenvolvimento capitalista pelo mundo. Ressalta que Marx nesta época se pronunciava a favor do livre-comércio e polemizava com o protecionista Henry C. Carey<sup>39</sup>, pois este não seria capaz de ver os aspectos positivos dos processos de dissolução das relações sociais pré-capitalistas que, em sua manifestação plena, corresponderiam ao mercado mundial.

A segunda fase, que se estenderia de 1856 até aproximadamente 1864 seria a fase de transição, onde Marx e Engels não revisam suas concepções teóricas sobre a relação entre as grandes potências européias e o mundo colonial e semicolonial, mas em seus escritos sobre o tema o aspecto que prevalece é o da denúncia dos atropelos das potências e a defesa do direito dos chineses, indianos e etc. de resistir contra os agressores e forças de ocupação estrangeiras. Esta fase coincidiria com a atividade jornalística mais intensa de Marx.

Já a terceira, entre 1864 e a morte de Marx em 1883, seria marcada, na visão de Scaron, pela participação de Marx como um dos principais fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores (primeira internacional), o que teria contribuído para desenvolver o internacionalismo de Marx e para libertá-lo de elementos contraditórios com este internacionalismo. Isto se expressaria então na análise da Irlanda e nas passagens sobre a Índia que negavam qualquer possibilidade de uma “missão regeneradora” do capitalismo britânico na região. Scaron afirma então que, “aunque no generaliza sus hallazgos empíricos en este terreno, el autor de El capital se aproxima a la noción de subdesarrollo” (SCARON, 1980, p. 8). Agrega então Scaron que o capitalismo inglês criou na Índia um capitalismo subdesenvolvido e não poderia ter sido de outra forma. O apoio de Marx à rebelião dos indianos (guerra dos sipaios) já não é de índole fundamentalmente moral. Marx teria se convencido da incapacidade da Inglaterra cumprir a segunda “missão”, de reconstrução (SCARON, 1980, p. 9).

---

<sup>39</sup> Henry C. Carey (1793-1879) foi um economista estadunidense da chamada “escola americana”, defensor do protecionismo e considerado discípulo de Alexander Hamilton. Foi conselheiro econômico do governo de Abraham Lincoln (1861-1865). Na década de 1850, Carey era autor de uma coluna sobre economia política no New York Daily Tribune, mesmo jornal nova-iorquino em que Marx publica seus artigos de 1853, motivo pelo qual ocorrem várias discussões acaloradas entre eles. Marx também dedica à polêmica com Carey um dos capítulos dos *Grundrisse*.

O elemento mais relevante para Mohri e Scaron parece ser a mudança na visão que tinha Marx sobre o papel da expansão capitalista no mundo “não-desenvolvido”: ao invés de industrialização, subdesenvolvimento e subordinação das economias aos processos de acumulação externos, dos países industriais. Tanto Mohri quanto Scaron advogaram a existência de uma virada, a partir dos anos 1860, na posição de Marx sobre o papel do capital dos países desenvolvidos no processo de desenvolvimento dos países “secundários”, “dependentes”, ou “subdesenvolvidos”. Divergiram, no entanto, sobre as razões de tal mudança. Scaron, como visto, atribui a mudança ao reforço da perspectiva internacionalista possibilitado em decorrência da atuação prática revolucionária de Marx na primeira internacional (SCARON, 1980, p. 8). Já Mohri atribui a mudança, por um lado, ao aumento do envolvimento de Marx com a questão irlandesa (em certo sentido o mesmo que diz Scaron), mas também a um progressivo aprofundamento dos estudos de Marx sobre outras sociedades, como a russa (MOHRI, 1979, p. 34).

Estes estudos de Marx sobre a Rússia foram o objeto de análise de outro grupo de autores que, assim como Mohri e Scaron, observaram a existência de uma mudança no pensamento de Marx. Mas este segundo grupo, composto por autores como Shanin (1984), Wada (1984) e Dussel (1990), localiza a mudança no pensamento de Marx num período cronologicamente posterior, nos anos 1870. Além disso, a principal questão atacada por este segundo grupo é a atribuição de uma visão histórico-filosófica, unilinear (logo, teleológica) do desenvolvimento.

Já na década de 1970 estudos como o de U. Mellotti (1977) e Sondhi (1978) haviam questionado profundamente as interpretações unilineares da obra de Marx. Sondhi afirma que os “principais trabalhos de Marx não oferecem fundamento para a posição unilinear adotada como ideologia abrangente para apoiar a lógica dos desenvolvimentos estalinistas na URSS” (SONDHI, 1978, p. 338). Mellotti parte da base crítica do unilinearismo e caminha para um modelo de desenvolvimento das sociedades que considera a possibilidade de distintas linhas de desenvolvimento<sup>40</sup> que se encontram com a formação do sistema

---

<sup>40</sup> Mellotti distingue entre formações sociais *paralelas* e *sucessivas*. A forma como ocorre a dissolução da comunidade primitiva (comunismo primitivo) teria uma importância grande para a constituição das formações *secundárias*. Neste ponto, Mellotti identifica o escravismo, o modo de produção asiático e o feudalismo como as três principais linhas de desenvolvimento paralelas. No caso da Europa, ocorre a transição do feudalismo

mundial capitalista, e onde as linhas não-européias terminam por ocupar uma posição periférica (MELLOTTI, 1977, p. 26).

Mas é na década de 1980 que, apoiados no debate sobre a questão russa, este segundo grupo produz uma crítica do unilinearismo que terá uma repercussão considerável. Wada (1984, pp. 44-45) afirma que em algum momento, na década de 1870, Marx muda de uma posição evolucionista e unilinear para a posição madura, multilinear, que será exposta na discussão sobre a “via russa”. Segundo Wada, “a atitude de Marx muda quando ele entra em contato com os estudos de Tchernichevski” (WADA, 1984, pp. 44-45), Dussel argumenta no mesmo sentido, afirmando que o decisivo para a suposta mudança de Marx teria sido o contato com os “intelectuais da periferia” (DUSSEL, 1990, p. 245). Já Shanin enumera quatro elementos que, segundo ele, teriam levado Marx a uma mudança de posição sobre o tema na década de 1870:

1 - A Comuna de Paris de 1871 ofereceu uma lição dramática e um tipo de governo revolucionário nunca antes conhecido; 2 - Um grande avanço dentro das ciências sociais ocorreu durante os anos de 1860 e 1870 envolvendo a descoberta da pré-história, que revolucionou a etnografia; 3 - Ligado aos estudos da pré-história, a extensão do conhecimento sobre as sociedades não-capitalistas rurais enredadas em um mundo capitalista, especialmente nas obras de Maine, Firs e outros sobre a Índia. 4 - A questão russa e as obras dos intelectuais russos que ofereceram para Marx uma potente combinação de todas as anteriores: Evidência rica sobre as comunas rurais e da experiência revolucionária direta, todos abrangidos pela teoria e prática do populismo russo (SHANIN, 1984, pp. 6-7).

Marx teria então, em algum momento na década de 1870, rompido com suas visões evolucionistas, teleológicas e unilineares do desenvolvimento anteriores, e chegado, em especial em seus escritos sobre a possibilidade de uma “via russa” de desenvolvimento baseado na comuna rural e que não passasse pelo capitalismo, a uma formulação que expressaria algo como uma crítica *avant la lettre*, do “desenvolvimentismo”. Dussel desenvolve este ponto da seguinte forma:

Europa Occidental, y de manera clásica Inglaterra, no son la “anticipación”, del proceso por el cual han de pasar obligatoriamente todos los países “atrasados”. Se superaba lo que hoy llamaríamos el “desarrollismo” [...], y se abría el ancho

---

para o capitalismo e o desenvolvimento decorrente gera o imperialismo. Nas linhas não-européias que foram então atingidas pela sua expansão imperialista teria ocorrido o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, conforme afirma Frank. Outras linhas asiáticas (ou semi-asiáticas) que não foram dominadas pela expansão européia fariam então sua própria transição para um “coletivismo burocrático”, casos, para Mellotti, da URSS e China (ver Mellotti [1977, pp. 26 e seguintes] e Sondhi [1978, pp. 338-340]).

camino para el desarrollo del discurso de Marx considerando vías diferenciadas: una es la del capitalismo de Europa Occidental o “central”, más desarrollado; otra es la de los países periféricos y menos desarrollados.

Lo cierto es que Rusia siguió el camino previsto por Marx. Sin agotar el “pasaje” por el capitalismo, realizó su revolución permitiendo que la “comuna rural rusa” pasara, en gran medida, directamente de la propiedad comunal a la propiedad social del socialismo real, desde la revolución de 1917 (DUSSEL, 1990, p. 261).

Dussel, entretanto, diferentemente de Shanin e Wada, abre espaço para uma visão um pouco distinta ao afirmar que é possível observar, já em trabalhos da Marx da década de 1850 (como os *Grundrisse*), elementos de superação de uma visão unilinear do desenvolvimento:

Marx se había producido un "viraje" de importancia: en 1877 expresó claramente su oposición a una visión unilinear de la historia, a la idea de que al feudalismo le sigue necesariamente el capitalismo, y a éste el socialismo; puntos que ya había tratado mucho más complejamente en los *Grundrisse*. (DUSSEL, 1990, p. 263).

Este aspecto específico, ou seja, a possibilidade de que as posições observadas por autores como Shanin e Wada, em especial no que diz respeito à noção multilinear de desenvolvimento, não fosse produto de uma “mudança” do final dos anos 1870, mas já estivesse presente nos escritos de Marx anteriores<sup>41</sup> foi levantada também por Sayer e Corrigan (1984; 1987). Para eles:

Marx acreditava que o socialismo requeria, pelo menos, os níveis de produção social que (até então) somente o capitalismo provara historicamente ser capaz de fornecer e continuou a acreditar nisso até o final de sua vida [...]. Mas isto não implica o restrito ‘modelo de tempo fechado’ do evolucionismo atribuído a Marx por Shanin (SAYER e CORRIGAN, 1984, pp. 65-66).

Estes autores apontam que é possível encontrar já em 1853 e nos *Grundrisse* de 1857-58 demonstrações de uma “multilinearidade” do desenvolvimento na obra de Marx<sup>42</sup>. Para Sayer e Corrigan, mesmo antes de 1870 Marx não era um evolucionista teleológico. Se ele continuou a defender sua noção da necessidade dos níveis de produção social que, até então, somente o capitalismo provara historicamente ser capaz de fornecer, ainda assim a realidade seria que Marx, embora tenha evoluído em sua elaboração, não realizou uma

<sup>41</sup> Posição semelhante foi defendida recentemente por Carcanholo e Augusto (2013).

<sup>42</sup> Sayer e Corrigan apontam passagens da *Ideologia alemã* de 1845 (MARX e ENGELS, 1982) onde se critica a noção segundo a qual “a história mais tardia é a meta da história anterior” e da *Miséria da Filosofia*, de 1847 (MARX, 2008), onde se ataca impiedosamente a noção de “história providencial” de Proudhon. Apontam que também na introdução de 1857 Marx admitia o caráter *sui generis* do Peru pré-colombiano onde eram encontradas as mais elevadas formas de economia, como cooperação, desenvolvida divisão do trabalho, etc, mesmo não havendo qualquer forma de dinheiro (MARX, 2011, p. 56).

ruptura na década de 1870, mas apenas deu mais alguns passos na evolução de sua concepção que teria sido sempre “multilinear”. Assim, “os estudos russos de Marx, dos anos 1870-80, adequam-se – ao mesmo tempo em que aprofundam – uma série de apreensões quanto às estruturas específicas do capitalismo atrasado que já estavam bem estabelecidas em sua obra” (SAYER e CORRIGAN, 1987, p. 69).

Mas foram as posições de Mohri e Scaron por um lado, e de Shanin e Wada por outro, que parecem ter obtido mais ressonância e outros estudos, inclusive alguns mais recentes, viriam a apontar essencialmente as mesmas conclusões, porém buscando unir os aspectos levantados pela análise feita por Marx da penetração capitalista na Irlanda, com o seus escritos sobre a possibilidade de uma “via russa” a partir da comuna rural. Este é o caso dos trabalhos de Kohan (1998), Anderson (2010) e de Di Meglio e Messina (2012).

Kohan propõe a existência de dois paradigmas no pensamento de Marx, numa evolução similar à apontada por Scaron, mas com algumas particularidades. O primeiro seria o “paradigma do manifesto”, existente nos escritos do autor até o final da década de 1840, cuja principal expressão estaria no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 (MARX e ENGELS, 1961a). Nesta fase a principal característica do pensamento de Marx seria a filosofia da história teleológica, expressando uma transição da barbárie pré-capitalista para a civilização imposta pelo capital, expressando uma visão “progressista” (KOHAN, 1998, p. 234). O paradigma do manifesto estaria presente de forma muito clara em todos os textos deste período que dura até o início da década de 1850.

Após isto, teria início uma fase de transição nos anos 1850. Kohan, curiosamente, aponta justamente os artigos sobre a Índia e a “formulação do conceito de modo de produção asiático” neles existente, como o marco do que chamaria de “viraje” de Marx, uma ruptura em relação à visão teleológica anterior e da formulação de um novo paradigma (KOHAN, 1998, p. 236). Neste período de transição da década de 1850, conviveriam, de forma contraditória, ambos os paradigmas, sendo provavelmente o artigo enciclopédico sobre Bolívar de 1858<sup>43</sup> a última expressão do primeiro paradigma (KOHAN, 1998, p. 236).

---

<sup>43</sup> Marx escreveu para *The New American Cyclopaedia* uma série de verbetes entre os anos de 1857 e 1858. O que Kohan faz referência é o verbete intitulado “Bolívar y Ponte”, escrito em janeiro de 1858 e publicado no

O segundo paradigma, do Marx maduro, teria segundo Kohan toda uma série de implicações, entre as quais entrariam a ruptura com a visão histórico-filosófica e a formulação de uma visão multilinear do desenvolvimento, mas que iriam muito além<sup>44</sup> destes aspectos (KOHAN, 1998, p. 255).

Já Di Meglio e Messina apontam que a mudança observada na obra de Marx aparece apenas na análise sobre a Irlanda e sobre a Rússia: “apesar das dúvidas anteriores, uma verdadeira mudança de perspectiva ocorreu somente com o seu envolvimento na questão irlandesa e os estudos da Rússia e do movimento revolucionário russo” (DI MEGLIO e MESSINA, 2012, p. 208). Além disso, segundo estes autores, Marx:

Por um lado, mostrou uma consciência crescente de que o desenvolvimento capitalista na metrópole foi apoiado por uma extração incessante de grandes quantidades de excedentes das colônias e semi-colônias. Por outro lado, Marx reconheceu que a destruição das sociedades antigas através de dominação colonial, ao invés de criar a base para a regeneração, muitas vezes impediu o desenvolvimento autônomo de uma economia moderna nessas colônias. Dominação colonial não só impediu o desenvolvimento da indústria através da coerção, mas também usou a integração forçada no mercado mundial para fortalecer a dependência das colônias na metrópole. Neste sentido, o livre comércio britânico teria privado sociedades pré-capitalistas das condições para o desenvolvimento autônomo de suas forças produtivas e a criação de uma economia nacional independente.

Assim, Marx, se afastando das “teorias da modernização” do século XIX no sentido de uma compreensão do que as gerações posteriores chamariam de “desenvolvimento dependente” (DI MEGLIO e MESSINA, 2012, pp. 208-209).

---

tomo III da enciclopédia, onde Marx tece duras críticas ao líder do movimento de independência da América espanhola, algumas das quais poderiam ser consideradas eurocêntricas. O artigo pode ser visto no livro organizado por Scaron (SCARON, 1980, pp. 76-93).

<sup>44</sup> Segundo Kohan:

1) una crítica de toda filosofía logicista universal de la historia, de toda receta y canon apriorista suprahistórico; 2) la prescripción de basar todos los análisis historiográficos y antropológicos en investigaciones empíricas; 3) el rechazo al evolucionismo unilineal y la adopción de una concepción historiográfica multilinear o pluricéntrica; 4) la apertura hacia el protagonismo compartido de múltiples subjetividades en la lucha de clases mundial (fundamentalmente, al lado del proletariado metropolitano, el campesinado de las comunas rurales y los pueblos sometidos y colonizados); 5) la posibilidad de que la práctica de estos nuevos sujetos colectivos periféricos sobredeterminara la propia lucha interna dentro de la nación opresora; 6) el abandono de la categoría hegeliana de "pueblos con o sin historia"; 7) la condena del colonialismo y el expansionismo capitalista ya no solo en términos de indignación ética sino principalmente en términos de racionalidad histórica; 8) la complejización de la noción filosófica de "progreso", resignificándola no desde las "fuerzas productivas" sino desde la perspectiva autónoma de los pueblos y sectores sociales agredidos y oprimidos; 9) el cuestionamiento radical de la dicotomía moderna: Oriente-campo-barbarie versus Occidente-ciudad-civilización, admitiendo la pluralidad y coexistencia de múltiples civilizaciones; 10) la visualización de la asimetría que rige el nexo clase-nación en los países capitalistas "maduros" y desarrollados y en los periféricos y "atrasados"; y 11) la crítica de todo determinismo histórico y de la concepción del desarrollo etapista "en escalera", permitiéndole elaborar de este modo una visión del desarrollo capitalista mucho más flexible, dando cuenta al mismo tiempo de la combinación de relaciones sociales desiguales, tanto dentro de cada formación social capitalista como a escala mundial” (KOHAN, 1998, p. 255).

Anderson (2010) afirma que “a maior parte dos críticos de Marx falharam ao não perceber que, já em 1853, a perspectiva de Marx sobre a Ásia inicia uma transição dos pontos defendidos no manifesto comunista, se tornando mais sutil, mais dialética” (ANDERSON, 2010, p. 298). Anderson afirma que “as teorizações de Marx sobre o nacionalismo, etnicidade e classes chegaram ao ápice com seus escritos sobre a Irlanda de 1869-1870, enquanto aquelas sobre as sociedades não-ocidentais alcançam seu ponto alto em suas reflexões de 1877-82 sobre a Rússia” (ANDERSON, 2010, p. 243). Anderson também defende que a *multilinearidade* expressa por Marx no debate russo também está presente em algumas de suas obras anteriores, como os *Grundrisse* e *O Capital* (ANDERSON, 2010, p. 241) e estende a perspectiva adotada por Marx para a comuna russa para as outras formações sociais fundamentadas na propriedade rural comunal, como a Índia<sup>45</sup>.

Estes trabalhos mais recentes, tanto o de Anderson como o de Di Meglio e Messina, reafirmam em linhas gerais os pontos levantados anteriormente por autores como Mohri, Scaron, Shanin e Wada. Buscam fazer a síntese das descobertas feitas pelos autores mais antigos, apontando a existência de distintos aspectos da evolução do pensamento de Marx em distintos momentos de seus escritos. No que diz respeito ao surgimento da distinção entre “subdesenvolvimento” e o mero atraso, o ponto de ruptura seria principalmente os escritos da década de 1860 sobre a Irlanda. No que diz respeito à transição de uma visão unilinear para uma multilinear esta mudança só se completaria na década seguinte, com o debate sobre a via russa.

Anderson, entretanto, além de considerar esta evolução um processo mais fluido e contraditório, uma vez que encontra elementos dela já nos anos 1850, também vai mais além em sua abrangência. Afirma que a concepção de desenvolvimento e de mudança social de Marx evoluem para uma teoria que não é “nem unilinear, nem exclusivamente baseada nas classes sociais” (ANDERSON, 2010, p. 244), de modo a concluir que:

To be sure, Marx was not a philosopher of difference in the postmodernist sense, for the critique of a single overarching entity, capital, was at the center of his

---

<sup>45</sup> Nonetheless, I would argue, based on the preponderance of the evidence in the excerpt notebooks discussed in this chapter, that Marx did not intend to limit his new reflections about moving toward a communist revolution on the basis of indigenous communal forms to Russia alone (ANDERSON, 2010, p. 236).

entire intellectual enterprise. But centrality did not mean univocality or exclusivity. Marx's mature social theory revolved around a concept of totality that not only offered considerable scope for particularity and difference but also on occasion made those particulars—race, ethnicity, or nationality—determinants for the totality. Such was the case when he held that an Irish national revolution might be the “lever” that would help to overthrow capitalism in Britain, or when he wrote that a revolution rooted in Russia's rural communes might serve as the starting point for a Europe-wide communist development (ANDERSON, 2010, p. 244).

Ao afirmar que em determinadas situações as particularidades poderiam ser determinantes para a totalidade, Anderson parece expressar uma interpretação de Marx segundo a qual, em alguns casos, as determinações fundamentais poderiam advir não do processo de reprodução social, mas de aspectos que seriam considerados ideológicos, ou superestruturais<sup>46</sup>, colocando-o em oposição direta à grande parte da produção marxista do século XX.

### **1.3 - A última formulação difusionista: Uma “nova unilinearidade da história” e a explicitação da noção de “homoficiência” do capital**

No início dos anos 1980 os trabalhos que defenderam a tese que via uma mudança de posição nos anos 1860-1870, principalmente neste momento os estudos de Mohri (1979) e Scaron (1980), Shanin (1984) e Wada (1984), causaram repercussões importantes no debate sobre a interpretação marxista dos processos de desenvolvimento. Seus trabalhos desfecharam um duro golpe nas tentativas de buscar apoio na autoridade de Marx, tomadas pelos “marxistas ortodoxos” no debate com os autores inspirados pela teoria da dependência, por apontar de forma inequívoca a existência de análises concretas de Marx que contrariavam completamente as proposições de uma noção unilinear de desenvolvimento.

No entanto, de um ponto de vista mais geral, o debate sobre o subdesenvolvimento começava neste momento a perder força entre os marxistas, e ocorria um claro recuo do lado dos *dependentistas*. Por distintos motivos, desde o impacto da crise dos anos 1970 até

---

<sup>46</sup> Uma visão semelhante pode ser encontrada no trabalho de Handelman (2005), inspirado nas posições de autores vinculados à Escola de Frankfurt.

as inúmeras críticas e ataques vindos tanto dos marxistas “ortodoxos” quanto da economia *mainstream*, autores como Frank e Dos Santos aderem ao paradigma da análise de sistemas-mundo, e transitam sua produção da relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento para outros aspectos<sup>47</sup>, históricos ou teóricos, dos processos de desenvolvimento, sem necessariamente negarem suas elaborações anteriores<sup>48</sup>. De qualquer forma, com este “reco” dos dependentistas, alguns dos últimos herdeiros acadêmicos de vulto da tradição iniciada por Baran na década de 1950 saíam de cena no debate sobre o subdesenvolvimento.

Isto não impediu, entretanto, novas tentativas de utilização da obra de Marx para a controvérsia em torno ao subdesenvolvimento. Neste momento, após a publicação dos trabalhos vistos acima, estas tentativas consistiriam na busca por uma conciliação entre a tese difusionista original e as análises de Marx sobre a situação da Irlanda e da Rússia. As duas principais tentativas neste sentido foram feitas por Vujacic (1988) e Brewer (1990)<sup>49</sup>, embora eles retomem aspectos já existentes nos trabalhos de autores como Rey (1978), Dore e Weeks (1979) e Kay (1975).

O desafio destes autores era duplo. Por um lado precisariam conciliar as análises de Marx sobre a Irlanda e seu subdesenvolvimento com a tese de que Marx via a expansão capitalista como o “surgimento de capitalismo autônomos”. Por outro precisariam conciliar a noção de unilinearidade, que fundamenta a igualação de desenvolvimento a

---

<sup>47</sup> Frank passa a estudar temas como os ciclos capitalistas de crescimento e crise, a periodização destes ciclos, a relação dos ciclos com as hegemonias entre os Estados. No caso de Dos Santos a questão da tecnologia (a chamada *revolução científico-técnica*) e o balanço do neoliberalismo na América Latina também ganhariam destaque.

<sup>48</sup> Frank reconheceria, em trabalho do início da década de 1980, que a crise da década de 1970 lhe havia mostrado que era necessária uma abordagem teórica do processo de acumulação, ausente até então de suas análises, e que:

[...] embora a teoria da dependência esteja morta, na realidade está viva, porque não há como substituí-la por uma teoria ou ideologia que negue a dependência; seria necessário substituí-la por uma teoria que fosse além dos limites da teoria da dependência, incorporando esta, juntamente com a dependência em si, numa análise global da acumulação (FRANK, 1981, p. 14).

Frank, no entanto, não busca no período seguinte a pesquisa e formulação de tal teoria, transitando progressivamente para o paradigma da análise de sistemas-mundo. Sobre esta transição da teoria da dependência para a análise dos sistemas-mundo, ver Baptista Filho (2009, pp. 36-44).

<sup>49</sup> A primeira edição do trabalho de Brewer é de 1980, o que possivelmente explica a ausência da questão russa em sua interpretação de Marx.

desenvolvimento capitalista, com os escritos de Marx sobre a Rússia onde esta claramente apontava a possibilidade de um novo caminho, que não passaria pelo capitalismo.

A primeira parte do desafio foi enfrentada por Brewer (1990). Em linhas gerais Brewer defende que as análises dos artigos de 1853 e as feitas sobre a Irlanda são parte de uma mesma abordagem de Marx, de uma mesma teoria sobre o desenvolvimento. Brewer parte de um argumento fundamental na interpretação difusionista sobre Marx: O capitalismo seria sempre progressivo e também seria sempre uma etapa necessária para o desenvolvimento. Os demais modos de produção (não-capitalistas) corresponderiam em geral a uma posição de atraso em relação às modernas economias capitalistas. Entretanto, o chamado modo de produção asiático seria muito mais resistente à dissolução operada pelo comércio do que o feudalismo existente na Europa pré-capitalista. Marx teria sido a favor do colonialismo britânico na Índia porque ele poderia impor o desenvolvimento capitalista de forma “forçada”, e, caso não ocorresse, deixaria o subcontinente indiano na paralisia, talvez por séculos. Já a Irlanda era um país feudal. Como o modo de produção feudal é suscetível a uma superação rápida pelas relações de produção capitalistas, não era necessária qualquer dominação colonial como preparação para o progresso capitalista, logo, na Irlanda Marx teria sido contrário ao colonialismo britânico. Nas palavras de Brewer:

Is Marx's analysis of India inconsistent with his opinions on Ireland? Since Marx's writings on Ireland generally date from later (though he was writing in support of Irish nationalism as early as 1848), is there evidence of a change in Marx's view on colonialism? I think not. Marx wrote with detachment about the Indian mutiny of 1857, expressing no support for the rebels and cataloguing the atrocities of both sides. The reason is clear: he regarded Indian independence at that date as unattainable since its material and social foundations did not yet exist. [...].

In Ireland, by contrast, a modern democratic nationalist movement existed, since Ireland had a different mode of production and was at a different stage of development. Marx's political analysis was always based on analysis of particular situations (BREWER, 1990, p. 56).

Ou seja, o que se afirma aqui em linhas gerais é que o aspecto fundamental que leva Marx a criticar a dominação britânica na Irlanda seria o colonialismo, que neste caso seria desnecessário ao desenvolvimento uma vez se tratar a Irlanda de um país feudal. Ao contrário, na Índia, o colonialismo era necessário, pois consistia na única forma possível para o desenvolvimento. Sai de cena o “subdesenvolvimento”, uma vez que a crítica de Marx em seus escritos sobre a Irlanda se limitaria ao problema do colonialismo.

Para chegar a estas conclusões Brewer apresenta uma teoria econômica de Marx baseada em um “modelo de uma economia fechada e homogênea, completamente capitalista” onde “não há espaço para quaisquer diferenças nas condições econômicas entre países diferentes” (BREWER, 1990, p. 26). Assim ele exclui completamente a possibilidade da aplicação das teorias do valor e da acumulação aos processos de desenvolvimento, além de rejeitar a tendência à queda das taxas de lucro, excluindo também esta parte da teoria de Marx, que teria se comprovado um equívoco (BREWER, 1990, p. 34-35). Partindo então de uma teoria, atribuída a Marx, onde estão ausentes estes aspectos (teorias do valor, da acumulação, tendência à queda das taxas de lucro, etc), Brewer apresenta um esquema onde os diferentes níveis de resistência das formações sociais pré-capitalistas ao avanço das relações capitalistas de produção determinam as possibilidades de desenvolvimento.

Neste esquema, naqueles países em cujas formações sociais o modo de produção feudal teria sido dominante (Brewer cita não apenas a Europa, mas também o Japão e até mesmo os EUA e a Austrália), possuiriam características<sup>50</sup> que permitiriam em todos os casos uma evolução das formações sociais no sentido da predominância do modo de produção capitalista. Do outro lado estariam aquelas formações sociais onde o modo de produção asiático seria dominante. As características destas formações<sup>51</sup> apontariam a tendência de impossibilidade de evolução para uma situação onde fosse possível a predominância do modo de produção capitalista (BREWER, 1990, pp. 38-39).

Brewer, como visto, atribui uma resistência quase absoluta do modo de produção asiático à dissolução pelas relações capitalistas e pelo comércio, e afirma que nos casos em que o capital comercial passa a controlar diretamente a produção, sem que esta adquira características capitalistas, como na indústria (uma referência aqui à introdução das máquinas e da divisão do trabalho), forma-se uma articulação entre os modos de produção (mercadorias importadas da indústria e fornecimento de matérias-primas pela produção pré-capitalista) que inviabiliza a continuidade da transição para o capitalismo. Brewer então

---

<sup>50</sup> Estas características seriam feudalismo decadente, sociedade mercantil emergente, soberania dividida e enfraquecida.

<sup>51</sup> Modo de produção asiático, propriedade comum da terra, estado “despótico” oriental.

teoriza que era isto o que ocorria no modo de produção asiático, sendo este o motivo pelo qual a teoria de Marx para o desenvolvimento previa a incapacidade de transição deste modo para o modo capitalista.

Assim, a teoria decorrente dos escritos de Marx sobre o desenvolvimento seria a seguinte:

It does not follow that the whole of the Third World can look forward to complete capitalist industrialization, since the emergence of new poles of development will intensify competition and eliminate weaker competitors. Equally, the mass of the population in newly industrializing countries may not gain much for a long time. Capital-intensive methods of production hold down the demand for labour and the resulting unemployment holds down wages. The prospect is one of uneven development as between different areas, accompanied by working-class poverty – very much what Marx predicted over a century ago. (BREWER, 1990, p. 24).

As tendências progressistas, “difusionistas” e equalizadoras do capitalismo existem, mas operam devagar e com muitas contradições (como os baixos salários, na opinião de Brewer gerados pela abundância de força de trabalho nos países atrasados). Como não existe distinção entre “atraso” e subdesenvolvimento, o caminho para o progresso no “terceiro mundo” seria a busca pelo capitalismo mais eficiente, pela eliminação das barreiras geradas pelos modos de produção pré-capitalistas, em especial pela associação entre produção pré-capitalista e o capital comercial. A eliminação destas barreiras seria o requisito para aproveitar as oportunidades de desenvolvimento características do modo de produção capitalista e vencer a concorrência dos outros países atrasados. Em suma, volta-se a igualar desenvolvimento com a expansão das relações capitalistas de produção.

Brewer não explica, entretanto, como a análise de Marx sobre a comuna russa dos anos 1870-1880 e a possibilidade de que a “via russa” viesse a saltar o capitalismo, se encaixaria neste esquema. Uma conciliação entre estes escritos e os aspectos fundamentais da tese difusionista seria tentada por Vujacic (1988).

Vujacic, embora se referencie na interpretação difusionista da obra de Marx, principalmente no trabalho de Avineri (1968), reconhece como “ambivalentes” e “contraditórias” as posições Marx sobre os países subdesenvolvidos, de modo que tanto teses difusionistas quanto as teses neomarxistas (Baran, Frank e etc.), poderiam reivindicar

certa legitimidade dos seus textos. A partir daí Vujacic espera “reconciliar” as “duas posições de Marx” centrando seu argumento na defesa de uma *unilinearidade* do desenvolvimento das sociedades atribuída ao autor e da inevitabilidade histórica de uma “fase capitalista” de desenvolvimento em qualquer formação social. A unilinearidade de Vujacic, entretanto, seria um tanto modificada, além de relacionar esta unilinearidade com a questão do colonialismo:

In my view, unilinearity in the work of Marx and Engels does not stem from their analysis of precapitalist formations, but from their conceptualization of the necessity and uniqueness of capitalism, i.e., its historical mission. In other words the five-stage scheme: primitive society-slavery-feudalism-capitalism-socialism (communism) is of secondary importance in comparison to the three-stage scheme: precapitalist modes of production-capitalism-socialism (communism). I think that only the acceptance of the latter scheme can enable us to understand certain crude evolutionary positions taken by Marx in some instances (VUJACIC, 1988, p. 481).

Vujacic também faz uma referência específica ao papel do modo de produção asiático no processo de desenvolvimento. Segundo ele, Marx veria no modo de produção asiático, e em sua resistência à dissolução pelo comércio, a causa direta da estagnação do desenvolvimento de muitos países (VUJACIC, 1988, p. 477).

Vujacic afirma que o adjetivo asiático não representa um fator determinante geográfico, já que, segundo ele “o próprio Marx cita Arábia, Pérsia, Egito, Mesopotâmia, como áreas em que em um momento ou outro este tipo de modo de produção foi dominante”. Adiciona ainda que, “em outros contextos, Marx menciona explicitamente Turquia, Java, Índias Orientais Holandesas, México, Peru (sob os Incas), Espanha (sob os mouros), e a civilização etrusca, como exemplos do modo de produção asiático” (VUJACIC, 1988, p. 477-478). Assim, seguindo o argumento, o que vale para o modo de produção asiático, valeria também para boa parte dos países e regiões pré-capitalistas (não-feudais) fora da Ásia.

Então, para esta interpretação da obra de Marx, em especial nos países onde vigorassem formações sociais onde o modo de produção asiático fosse dominante, e assim houvesse maior resistência à dissolução das relações pré-capitalistas, o colonialismo ganharia sempre um caráter progressivo de viabilizar o estabelecimento dos requisitos do desenvolvimento

capitalista, ao viabilizar a destruição “forçada” destas relações sociais, pois “independentemente dos lados mais sombrios da destruição dos modos pré-capitalistas de produção nas colônias, a burguesia desempenha um papel progressivo, devido à sua capacidade superior de criar as condições materiais para o desenvolvimento” (VUJACIC, 1988, p. 474).

Mas se o colonialismo “ajudava” a destruição dos modos de produção pré-capitalistas, após isto ele se tornava um entrave para os processos de desenvolvimento. Vujacic, assim, limita o alcance da análise “irlandesa” de Marx à questão do colonialismo e com isso busca “restaurar sua coerência” com os textos mais antigos, como suas análises sobre a Índia dos artigos de 1853. Esta restauração de coerência se daria, então, nos marcos da tese difusionista, uma vez que retirado o entrave do colonialismo, deixado “livre” o processo de acumulação capitalista, “naturalmente” ocorreria o desenvolvimento, ou seja, mais uma vez iguala-se a adoção de relações sociais capitalistas ao desenvolvimento. Nas palavras do autor:

[...] In this sense, colonialism plays a progressive role up to the point when it destroys the pre-capitalist mode of production and creates the conditions for overcoming underdevelopment (India), after which it becomes an obstacle to development of these countries (Ireland). This would, paradoxically, today be considered a very Rostowian view, and it was a view held by the classics till the very end. (VUJACIC, 1988, p. 483).

Assim, para Vujacic, a integração das análises irlandesas de Marx com os trabalhos da década de 1850 se dá a expensas da diferenciação que Marx começava a delinear entre “subdesenvolvimento” e “atraso”, ou seja, há um retorno à noção do capitalismo como um modo de produção intrinsecamente e universalmente progressivo. Os problemas, os entraves estão nos outros modos de produção, na combinação destes com o capital comercial, e até mesmo no colonialismo uma vez que tenha sido destruído o modo de produção pré-capitalista, mas não na expansão das relações de produção capitalistas, que não podem ser consideradas problemas, mas apenas soluções cuja imposição justificaria até mesmo o colonialismo (do ponto de vista do progresso), ao menos até que as relações pré-capitalistas mais resistentes estejam superadas.

Estas “tentativas de conciliação” podem ter suas origens teóricas traçadas até alguns trabalhos da década de 1970 que trataram desta “combinação de modos de produção” ocorrida nos países subdesenvolvidos, com inspiração na teoria marxista. Em primeiro lugar, a busca por uma teoria das “articulações entre modos de produção”, distintas daquelas ocorridas na Europa ocidental, na qual o capitalismo surgiu supostamente “protegido” pelo feudalismo, remonta ao trabalho da chamada escola da antropologia econômica francesa, que teve sua principal expressão no trabalho de Rey (1978). Já a questão da combinação do capital comercial com a produção pré-capitalista como um entrave quase absoluto ao desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, e, dentro desta concepção, a decorrente permanência do subdesenvolvimento, parece ter tido sua inspiração em trabalhos como os de Kay (1975) e de Dore e Weeks (1979). Tanto na formulação de Vujacic (1988) quanto na de Brewer (1990) estes aspectos aparecem combinados como o resumo do que seria a teoria de Marx sobre o subdesenvolvimento e que permitiriam entender tanto os artigos de 1853 quanto as análises sobre a Irlanda.

Rey é considerado o principal representante desta antropologia econômica francesa<sup>52</sup>. Ele parte da existência de uma lei fundamental do capitalismo que determinaria a tendência de superação dos modos de produção pré-capitalistas pelo capitalista em todo o mundo, conforme apontado por Marx e Engels no *manifesto* (REY, 1978, pp. 10-11). No entanto esta tendência à superação dos modos de produção pré-capitalistas seria em muitos casos contrariada por uma “contratendência” expressa na articulação deste com os distintos modos de produção encontrados nos países subdesenvolvidos (REY, 1978, pp. 15-16). Por isso, para Rey, se a transição para o modo de produção capitalista:

[...] Não foi capaz de avançar tão rapidamente quanto se acreditava (e como Marx esperava em 1853), não é por causa da falta de vontade de sua parte, é porque as antigas estruturas sociais e econômicas, que teve de substituir, provaram ser mais resistentes do que as estruturas pré-capitalistas européias. [...] De modo geral, os países não-ocidentais, tirando o Japão, mostraram-se e ainda se mostram ambientes miseráveis para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. O capitalismo só se expandiu rapidamente nos lugares onde ele estava protegido em sua juventude pelo feudalismo (REY, 1978, p. 11 - tradução nossa).

---

<sup>52</sup> Também são considerados parte desta antropologia econômica francesa os trabalhos de Meillassoux, Dupré e Terray. O trabalho de Rey (1978) é tido por autores como Larrain (1990, pp. 180-181) como a principal expressão desta escola.

Rey defende que o capitalismo teria uma característica, que poderia ser chamada de “homoficiência”<sup>53</sup>, que significa que ele funcionaria do mesmo modo em qualquer lugar. Daí decorre a rejeição enfática de Rey a qualquer distinção entre subdesenvolvimento e atraso<sup>54</sup>. É esta noção da “homoficiência” capitalista o principal conceito de Rey que é tomado por Brewer<sup>55</sup>, e que para o último se aproxima da visão de Marx. Assim o problema não seria que o capitalismo ‘subdesenvolve’ os países cujo desenvolvimento se dá em função das demandas por matérias-primas e alimentos dos países industriais, mas que esta “periferia” tem modos de produção que resistem à sua destruição pelo capitalismo. A combinação de capitalismo e “modos de produção pré-capitalistas” só resultaria em desenvolvimento no caso deste modo de produção ser feudal (Europa ocidental e Japão). No caso de outros modos de produção (asiático, comunista primitivo, etc) o resultado seria uma resistência ao desenvolvimento do capitalismo, e uma permanência da combinação entre os modos de produção, ou seja, permanência do subdesenvolvimento.

Ruccio e Simon (1986, pp. 213-214) classificam toda esta abordagem que prioriza a articulação entre a penetração capitalista e os modos de produção pré-capitalistas, num agrupamento mais amplo, que chamam de “escola dos modos de produção”, que reuniria diversos “modelos” específicos. Segundo eles, suas origens estariam na crítica de Laclau (1971) às formulações de Frank sobre o subdesenvolvimento, e teria em comum entre seus diversos matizes, além de uma grande dívida com os estruturalistas Althusser e Balibar (1970), e Hindess e Hirst (1975), uma abordagem na qual a combinação de modos de produção ocorreria internamente em uma formação social, ainda que com alguma predominância do capitalismo, mas de um modo que apenas a análise concreta de suas características específicas poderia permitir sua compreensão (RUCCIO e SIMON, 1986, p. 213). Afirmam também que esta abordagem seria alternativa tanto àquelas dos marxistas “clássicos”, como as de Lênin e Luxemburgo, que consideravam o capitalismo como modo

---

<sup>53</sup> Assim como a “extroversão”, o termo homoficiência também é da cunha de Foster-Carter (1978).

<sup>54</sup> “Vamos deixar de criticar o capitalismo por um crime que ele não cometeu, que poderia pensar em cometer, limitado como é por suas próprias leis sempre para ampliar a escala de produção. Vamos manter em mente que todas as burguesias do mundo ardem com o desejo de desenvolver os países ‘subdesenvolvidos’” (REY, 1978, p. 16, tradução nossa).

<sup>55</sup> Brewer deixa clara sua simpatia pelos trabalhos de Rey ao afirmar que seu trabalho teria “poucos similares na sua combinação de teoria marxista rigorosa e criativa, com estudo detalhado de uma sociedade pré-capitalista e sua penetração pelo capitalismo” (BREWER, 1990, p. 246).

dominante e que tendia a superar rapidamente os modos de produção pré-capitalistas, quanto ao “dualismo”<sup>56</sup>, criticado por Frank, que consideraria a existência de modos de produção distintos em uma formação social, mas cuja existência seria autônoma (RUCCIO e SIMON, 1986, pp. 213-214). Também apontam que esta abordagem significaria, na opinião de seus proponentes, a transição de uma predominância da esfera da circulação na análise, como ocorria em Frank e entre os *dependentistas*, para a predominância da produção (RUCCIO e SIMON, 1986, p. 215).

A principal característica teórica derivada da compreensão comum relacionada à combinação dos distintos modos de produção é exclusão de qualquer possibilidade de aplicação toda a teoria de O Capital, como a teoria do valor, da acumulação, etc., à análise do subdesenvolvimento. Nisto, todos os autores que tentam explicar o subdesenvolvimento com ênfase na “articulação” dos modos de produção estariam de acordo. Diferem, no entanto, nas explicações para os entraves criados por esta articulação.

No caso de Rey (1978), o objetivo é a constituição de uma teoria geral das “articulações entre modos de produção”, que é colocada no lugar da economia política como forma de estudo do subdesenvolvimento (RUCCIO e SIMON, 1986, pp. 214-215). Esta forma de abordar a questão do subdesenvolvimento foi submetida à crítica por autores como Foster-Carter (1978) e Larrain (1990). Foster-Carter afirma que a idéia de Rey de que o capitalismo funciona sempre com os mesmos métodos e na mesma direção, seja surgindo

---

<sup>56</sup> O dualismo é caracterizado pela perspectiva que aponta a existência, dentro da formação social “subdesenvolvida” de um setor arcaico (pré-capitalista) e de um setor moderno (capitalista), sendo que o setor arcaico impede o desenvolvimento da economia. Segundo Demier, este tipo de concepção foi predominante nos meios acadêmicos brasileiros e nos Partidos ligados à Internacional Comunista (terceira internacional) entre as décadas de 1950 e 1960 (até o golpe de 1964) (DEMIER, 2007, pp. 88-90), e parece ter influenciado mesmo autores da relevância de Celso Furtado (1964, p.165), assim como parte das análises produzidas na CEPAL. No caso do PCB, cujas principais expressões desta visão apareceriam nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães (1968) e Nelson Werneck Sodré (1982), o setor pré-capitalista seria caracterizado como feudal ou semi-feudal. A saída então para viabilizar o desenvolvimento seria um tipo de revolução democrático-burguesa, nos moldes europeus, onde a “burguesia nacional”, do setor moderno, associada ao proletariado, cumpriria papel histórico similar ao da burguesia européia, contra o setor “arcaico”. A tese dualista foi um dos principais fundamentos para a recusa feita pelo PCB a qualquer possibilidade de revolução socialista no Brasil, visto que o país necessitaria anteriormente cumprir a “etapa” democrático-burguesa, e foi a expressão particular (ainda que tardia) da política de “frentes populares”, iniciada na década de 1930, e posteriormente da “coexistência pacífica”, através das quais a direção soviética converteu os PC’s em meros instrumentos de sua política externa. Um tratamento teórico dualista da questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento pode ser observado em Aldana (1968), e em Benetti (1970). Não abordaremos em detalhe aqui esta perspectiva, uma vez que ela, em geral, não é atribuída a Marx.

“endógena” ou “exógenamente”, poderia ser questionada no contexto da admissão de Rey de que o capital nos países subdesenvolvidos não apenas foi introduzido de fora, mas também tem sua reprodução controlada pelo capital metropolitano ou internacional. Segundo Foster-Carter (1978), o argumento da teoria da dependência, por exemplo, tem sido que: “o capitalismo no terceiro mundo vem de fora, como capitalismo estrangeiro, ou como capitalismo colonial. Isto persiste, definindo o caráter do subdesenvolvimento contemporâneo, com um orientado para fora, distorcido e desarticulado, subordinado ao capital metropolitano” (FOSTER-CARTER, 1978, p. 62). Larrain (1990) avança nesta crítica, apontando a decorrente contradição entre “extroversão” e “homoficiência”, ambas presentes na teoria de Rey. Além disso, analisando o processo de colonização, Larrain afirma que quando os espanhóis vieram para colonizar a América, a Espanha era um país feudal e trouxe instituições feudais, ou semif feudais, para suas colônias. Se alguma combinação de modos de produção houve, teria sido entre feudalismo e modos de produção já existentes no novo mundo (comunista primitivo, modo de produção asiático, etc). Portanto, segundo ele:

Se a América Latina foi feudal, precisamos explicar o subdesenvolvimento lá por outra causa que não seja o modo de produção previamente existente, ou então dizer que o feudalismo não é um ambiente favorável para o capitalismo, e as origens do capitalismo devem ser procuradas na dissolução do feudalismo. Qualquer um dos caminhos cria dificuldades para a posição de Rey no geral (LARRAIN, 1990, p. 187)<sup>57</sup>.

No caso das tentativas de “conciliação” de Vujacic (1988) e Brewer (1990) o entrave para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos gerado pela articulação dos distintos modos de produção lá existentes também seria resultante da resistência operada por estes à penetração e ao desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Mas Vujacic e Brewer, diferente de Rey, tentam explicar esta resistência dos modos de produção pré-capitalistas “não feudais” a partir da combinação entre estes e o capital comercial dos países industriais, na forma apontada anteriormente nos trabalhos de Kay (1975), Dore e Weeks (1978) e Weeks (1988), e atribuindo estas abordagens a Marx, ou seja, como forma de excluir a “aparente” contradição entre os artigos de 1853 e as análises sobre a Irlanda, buscando conciliar as duas análises.

---

<sup>57</sup> A posição a qual se refere Larrain é aquela segundo a qual apenas o feudalismo constituiria uma eficiente “proteção”, ambiente propício para o capitalismo nascente.

Estes últimos autores foram os primeiros a explorar a discussão estabelecida por Marx no capítulo XX do livro III de O Capital. O capital comercial (ou mercantil, dependendo da tradução), ou em outras palavras o comércio em si, é incapaz, por si mesmo, de promover e explicar a transição dos modos de produção pré-capitalistas ao capitalismo, ao que adicionam que sua penetração tenderia, antes, a preservar os modos pré-capitalistas como uma pré-condição. Assim, para estes autores, “o subdesenvolvimento dos países hoje atrasados reflete o efeito debilitador da ação do capital mercantil sobre tais países durante o período do colonialismo europeu”, tendo se aliado “aos elementos mais reacionários das classes dominantes pré-capitalistas locais, aumentando seu poder e bloqueando o aparecimento de relações capitalistas de produção” (WEEKS, 1988, p. 51). Weeks chega a falar em “capitalismo mercantil”<sup>58</sup>, embora não como “um sistema social definido”, mas como “um mecanismo de controle da troca de produtos por dinheiro” (WEEKS, 1988, p. 51).

Kay afirma que nem Marx nem os marxistas teriam, ao menos até 1968, produzido uma análise do subdesenvolvimento, mas apenas previsto a expansão do desenvolvimento capitalista (KAY, 1975, p. 10). Afirma, entretanto, a possibilidade da utilização da teoria do capital de Marx para a constituição de tal teoria (KAY, 1975, p. 12). Ao buscar avançar neste sentido, entretanto, Kay segue por um caminho que pressupõe que o subdesenvolvimento equivale ao pré-capitalismo, de modo que qualquer “aplicação” da teoria do capital de Marx, então, se limitaria aos países industriais. Kay resolve então o problema concentrando toda a análise nos capitais dos países industriais, que divide entre capitais industriais e comerciais, sendo os capitais comerciais uma forma autônoma (ou quase autônoma) similar ao capital comercial “larval” que Marx analisa em sua obra máxima (KAY, 1975, p. 119-120). A análise de Kay então mantém os pressupostos da tese difusionista, incluindo a total inaplicabilidade da teoria do valor diretamente aos países subdesenvolvidos. A explicação do subdesenvolvimento estaria nos entraves impostos pela combinação entre o capital comercial dos países industriais e as classes pré-capitalistas dos

---

<sup>58</sup> Ressalte-se, no entanto, que Weeks deixa claro que “a expressão ‘capitalismo mercantil’ ou comercial é inexata porque nessa época anterior à dominação da produção pelo capital ainda não existia propriamente o capitalismo” (WEEKS, 1988, p. 51).

países subdesenvolvidos, situação que persistiria, ainda que com algumas alterações secundárias, nas economias semi-industriais subdesenvolvidas surgidas após os anos 1930 (KAY, 1975, pp. 125-126), o que se deveria principalmente ao desemprego, e pela decorrente insuficiente formação do proletariado, processos que teriam suas causas no fato de que as tecnologias utilizadas em seu processo tardio de industrialização serem ainda mais poupadoras de força de trabalho do que aquelas utilizadas nos países de industrialização clássica (KAY, 1975, pp. 155-156).

Tanto Weeks quanto Kay, entretanto, como visto acima, não atribuem esta formulação diretamente a Marx. Afirmam que seria uma nova abordagem, formulada por eles, que guardaria ainda uma coerência com a teoria social marxista e corresponderia a um desenvolvimento coerente com as análises marxianas<sup>59</sup>. Já Vujacic e Brewer afirmam que esta concepção de “atraso” ou subdesenvolvimento está diretamente presente na obra de Marx, e a partir disso fundamentam sua “conciliação” entre os artigos de Marx sobre a Índia de 1853, e as análises sobre a Irlanda de 1860.

#### **1.4 – Sistematização e critérios para o exame das duas teses**

Da revisão da bibliografia feita, fica clara a existência de distintas interpretações sobre a visão de Marx a respeito da questão do desenvolvimento, sendo as mais difundidas a que chamamos de tese difusionista, e a tese da mudança de posição de Marx em algum momento de sua trajetória (que varia dos anos 1850 aos anos 1870 dependendo da versão). O principal objetivo deste trabalho a partir daqui será buscar submeter estas duas interpretações mais difundidas a uma análise comparativa crítica com a obra de Marx.

Para orientar uma análise crítica destas teses parece ser útil dividir a discussão da visão de Marx sobre o desenvolvimento em dois níveis: O primeiro de uma “teoria da história”, mais abstrato, aplicável às distintas épocas e formações sociais; O segundo nível seria o de uma

---

<sup>59</sup> Outro aspecto que diferencia os trabalhos de Weeks e Kay, por um lado, e Vujacic e Brewer por outro, é que os primeiros entendem que a teoria marxiana do capital, a teoria do valor, por exemplo, é aplicável ao estudo do desenvolvimento, ainda que de forma muitíssimo limitada, enquanto os últimos não parecem considerar esta possibilidade.

“teoria do capital”, específica para o modo de produção capitalista. Este método se justifica porque cada uma das interpretações vistas buscou formular em linhas gerais o que seriam as características destes dois aspectos, ou dois níveis teóricos de abstração na obra de Marx.

No caso da interpretação difusionista, estas teorias teriam o seguinte conteúdo:

- No nível mais abstrato, da teoria da história, atribui-se a Marx uma concepção histórico-filosófica, segundo a qual o desenvolvimento das sociedades humanas se daria numa sucessão de estágios pré-determinados rumo ao progresso, ou seja, uma visão teleológica da história. O principal aspecto que decorreria desta concepção seria a idéia de que existiria uma *unilinearidade* do processo de desenvolvimento, ou seja, uma linha evolutiva comum sobre a qual estariam, em diferentes posições, todas as formações sociais humanas. As formações sociais evoluiriam de modos de produção e reprodução da sua existência com características mais atrasadas até modos de produção mais desenvolvidos, sempre sobre uma mesma linha “pré-determinada”. As diferenças entre as distintas sociedades só poderiam, portanto, referir-se ao atraso relativo dentro desta linha evolutiva única. Na última versão desta interpretação (como em Vujacic), admite-se que, antes do capitalismo, possa ter havido uma *bilinearidade* (modo de produção asiático), mas mesmo assim preserva-se uma *unilinearidade* no que diz respeito ao capitalismo (do pré-capitalismo ao capitalismo e daí ao socialismo / comunismo), ou seja, um “afunilamento” dos distintos modos de produção, que só poderiam alcançar o desenvolvimento em patamares “modernos” através do capitalismo.
- No que diz respeito à teoria específica sobre o capital, aponta-se a tendência à expansão do capital em conjunto, com o que seria chamado por Foster-Carter (1978) de “homoficiência” do capital. Trata-se da atribuição a Marx da noção de que o capital, independente das peculiaridades dos processos históricos de desenvolvimento, funcionaria sempre da mesma forma e o avanço das relações capitalistas e da “lógica” do capital levaria sempre às mesmas conseqüências, sendo a principal delas o nivelamento dos patamares de desenvolvimento nas distintas partes do mundo. Esta característica teria a ver com a tendência do capital a

promover o aumento da produtividade do trabalho em qualquer situação (mais-valia relativa). Se eventualmente isto não ocorre, a explicação estará sempre no papel negativo das peculiaridades dos modos de produção pré-capitalistas, e nas dificuldades que estas peculiaridades imporiam ao avanço do capital produtivo, em alguns casos em combinação com o capital comercial (exportação de mercadorias pelos países industriais).

- Uma decorrência da forma que se aborda este segundo nível do processo de desenvolvimento diz respeito ao problema das unidades de análise e a possibilidade de utilização das teorias contidas em *O Capital*. Uma forma de abordar o tema, dentro desta interpretação (por exemplo, Brewer, 1990), tem sido a afirmação de que para Marx a unidade de análise é sempre uma economia nacional “fechada”. Além disso, que esta economia nacional “fechada” precisaria ser “completamente” capitalista para que se pudesse utilizar a teoria do valor de Marx para analisá-la. Assim, excetuando-se o país (ou países) onde as relações sociais capitalistas alcançaram sua máxima sofisticação, a teoria de Marx do valor-trabalho e a teoria decorrente (teoria da mais-valia, teoria da acumulação, teoria do preço de produção, etc) não seria aplicável. Em suma, os países subdesenvolvidos em geral não seriam “capitalistas o suficiente” para uma análise pela teoria do valor-trabalho, o que seria provado pelo próprio fato de serem subdesenvolvidos, uma vez que o subdesenvolvimento seria uma forma de atraso do ponto de vista da difusão das relações capitalistas de produção.

Deste modo, falar em desenvolvimento, em modernização das sociedades do nosso tempo, melhoria das condições materiais etc, seria necessariamente tratar do avanço das relações capitalistas, da lógica do capital. Quanto mais capitalista um determinado país, mais desenvolvido. De tudo isto decorreria então a noção de que o subdesenvolvimento, como o caso dos países subdesenvolvidos, “em desenvolvimento”, “pobres”, etc, não poderia corresponder à outra coisa senão um insuficiente avanço das relações capitalistas<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> G. Williams, já em 1978, havia ressaltado este aspecto em sua crítica das visões marxistas do desenvolvimento (WILLIAMS, 1978, p. 925). Williams, entretanto, parece permanecer no mesmo campo das interpretações que critica, ao tentar estabelecer uma noção *marxiana* do desenvolvimento: “Marx argued that capitalist relations of production led to a revolution in production and a dramatic expansion of the productivity of labour. Thus development is identified with the advance of capitalist production relations, whether under private or state management” (WILLIAMS, 1978, p. 929).

Neste quadro, o subdesenvolvimento seria então o mesmo que um “atraso” do ponto de vista das relações capitalistas de produção e do avanço da “lógica” do capital. Esta igualação entre subdesenvolvimento e atraso poderia ser resumida na visão de que todo desenvolvimento precisa ser um desenvolvimento capitalista, e toda forma não capitalista de organização social equivaleria, então, a uma forma atrasada, excetuando-se, em algumas versões, o comunismo de um futuro distante. Mas mesmo nestas versões o comunismo, para ser possível, dependeria sempre de que uma longa fase de desenvolvimento capitalista fosse inteiramente completada, antes mesmo de que se possa pensar em iniciar qualquer processo de transição (socialismo, etc).

Já a tese que aponta uma mudança no posicionamento de Marx comporta posições mais heterogêneas. Os aspectos ou posições de com as quais Marx viria a romper ao longo de sua evolução variam muito conforme cada uma das distintas versões desta tese. Mas em geral, a maior parte das versões tem em comum o seguinte:

- Do ponto de vista de uma teoria da história, reconhece-se a existência de um período teleológico, histórico-filosófico na obra de Marx, mas afirma-se que o autor teria efetuado uma ruptura com este tipo de concepção em algum momento que varia entre 1853 e 1877 (dependendo da versão). A ruptura é em geral relacionada com as análises sobre a Ásia, onde os “esquemas” formulados por Marx para o ocidente não se aplicariam por completo, e consideram em geral os pontos relevantes deste processo de evolução a elaboração da categoria do modo de produção asiático, e os escritos sobre a chamada “via russa”. Após esta ruptura, Marx teria desenvolvido uma teoria da história multilinear, onde as possibilidades de transformação das sociedades humanas seriam mais amplas.
- No que diz respeito ao desenvolvimento numa “teoria do capital”, no sentido mais específico, afirma-se em geral um reconhecimento do subdesenvolvimento, ou seja, a possibilidade de um “novo caminho” a ser trilhado e que não levaria, ao menos não necessariamente, ao mesmo lugar onde se encontram os países industriais. Também aqui a variedade é muito grande, havendo inclusive quem afirme ver em

Marx um precursor da teoria da dependência (Mohri), ou que caminhava neste sentido (Scaron).

O que se buscará fazer nos próximos capítulos será uma análise comparativa crítica destas duas interpretações da obra de Marx com os seus textos. No capítulo 2 o tema será tratado no seu maior nível de abstração, o de uma teoria da história constante da obra de Marx e nestas duas interpretações dela. No capítulo 3 será analisado, da mesma forma, o problema de uma teoria do capital em Marx, ou seja, o nível mais específico.

## **Capítulo 2 – Teoria da história e desenvolvimento em Marx**

Neste capítulo será abordado o primeiro nível de abstração da abordagem do desenvolvimento feita por Marx: o da sociedade em geral, ou seja, aquele correspondente a uma teoria da história.

Foi visto que para a interpretação difusionista a teoria da história presente na obra de Marx corresponderia a uma noção na qual o desenvolvimento histórico das formações sociais humanas se daria em uma sucessão mais ou menos fixa de estágios, unilinear, na qual todas as sociedades se encaixariam. Esta noção de desenvolvimento sobre uma linha pré-determinada de estágios corresponderia a “filosofia da história”, ou seja, uma noção onde a história seguiria um caminho em grande medida pré-determinado por estruturas gerais das quais a ação humana, em última instância, representaria apenas a uma manifestação<sup>61</sup>.

Por outro lado, segundo a interpretação de autores como Shanin, Kohan, Anderson etc., após uma mudança radical em algum momento após os anos 1850, Marx teria chegado a uma noção multilinear do desenvolvimento.

Neste capítulo se buscará retornar à obra de Marx para promover uma comparação crítica com as proposições destas duas teses interpretativas no que diz respeito a este primeiro nível de abstração.

### **2.1 – Teoria da história, filosofia da história e unilinearidade em Marx**

Os textos mais exaustivamente citados para fundamentar a atribuição de uma noção unilinear, histórico-filosófica do desenvolvimento a Marx são a série de textos sobre a

---

<sup>61</sup> Será visto adiante, com a apresentação da concepção hegeliana da história, o sentido específico em que é possível tal correspondência.

dominação britânica na Índia de junho-julho de 1853. Estes textos são também a principal fonte da ampla maioria das interpretações sobre a visão de Marx sobre o desenvolvimento, tanto das que buscam extrair de Marx uma visão “difusionista” do desenvolvimento, onde a expansão capitalista levaria inevitavelmente ao desenvolvimento dos países atrasados, quanto das que vêem uma mudança na posição do autor nos anos 1860.

Trata-se de três artigos, escritos entre 10 de junho e 22 de julho de 1853 e publicados entre o final de julho e o início de agosto do mesmo ano no jornal *New York Tribune*, intitulados *A dominação britânica na Índia* (MARX, 1961a), *A companhia das Índias orientais* (MARX, 1853a), e *Resultados futuros da dominação britânica na Índia* (MARX, 1961b).

Marx buscou expor nos três artigos a tese de que a dominação britânica na Índia, motivada pela busca de lucros e da exploração, acabaria levando também a uma revolução da economia indiana, e seu desenvolvimento sobre bases capitalistas, ainda que fosse empiricamente verificável que estava ocorrendo justamente o contrário. Para justificar esta tese, Marx vai falar em uma dupla missão “histórica” da dominação britânica: na primeira, destrutiva, a dominação britânica levaria ao desmoronamento da economia indiana, baseada na propriedade comunal do solo e na manufatura; na segunda o capital britânico deveria reconstruir a sociedade indiana sobre bases capitalistas. Na maior parte dos textos Marx se preocupa em descrever em detalhes como a dominação britânica está destruindo a economia indiana, tanto que isto colocaria em perigo os próprios negócios britânicos na região.

Em *A dominação britânica na Índia*, Marx apresenta em linhas gerais da sua tese. A questão colocada por Marx para ser tratada nos artigos é a seguinte:

“É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjectos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.” (MARX, 1961a, p. 291).

A própria questão que Marx está colocando ao apresentar a hipótese de que a Inglaterra possa estar sendo “instrumento da História” para que a humanidade cumpra seu “destino”, já indica que o autor está em alguma medida tendo em vista uma filosofia da história, de corte *hegeliano*<sup>62</sup>, para servir de ponto de partida de sua análise.

### 2.1.1 – A concepção hegeliana da história

Para que seja possível determinar se é correta ou não a atribuição da concepção histórico-filosófica hegeliana a Marx, é necessário considerar o assunto com maior detalhe<sup>63</sup>.

Em sua formulação hegeliana, idealista como grande parte da filosofia, a dialética apontava o primado lógico do ideal sobre o real, das idéias sobre a realidade. O homem realizaria em vida aquilo que formulou anteriormente em pensamento. “Aquilo que explica o mundo deve ser anterior ao mundo. O princípio que Hegel busca não é uma causa, mas uma razão pela qual o mundo é o conseqüente” (LLANOS, 1988, p. 89). O aprofundamento deste princípio levaria a busca de uma espécie de “universal”, absoluto, mas que em Hegel seria uma idéia da qual decorresse todo o resto. Neste quadro a realidade, no curso de uma explicação correta, como expressão da idéia e seu conseqüente, precisaria ser deduzida das categorias, que são o sistema da razão objetiva (LLANOS, 1988, p. 90). Estas categorias seriam, assim, realidades anteriores ao mundo. Uma explicação dialética, nesta formulação hegeliana, deveria então demonstrar quais os encadeamentos lógicos, as mediações, entre as idéias primeiras, as categorias, e o real.

---

<sup>62</sup> Este aspecto foi especialmente ressaltado por Aricó (1980, p. 107) e por Bianchi (2010, p. 178). Muitos dos autores que atribuem a Marx à defesa da tese que chamamos de difusionista sobre o desenvolvimento, também atribuem ao autor algum tipo de concepção histórico-filosófica. Kiernan (1974, p. 214), vê uma concepção deste tipo sem muitas contradições desde Marx até os autores marxistas da 2ª e 3ª internacionais; Brewer (1984, p. 3), por sua vez, opina que Marx “nunca se livrou” da influencia hegeliana, nem mesmo em *O Capital*. Outra visão, também relevante nos estudos da abordagem marxiana da questão do desenvolvimento capitalista, também vai apontar a existência de uma filosofia da história nos escritos de Marx sobre o tema, mas que conviveria, numa “tensão permanente”, com outra concepção não-determinista e não-teleológica, e Marx adotaria, em distintos momentos, uma ou outra concepção, mas com uma prevalência, em última instância, da primeira em detrimento da segunda. Exemplos desta segunda posição podem ser vistos em Palma (1978, pp. 886-888) e Larrain (1999, p. 230).

<sup>63</sup> A apresentação feita nesta subseção busca seguir em linhas gerais a contida no trabalho de Llanos (1988, segunda parte).

Mesmo Engels, que como visto anteriormente é acusado de certo “materialismo vulgar” mesmo por aqueles que absolvem Marx de tal crime, afirmaria em sua “dialética da natureza” que “a primeira ruptura com uma visão petrificada da natureza não foi realizada por nenhum naturalista, mas por um filósofo” (2000, pp. 19-20). Engels refere-se a Kant, cuja descoberta de que “a terra e todo o sistema solar... chegaram a ser no curso do tempo” (ENGELS, 2000, p. 20), em sua opinião, já selava as bases para os progressos obtidos por Hegel e depois por Marx. Kant, entretanto, teve como uma das marcas de sua obra o relativismo subjetivista. Em sua obra, o sistema de universais (mundo das idéias) não é objetivo, mas consistiria em conceitos subjetivos da mente humana (epistemológicos, e não ontológicos). Assim, persiste no idealismo kantiano a separação profunda entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Hegel, ao contrário de Kant, propugna que as categorias deveriam ser objetivas, “ontológicas”, portanto passíveis de serem descobertas pelo homem e sem dependência de qualquer mente particular. Aquilo que explica o mundo deveria ser, em termos lógicos (não cronológicos), anterior ao mundo (LLANOS, 1988, p. 89). Se já em Kant havia a noção de que as categorias deveriam ser as condições do mundo, o passo adiante dado por Hegel foi buscar mostrar que o mundo deveria ser dedutível de tais categorias (LLANOS, 1988, p. 90).

A solução encontrada por Hegel, abrindo caminho para uma futura superação da dissociação sujeito-objeto, partiu do princípio de que o mais abstrato seria sempre precedente, em termos lógicos, ao menos abstrato. Dois objetos poderiam igualar-se sempre que retirada deles a característica mais específica que os diferencie. Este princípio, aplicado às categorias, levaria a noção de que quanto mais abstrata uma categoria, mais anterior seria seu lugar na lógica hegeliana (LLANOS, 1988, p. 91). A maior abstração possível então seria aquela comum a todo objeto concebível, o conceito ‘ser’, aplicável aos objetos e ao pensamento. É importante ressaltar o conteúdo objetivo desta forma de pensamento, que o distancia do relativismo: a categoria primeira não é uma para cada sujeito, e não pode ser escolhida ao acaso. Ela existe objetivamente. Este vai ser um dos aspectos importantes tomados de Hegel por Marx.

Assim como a categoria inicial, o método de obtenção do conhecimento também deve ser descoberto. As conexões entre as coisas existem também objetivamente, de modo que não cabe a ninguém inventá-las, mas apenas descobrir como elas são. Segundo Llanos (1988, p. 92), “este é um processo objetivo que para Hegel ocorre fora de nós, o que demonstra que tais conexões lógicas devem ser descobertas”. Ocorre que a categoria mais abstrata exclui todas as diferenças e determinações, justamente por ter sido obtida através da abstração destas. A questão passa a ser então como deduzir a diferença do gênero, do abstrato, se esta foi excluída para que este surgisse? Hegel afirma então que a noção da unidade dos opostos, de que um conceito pode conter o seu próprio oposto escondido dentro de si mesmo, e que isto é o que possibilitaria a transformação do gênero em espécie<sup>64</sup>. Ou seja, Hegel desenvolve uma forma de pensamento que ao mesmo tempo aceita a contradição, uma vez que “o gênero” deveria conter em si a diferença para tornar-se “espécie”, e, além disso, que a origem desta transformação deveria ser buscada na objetividade, fora do pensamento.

De uma forma um tanto rude, poderíamos afirmar que a famosa tríade tese-antítese-síntese é o método apresentado para fazer este caminho do geral ao específico. A tese é sempre afirmativa e a antítese sua negação, seu oposto. A terceira seria a unidade das duas primeiras, contendo ao mesmo tempo a oposição existente entre elas e sua subjacente unidade. Apenas isto já violaria as leis da lógica formal, que não admitiriam jamais a contradição. Mas a lógica formal não podia admitir a contradição justamente por não aceitar que tudo está em constante movimento, em relacionar-se com uma realidade estática. Uma vez que se aceita o movimento e a constante transformação fica mais fácil aceitar a contradição, que seria resolvida pela síntese, o devir. Assim:

A descoberta de Hegel é que a diferença é sempre o negativo, e, com isto, se vê que a velha oposição, na qual o gênero exclui a diferença, não é completa. [...] a razão admite que as categorias opostas se eliminam, mas esta exclusão não é absoluta e não é incompatível com a unidade dos opostos [...]. O gênero é indeterminado, a espécie determinada. Acrescentamos uma determinação ao

---

<sup>64</sup> Segundo Jupiassú e Marcondes (2001) espécie, na lógica clássica, constitui um dos universais designando aquilo em que se divide o gênero, isto é, aquilo que é compreendido em sua extensão: “o homem é uma espécie do gênero animal” (JUPIASSÚ E MARCONDES, 2001, p. 66). Já o gênero poderia ser definido como “termo ou conceito que engloba outros termos ou conceitos, ou seja, que possui, relativamente a eles uma maior extensão” (JUPIASSÚ E MARCONDES, 2001, p. 85).

gênero e obteremos a espécie [...]. Ao agregar o negativo, o oposto, ao gênero, o limitamos e em conseqüência o determinamos, e isto é convertê-lo em espécie (LLANOS, 1988, p. 95).

Este seria, em linhas gerais, o que Marx chamou de “núcleo racional” da dialética hegeliana, que possibilitaria em seus próprios termos, sua negação e conversão em espécie, a dialética materialista.

Como decorrência, se no sistema de Hegel a história vai unificar-se com a lógica, esta unidade terá a primeira se subordinando à segunda, uma vez que o indivíduo histórico praticamente desaparece como “momento evanescente de uma monumental história que representa a realização progressiva do Absoluto”, reconhecido, mas absorvido por uma “razão astuta que faz uso delas, a fim de concretizar sua própria realidade. A liberdade do homem, suas aventuras, seus riscos, seus fracassos ou seus sucessos parciais, vão todos contribuir para esta teodicéia<sup>65</sup>” (HYPPOLITE, 1973, pp. v-vi).

Em Marx, assim como em Hegel, também ocorre esta unificação, ou melhor, a superação da dissociação da filosofia anterior a Hegel (caso de Kant) entre sujeito e objeto. Mas esta superação ocorre de forma fundamentalmente diferente. Na verdade oposta em alguns sentidos.

### **2.1.2 – A teoria da história de Marx**

No que diz respeito a Marx, entretanto, foram inúmeros os autores marxistas que ressaltaram como aspecto central no pensamento marxiano a superação dos postulados *hegelianos* (como no caso de uma “filosofia da história”) realizada por Marx. Entre estes

---

<sup>65</sup> Teodicéia aqui faz referência à manifestação da vontade divina através de uma razão “natural”, cuja contrariedade, por oposição, expressaria o mal “natural”. O termo foi utilizado principalmente por Tomás de Aquino.

autores poderíamos citar desde Engels (2000, p. 34), G. Lukacs<sup>66</sup>, passando por Marcuse<sup>67</sup>, Hyppolite<sup>68</sup>, Lefebvre (1968<sup>69</sup>; 1979: 2), Kosik<sup>70</sup>, Llanos (1988, pp. 112-161) e Dussel (1990, pp. 254-256), todos destacam centralidade da superação operada por Marx da filosofia idealista, e com ela, da concepção histórico-filosófica hegeliana. Além disso, recentemente manifestaram-se no mesmo sentido Bianchi (2010, pp. 178-182), Vaissman (2006, p. 335) e Costa Netto (2003, pp. 86-95).

<sup>66</sup> “A ontologia marxiana se diferencia da de Hegel por afastar todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico. Com esse ato materialista de ‘colocar sobre os próprios pés’, não podia deixar de desaparecer da série dos momentos motores do processo também a síntese do elemento simples. Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve sempre ser objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz, portanto, a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: ‘formas do ser, determinações da existência’” (LUKACS, 2009, p. 226).

<sup>67</sup> “Todos os conceitos filosóficos da teoria marxista são categorias sociais e econômicas, quando as categorias sociais e econômicas de Hegel são conceitos filosóficos” (MARCUSE, 1999, p. 258).

<sup>68</sup> Hyppolite afirma que inexiste em Marx “qualquer questão de sujeito absoluto, matéria ou espírito, que poderia seguir um desenvolvimento dialético contínuo”, nem tampouco qualquer “totalidade geneticamente indivisível, mas várias totalidades” (HYPPOLITE, 1973, p. viii). A totalidade de Marx é de um tipo “muito diferente do princípio espiritual de Hegel” e é nela onde ocorrem os desenvolvimentos, seja “em suas fases onde o antagonismo é ainda apenas uma diferença, onde ele aparece como uma luta aberta, ou mesmo onde aparece como uma explosão que envolve toda a totalidade em uma transformação” (HYPPOLITE, 1973, p. ix). Assim, restaria que as formas de “esquematismo (mesmo aquele presente nas sistematizações de Engels), o monismo e o determinismo são mais hegelianos que marxistas” (HYPPOLITE, 1973, p. ix).

<sup>69</sup> “Qual foi a relação entre Hegel e Marx? [...] Um perpétuo combate. [...]. Um combate revolucionário para arrancar à enorme massa do hegelianismo – edifício simbólico da sociedade existente, de sua realidade e de sua idealidade, de suas relações sociais e de seu Estado, os materiais e meios ‘espirituais’ indispensáveis à total unidade recolocada em questão começa com a vida intelectual e política de Marx. Ela se intensifica depois de uma espécie de calmaria, com os trabalhos preparatórios ao Capital. Marx retoma a lógica hegeliana, concebe a inversão do sistema de Hegel e de seu método dialético, caso particular do reviramento do mundo pelo avesso. O combate dura ainda trinta e cinco anos após os primeiros confrontos. *La critique du programme de Gotha* (1875) continua a crítica da filosofia hegeliana do Estado e do Direito. [...] Ora, o combate continua: tirar de Hegel, destruindo-o, aquilo que pode ser incorporado no pensamento fundamentalmente renovado” (LEFEBVRE, 1968, p. 92).

<sup>70</sup> “Depois da constatação de Marx, de que a história não faz absolutamente nada, e que *tudo* nela – inclusive a própria história – é feito pelo homem, a tarefa mais urgente já não consiste em enumerar as insuficiências da filosofia da história, mas em examinar as causas da sua fundamental mistificação” (KOSIK, 1986, pp. 214). “[...] Da crítica da filosofia da história deduz-se, antes de tudo o que a razão providencialmente construída não possibilita a compreensão racional da história. [...] A razão não é antecipadamente prefigurada na história porque se manifeste como razão no processo histórico, mas a razão *se cria* como tal na história. A concepção providencial acredita que a história seja ordenada pela razão e que a razão precedentemente predisposta se manifeste na história através de uma gradual realização. Na concepção materialista, ao contrário, a razão se cria na história apenas porque a história não é *racionalmente pré-determinada*, ela se *torna* racional. A razão na história não é a razão providencial da harmonia preestabelecida e do triunfo do bem metafisicamente preestabelecido; é a batalhadora razão da dialética histórica, segundo a qual na história se combate pela racionalidade, e cada fase histórica da razão se realiza no conflito com a não-razão histórica. Na história não existe uma razão já pronta, meta-histórica, que se manifeste em acontecimentos históricos. A razão histórica

É óbvio que, pela complexidade do tema, uma tentativa de demonstração exaustiva desta superação através da obra de Marx não seria possível dentro das limitações deste estudo. Entretanto, parece interessante como ilustração a forma como Marx pronunciou-se sobre o assunto de forma clara em distintas ocasiões, em diferentes momentos de sua trajetória.

Como visto acima, para Hegel, a realidade seria apenas uma manifestação da idéia e as idéias teriam precedência lógica sobre ela. Contra esta concepção idealista da dialética, Marx construiu sua noção materialista, onde as idéias seriam uma expressão da realidade. É o que vemos no Posfácio da 2ª edição de O Capital:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é um demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Há quase trinta anos, numa época em que ela ainda estava em moda, critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana. Quando eu elaborava o primeiro volume de O Capital, epígonos<sup>71</sup> aborrecidos, arrogantes e medíocres que agora pontificam na Alemanha culta, se permitiam tratar Hegel como o bravo Moses Mendelssohn tratou Espinosa na época de Lessing, ou seja, um ‘cachorro morto’. Por isso, confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para seus porta-vozes doutrinários, por que, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1985, I-1, pp. 20-21).

Hegel havia operado a unificação das instâncias do lógico e do histórico, do pensamento e da realidade, do sujeito e do objeto, típica do pensamento metafísico. Mas nele o real não passava de uma manifestação da “idéia” e o concreto de um produto do espírito, e subordinado ao espírito. Era isso o que Marx chamaria na citação acima de mistificação, ou “forma mistificada” da dialética, presente em Hegel. Para Marx a superação do dualismo e

---

atinge a própria racionalidade na sua realização” (KOSIK, 1986, pp. 215-216).

<sup>71</sup> Segundo nota da edição alemã, Marx refere-se aí aos filósofos alemães Büchner, Lange, Dühring, e Fechner.

da dicotomia lógico-histórica não se daria com a filosofia, ou seja, no terreno do pensamento, mas através de uma ação sobre a realidade e a transformação da própria sociedade, transformação esta que seria o produto necessário da luta entre contrários unidos em uma situação concreta. A síntese decorrente das contradições existentes não seria de forma alguma um processo onde seu resultado já estaria determinado de forma automática. A síntese (ou as diversas sínteses passíveis de serem construídas) é colocada pela contradição apenas como uma (ou diversas) possibilidade e apenas o desenvolvimento concreto da luta entre os opostos pode determinar sua efetivação. A descoberta das ‘leis de movimento’ seria justamente a descoberta dessas possibilidades decorrentes das contradições existentes, ou seja, as possibilidades colocadas pelo próprio real que cria as condições de sua transformação. Em suma, a história subordina a lógica e não o oposto, como ocorrera na síntese hegeliana.

Pode-se observar esta síntese na teoria de Marx em diversos momentos de sua evolução. Já em 1845, na *ideologia alemã* (portanto antes do momento de sua grande “mudança”, em qualquer das versões apontadas pelas teses que advogam a existência de uma mudança) Marx afirmaria de forma categórica o que podemos apontar como uma teoria da história completamente não-linear<sup>72</sup>, ou seja, completamente incompatível com a tese da unilinearidade:

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção.

A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos ou condições materiais, independentes de sua vontade (MARX e ENGELS, 1982, p. 35-36).

Para Marx, portanto, existem pressupostos e condições materiais que estabelecem limites para a atividade humana. Marx fala destes pressupostos em outro trecho da mesma obra:

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos viventes. Portanto o primeiro estado factualmente

<sup>72</sup> Este ponto foi ressaltado por Carcanholo e Augusto (2013).

constatável é a organização corpórea destes indivíduos e, como consequência disso, seus comportamentos com relação ao resto da natureza. [...]

Porém, o homem, em si mesmo, diferencia-se dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, etapa esta condicionada pela sua organização corporal. Ao produzir os seus meios de vida o homem produzirá, indiretamente, sua própria vida material. [...]

A maneira como os homens produzem seus meios de vida depende, acima de tudo, da própria natureza destes meios, com os quais se defrontam e que procuram reproduzir. Este modo de produção não deve ser unicamente considerado como reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se de um modo específico de atividade destes indivíduos, de um determinado modo de vida. E tal como manifestam este modo de vida, assim são. Por conseguinte, o que eles são coincide com suas produções, com o que produzem e com o modo que produzem. Portanto, o que os indivíduos são dependentes das condições materiais de suas produções. (MARX e ENGELS, 1982, pp. 26-27).

Fica claro que é desta relação entre forças produtivas e relações sociais de produção que surgem os limites, as condições materiais. Obviamente, não se pode afirmar que Marx não se referenciasse em qualquer pressuposto supra-histórico, ou trans-histórico, para sua análise. Entretanto, estes pressupostos, ao contrário da filosofia idealista e mesmo do materialismo vulgar, encontrar-se-iam na própria realidade<sup>73</sup>, e não decorrem da “filosofia”. Não poderiam levar a uma “filosofia da história”. Mais adiante, Marx vai além:

A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, quando muito, um resumo dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a seqüência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas (MARX e ENGELS, 1982, p. 38).

Neste último trecho, Marx recusa de forma explícita qualquer “filosofia da história” bem como qualquer visão que resulte num “esquema onde as épocas podem ser enquadradas”, que é justamente o que ocorre com a noção de unilinearidade do desenvolvimento.

---

<sup>73</sup> “Esta maneira de considerar as coisas não é desprovida de pressupostos. Parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresente este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas” (MARX e ENGELS, 1983, p. 38).

Outra ocasião é em uma carta de 1877 em que Marx responde ao redator<sup>74</sup> de uma revista russa chamada ‘*Otetchestvieniie Zapiski*’. Na crítica que motivou a carta, o redator, assim como vários críticos contemporâneos de Marx, afirmara que as posições enunciadas por Marx em *O Capital*, em especial no capítulo sobre a acumulação primitiva (MARX, 1985, I-2, pp. 261-292), formariam uma teoria histórico-filosófica na qual o caminho traçado pela Europa ocidental, no que diz respeito à transição do feudalismo para o capitalismo, seria inevitável para qualquer país que buscasse o progresso. O autor então criticava Marx afirmando a existência de outra possibilidade, no caso russo, que seria o desenvolvimento a partir da propriedade comunal no campo. Em resposta Marx escreve à revista russa afirmando que, ao contrário da posição a ele atribuída, no capítulo em questão afirmara apenas que os países da Europa ocidental, uma vez tendo trilhado os caminhos do surgimento do capitalismo expressos na expropriação dos camponeses da terra e dos instrumentos de trabalho e em sua conseqüente transformação em proletários, se veriam todos submetidos às mesmas leis “impiedosas” do capitalismo, conforme analisadas na obra em questão. Logo, para Marx, a aplicação possível deste “esboço histórico” constante do capítulo sobre acumulação primitiva à Rússia, é a de que caso houvesse ali uma expropriação dos camponeses e sua transformação em proletários, também a economia russa se veria submetida às mesmas leis capitalistas vigentes nos países da Europa Ocidental, e de forma nenhuma levaria a construção de qualquer “filosofia da história”. Por fim, Marx rejeita expressamente qualquer concepção histórico-filosófica como um meio adequado para fundamentar a análise da realidade social:

Que a aplicação à Rússia meu crítico poderia fazer deste esboço histórico? Apenas esta: se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental – e nos últimos anos ela tem se dado muito mal neste sentido – não o conseguirá sem antes transformar boa parte de seus camponeses em proletários; e então, uma vez introduzida no seio do regime capitalista, ela experimentará suas leis impiedosas, como ocorreu aos outros países profanos. Isto é tudo, mas não para meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta formação econômica que assegure, juntamente com o maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais

<sup>74</sup> O redator em questão era N.K. Mikhailovski (1842-1904), intelectual e expoente *narodnik*. A leitura de ‘*O Capital*’ pelos intelectuais *narodniks*, como será visto mais adiante, foi parte fundamental da recepção do marxismo na Rússia. O artigo de Mikhailovski, objeto da réplica de Marx, chama-se “Karl Marx sobre o julgamento de I. Jukovski” e foi publicado pela revista (cujo nome poderia ser traduzido como “Anais da pátria”) em sua edição de outubro de 1887. Pode ser encontrado em Fernandes (1982, pp. 159-164), e na recente compilação dos escritos russos de Marx (MARX e ENGELS, 2013).

completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isto ao mesmo tempo muito me honra e muito me envergonha. Tomemos um exemplo. Em diferentes passagens de O Capital eu faço alusão ao destino dos plebeus da antiga Roma. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, cada um por sua conta, suas próprias parcelas de terra. No curso da história romana, eles foram expropriados. O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também de grandes capitais monetários. Assim, um belo dia havia, de um lado, trabalhadores livres, despojados de tudo, exceto de sua força de trabalho, e de outro, para explorar esse trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que ocorreu? Os proletários romanos transformaram-se não em trabalhadores assalariados, mas em uma plebe ociosa, mais abjeta que os *poor whites* do Sul dos Estados Unidos, e junto a eles não se desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista. Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela como um *passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica. (MARX, 1877, pp. 167-168).

Esta carta de 1877 apresenta conteúdo de semelhança impressionante com o trecho visto acima, da ideologia alemã, principalmente no que diz respeito à rejeição clara de qualquer concepção histórico-filosófica.

Viu-se que Marx não deixa de ter pressupostos trans-históricos para sua análise. Mas, em primeiro lugar, estes pressupostos decorrem da própria realidade. Além disso, do ponto de vista da teoria da história de Marx, não seria adequado fundamentar análises concretas sobre processos de desenvolvimento, ou sobre quaisquer questões concretas, diretamente nestes pré-supostos trans-históricos, ignorando a análise empírica, ou a teoria de funcionamento do modo de produção especificamente capitalista, suas leis de movimento como a teoria do valor e a teoria da acumulação, bem como as demais determinações ainda mais específicas. Se as leis de movimento específicas do modo de produção capitalista, no quadro teórico-metodológico de Marx, não podem revogar nenhum desses pré-supostos (na medida em que o homem segue sendo um ser social e cuja reprodução social segue sendo baseada no trabalho etc) também é verdade que não é uma forma adequada de análise buscar derivar diretamente dos pré-supostos qualquer tipo de determinação direta ignorando estas leis de movimento específicas, pois isto consistiria basicamente secundarizar, abstrair as especificidades do modo de produção, inviabilizando, portanto, seu conhecimento<sup>75</sup>. Nos

<sup>75</sup> Entram neste caso também concepções funcionais onde, embora não se recorra a uma “filosofia da história”, recorre-se ao determinismo tecnológico, eliminando o caráter contraditório da relação entre forças

termos de Marx de 1845, este tipo de abstração “não tem valor algum”, enquanto para o Marx de 1877, este caminho seria um *passé-partout*, por aonde “nunca chegaríamos” à compreensão da realidade.

Mas se esta noção de desenvolvimento não corresponde à expressa por Marx e foi rejeitada expressamente por ele em distintas ocasiões, como se poderia então descrever o que o autor entendia por desenvolvimento neste sentido mais amplo, de uma teoria da história? Pode-se aqui apenas indicar em linhas gerais alguns aspectos elementares desta noção.

Nos trechos da ideologia alemã vistos acima fica claro que, para Marx, existem limitações para a ação humana. Ou seja, não se trata de um desenvolvimento histórico que pode ir para qualquer direção, onde “tudo pode acontecer”, ou do qual não seria possível apreender as possibilidades de evolução. Já permitem a percepção de uma teoria da história onde existem limitações, pressupostos, que decorrem justamente das forças produtivas acumuladas pelas gerações passadas, em uma relação contraditória<sup>76</sup> de determinação recíproca com as relações sociais de produção estabelecidas entre os homens, mas na qual as forças produtivas assumem um aspecto prioritário por que o homem, quando começa a produzir seus meios de vida, “está condicionado por sua condição corporal”, ou seja, pela natureza. Somente após o que passa a produzir, “indiretamente, sua própria vida material”.

---

produtivas e relações sociais de produção, ou estabelecendo a existência de um vínculo único entre estas duas instâncias em um dado momento. Sobre isto ver Carcanholo e Augusto (2013, pp. 8-9).

<sup>76</sup> Conforme a clássica passagem do *prefácio à crítica da economia política*:

Na produção geral de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção de vida material condiciona o desenvolvimento da vida social política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura”.

Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; É preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 1971, p. 28-29).

Também na *ideologia alemã*, Marx refere-se aos diferentes níveis de desenvolvimento dos distintos países da seguinte maneira:

As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de maneira clara pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo), cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho (MARX e ENGELS, 1982, pp. 28-29).

A passagem acima é notavelmente clara ao afirmar a combinação de elementos, forças produtivas e relações de produção<sup>77</sup>, sofisticação da divisão do trabalho e do intercâmbio como componentes do desenvolvimento. Marx aqui não limita sua noção de desenvolvimento ao avanço das relações de produção capitalistas, como fazem a maior parte dos seus intérpretes difusionistas e nem a uma noção que ignore as limitações materiais concretas dadas pelo processo de reprodução social. Marx aponta como medida para o grau do desenvolvimento de uma nação, além do intercâmbio interno e externo, o “grau de desenvolvimento da divisão do trabalho”, que expressa a medida do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, em *termos qualitativos* e não meramente quantitativos, ou seja, refere-se ao surgimento de novas forças produtivas do trabalho, e não ao mero aumento de quantidade das forças produtivas já existentes<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Nesta fase Marx e Engels não haviam ainda chegado à categoria “relações de produção”, de modo que para referir-se a elas utilizam as palavras *Verkehrsform* e *Verkehrsweise* (relações e modo de intercâmbio). Sobre isso ver *nota dos tradutores* em Marx e Engels (1982, p. 28).

<sup>78</sup> Corresponde em grande medida a esta descrição aquela encontrada na obra de Lukács, onde ele se refere à noção marxiana de desenvolvimento englobando três aspectos, ou três tendências: do aumento das forças produtivas do trabalho (ou seja, a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições de vida humana), o caráter progressivamente social deste processo de reprodução (o recuo das barreiras naturais, o processo de reprodução da vida humana se torna cada vez mais social e menos “natural”) e a formação do gênero humano, no sentido da unificação da humanidade, resultado contraditório das “ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas” (LUKACS, 2007, 237-238).

Para Lukacs a percepção desta noção em Marx é muito interessante por representar, conforme ressaltado por Bonente (2011, p. 22), a possibilidade de um reconhecimento objetivo da dinâmica de funcionamento da sociedade. Nas palavras do autor húngaro:

Todas as linhas de desenvolvimento desse tipo possuem um caráter ontológico, ou seja, mostram em que direção, com que alterações de objetividades, de relações, etc, as categorias decisivas da economia vão superando cada vez mais sua originária ligação predominante com a natureza, assumindo de modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social. Naturalmente, nesse contexto, surgem também categorias de caráter social puro. É já o caso do valor; mas, por causa de sua inseparabilidade do valor-de-uso, o valor se liga de certo modo a uma base natural, ainda que socialmente transformada. Não há dúvida de que temos aqui um processo de desenvolvimento; e também se pode dizer que, no plano puramente ontológico, é um progresso o fato de que essa nova forma do ser social consiga, no curso do seu desenvolvimento, realizar-se cada vez mais a si mesma, ou seja, explicitar-se em categorias cada vez mais independentes e conservar as formas naturais apenas de um modo que as supera cada vez mais. Nessa constatação ontológica do progresso, não está contido nenhum juízo de valor subjetivo. Trata-se da constatação de um estado de coisas ontológico, independentemente de como ele seja avaliado posteriormente. (Pode-se aprovar, deplorar etc, o "recuo das barreiras naturais") (LUKACS, 1979, p. 54).

O desenvolvimento, portanto, neste sentido mais abstrato, corresponderia às tendências objetivamente observadas da formação do gênero humano, à progressiva realização do homem como ser social, o aumento de sua sociabilidade, expressando a sofisticação da divisão do trabalho e do intercambio interno, possibilitados pelo crescimento qualitativo das forças produtivas da sociedade. Como nos alerta Bonente (2013, p. 15), esta noção marxiana, a mesma retomada por Lukacs, não corresponde a uma “concepção simplista e vulgarizada do progresso, que retém apenas um resultado qualquer já quantificado do desenvolvimento (crescimento das forças produtivas, difusão quantitativa dos conhecimentos, etc) e sobre esta base decreta a existência de um progresso generalizado” e nem a outra, oposta, que assumindo a existência de retrocessos, que é inegável, passa a “negar em absoluto a existência do progresso” (LUKACS, 1979, p. 124).

## **2.2 - A segunda formulação da unilinearidade – O capitalismo como único caminho para a incorporação da ciência ao processo de produção**

Viu-se no capítulo anterior<sup>79</sup>, entretanto, que nos próprios artigos de 1853 há uma dificuldade para a defesa da tese da unilinearidade, que reside na formulação, feita por Marx, da categoria do modo de produção asiático. A dificuldade consiste no seguinte: como seria possível, apoiando-se nos artigos de 1853, sustentar que Marx defendia a tese da unilinearidade do desenvolvimento das sociedades se, nestes próprios artigos, Marx afirma que as sociedades asiáticas percorreram um caminho distinto da Europa, que consiste em um modo de produção distinto, que Marx chama de *modo de produção asiático*?

Foi buscando resolver esta contradição que surge nos anos 1980, uma nova formulação da interpretação difusionista baseada num “novo” tipo de unilinearidade. Esta interpretação, conforme foi visto no capítulo anterior, está presente (ainda que como pressuposto) em diversos dos trabalhos difusionistas. É o caso de Brenner (1977) e Palma (1978), por exemplo. Mas suas formulações mais claras são as que aparecem nas obras de Vujacic (1988) e Brewer (1990). Viu-se também que estas interpretações consistem fundamentalmente na atribuição a Marx de uma noção histórico-filosófica onde a unilinearidade de cinco estágios (comunismo primitivo → escravismo → feudalismo → capitalismo → socialismo / comunismo) seria substituída por uma unilinearidade de três estágios (pré-capitalismo → capitalismo → socialismo / comunismo).

A essência desta concepção é que ela atribui ao capitalismo um caráter *necessário* para o desenvolvimento, e afirma que esta necessidade decorreria da teoria marxiana da história. Ou seja, para Marx só seria possível ocorrer a evolução de qualquer formação social para um patamar mais avançado de desenvolvimento, incorporando a ciência e a técnica ao processo de produção, se esta formação social passasse pelo estágio capitalista.

O principal motivo desta necessidade de uma etapa capitalista teria relação com o problema da incorporação da ciência e da técnica ao processo de produção. Afirma-se que antes do capitalismo nenhum outro tipo de sociedade havia observado a constante revolução da técnica que é observada com a produção capitalista. Conclui-se então que a existência do progresso técnico seria, de alguma forma, algo que apenas o modo de produção capitalista

---

<sup>79</sup> Este ponto é levantado por autores como Kohan (1998) e Anderson (2010), mas podemos afirmar que permeia o debate entre as “duas teses” desde o final dos anos 1970.

poderia possibilitar. Em alguns casos, relaciona-se a possibilidade de progresso técnico com o que Marx chamou de mais-valia relativa<sup>80</sup>, sendo, portanto, possível apenas com a existência de relações sociais de produção capitalistas.

Nas próximas seções esta tese será submetida a uma comparação crítica à luz da obra de Marx de duas formas distintas. Primeiro o problema será analisado do ponto de vista da teoria marxiana da alienação e na seção seguinte será vista uma análise concreta específica de Marx onde ele rejeita esta tese de forma categórica.

### **2.2.1 - O revolucionamento das forças produtivas do trabalho no capitalismo: Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Alienação e objetivação**

Marx via na introdução da indústria moderna, da maquinaria, das formas de utilização das forças da natureza para multiplicar a produtividade do trabalho, e sua aplicação no processo de produção *como um elemento central do processo de desenvolvimento*. O “revolucionamento do modo de produção” é justamente uma referência à apropriação da ciência e da tecnologia pelo processo de trabalho e sua acumulação na forma de um trabalho morto, objetivado, do maquinismo, dos sistemas automáticos de máquinas movidos por novas fontes de energia, e não pela força humana.

Este processo se dá historicamente na Europa de uma forma que equivale à subsunção<sup>81</sup>, à incorporação no capital do trabalho, incluindo aí da ciência e da tecnologia. Marx faz de forma categórica uma distinção de duas fases neste processo de controle do trabalho pelo capital, do trabalho vivo pelo trabalho morto.

O controle “puramente subjetivo”, formal, do processo de trabalho, existente na manufatura, ainda que em sua forma capitalista, ou seja, naquela que se dá em meio a relações sociais de assalariamento, formalmente livres, deixa sua base técnica inalterada

---

<sup>80</sup> Este é o principal argumento de Brenner (1977), mas está presente em diversos autores desta interpretação.

<sup>81</sup> A palavra subsunção significa, em geral, a inclusão de alguma coisa em algo maior, mais amplo. No caso da subsunção do trabalho ao capital, Marx está tratando das formas segundo as quais, historicamente, o trabalho foi dominado e incorporado ao capital.

justamente porque não revoluciona as forças produtivas do trabalho, ao contrário do processo de controle real existente na indústria. Estes dois tipos distintos, ou fases distintas, do controle do capital sobre o processo de produção, Marx chama respectivamente de *subsunção formal* e *subsunção real* do trabalho ao capital<sup>82</sup>.

Para Marx “a característica geral da subsunção formal, a subordinação direta do processo de trabalho ao capital subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando, a forma em que se desenvolva tal processo” (MARX, 2004, p. 104). Ou seja, a subsunção formal, de forma ampla, abarca todas as formas de controle do capital sobre o trabalho, ainda que não se altere em nada como ocorre este trabalho, suas características técnicas: “O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital” (MARX, 2004, pp. 94-95). Segundo Napoleoni “a subsunção formal do trabalho ao capital, consiste no fato de que o capital subsume a si o trabalho deixando-o, porém, nas mesmas determinações técnicas que ele tinha antes que o capital interviesse no sentido de dominar o processo produtivo” (NAPOLEONI, 1981, p. 80). A atividade produtiva ocorre essencialmente “segundo as formas que se realizaram historicamente não sob o domínio do capital, mas sob o domínio de outras formações histórico-sociais” (NAPOLEONI, 1981, p. 80).

Esta forma de controle direto do capital sobre a produção que Marx chama de subsunção formal pode, portanto, acarretar um aumento do trabalho excedente que não ocorreria em outras circunstâncias, mas este aumento deve-se tão somente ao prolongamento da jornada de trabalho (NAPOLEONI, 1981, p. 80)<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Seguiremos aqui a interpretação dada a estas categorias por Napoleoni (1981). Sobre este tema, ver também Romero (2005), Dussel (1983) e Dos Santos (1984).

<sup>83</sup> Outros autores retiram dos textos de Marx a interpretação de que também na subsunção formal poderiam existir ganhos de produtividade relacionados à divisão do trabalho, etc. Carcanholo e Sabadini (2011), por exemplo, listam tipos de “racionalização” ou reorganização produtiva entre as fontes de realização da mais-valia relativa (CARCANHOLO e SABADINI, 2011, p. 139), o que poderia, em tese, levar a uma possibilidade de realização de mais-valia relativa anterior à subsunção real. Para o ponto defendido nesta seção, a polêmica não chega a ser determinante, pois mesmo admitindo-se esta possibilidade, parece não haver dúvidas de que apenas este elemento seria insuficiente para explicar o avanço extraordinário da objetivação do trabalho percebido no capitalismo (ignorando-se a questão das forças produtivas do trabalho e sua evolução contraditória com as relações de produção). A intenção aqui será estabelecer uma diferenciação com posições que identificam a existência da mais-valia relativa com o desenvolvimento e que estabelecem como seu fundamento apenas a adoção de relações sociais capitalistas (caso de Brenner) e que levariam a uma visão que aponta a adoção de tais relações como uma necessidade absoluta de qualquer processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, que toda adoção de relações capitalistas resultaria em

Já a subsunção real, específica, é aquela na qual “se ergue um modo de produção tecnologicamente específico, que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais”, de modo que:

A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta.

Com a subsunção real do trabalho ao capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário (MARX, 2004, pp. 104-105).

Assim é somente com a introdução do maquinismo, quando o trabalhador se torna mero apêndice do processo, que se torna possível a mais-valia relativa, que caracteriza o processo de desenvolvimento capitalista<sup>84</sup>. Viu-se anteriormente que a mais-valia absoluta era um procedimento no qual o aumento de produto excedente (ou o aumento da taxa de exploração<sup>85</sup>) era obtido mediante o aumento da jornada de trabalho (e também, em algumas interpretações, e provavelmente também para Marx, da intensidade do trabalho), mantidas as demais variáveis, enquanto a mais-valia relativa era o aumento do produto excedente mediante o barateamento das mercadorias que compõe a subsistência operária, ou seja, a remuneração operária que corresponde ao capital variável, e assim outra forma de tornar a relação  $m/v$ , a taxa de mais-valia, mais favorável ao capital.

---

“desenvolvimento” (e, assim, que o subdesenvolvimento teria que vir de outras causas, que não o próprio avanço das relações capitalistas).

<sup>84</sup> A mais-valia relativa é amplamente considerada entre os autores marxistas como um aspecto decisivo do processo de desenvolvimento capitalista por corresponder à possibilidade de que haja um aumento da taxa de mais-valia, ou seja, a constituição de uma situação mais favorável ao capital, ainda que ao mesmo tempo aumente também (ou no mínimo mantenha) o acesso dos trabalhadores às mercadorias do consumo de massas, ou seja, uma ampliação dos valores de uso cedidos aos trabalhadores como remuneração, ainda que em termos de valor esta remuneração esteja sendo reduzida (o que Mandel, por exemplo, chamaria de empobrecimento relativo – Ver Mandel, 1968, pp. 88-89). O que é normalmente polêmico é que nos autores mais próximos da interpretação difusionista, o surgimento da mais-valia relativa costuma ser visto como uma característica intrínseca e conseqüência inevitável das relações capitalistas, enquanto nos autores mais simpáticos às teorias do subdesenvolvimento, existe a possibilidade de que mesmo com relações de produção capitalistas, não se dê esta mesma preponderância da mais-valia relativa. Tentar-se-á demonstrar que esta segunda posição é a que corresponde mais fielmente ao pensamento de Marx.

<sup>85</sup> Marx dividia o capital em capital constante ( $c$  = meios de produção, máquinas, matérias primas e matérias auxiliares, que transferem apenas o seu valor às mercadorias, portanto um valor constante), capital variável ( $v$  = gasto em salários, ou, em outros termos, as mercadorias de subsistência, bens de consumo, possibilitam a mais-valia pois com elas se compra a força de trabalho que produz o mais-valor) e mais-valia ( $m$  = valor acrescido pelo trabalho vivo após um ciclo, que será dividido em  $c$  e  $v$  para iniciar um novo). Marx chama então de taxa de mais-valia, ou de taxa de exploração, a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário ( $m/v$ ).

Trata-se, como afirma Napoleoni, de dois modos não excludentes de aumento do produto excedente (NAPOLEONI, 1981, p. 77). Em ambos se obtém uma situação mais favorável para o capital. Mas o primeiro, a mais-valia absoluta, encontra limites maiores na resistência operária, expressa nas lutas por legislações trabalhistas e nos próprios limites físicos dos trabalhadores. Para a sua realização, não é relevante o aspecto técnico da produção, ou seja, ela é possível mesmo que as condições técnicas da produção não tenham sido alteradas desde os tempos da produção pré-capitalista (manufatura, trabalho artesanal, etc), bastando que se exija dos operários um maior esforço, seja em horas de trabalho, seja em intensidade. Entretanto, não se limita às “formas de transição” onde ainda não se estabeleceram relações capitalistas de produção, ou seja, trabalho assalariado, muito pelo contrário. Para Marx, no processo de transição ao capitalismo, *a mais-valia absoluta segue sendo a forma fundamental de aumento do produto excedente enquanto não se estabelece a subsunção real do trabalho ao capital, através do maquinismo, mesmo que se tenham estabelecido relações sociais capitalistas de produção, relações “livres” de trabalho, ou seja, trabalho assalariado*<sup>86</sup>. Segundo Napoleoni:

Ora, nesse caso, já que a tecnologia ainda não foi atingida pelo capital e, por isso, é aquilo que é, e o capital não a modifica, o capital não tem outro modo de extrair maior mais-valia do trabalho operário além do modo que se dá através do prolongamento da jornada de trabalho (NAPOLEONI, 1981, p. 80).

A mudança que ocorre com a introdução das máquinas, das novas fontes de energia e da ciência no processo produtivo existente na visão de Marx pode ser dividida em dois aspectos. Estes aspectos se fundem no processo histórico, se apresentam em uma unidade contraditória entre o conteúdo técnico-material e a forma social na qual este conteúdo se expressa.

---

<sup>86</sup> Marx deixa isto muito claro nas seguintes passagens, além das citadas anteriormente:

Denomino subsunção formal do trabalho no capital à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores cuja base surge (ou é introduzida)” (MARX, 2004, p. 94).

Quando a relação da hegemonia e a subordinação substitui a escravidão, a servidão, a vassalagem, as formas patriarcais, etc., da subordinação, opera-se apenas uma mudança na forma. A forma torna-se mais livre porque é agora de natureza meramente material, formalmente voluntária, puramente econômica” (MARX, 2004, p. 97).

Há pagamento de salários, e o mestre, o oficial e o aprendiz defrontam-se uns com os outros como pessoas livres. Base tecnológica desta relação é a oficina artesanal, na qual o fator decisivo é a maior ou menor arte no manejo do instrumento de trabalho; o trabalho pessoal autônomo e, portanto, o seu desenvolvimento profissional, que exige um período de aprendizagem maior ou menor determina neste caso o resultado do trabalho (MARX, 2004, p. 98).

O primeiro aspecto é o do conteúdo técnico-material da indústria, do sistema de máquinas. A produtividade do trabalho deixa de ser algo dado, a força produtiva do trabalho humano, deixa de ser uma realidade inescapável, uma “força maior” da natureza, e passa a ser uma função da quantidade de capital empregado, ou melhor, da quantidade de trabalho morto objetivado nas máquinas e nos produtos da ciência e da técnica empregados no processo produtivo, que, mobilizados pelo trabalho humano vivo, vai ser incorporado nas mercadorias produzidas. Enquanto a subsunção é formal, e por isso o capital não domina a tecnologia, “então é a tecnologia que domina o capital”, assim, “a plenitude da produção capitalista só tem lugar quando o capital determina a tecnologia, ou seja, quando o capital orienta a tecnologia para os valores-de-uso que, em cada oportunidade concreta, fornecem o melhor suporte material para a expansão do valor de troca” (NAPOLEONI, 1983, p. 83-84). Marx diz também que:

Na subsunção real do capital [...] desenvolvem-se todas as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada da produção material (MARX, 2004, p. 83).  
Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, por conseqüência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 2004, p. 83).

Ou seja, na subsunção formal (caso da manufatura capitalista) já ocorria um controle direto do processo de produção pelo capital, já haviam surgido relações sociais de produção capitalistas, baseadas na exploração do trabalho assalariado, etc. Mas parte do controle do processo produtivo ainda não havia sido tomada pelo capital, e dependia ainda da destreza, da capacidade do “trabalhador individual”, de forma que o capital não podia ainda controlar totalmente a tecnologia, mas a encontrava sob o controle do trabalho. Com o maquinismo, com o “sistema automático de máquinas”, este último aspecto do processo produtivo que ainda era controlado pelos trabalhadores passa ao controle do capital, dando ao trabalho um caráter abstrato, onde a importância do “trabalhador individual” se reduz drasticamente. Em O Capital, Marx assim se refere à diferença específica do processo de trabalho existente com o maquinismo da grande indústria:

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais gerais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva,

combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (MARX, 1983, I-2, p. 17).

Nos *Grundrisse*, Marx mostra como se impõe esta “necessidade técnica ditada pelo próprio meio de trabalho”:

Na máquina, ainda mais no maquinário como sistema automático, o meio de trabalho é transformado quanto ao seu valor-de-uso, i.e, quanto à sua existência material, em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital como um todo, e a forma em que foi assimilado como meio de trabalho imediato ao processo de produção do capital foi abolida em uma forma posta pelo próprio capital e a ele correspondente (MARX, 2011, p. 580).

A maquinaria aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a forma mais adequada do capital de modo geral (MARX, 2011, p. 582).

O domínio da tecnologia pelo capital, a transformação da tecnologia, da técnica e da ciência empregadas no processo produtivo em uma função do capital empregado vai significar então um revolucionamento constante da técnica e vem acompanhado de uma tendência à expansão deste revolucionamento por todos os setores e ramos de produção (MARX, 2004, p. 105-106). Mas além deste aspecto técnico, aqui já entra em cena o segundo aspecto que ao mesmo tempo permite a acumulação, em suas formas capitalistas, que é o domínio do trabalho vivo (trabalho presente, efetivo) pelo trabalho morto (máquinas, etc). O capital fixo aparece como uma forma do capital que pode, e precisa ser acumulado, e que permite ainda a ampliação do processo de acumulação. Na forma capitalista em que este domínio se apresenta historicamente, ele vai equivaler à subordinação do processo de trabalho pelo processo de valorização:

A assimilação do processo de trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação. (MARX, 2011, p. 581).

Em nenhum sentido a máquina aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é de forma alguma, como no meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; Ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da

máquina, a sua ação sobre a matéria-prima – supervisionando-a e mantendo-a livre de falhas. Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como órgão com a sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia da sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para seu contínuo automovimento consome carvão, óleo, etc., da mesma maneira que o trabalhador consome alimentos. A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina (MARX, 2011, p. 580-581).

Assim, o outro lado da incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo na forma capitalista ocorrida pela primeira vez na Europa coincide com a subsunção real do trabalho ao capital, é a perda, a alienação do trabalho de si mesmo. Ao mesmo tempo em que este processo permite a acumulação e é adequado ao capital fixo, também estabelece a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, estabelece também a subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização.

Ademais, na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador mas no capital. A força produtiva da sociedade é medida pelo capital fixo, existe nele em forma objetiva e, inversamente, a força produtiva do capital se desenvolve com esse progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente [...].

O desenvolvimento pleno do capital só acontece quando o meio de trabalho é determinado como capital fixo (MARX, 2011, p. 582).

Esta forma de aparecimento do maquinismo é a forma social que historicamente permitiu a acumulação e é devido a isto que uma teoria do desenvolvimento, dentro de uma perspectiva marxiana, necessita englobar uma teoria da acumulação. Mas, ao mesmo tempo, em sua forma capitalista, é a base objetiva da alienação do trabalho, e do homem, e da reificação, da transformação da coisa, do próprio trabalho morto, em sujeito do movimento, e do homem em seu mero apêndice.

Aqui se torna possível então chegar ao ponto fundamental: a forma capitalista de manifestação da preponderância do “trabalho social geral”, aquele cuja acumulação se torna possível de forma extraordinariamente superior a partir da aplicação da ciência e da tecnologia ao processo de produção da vida humana, ou seja, com as máquinas como capital fixo, portanto, a forma da alienação do trabalho e da acumulação privada, contida na

subsunção real do trabalho ao capital, foi a primeira forma social onde esta preponderância se apresentou historicamente. *Mas disto não decorre nem que esta seja a única forma social possível para que ocorra esta predominância do trabalho social geral e a incorporação da ciência e da tecnologia no processo produtivo, nem tampouco que seja a forma mais apropriada para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho humano.* Este é o ponto específico que Marx trata na seguinte passagem da introdução geral de 1857:

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou esse elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. [...].

As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. Esse esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem demonstrar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. Por exemplo, não há produção possível sem instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o “instrumento de produção”, “trabalho acumulado” em capital (MARX, 2011, p. 41).

Marx, na introdução, está criticando os economistas de sua época que ao ignorar as especificidades do capital terminam por atribuir-lhe um caráter universal e eterno. Marx também trata da questão, de forma ainda mais direta e específica, nos *Grundrisse*:

No entanto, se é somente na maquinaria e em outras formas materiais de existência do capital fixo, como ferrovias, etc., que o capital confere a si mesmo a forma adequada como valor de uso no interior do processo de produção, isso de modo algum significa que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital, ou que sua existência como maquinaria seja idêntica à sua existência como capital; Da mesma maneira que o ouro tampouco deixaria de ter o seu valor de uso como ouro quando não fosse mais dinheiro. A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixasse de ser capital. ***Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria*** (MARX, 2011, p. 583 - grifo nosso).

Nesta passagem Marx é categórico em afastar qualquer igualação das relações sociais capitalistas com o processo de desenvolvimento, ou a limitar este àquela. A maquinaria, as

novas formas de energia, a tecnologia, podem ser o conteúdo técnico material mais adequado às relações sociais capitalistas de produção, mas isto não significa que as relações sociais capitalistas sejam a forma social mais adequada ao desenvolvimento, e à incorporação da tecnologia à produção.

Em outro trecho de sua obra Marx toca novamente nesta questão, tratando da inversão das condições técnicas do trabalho ocorrida com o desenvolvimento do capital, onde o trabalho vivo deixa de dominar o trabalho morto e passa a ser dominado por este. Segundo Marx:

O fato de que, com o desenvolvimento das capacidades produtivas do trabalho, as condições objetivas do trabalho têm de crescer em relação ao trabalho vivo [...]. Tal fato, do ponto de vista do capital, não se apresenta de tal maneira que um dos momentos da atividade social – o trabalho objetivo – devém o corpo cada vez mais poderoso do outro momento, do trabalho subjetivo, vivo, mas de tal maneira que – e isto é importante para o trabalho assalariado – as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez mais colossal, que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta como o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas (MARX, 2011, p. 705).

Assim, a produção, do seu ponto de vista técnico, sempre se desenvolveu com a presença simultânea de um trabalho social vivo e outro objetivado. Ainda que na forma capitalista a produção observe um desenvolvimento extraordinário do trabalho objetivado em relação ao trabalho vivo, uma enorme diferença quantitativa em relação aos modos de produção precedentes, ainda assim neste fato não há diferença qualitativa alguma. A peculiaridade do modo de produção capitalista é que este desenvolvimento extraordinário vai levar, nesta forma social específica, a uma inversão na relação técnica anteriormente observada no processo de produção. O trabalho objetivado deixa de ser uma extensão do corpo e do “ser” do homem aumentando as capacidades de domínio sobre a natureza que o homem possui e passa a apresentar-se contra o homem, de modo que a extensão do trabalho objetivado torna-se a base de uma alienação, separando-se do homem e passando a dominá-lo:

A tônica não recai sobre o ser-objetivado, mas sobre o ser-estranhado, o ser-alienado, o ser-venalizado (*Entfremdet-, Entäussert-, Veräusertsein*) – o não-pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, i.e., ao capital, o enorme poder objetivado que o trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos (MARX, 2011, p. 705).

Para Marx o processo de objetivação do trabalho não se confunde com a inversão dele que ocorre em sua forma capitalista. Ou seja, o avanço extraordinário da objetivação do

trabalho, que vai corresponder ao avanço das forças produtivas, não se confunde com a alienação deste trabalho objetivado, embora seja sua base material. O fato de que este avanço tenha se dado pela primeira vez nesta forma invertida é meramente histórico:

Mas, evidentemente, esse processo de inversão é uma necessidade meramente **histórica**, é uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas tão-somente no quadro de um determinado ponto de partida histórico, ou de uma determinada base histórica; portanto, não é de modo algum uma necessidade **absoluta** da produção; ao contrário, é uma necessidade transitória, e o resultado e o fim (imane) desse processo é abolir essa própria base, assim como essa forma do processo (MARX, 2011, p. 706 – grifos do original).

Aqui, não apenas reafirma-se o que foi visto acima, mas adiciona-se um aspecto, que é a tendência interna (imane) do processo de desenvolvimento das forças produtivas a entrar em contradição com esta base invertida (alienada, da subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização), e a ser superado (obviamente, através da luta das classes sociais vivas que expressam as contradições deste desenvolvimento). É curioso que Marx utilize justamente este aspecto para explicar o que considera um dos principais equívocos da economia burguesa, que é o de confundir o fato histórico, o da coincidência entre o avanço extraordinário das forças produtivas objetivadas do trabalho com a alienação destas, presente na forma capitalista, com uma suposta necessidade absoluta do processo de desenvolvimento. Para Marx a base deste equívoco está na própria realidade do processo, uma vez que no capital, ou melhor, “do ponto de vista do capital”, “tal distorção ou inversão é efetiva, e não simplesmente imaginada, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas” (MARX, 2011, p. 706). Assim os economistas burgueses:

Estão tão encerrados nas representações de um determinado nível de desenvolvimento histórico da sociedade que a necessidade da **objetivação** das forças sociais do trabalho aparece-lhes inseparável da necessidade do **estranhamento** dessas forças frente ao trabalho vivo (MARX, 2011, p. 706 – grifos do original).

Se, como visto, o estranhamento em questão é justamente o que é característico do modo de produção capitalista, das relações sociais capitalistas de produção, fica claro então que não corresponde à obra de Marx a visão de que a adoção de relações de produção capitalistas seja necessariamente sinônimo de desenvolvimento.

Tanto é assim que o que ocorre no tratamento dado por Marx à questão da subsunção formal do trabalho ao capital, conforme foi visto acima, é que mesmo com relações de

produção capitalistas, é possível que não haja um revolucionamento das forças produtivas do trabalho, uma expansão extraordinária da objetivação (neste caso não é mesmo possível que ocorra)<sup>87</sup>. Ao mesmo tempo, Marx é claro ao afirmar que, de forma alguma se deve considerar as relações sociais capitalistas como a única forma, ou mesmo como a forma mais adequada para a aplicação dos avanços tecnológicos ao processo produtivo, ou seja, para uma “expansão extraordinária” do processo de objetivação do trabalho.

Nas interpretações difusionistas de Marx sobre a questão do desenvolvimento, mesmo nas tentativas de “conciliação” ora analisadas, se identifica, assim como o faz Marx, que apenas a expansão do comércio capitalista, mesmo de mercadorias industriais, é insuficiente para explicar (e possibilitar) o desenvolvimento. Mas a partir daí a coisa toma rumos distintos dos vistos na obra de Marx. Aponta-se que o que está “faltando” no caso dos países subdesenvolvidos é um “ambiente” que proteja o surgimento do capital, e identifica-se este “ambiente” primeiro com o feudalismo, e depois com a mera expansão das relações de produção capitalistas. Para Marx, entretanto, o que “falta”, *o elemento necessário para concretizar, mesmo na Europa Ocidental, o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas do trabalho, é uma combinação de relações sociais de produção e de possibilidades científico-técnicas que permitam a incorporação da ciência e da tecnologia no processo produtivo e a expansão extraordinária da objetivação do trabalho, ao mesmo tempo em que signifique uma ampliação da sociabilidade na reprodução social*. Isto se apresentou historicamente, no caso da introdução de um modo capitalista de produção na Europa Ocidental, através da *subsunção real* do trabalho ao capital, o surgimento do trabalho abstrato, da mais-valia relativa, e a conversão do “*processo de trabalho num instrumento do processo de valorização*”<sup>88</sup>, que inverteu a relação existente entre trabalho vivo e trabalho objetivado, em suma, na alienação do trabalho.

---

<sup>87</sup> Neste caso, considerar a subsunção real e a mais-valia relativa como formas que expressam as relações sociais especificamente capitalistas, em contraposição às formas “pré-capitalistas” da subsunção formal e da mais-valia absoluta não passa de uma alteração semântica do problema, onde se adiciona o adjetivo “capitalista” ao que na verdade só lhe foi específico, segundo Marx, por uma circunstância meramente histórica. O ponto relevante aqui é que confundir o processo de objetivação com sua versão capitalista, alienada, não apenas é um equívoco, como também é base para as mais importantes mistificações da economia burguesa.

<sup>88</sup> Ver Marx (2004, p. 87).

Mas que este processo de transformação só tenha sido possível historicamente (para Marx, em sua época) mediante o estabelecimento de relações sociais capitalistas, isto não significa que as relações sociais de produção capitalistas sejam, elas próprias, iguais a este processo. Ou melhor, o fato de identificarmos que na Europa ocidental o processo de desenvolvimento foi precedido da adoção de relações sociais capitalistas não significaria, de acordo com a leitura que aqui foi feita de Marx, que em qualquer situação a adoção de relações sociais capitalistas vá necessariamente resultar num processo de desenvolvimento idêntico, muito menos que qualquer processo de desenvolvimento deve necessariamente passar por esta “etapa”.

Assim, o problema das interpretações como as de Brewer e Vujacic, mas que neste sentido é comum a todos os críticos de Marx que chamamos de difusionistas, parece ser o fato de que, da mesma forma que, segundo Marx, faziam os economistas burgueses de sua época, eles confundem o processo de expansão da objetivação do trabalho com a alienação do trabalho objetivado. Como a objetivação do trabalho e a ampliação da sociabilidade são os elementos fundamentais do desenvolvimento, propiciando a integração do gênero humano, ou seja, o desenvolvimento da sociedade em seu sentido mais amplo, isto significa o mesmo que dizer que confundem a noção de *desenvolvimento*, com *desenvolvimento capitalista*, ou com o avanço das relações sociais capitalistas.

Esta visão de que as relações sociais determinam a realidade, o desenvolvimento etc, e que ignora ou subordina a questão das forças produtivas do trabalho seria possivelmente qualificada por Marx como idealista<sup>89</sup>, ou seja, levaria a um tipo de “voluntarismo”, onde o que se tem acumulado materialmente importa pouco, e a suposta superioridade das relações sociais capitalistas importa muito. Por outro lado, trata-se de uma visão segundo a qual qualquer desenvolvimento só poderá ocorrer mediante adoção do modo de produção capitalista, sendo, portanto, uma visão *unilinear* do desenvolvimento, uma visão que abre espaço para mistificações, sendo a maior delas a visão do capitalismo como o ponto “máximo” do desenvolvimento da humanidade, que mesmo uma formação social futura, socialista ou comunista, não poderia superar seus níveis de desenvolvimento do ponto de

---

<sup>89</sup> Este ponto já foi levantado por Dos Santos (1983, pp. 41-44).

vista da objetivação do trabalho, ou seja, da tecnologia<sup>90</sup>. O que parece ficar demonstrado aqui é que, ao menos na obra de Marx, esta *unilinearidade* e esta progressividade universal do capital não existem.

Na próxima seção será abordado novamente o tratamento dispensado por Marx a este problema da *unilinearidade*, e da necessidade de uma “etapa capitalista” de desenvolvimento, mas agora tendo como base uma análise concreta do autor contida no debate sobre a chamada “via russa para o socialismo”, que o envolveu nos seus últimos anos de vida, no início da década de 1880.

### 2.2.2 – A unilinearidade e a *via russa* para o socialismo

Os principais escritos de Marx sobre a Rússia datam do período entre o final da década de 1870 e início da de 1880 e foram descobertos por D. Riazanov nos anos 1920<sup>91</sup> e depois novamente esquecidos em Moscou, e, por razões desconhecidas<sup>92</sup> permaneceram não publicados. Foram redescobertos na década de 1960. Parte deles, especificamente a

---

<sup>90</sup> Entretanto, cabe aqui mencionar a ressalva feita por Napoleoni e presente em diversos outros autores sobre este ponto, que se refere à negação de uma “neutralidade” da tecnologia e da ciência aplicadas ao processo produtivo:

Todavia, deve-se admitir que aqui surge um problema adicional: Se, com a máquina, realiza-se até o fim o processo de subsunção real do trabalho ao capital, precisamente no sentido (como vimos) de que tal subsunção se manifesta no terreno material do processo de trabalho, então é claro que o próprio corpo do instrumento, sua própria estrutura material, tem a marca dessa subordinação do trabalho; portanto, uma máquina não utilizada de modo capitalista deveria ser uma máquina diversa da que é utilizada de modo capitalista. Em outras palavras: as máquinas, tais como as conhecemos, são o fruto de uma tecnologia (e também de uma ciência) que foi toda pensada sobre a base do pressuposto do trabalho alienado. Numa situação diversa, a mudança deveria envolver o próprio processo de conhecimento e de realização tecnológica, do qual a máquina é o resultado (NAPOLEONI, 1981, p. 95).

Sobre esta questão, de qual tipo de tecnologia poderia corresponder a um outro tipo de formação social onde o trabalho objetivado não fosse alienado, Marx fala em um outro trecho, em termos muitíssimo abstratos:

Todavia, com a supressão do caráter imediato do trabalho vivo, como trabalho meramente singular, ou como universal unicamente interior ou exterior, e posta a atividade dos indivíduos como atividade imediatamente universal, ou social, tais momentos objetivos da produção são despojados dessa forma do estranhamento; com isso, eles são postos como propriedade, como o corpo social orgânico, em que os indivíduos se reproduzem como singulares sociais. As condições para essa sua forma de ser na reprodução de sua vida, no seu processo vital produtivo, foram postas somente pelo próprio processo histórico e econômico; tanto as condições objetivas quanto subjetivas são apenas duas formas diferentes das mesmas condições (MARX, 2011, p. 706).

Sobre isto ver também: Dos Santos (1983, pp. 36-44), Coriat (1976, p. 149) e Romero (2004, pp. 21-25).

<sup>91</sup> Ver nota de Riazanov sobre a descoberta dos rascunhos, em Shanin (1984, pp. 127-133).

<sup>92</sup> Embora pareça claro que sua publicação não fosse de grande interesse para o Estalinismo. Sobre isto, ver apêndice.

correspondência entre Marx e Vera Zassulich<sup>93</sup> foram publicados pelo historiador marxista inglês Eric Hobsbawm junto com as *FORMEN* (trecho dos *Grundrisse* sobre as formações econômicas pré-capitalistas) em 1964 (MARX, 1986), e por M. Godelier, em francês, em 1971 (GODELIER, 1971). Em português, a primeira publicação se deu em coletânea organizada por Rubem Fernandes (FERNANDES, 1982).

Os textos sobre a Rússia referem-se às controvérsias ocorridas no surgimento do marxismo russo, principalmente aquelas envolvendo uma corrente específica dos revolucionários russos, os *narodniks*. Os *narodniks* (de *narod*, “povo” ou “nação”), também chamados de populistas russos<sup>94</sup> foram os primeiros difusores do marxismo na Rússia. Um de seus membros, o economista N. F. Danielson, foi o primeiro tradutor de *O Capital*, já que a versão em russo foi publicada antes mesmo da versão inglesa (FERNANDES, 1982, p. 15).

Os *narodniks* iniciais são, na sua maioria, intelectuais e jovens estudantes que se agrupavam em torno a um projeto de derrubada do czarismo russo e construção de uma sociedade socialista. O primeiro grande movimento que organizaram foi chamado de “ir ao povo”, quando centenas de jovens foram ao campo buscando apoio para o projeto de revolucionar o país a partir da comuna rural entre os camponeses. A repressão do Czarismo a este movimento foi brutal, resultando na prisão da maioria dos envolvidos, durante o ano de 1874. Deste movimento surgiu a primeira organização política *narodnik* de âmbito nacional, chamada “terra e liberdade” (FERNANDES, 1982, pp. 32-33).

No final da década, a continuidade da repressão e o balanço do movimento “ir ao povo” levaram a uma cisão deste grupo: a fração majoritária, que passou a chamar-se “a vontade do povo”, inverteu o sentido da estratégia dos *narodniks* e passou a voltar-se para um ataque frontal ao Estado, com o uso do terrorismo, com o objetivo de assassinar o Czar. A

---

<sup>93</sup> Vera Zassulich (1849-1919) militante *narodnik* e pioneira do marxismo na Rússia. Foi uma heroína do movimento *narodnik* da fase terrorista por ter conseguido matar um general responsável pela execução e tortura de diversos militantes. A partir de 1880 emigra para Suíça onde participa da fundação da primeira organização marxista russa. Nos anos 1890 atua na difusão das idéias de Marx, traduzindo algumas de suas obras para o russo. Na divisão da social-democracia russa, de 1903, se alinharia a Martov e aos mencheviques contra a posição de Lênin.

<sup>94</sup> Fernandes (1982, p. 15), entretanto, adverte que esta tradução é enganadora devido à grande diferença existente entre estes “populistas” e o significado que ganha o termo “populista”, em especial na América Latina.

tendência minoritária, chamada de “repartição negra”, insistiu em manter o sentido geral da estratégia de mobilização de massas, aproximando os intelectuais do povo. Esta última fração era liderada pelo jovem Plekhanov<sup>95</sup> e tinha Vera Zassulich entre seus dirigentes, se vincularia ao marxismo e seria a origem da corrente marxista na Rússia, sendo reconhecida por Engels em 1883 como tal, quando fundam o grupo chamado “a libertação do trabalho”, durante o exílio em Genebra (FERNANDES, 1982, p. 33).

O movimento revolucionário russo do século XIX, dentro do qual surgem os *narodniks* e posteriormente a corrente marxista russa, é marcado pela polêmica entre ocidentalistas e filo-eslavos, que também se expressava na disputa entre um romantismo conservador e o racionalismo liberal (FERNANDES, 1982, p. 18). Na Rússia o romantismo filo-eslavo se expressava na crítica às mazelas do ocidente, abrangendo tanto as feudais quanto as capitalistas. Nesta crítica, valorizava-se a forma russa de organização no campo, a comuna (*obshtchina*), uma forma de propriedade rural comum (onde não existia propriedade privada) em que a terra era trabalhada de forma rotativa entre os camponeses e cuja administração era feita por uma espécie de “assembléia local de anciãos” (ou *mir*, que significa ao mesmo tempo paz e mundo). As tendências ocidentalistas, por sua vez, viam na adoção das formas sociais da Europa ocidental, em especial nas capitalistas, o caminho para o progresso (FERNANDES, 1982, p. 19).

Deste modo, a intelectualidade russa se dividia em dois campos. O dos revolucionários anti-czaristas russos se orientava em geral por certo filo-eslavismo romântico no qual a valorização da *obshtchina* ocupava um papel central. Já os ocidentalistas, em geral próximos ao czarismo, muitos compondo sua burocracia governamental, viam com bons olhos a aproximação com o ocidente e a adoção de suas formas sociais (capitalistas), inclusive no campo, rejeitando, portanto, como uma forma social atrasada, a comuna rural russa.

---

<sup>95</sup> G.V. Plekhanov (1856-1918) foi um dos principais líderes políticos marxistas até a primeira guerra mundial. Originário do movimento narodnik, foi fundador junto com Vera Zassulich do primeiro grupo marxista russo, também seria um dos principais dirigentes da 2ª internacional e do Partido Social Democrata Russo, ligando-se a sua ala menchevique.

Uma tentativa de síntese entre ocidentalismo e filo-eslavismo no sentido da construção de um projeto nacional para a Rússia foi formulada por Tchernichevski<sup>96</sup>, que no artigo “*Crítica dos preconceitos filosóficos contra a propriedade comunal da terra*”, de 1858, sustentou que o contato cultural com a Europa abria possibilidades para a Rússia evitar o capitalismo, passando diretamente para o socialismo com base nas comunas rurais. A modernização das comunas, reorganizadas com base em princípios racionais de associação, à semelhança das uniões de operários existente no ocidente, possibilitaria esta síntese (FERNANDES, 1982, p. 28). Portanto, segundo Fernandes (1982, p. 53): “nas análises econômicas, a questão central que atormentava gente como Danielson era a da possibilidade da assimilação dos progressos técnicos e científicos feitos no ocidente pelas tradicionais comunas russas sem que fossem desintegradas no processo”.

A tese de Tchernichevski sobre a possibilidade de uma “via russa” para o socialismo (e para o desenvolvimento) se tornou especialmente popular entre os membros das correntes *narodniks*, de modo que o problema colocado por eles, ou melhor, questão que passaram a se defrontar então, era que a sua revolução corria contra o tempo, pois deveria ocorrer na Rússia antes que o capitalismo se instalasse e destruísse a comuna. A questão passa a ser então a de uma revolução social, uma alteração profunda da estrutura de classes na Rússia, e não apenas a derrubada do Czarismo (SHANIN, 1984, p. 10). Além disso, a síntese de Tchernichevski apontava contra ambas as perspectivas: nem ocidentalismo, nem romantismo filo-eslavo, a nova tarefa era construir o progresso (tanto do ponto de vista das relações sociais, ao socialismo, quanto do ponto de vista técnico-material, incorporando os avanços técnicos da indústria ocidental), mas baseando-se na comuna rural (SHANIN, 1984, p. 9). Marx toma contato com o trabalho de Tchernichevski já no início da década de 1870. Em 1873 no posfácio da segunda edição do primeiro volume de *O Capital*, Marx refere-se ao russo como um “crítico erudito” e a sua obra como “magistral”<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> N. G. Tchernichevski (1828 –1889), revolucionário russo, filósofo materialista (simpático a Feuerbach), crítico e socialista. Foi líder do movimento revolucionário na década de 1860, e uma referência para as diversas correntes do movimento *narodnik*. Sua principal obra *O que fazer?*, embora escrita em versos, foi uma das principais referências da intelectualidade russa anti-czarista, e uma dura crítica ao romantismo.

<sup>97</sup> Ver Marx (1983, I-1, p. 17).

A derrota na guerra da Criméia (1853-1856), diante de uma Turquia apoiada pelos ingleses e franceses, expôs a fraqueza do império russo diante da modernização das potências ocidentais. Como reação a isto surgiram uma série de medidas ocidentalizantes adotadas pelo czar Alexandre II (1818-1881), como uma certa abertura política (FERNANDES, 1982, p. 29) e a abolição da servidão em 1861 (FERNANDES, 1982, p. 22). Alguns anos após a abolição da servidão, em 1864, foi implantada uma burocracia no campo junto às comunas, com conselhos municipais e provinciais (*zemstvos*), eleitos localmente. Estes *zemstvos* eram vistos pelos *narodniks* como um lugar de disputa em prol de um sistema de autogoverno popular, que seria a base para uma revolução socialista que buscava “saltar” o capitalismo (FERNANDES, 1982, p. 31).

Com o crescimento da popularidade de O Capital na intelectualidade russa, surge uma corrente, posteriormente conhecida como marxismo legal<sup>98</sup>, que passa a defender reformas de cunho capitalista que incluem a conseqüente desintegração da comuna rural, além de combater o anacronismo que caracterizava, em sua opinião, os projetos socialistas na Rússia, considerando que não era ainda a hora de se falar em socialismo, e buscando apoio na obra de Marx para tais afirmativas (FERNANDES, 1983, p. 170).

No ano de 1881 a ruptura do movimento *narodnik* já havia se consolidado em duas alas. A ala terrorista “A vontade do povo” crescia no volume de suas ações e terminaria por conseguir eliminar o czar Alexandre II em março daquele ano (FERNANDES, 1982, p. 169). Já o grupo “Repartição negra”, de Zassulich e Plekhanov, forma uma direção no exílio em Genebra. No plano teórico-programático, este grupo mantém ainda a perspectiva formulada por Tchernichevski, que animava os *narodniks*, de uma “via russa” para o socialismo fundamentada na comuna rural (FERNANDES, 1982, p. 170).

---

<sup>98</sup> Entre os principais representantes desta corrente estão P. Struve e M. Tugan-Baranovski. Struve (1870-1944), além de economista, foi político liberal ligado ao Partido Democrático-Constitucionalista (conhecido como “KDT”) e parte do movimento “branco”, de resistência contra-revolucionária ao governo da revolução de outubro de 1917. Tugan-Baranovski (1865-1919), também economista, é mais conhecido por sua teoria da “crise capitalista”, que associa a crise às desproporções no crescimento dos setores de produção de bens de consumo e de produção de bens de capital (departamentos 1 e 2 de Marx) e por ter sido professor de N. Kondratieff (1892-1938), seu principal sistematizador e considerado um dos autores da teoria dos “ciclos longos” da economia capitalista, à qual cederia seu nome.

Neste contexto, Vera Zassulich assume a missão de entrar em contato com Marx para solicitar dele um posicionamento em relação à polêmica que os *narodniks* vinham travando com os economistas liberais russos que, inspirados pela obra de Marx, advogavam a impossibilidade de uma “via russa” e a necessidade da passagem do país por uma etapa capitalista de desenvolvimento, talvez por décadas, para que somente depois se pudesse falar em socialismo.

Assim se pronunciava Zassulich em sua carta a Marx de 16 de fevereiro de 1881:

Caro cidadão,

O senhor sabe, com certeza, que O Capital goza de grande popularidade na Rússia. Os poucos exemplares que escapam à apreensão são lidos e relidos por uma grande quantidade de pessoas, mais ou menos instruídas, no nosso país. As pessoas o estudam com grande seriedade. Mas provavelmente o senhor não está consciente do papel que O Capital desempenha em nossas discussões sobre a questão agrária na Rússia, e sobre nossa comuna rural, mas sabe melhor do que ninguém da grande importância deste assunto na Rússia. O senhor conhece o que Tchernichevski pensou a respeito.

[...] Em minha opinião esta é uma questão de vida ou morte, especialmente para o nosso partido socialista. A variação de um ponto de vista a outro pode decidir até mesmo o destino pessoal de nossos revolucionários socialistas. Das duas uma: Ou esta comuna rural, [...] será capaz de desenvolver o caminho socialista, isto é, de organizar gradualmente sua produção e a divisão de seus produtos em bases coletivas, caso em que o revolucionário deverá dedicar todas as suas forças para a libertação e o desenvolvimento da comuna; Ou, ao contrário, a comuna está condenada à ruína, caso em que ao socialista nada resta senão dedicar-se a cálculos sobre quantos anos serão necessários [...], para que o capitalismo alcance na Rússia o nível da Europa Ocidental. (ZASSULICH, 1881 *in* FERNANDES, 1982, pp. 173-174).

A questão trazida pelos revolucionários russos para Marx é essencialmente a mesma questão que trabalharam os interpretes difusionistas de Marx: O desenvolvimento é apenas desenvolvimento das relações capitalistas, portanto *unilinear*? É possível evitar a “etapa” capitalista de desenvolvimento? É interessante notar que, como mostra Zassulich no trecho seguinte de sua carta, este tipo de interpretação da obra de Marx não é nada novo:

Ultimamente ouve-se com freqüência a opinião de que a comuna rural é uma forma arcaica, condenada à desintegração pela História e pelo socialismo científico (em suma, por tudo que está acima de discussões). Os porta-vozes desta opinião intitulam-se seus discípulos, são marxistas. Frequentemente, seu argumento mais forte é: “Assim disse Marx”.

- Mas como deduzir isto de O Capital? – pergunta-se a eles. – Marx não se ocupa lá da questão agrária e não fala da Rússia.

- Ele assim diria, caso se referisse ao nosso país – respondem seus discípulos, talvez já um pouco menos seguros de si (ZASSULICH, 1881 *in* FERNANDES, 1982, pp. 173-174).

Segundo Fernandes (1982, p. 174), os “marxistas” aos quais Zassulich está se referindo são discípulos de P. Lavrov<sup>99</sup>, cujas idéias seriam desenvolvidas na década de 1890 pelos marxistas legais, como P. Struve e M. Tugan-Baranovski.

Zassulich segue com seu apelo, de contornos dramáticos, por uma intervenção de Marx no debate:

O senhor há então de compreender o quanto nos interessa um pronunciamento seu sobre este problema, e o quanto nos ajudaria caso expressasse suas opiniões sobre as seguintes questões: Que futuro pode haver para nossa comuna rural? Será verdade que todos os países do mundo devem, por uma necessidade histórica, passar por todas as fases da produção capitalista?  
[...] Caso o tempo não lhe permita desenvolver suas idéias de uma forma mais ou menos detalhada, faça o favor de responder em uma carta, a qual peço licença para traduzir e publicar na Rússia (ZASSULICH, 1881 *in* FERNANDES, 1982, pp. 173-174).

A resposta de Marx ao pedido de Zassulich veio 20 dias depois, em uma carta de duas páginas datada do dia 8 de março. Nos rascunhos<sup>100</sup> que foram preservados da resposta de Marx pode-se observar toda uma abordagem da questão do desenvolvimento, onde Marx apresenta uma perspectiva claramente não linear para o desenvolvimento das sociedades humanas, e distancia-se ao máximo de qualquer visão que pressuponha a necessidade histórica de que se atravesse a “fase capitalista” para que o desenvolvimento seja possível. Limitar-se-á aqui, entretanto, a resposta efetivamente enviada para ser publicada pelos socialistas russos.

Nesta resposta Marx afirma, de forma clara, duas coisas: primeiro que a análise feita em *O Capital* “não oferece razões nem contra nem a favor da vitalidade da comuna rural” russa. (MARX, 1881c, p. 188). Segundo, que, entretanto:

O estudo especial que fiz sobre ela, e cujo material pesquisei em fontes originais, convenceu-me de que esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social na Rússia; porém, a fim de que ela possa funcionar como tal, primeiro seria

<sup>99</sup> P. L. Lavrov (1823-1900), intelectual narodnik e fundador da revista *Vperiod* (Avante), se aproxima da primeira internacional e participa da comuna de Paris no exílio no início da década de 1870. Em sua revista polemiza com as linhas que objetivavam a luta pelo poder, apontando que esta possibilidade na Rússia estaria reservada para um futuro distante. No final da década de 1870, no entanto, se afasta dos “lavrovistas” que controlavam a revista que havia fundado por considerá-los muito moderados e se aproxima da ala guerrilheirista do movimento narodnik, reunida em “A vontade do povo”.

<sup>100</sup> O primeiro rascunho pode ser visto em Fernandes (1982, pp. 175-185), os demais foram publicados apenas recentemente em português (MARX e ENGELS, 2013). Em inglês, encontram-se na obra organizada por Shanin (1984, pp. 95-122).

preciso eliminar as influências deletérias que a assolam por todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MARX, 1881c, p. 188).

Marx, neste trecho, de uma só vez, desautoriza dois aspectos da interpretação mais comum de sua obra. Primeiro desautoriza aqueles que buscam extrair de *O Capital* uma seqüência fixa de estágios que devem ser percorridos por todas as formações sociais até que possam alcançar o mais avançado de todos até então, o modo de produção capitalista, e só a partir daí pensar em “socialismo”. Segundo, Marx desautoriza aqueles que atribuem uma progressividade “absoluta” ao capitalismo, de modo que se possa igualar progresso, desenvolvimento, etc, ao avanço de relações capitalistas de produção.

Em relação à primeira questão, Marx deixa claro que a apresentação do surgimento do capitalismo em *O Capital*, caracterizado pela separação radical entre produtores e meios de produção, não passa de um esboço histórico limitado, em seu alcance, ao ocorrido na Europa Ocidental (MARX, 1881c, p. 188). É interessante notar que, conforme apontado por Dussel (1990, pp. 255-256) e Bianchi (2010, p. 184), em sua resposta a Zassulich Marx cita trechos da edição francesa de *O Capital* de 1872, cujo capítulo sobre a acumulação primitiva<sup>101</sup> foi deliberadamente alterado por Marx para afirmar que as características do esboço histórico que ali está presente se limitam à Europa Ocidental. Estes autores ressaltam que a alteração feita por Marx buscava justamente impedir interpretações mecânicas de sua obra, como a que prevê os “estágios necessários” e a seqüência determinada e necessária de modos de produção.

O segundo aspecto é ressaltado por Marx ao afirmar que o movimento percorrido pelos países que adotaram o modo de produção capitalista está “expressamente restringido aos países da Europa Ocidental” (MARX, 1881c, p. 188). Esta restrição, segundo ele, se deve ao fato de que no caso europeu um tipo de propriedade privada fora transformado em outro tipo de propriedade privada, ou seja, “propriedade fundada no trabalho pessoal será suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada sobre a exploração do trabalho

---

<sup>101</sup> Na edição brasileira (MARX, 1983), trata-se do capítulo XXIV do livro I. As passagens mencionadas da edição francesa, entretanto, não constam da edição brasileira, pois esta é traduzida da edição alemã, anterior às alterações.

alheio, assalariado”<sup>102</sup>, enquanto no caso dos camponeses russos “tratar-se-ia, ao contrário, de transformar sua propriedade comum em propriedade privada” (MARX, 1881c, p. 188). A manifestação de Marx na resposta a Zassulich não foi um momento isolado<sup>103</sup>. Cerca de um ano depois, ao escreverem o prefácio à edição russa do Manifesto Comunista, assim se pronunciaram Marx e Engels sobre o tema da comuna:

A única resposta que se pode dar hoje a esta questão (a questão da via russa baseada na comuna rural) é a seguinte:  
Se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista. (MARX e ENGELS, 1882, pp. 192-193).

O estabelecimento, por Marx e Engels no prefácio de 1882, de uma relação entre a possibilidade da via russa e a necessidade de uma revolução no ocidente, levou a uma intensa polêmica entre os intérpretes destes textos<sup>104</sup>. De qualquer forma a polêmica não implica qualquer possibilidade de retorno a uma unilinearidade em qualquer roupagem, mas numa discussão sobre as condições concretas que possibilitariam um avanço extraordinário da objetivação do trabalho partindo de uma formação social com as características da comuna rural russa.

<sup>102</sup> Marx cita aqui um trecho do capítulo XXXII do livro I da edição francesa de O Capital.

<sup>103</sup> Como visto anteriormente, Anderson (2010) afirma que Marx estende a perspectiva adotada para a comuna russa para as outras formações sociais fundamentadas na propriedade rural comunal, como a Índia (ANDERSON, 2010, p. 236).

<sup>104</sup> Autores como Dussel (1990, p. 253), Wada (1984, pp. 70-71) e Fernandes (1982, p. 47) argumentam que a posição de Marx em 1881 era diferente desta presente no manifesto e mais ainda da que foi adotada por Engels após a morte de Marx, já que Marx não estabelecia a necessidade de uma revolução socialista no ocidente para possibilitar a existência da “via russa”. Já Anderson (2010, pp. 235-236) defende que a posição de Marx desde o início era a mesma que Engels esclarece posteriormente, ou seja, a de que existiria de fato, para Marx, a necessidade de uma revolução no ocidente anterior a qualquer hipótese de desenvolvimento socialista baseado na comuna russa. Outro ponto levantado por Anderson é que, em sua opinião, baseando-se no estudo dos rascunhos da correspondência com Zassulich e de outros escritos não publicados do autor no período, é possível afirmar que “Marx não tinha a intenção de limitar suas novas reflexões sobre a mudança em direção a uma revolução comunista baseada em formas comunais só para a Rússia” (ANDERSON, 2010, p. 236). O teor dos escritos *de Marx* da época, entretanto, parece dar razão a primeira posição, sendo a segunda posição um matiz diferente na discussão apresentado por Engels, que ao que tudo indica, não afirma em lugar algum que a posição anterior de Marx fosse a mesma que ele passa a defender após 1883. Neste período Engels evolui para uma posição na qual o requisito de qualquer possibilidade para uma via russa seria a prévia existência de uma formação social “socialista” no ocidente, que servisse de modelo à Rússia. Mantém-se, entretanto, o reconhecimento da viabilidade do caminho próprio russo em tese, alterando apenas as condições de sua admissibilidade. Sobre isto ver a correspondência de Engels e Danielson de 1891-93 na obra de Fernandes (1982, pp. 207-254). Em passagem da carta de 15 de março de 1892 à Danielson, Engels deixa claro que concorda com Marx sobre a possibilidade da “via russa”, mas diz que a oportunidade já passou: “Temo que sejamos obrigados a encarar a *obshtchina* como um sonho de um passado que não volta mais, e a contar com uma Rússia capitalista no futuro. Assim, fica perdida uma grande oportunidade, mas não há como escapar aos fatos econômicos” (ENGELS, 1891, p. 221).

## 2.3 – Considerações finais

Nas últimas seções, viu-se como Marx tratou a questão da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e sua teoria da história, buscando extrair elementos para analisar criticamente as teses difusionistas, que atribuem ao autor uma noção unilinear e histórico-filosófica do desenvolvimento, e as teses de uma mudança radical de posição em algum momento posterior aos anos 1850.

Diante da análise dos textos, fica claro que não existe em Marx qualquer teoria histórico-filosófica teleológica. As passagens analisadas demonstram que, já na Ideologia Alemã, Marx havia formulado em linhas gerais sua teoria da história que se caracteriza justamente por negar este aspecto do pensamento das distintas correntes hegelianas com as quais Marx polemiza, afirmando em seu lugar uma concepção materialista e dialética, onde se busca demonstrar que a ação transformadora humana é sempre possível, embora esteja limitada pelas circunstâncias materiais em cada momento histórico. Ou seja, a interpretação difusionista, neste ponto, atribui a Marx um aspecto do pensamento de Hegel cuja negação é um dos elementos que confere especificidade à obra marxiana<sup>105</sup>.

O mesmo ocorre quanto à noção unilinear de desenvolvimento. Marx considerou a existência de distintos caminhos no passado (como o modo de produção asiático, as especificidades dos Incas, a “comuna eslava”, etc), assim como não via motivos para esperar coisa diferente em relação às possibilidades para o (seu) futuro (caso da comuna russa). Não existem condições para sustentar, partindo do conjunto da obra de Marx, qualquer perspectiva *unilinear* de desenvolvimento, nem sucessão pré-determinada de estágios, ou de modos de produção; o desenvolvimento das sociedades humanas é não linear e pode seguir por caminhos distintos daqueles trilhados, por exemplo, pela Europa Ocidental.

---

<sup>105</sup> Paradoxalmente, esta mesma interpretação nega-se a reconhecer como “marxiano” o aspecto que Marx incorporou efetivamente de Hegel, a dialética, cujo método, desde que “retirado de seu invólucro místico”, constitui para Marx o núcleo racional do pensamento de Hegel.

Além disso, a análise realizada também aponta para a rejeição das teses que apontam uma mudança radical da abordagem do tema por Marx em algum momento após os anos 1850, uma vez que um dos aspectos fundamentais da teoria da história aqui vista já estão colocados em textos como a *Ideologia Alemã*, de 1845.

Mas e quanto aos artigos sobre a Índia de 1853<sup>106</sup> e as demais passagens da obra de Marx utilizadas pelos difusionistas como comprovação de sua tese?

O que parece existir nos artigos de 1853 é uma contradição. Esta contradição não é aquela entre uma “dura condenação moral da dominação britânica” e a defesa da uma missão progressiva, “civilizadora” da mesma, conforme afirma, por exemplo, Taylor (1988, pp. 67-68), pois estas duas posições podem ser e são, conciliáveis, prevalecendo, neste caso, a importância da “missão civilizadora”. Marx, no entanto, não faz apenas uma “condenação moral” da dominação britânica. Como vimos, ele também tenta demonstrar que a necessidade de desenvolvimento capitalista da Índia decorre das próprias contradições introduzidas pela “revolução social” provocada pelo capital britânico naquele país, em outras palavras, da destruição das forças produtivas e das relações de produção previamente existentes, que é o que a análise capta da realidade.

A grande contradição que existe nestes artigos é aquela entre o ponto de partida histórico-filosófico, que repercute uma visão hegeliana, e o desenvolvimento materialista da análise que está presente na abordagem que faz Marx da destruição provocada pela introdução das relações capitalistas, do movimento de expansão do controle do capital sobre o processo de produção, engendrados pela dominação britânica e na identificação de um modo de produção diferente dos observados na evolução europeia, que Marx chama de modo de produção asiático.

O ponto de partida da análise de Marx nestes artigos parece realmente ser a hipótese de que a dominação britânica na Índia possa ser um “instrumento da história”. Neste caso, esta história só poderia ser uma história “hegeliana”, onde a ação humana é apenas um

---

<sup>106</sup> Passagens como as do manifesto comunista e do prefácio de *O Capital* serão vistas no próximo capítulo por estarem ligadas ao segundo aspecto do problema, ainda não suficientemente tratado.

instrumento da realização do “absoluto”. Partindo daí, a análise deveria caminhar pela demonstração de como o absoluto viria a instrumentalizar a ação humana para viabilizar sua realização<sup>107</sup>.

Mas, no caso dos artigos de 1853, ao atribuir a necessidade do desenvolvimento e da industrialização da Índia às contradições da própria dominação, a uma decorrência da “missão destruidora”, Marx já expressa outra concepção, ainda aqui embrionária. Uma concepção que se esforça por explicar a realidade através da própria realidade e não de conceitos introduzidos artificialmente, de cunho “filosófico”. No entanto, para se efetivar, esta análise materialista precisaria ter como ponto de partida uma categoria material<sup>108</sup>, e desenvolver-se em base a uma teoria do modo de produção capitalista e abrir ainda espaço para as determinações mais concretas, o que não ocorre no caso dos artigos de 1853. Aqui a análise do real ainda está subordinada ao conceito “filosófico”, a uma teoria histórico-filosófica geral, a um *passe-partout*, que se manifesta na subordinação da ação humana à “História”. Marx já busca abordar em grande medida o real em sua análise, mas como seu ponto de partida ainda é filosófico-idealista, o resultado é uma subordinação da análise do real à concepção idealista, onde a análise, por mais material que seja, está a serviço de comprovar a ação por vias tortuosas das forças da “história”, e do “progresso”. A

<sup>107</sup> É muito comum no marxismo esquemático, mesmo em suas versões *althusserianas*, a tentativa de uma contraposição entre o positivismo e o monismo esquemático, de um lado, e o idealismo hegeliano, por outro. Esta contraposição não permite perceber que ambas as visões tem em comum algo que a chamada filosofia da práxis, de Marx, viria a superar, que é a construção do conhecimento sobre bases metafísicas. No positivismo a metafísica está presente na separação estanque entre sujeito e objeto, que mistifica o conhecimento com uma suposta “objetividade”, inexistente na realidade parcial quando tratada isoladamente e que, ao não ser integrada na totalidade, leva à parcialidade, portanto a mistificação, eliminando qualquer esperança de uma verdadeira objetividade. Já o idealismo objetivo hegeliano, tendo operado a unificação entre sujeito e objeto, recai novamente na metafísica ao eleger seu absoluto (seja ele qual for), de cuja realização toda ação humana é mero instrumento, de modo que a unificação sujeito-objeto se dá pela subordinação do homem ao absoluto, à história, e não da história ao homem.

<sup>108</sup> A superação deste tipo de contradição por Marx para superar o idealismo pressupõe buscar na própria realidade material, não só a teoria, mas também o ponto de partida e o próprio método adequado ao objeto. Somente com esta “ontologização” do método (KOSIK, 1986, p. 87), seria possível escapar das determinações advindas da própria concretude, suas representações ideológicas, que Marx chamaria de mistificadoras (ou nas palavras de Kosik expressões de uma pseudo-concreticidade):

A economia vulgar é a ideologia do mundo objetual. Ela não investiga suas conexões e leis internas; sistematiza as representações que os agentes deste mundo objetual, isto é, os homens reduzidos a objetos, tem de si próprios, do mundo e da economia. A economia clássica se move do mesmo modo no mundo objetual, mas não sistematiza as representações do mundo formuladas pelos agentes; Ela procura as leis internas desse mundo reificado. Se a reificação como mundo das coisas e das relações humanas reificadas é a realidade, e a ciência a constata, a descreve e lhe investiga a lei interna, em que ponto a própria ciência cai na ilusão e na reificação? No fato de que neste mesmo mundo objetual ela não vê apenas um determinado aspecto e uma etapa historicamente transitória da realidade humana, mas a descreve como a realidade humana natural (KOSIK, 1986, pp. 87-88, grifos do original).

contradição se resolve, provisoriamente, com um retorno a uma espécie de *hegelianismo*, ainda que profundamente modificado e onde o “progresso histórico” ocupa o lugar do “absoluto”.

Cabe aí, por analogia, o que diz Mandel sobre a noção de alienação “antropológica” dos manuscritos econômico-filosóficos de Marx escritos em 1844 (MARX, 2003), noção que seria superada pela noção histórica da alienação desenvolvida posteriormente, em especial no primeiro capítulo de *O Capital*:

Trata-se, precisamente, de uma transição, do jovem Marx, da filosofia hegeliana e feuerbachiana para a elaboração do materialismo histórico. Nessa transição, elementos do passado combinam-se, necessariamente, com elementos do futuro. Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política. Essa combinação não é coerente. Não cria um novo “sistema”, uma nova “ideologia”. Oferece fragmentos esparsos que encerram contradições. (MANDEL, 1968, p. 162).

Segundo Mandel, Marx teria chegado cedo à conclusão da insuficiência da crítica da filosofia política de Hegel para entender a “anatomia da sociedade burguesa” (MANDEL, 1968, p. 21), e que isto só seria possível a partir de uma apropriação crítica dos grandes economistas (MANDEL, 1968, p. 29). Esta apropriação foi iniciada por Marx com os seus Manuscritos Econômico-Filosóficos (de 1844), em *A Sagrada Família* e em *A Ideologia Alemã* (ambos de 1845).

Nestes primeiros estudos de Marx, no entanto, ainda estão presentes contradições importantes. Exemplo das proporções da evolução pela qual passa o pensamento do autor, já assinalado por Rubin (1981, pp. 45-47), é a passagem da negação da teoria *ricardiana* do valor-trabalho em 1845<sup>109</sup> (nos Manuscritos Econômico-Filosóficos e em *A Sagrada Família*), época em que Marx considerava a “escola de Ricardo” o “ápice do cinismo da economia política”<sup>110</sup>, até sua aceitação e defesa contra os críticos em 1847, em *A Miséria da Filosofia*<sup>111</sup>, defesa esta que evoluiria posteriormente para uma reformulação da teoria do valor sobre a qual seria erguida toda a teoria sobre o funcionamento do capital, presente em *O Capital* (MARX, 1983), cujo primeiro volume seria publicado em 1867 e os outros dois

<sup>109</sup> Ver, por exemplo, Marx (2003, pp. 92 e 132-133).

<sup>110</sup> Marx (2003, p. 132).

<sup>111</sup> Ver em Marx (2008, p. 76-80).

postumamente em 1885 e 1894, por Friedrich Engels. De acordo com Mandel (1968, pp. 82-103) a transição de Marx para sua própria teoria do valor só estará completa em 1857 nos *Grundrisse*<sup>112</sup> (MARX, 2011) e será exposta (publicada) pela primeira vez na *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 (MARX, 1971).

No caso dos artigos de 1853, a consequência mais clara é que a análise resultante não permite que a compreensão do processo real, do qual as duras críticas de Marx à destruição de forças produtivas promovida pela dominação britânica é expressão. A análise se transforma num vaticínio, bem diferente da análise *post-festum*<sup>113</sup>, característica do método da crítica da economia política elaborado Marx em 1857-58. Este vaticínio que resulta da subordinação do real à teoria geral histórico-filosófica, então, visa comprovar a teoria que o motiva, a ação das forças do progresso histórico, não permitindo que sejam captadas as determinações específicas do modo de produção capitalista, nem as da combinação entre as relações capitalistas e as pré-capitalistas e as demais determinações mais concretas.

A superação das contradições presentes nos artigos de 1853, e da teoria histórico-filosófica por Marx de forma definitiva, viria com o desenvolvimento do método para a crítica da economia política a partir dos *Grundrisse* em 1857-59, e que culmina em *O Capital*. O método da economia política de Marx, e a crítica efetiva constante de *O Capital* são a efetivação da superação do método hegeliano que Marx buscava desde 1845, do ponto de vista a análise do capital. De qualquer forma identificar um objetivo e um caminho ainda não é o mesmo do que efetivamente percorrê-lo. “Entre este motivo da crítica e o conteúdo eficaz desta, há um mundo de diferença, para o qual o próprio Marx atraiu a atenção” (MANDEL, 1968, p. 170).

É evidente, entretanto, que Marx já havia chegado, desde obras como *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1982), e *A miséria da filosofia* (MARX, 2008), de 1845 e 1847, à conclusão de que o caminho para a compreensão da realidade, e sua transformação, não

<sup>112</sup> Mandel (1968, pp. 82-103) ressalta ainda que mesmo nos *Grundrisse* ainda existiam trechos que seriam posteriormente desenvolvidos de forma diferenciada por Marx em *O Capital*, sendo o mais relevante deles a teoria da mais-valia (Marx ainda não havia aprofundado a diferenciação entre trabalho e força de trabalho, tão importante para a compreensão da exploração capitalista do trabalho na forma proposta em sua obra).

<sup>113</sup> Neste sentido, ver Lukács (2007, p. 236-244) e Bonente (2011, p. 3).

poderia partir de algum “mundo das idéias”, mas da própria realidade. Já havia identificado a necessidade do giro da “filosofia” para a crítica da economia política. Assim, não é possível sustentar que Marx, mesmo nestes escritos, fosse partidário da mesma “filosofia da história” cuja demolição era, em última instância, o seu grande objetivo.

Todos estes elementos apontam fortemente no sentido de que o mais provável é que neste ponto específico tenham razão autores como Sayer e Corrigan (1987) e Carcanholo e Augusto (2013), e que *apesar das contradições iniciais, Marx nunca tenha tratado o tema com um evolucionismo que implicasse numa visão histórico-filosófica e unilinear do desenvolvimento.*

Quanto o chamado “neo-unilinearismo” de autores como Vujacic, fica claro que ao contrário do que afirma esta interpretação, não há também espaço na obra de Marx para sustentar a atribuição de uma progressividade absoluta do modo de produção capitalista. A indústria moderna, forma concreta de manifestação do modo de produção capitalista na Europa, foi progressiva por expressar o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho humano e da sociabilidade da forma como ela surgiu historicamente na Europa Ocidental. Este desenvolvimento possibilitou, na Europa, a socialização do processo de produção e a incorporação da ciência e da tecnologia, a “extraordinária objetivação do trabalho social”, ainda que a apropriação do produto do trabalho humano seguisse individual e o trabalho se defrontasse com um novo tipo de alienação, derivada da inversão do sentido do processo produtivo (subordinação do processo de produção ao processo de valorização). De qualquer forma, para este desenvolvimento específico, a adoção das relações de produção capitalistas foi, certamente, necessária. Isto não significa que qualquer outro processo de desenvolvimento deverá, necessariamente, seguir o mesmo caminho. A progressividade histórica do modo de produção capitalista em relação aos modos pré-capitalistas é, portanto, apenas relativa, e restrita ao processo histórico europeu (e aos que seguiram na mesma direção) e ao *mesmo tempo contraditória*. Disto não decorre, desde o ponto de vista marxiano, que todo processo de desenvolvimento deverá necessariamente ser capitalista (e.g. comuna russa)<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Além disso, como será visto no próximo capítulo, também não decorre que toda adoção de relações de produção capitalistas gerará necessariamente um capitalismo industrial com características similares ao inglês

É interessante notar que na comuna rural russa vigorava um tipo de organização social não baseada na propriedade privada, de forma semelhante ao que Marx chamaria de modo de produção asiático (embora no trecho dos *Grundrisse*, por exemplo, Marx já fizesse questão de discernir como modos de produção distintos o modo asiático do que então chamou de *comuna eslava*). O desenvolvimento russo não dependeria, na opinião de Marx, do estabelecimento da propriedade privada no campo, da separação dos produtores e dos meios de produção, elementos que caracterizam a alienação do trabalho, e sua subsunção ao capital, no processo de desenvolvimento capitalista conforme ocorrido na Europa. Ao contrário, no caso russo, Marx admite a possibilidade da incorporação do conhecimento técnico-científico ao processo produtivo de uma forma não alienada, baseada numa propriedade comunal, nos marcos de uma revolução social protagonizada pelos produtores camponeses em aliança com a intelectualidade socialista (*narodniks*).

Estes pontos continuam válidos quer se aceite a posição de Marx expressa na carta a Zassulich, quer se admita a suposta “correção” feita por Engels. Não tem sustentação o ponto levantado por Vujacic, ao afirmar que o “debate russo” feito por Marx comprova sua concepção unilinear do desenvolvimento, senão dos diversos estágios, ao menos da tríade “pré-capitalismo – capitalismo – socialismo”. Ao contrário, Marx está afirmando justamente que não existe esta unilinearidade.

Poderia-se argumentar que, dada a “correção” feita por Engels, segundo a qual uma revolução socialista no ocidente seria um requisito da possibilidade de que a comuna russa pudesse vir a “saltar” o capitalismo, então se estaria admitindo a necessidade da existência de uma etapa capitalista em algum país do mundo, ou seja, do ponto de vista da humanidade de conjunto, de uma totalidade mais ampla como a economia mundial, etc., mas não do ponto de vista de uma formação social específica (leve-se em conta que Marx considerava a formação do mercado mundial um processo em curso, que em sua época sequer era ainda dominado pelo capital industrial). Neste caso, ainda admitindo a “correção” de Engels, o unilinearismo, mesmo a tríade pré-capitalismo-capitalismo-

---

(e.g. Índia, Irlanda).

socialismo, de Vujacic, quando considerado do ponto de vista de uma formação social específica, de um país, por exemplo, é rejeitado.

Além disso, considerando que toda a interpretação difusionista de Marx baseia-se no pressuposto de que a unidade de análise do desenvolvimento é a economia nacional, a formação social específica e não a economia mundial; e considerando que a possibilidade da existência da economia mundial como uma totalidade em formação, o mercado mundial, para Marx só se coloca com o surgimento do capitalismo, estaria então afastada completamente a hipótese de unilinearidade do desenvolvimento e, mesmo considerando a versão engelsiana que estabelece uma revolução socialista no ocidente como pré-requisito para uma “via russa”, não restaria qualquer resquício de apoio para a interpretação difusionista, nem mesmo nesta escala “mundial”.

Por outro lado, diante da análise feita acima, também não parece adequada a formulação do tema feita pela tese da “mudança” radical após os anos 1850. As distintas versões desta tese, analisadas no capítulo anterior, em geral terminam por atribuir a Marx uma concepção de desenvolvimento que, neste aspecto mais geral, de uma teoria da história, é caracterizada como “multilinear”. Isto, em si, não diz muita coisa a respeito do que seria efetivamente a noção marxiana de desenvolvimento. Ao defensor de uma noção “multilinear” da história, poder-se-ia responder, com Marx: tão multilinear quanto possível dadas as condições concretas. É o que Marx afirma em sua célebre passagem do 18 brumário de Louis Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 2006, p. 15).

Entretanto, quando, por “multilinear”, busca-se negar, junto com o unilinearismo e a filosofia da história, a existência de determinações advindas da reprodução social, de limitações materiais para as possibilidades de desenvolvimento colocadas em cada momento histórico concreto, ou mesmo quando por este termo busca-se ignorar a possibilidade de apreensão das leis internas de dos distintos modos de produção e de distintos níveis de desenvolvimento nas diferentes formações sociais, então, conforme visto

acima, também se está afastando da teoria da história e da noção de desenvolvimento presente na obra de Marx.

Mas se neste nível mais abstrato, de uma teoria da história, a comparação com os textos de Marx coloca problemas tanto para a tese difusionista quanto para a tese que aponta uma mudança radical nos posicionamentos do autor, o que ocorre quando comparamos as principais proposições destas duas interpretações com os textos do autor no nível de abstração específico de uma teoria do capital e do desenvolvimento capitalista? É o que será visto no próximo capítulo.

## Capítulo 3 – Desenvolvimento desigual e teoria do capital

### Introdução

Neste capítulo será tratado o segundo nível de abstração da questão do desenvolvimento na obra de Marx, que é o de uma teoria do capital, ou seja, o nível mais concreto do desenvolvimento especificamente capitalista.

Pode-se afirmar que a interpretação difusionista da obra de Marx, no que diz respeito às conseqüências de uma teoria do capital para o tema do desenvolvimento, chega a duas conclusões fundamentais.

A primeira, que diz respeito às características metodológicas da obra do autor, afirma que a teoria do capital constante de sua principal obra, O Capital, não é aplicável ao tema. Marx, em O Capital teria elaborado um “modelo de uma economia fechada e homogênea, completamente capitalista” onde “não há espaço para quaisquer diferenças nas condições econômicas entre países diferentes” (BREWER, 1990, p. 26), de modo que o tema do desenvolvimento não encontraria qualquer tratamento nesta obra (PALMA, 1978, pp. 886-887). Assim, qualquer possível contribuição marxiana para o estudo do desenvolvimento, do ponto de vista das tendências do capital, precisaria vir de outros trabalhos do autor, principalmente de suas análises concretas.

A segunda, que diz respeito ao conteúdo do tema em si, é que destas análises concretas, em que pese um maior ou menor reconhecimento de eventuais contradições, o que se poderia extrair é uma visão onde o avanço das relações sociais capitalistas é igual ao progresso e ao desenvolvimento, pois o capital tem a característica fundamental de revolucionar a técnica e a produção, independente de tratar-se de um processo de expansão da acumulação externa ou de um desenvolvimento capitalista “autônomo”. Esta característica intrínseca é identificada por autores como Brenner com os aumentos da produtividade do trabalho possibilitados pela mais-valia relativa (BRENNER, 1977, p. 30-31).

Como para Marx inexistiria qualquer diferenciação entre as formas de desenvolvimento que são atualmente chamadas de endógenas e exógenas, a tendência decorrente da obra de Marx seria a do desenvolvimento de uma série de capitalismo nacionais e não de uma expansão do capital de alguns países industriais (PALMA, 1978, p. 888).

Logo, a falta de progresso e de desenvolvimento corresponderia necessariamente à falta de relações capitalistas de produção, no atraso do ponto de vista do percentual de relações de produção que se tornam efetivamente capitalistas em uma formação social. Este atraso teria suas razões, por sua vez, na própria resistência dos modos pré-capitalistas ao avanço do capital e tenderia a desaparecer junto com os modos de produção pré-capitalistas. O que a teoria de Marx teria a dizer sobre o desenvolvimento capitalista seria basicamente que o capital possui uma tendência de expansão e que esta tendência teria como consequência necessária, ainda que num processo longo e penoso (visto que a superação dos modos de produção pré-capitalistas é caracterizada por convulsões sociais), *o nivelamento dos patamares de desenvolvimento em todo o mundo*.

O principal aspecto a ser ressaltado aqui é que nesta interpretação as limitações ao desenvolvimento existentes nos países “atrasados” não decorrem de forma alguma das leis internas do capital, das tendências colocadas pelo processo de acumulação capitalista. Estas tendências do capital são vistas de forma *unilateral*: sempre operam no sentido do progresso da produção, da técnica, das relações sociais, etc. As contradições existentes no desenvolvimento não passam de “dores do parto” da nova sociedade.

A principal decorrência aqui é que não poderia existir, numa perspectiva marxiana, o que boa parte da teoria social latino-americana chama de *subdesenvolvimento* ou de *dependência*, mas apenas atraso de certas economias em relação às dos países industriais, onde as relações sociais capitalistas de produção teriam se difundido mais, possibilitando mais condições para a realização da mais-valia relativa.

Viu-se também que o questionamento desta interpretação, feito por Mohri (1979) e que foi retomado recentemente por autores como Di Meglio e Messina (2012), reconhece esta visão unilateral do papel do capital no processo de desenvolvimento na obra de Marx, mas aponta uma virada do autor na década de 1860, quando ao analisar o avanço do capital na Irlanda Marx teria percebido que o capital poderia, ao invés de desenvolver um determinada formação social, vir a *subdesenvolvê-la*. A conclusão a que chega Mohri é que neste período, Marx caminha para conclusões idênticas aquelas de autores<sup>115</sup> que apontavam que a integração subordinada dos países “atrasados” nos mercado mundial dominado pelas mercadorias da indústria inglesa levava a formação de um processo de dependência estrutural destas economias (MOHRI, 1978, p. 41).

Neste capítulo será feita uma tentativa de crítica destas interpretações. Na primeira seção se buscará mostrar que mesmo no terreno onde operam os difusionistas, as análises concretas de Marx, sua interpretação não encontra sustentação. Na segunda seção será criticada a visão que afirma que a teoria do capital constante de O Capital, e de suas obras preparatórias não se aplicaria ao desenvolvimento, uma vez que para Marx tratava-se precisamente disso o tema de sua obra, embora O Capital esteja em um nível de abstração mais alto do que o da análise concreta. Por fim serão feitas algumas considerações finais buscando sistematizar as conclusões do capítulo.

### **3.1 – Expansão capitalista: Progresso e subdesenvolvimento**

O objetivo desta seção será mostrar que Marx identificou, em suas análises concretas, situações nas quais o avanço das relações capitalistas de produção não significou “progresso” no sentido visto no capítulo anterior, ao menos não da mesma forma que a observada nos países industriais, caso da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Ou seja, nesta seção será avaliada de forma crítica, para efeito da avaliação da interpretação descrita anteriormente, a idéia de que o autor trabalhasse com o desenvolvimento de “capitalismos nacionais”. Neste caso, a existência de análises concretas onde o avanço das relações

---

<sup>115</sup> Os autores a que se referia Mohri são Amin (2010), Brown (1972) e Sutcliffe (1972).

capitalistas de produção não resultou em progresso, numa moderna indústria, contrariaria a interpretação ora criticada.

A principal análise de Marx deste tipo é a sobre a situação irlandesa, base fundamental da crítica de Mohri (1978) à interpretação difusionista.

Para Marx, a principal característica da penetração do capital britânico na Irlanda, através da dominação colonial<sup>116</sup>, era a destruição da indústria e a conversão do país em fornecedor de matérias primas para a indústria na Inglaterra. No discurso proferido por ele em dezembro de 1867 na associação de trabalhadores em Londres, Marx, além de narrar as atrocidades da dominação britânica na Irlanda<sup>117</sup>, afirmaria:

Under William III, a class came to power which only wanted to make money, and Irish industry was suppressed in order to force Ireland to sell their raw materials to England at any price.

[...] The Union delivered the death blow to reviving Irish industry. On one occasion Meagher<sup>118</sup> said: all Irish branches of industry have been destroyed, all we have been left is the making of coffins.

[...] Over 1.100.000 people have been replaced with 9.600.000 sheep. This is a thing unheard of in Europe. The Russians evicted the Poles with Russians, not with sheep. (MARX e ENGELS, 1972, pp. 140-142).

Ainda assim, o período capitalista da dominação britânica era considerado por Marx o período mais “destrutivo” para a economia irlandesa<sup>119</sup>:

Here is what baffles the English: they find the present regime mild compared with England’s former oppression of Ireland. So why this most determined and

<sup>116</sup> A dominação britânica na Irlanda perdurou por vários séculos e sob diversas formas. Embora tenham ocorrido invasões anglo-normandas na ilha desde o século XI, o marco inicial da dominação costuma ser datado em 1607, devido ao episódio conhecido como *flight of the earls*, quando os últimos nobres de origem gaélica que até então não haviam se submetido à coroa britânica se retiraram para o continente, ao que se seguiu a consolidação da dominação britânica. O período capitalista desta dominação corresponde, principalmente, à época da “União”, entre 1801 e 1922. Após um conturbado período iniciado em 1922 (*Irish Free State*, submetido à coroa britânica), que começa a ser superado com a constituição de 1937, com o *Irish act* de 1948, e, finalmente, com a proclamação da república da Irlanda em 1949, cinco sextos da ilha se tornaram formalmente independentes.

<sup>117</sup> Também no documento de preparação (outlines) deste discurso, Marx seria claro ao afirmar que “toda vez que a Irlanda estava prestes a desenvolver sua indústria, ela foi esmagada e re-convertida em uma terra meramente agrícola” (MARX e ENGELS, 1972, p. 133).

<sup>118</sup> Thomas Francis Meagher (1823-1867), participante do movimento de libertação irlandês e um dos fundadores da Confederação Irlandesa de 1847. Preso pelas tropas coloniais em 1848, fuge para os EUA em 1852 e ainda lidera a brigada de voluntários irlandeses que luta ao lado do norte na guerra civil americana entre 1861-65 (MARX e ENGELS, 1972, p. 501).

<sup>119</sup> Anderson, analisando este trecho em conexão com a correspondência de Marx do período, afirma o seguinte: “Thus, the more capitalist form of English domination since the 1846 Great Famine, although less overtly violent, had been more destructive than all previous forms of English rule over the past seven hundred years” (ANDERSON, 2010, p. 131).

irreconcilable form of opposition now? What I want to show—and what even those Englishmen who side with the Irish do not see—is that the [oppression] since 1846, though less barbarian in form, has been in effect destructive, leaving no alternative but Ireland’s voluntary emancipation by England or life-and-death struggle. (MARX e ENGELS, 1972, p. 126).

Marx já havia chegado, em 1867, a esboçar um programa que viabilizasse um processo de desenvolvimento para a Irlanda. É o que podemos ver na carta de Marx a Engels de 30 de novembro de 1867:

What the Irish need is:

- 1) Self-government and independence from England.
- 2) An agrarian revolution. With the best intentions in the world the English cannot accomplish this for them, but they can give the legal means of accomplishing it for themselves.
- 3) *Protective tariffs against England.* Between 1783 and 1801 all branches of Irish industry flourished. The Union, by abolishing the protective tariffs established by the Irish Parliament, destroyed all industrial life in Ireland. The bit of linen industry is no compensation whatever. The Union of 1801 had just the same effect on Irish industry as the measures for the suppression of the Irish woolen industry, etc, taken by the English parliament under Anne, George II and others. (MARX e ENGELS, 1972, p. 148).

Esta passagem deixa claro que Marx observava um forte papel negativo desempenhado pela dominação britânica na Irlanda, com destaque para o processo de desindustrialização que teria sido posto em marcha nos marcos desta dominação. Marx via a dominação britânica como um entrave ao seu desenvolvimento. Este entrave tinha a ver, basicamente, com dois aspectos, que *tornavam sua independência um meio necessário para viabilizar o desenvolvimento.*

O primeiro era a questão da produção agrícola, e da necessária “revolução agrária” irlandesa. A dominação britânica ao longo de séculos teve por objetivo “plantar” uma aristocracia territorial, com características feudais ou semifeudais, nos territórios irlandeses. O objetivo era constituir uma classe social de proprietários aristocratas leais à dominação, evitando assim qualquer ameaça à dominação e convertendo o país em um campo de fornecimento de trabalho barato e comida para a grande “fábrica da Inglaterra” (MARX e ENGELS, 1972, pp. 126-139). Para possibilitar isto, os sucessivos “parlamentos” coloniais (ou semicoloniais, conforme o período) votavam todo tipo de lei para impedir que as terras continuassem em mãos nativas, desde restrições ao direito de herança, até impostos diferenciados e instituição de um código penal que punia com a perda das terras quem

cometesse “traições à coroa britânica”, entre as quais constaria a profissão da religião católica<sup>120</sup>, praticado pela ampla maioria da população nativa irlandesa (MARX e ENGELS, 1972, p. 130).

Em meados do século XIX parte desta aristocracia, detentora das grandes propriedades<sup>121</sup>, começa a adotar a introdução de maquinaria e de relações capitalistas de produção (contratação de assalariados, economia de trabalho, etc.), respondendo à demanda inglesa por produtos agrícolas. A concorrência desta produção moderna combinada com os altos impostos cobrados dos pequenos arrendatários leva à ruína grande parte do campesinato irlandês e os obriga “mourejar para seu proprietário por um salário geralmente inferior ao do diarista comum” (MARX, 1983, I-2, p. 256), numa combinação de formas de exploração que reduz o rendimento dos arrendatários, portanto, *abaixo dos níveis de subsistência*<sup>122</sup>,

<sup>120</sup> Marx (1972, pp. 130-131) narra como os católicos (na verdade, os nativos irlandeses) no período anterior a 1776 foram massacrados, sendo proibidos até mesmo de votar para o “parlamento”, participar do exército, ter propriedades, e um longo etc. As taxações excessivas e políticas de ataque aos nativos tiveram como consequência o giro da economia para a exportação para a Inglaterra. Até mesmo a produção de fertilizantes era toda exportada, gerando um progressivo empobrecimento do solo, o que Marx chamaria de “*Metabolical Riff*”, e estaria na origem da *potato blight* e da grande fome irlandesa de 1846 (MARX e ENGELS, 1972, p. 141). Esta abordagem da questão irlandesa forneceria as bases de toda uma “ecologia” marxista nos últimos anos, principalmente em estudos como os de Foster (2000). Todo este “terrorismo britânico” resultaria apenas no fortalecimento do movimento independentista irlandês e na absorção dos colonos ingleses (exceto os imigrantes escoceses do norte da Irlanda) no povo irlandês, na religião católica e, em certa medida, na resistência à dominação britânica.

<sup>121</sup> Em nota a 2ª edição de *O capital*, Marx cita números que dão conta de que em 1870 94,6% do solo irlandês constituía arrendamentos com até 100 acres. É importante notar que, apesar de autores como Larrain (1999) interpretarem a “revolução agrária” defendida por Marx para a Irlanda como o estabelecimento de relações capitalistas no campo, o texto da seção 5, item f do cap. XXIII do vol. I de *O capital* (MARX, 1983, I-1, pp. 248-259) é claro em apontar o estabelecimento das relações capitalistas no campo como a principal causa do aprofundamento do “subdesenvolvimento” irlandês. Neste sentido também vai o entendimento, por exemplo, de Mathur e Dix (2009, p. 106) e Anderson (2010, p. 131). Além disso, é interessante notar que já em 1850 Marx havia redigido um programa para o campo na Alemanha no qual descreve a revolução agrária como um processo no qual “a propriedade feudal confiscada fique propriedade do Estado e seja transformada em colônias operárias, que o proletariado rural associado explore com todas as vantagens da grande exploração agrícola” (MARX e ENGELS, 1850, p. 90). Ainda que se entenda que a “revolução agrária” irlandesa da década de 1860 não poderia seguir o mesmo caminho da alemã de 1850 pela diferença nos níveis de desenvolvimento, parece justo supor que no mínimo ela signifique algo diferente de uma grande propriedade capitalista, uma vez que de pouco adiantaria substituir uma classe de proprietários exportadores por outros indivíduos com os mesmos interesses.

<sup>122</sup> “Não estamos falando agora de condições em que a renda fundiária, a maneira de expressar na propriedade fundiária o modo de produção capitalista, existe formalmente sem a existência do modo capitalista de produção em si, ou seja, sem que o arrendatário seja um capitalista industrial, nem o seu modo de cultivar seja capitalista. Tal é o caso, por exemplo, na Irlanda. O arrendatário é, geralmente, um pequeno agricultor. O que ele paga ao proprietário na forma de renda freqüentemente absorve não apenas uma parte do seu lucro, isto é, o seu próprio mais-trabalho (a que tem direito como possuidor de seus próprios instrumentos de trabalho), mas também uma parte de seu salário normal, que de outra forma receberia pela mesma quantidade de trabalho”. (MARX, 1983, III-2, p. 131).

extraindo-lhes uma parcela maior que o trabalho excedente. A parcela das terras tomadas aos arrendatários insolventes é transformada de lavoura em pastagens para gado e/ou incorporada num processo de concentração das terras. A redução da produção agrícola é drástica (MARX e ENGELS, 1972, pp. 134-135), e também o conseqüente decréscimo da população, seja pela fome, seja pela migração para outros países<sup>123</sup> após sua expulsão do campo, de modo que a Irlanda se convertera na época de *O Capital*, “apenas num distrito agrícola, separada por um largo fosso de água da Inglaterra, à qual fornece cereais, lã, gado e recrutas industriais e militares”. (MARX, 1983, I-2, p. 252).

Por outro lado, apesar de todos estes elementos, a renda da terra, e os lucros por arrendamento cresciam e “com a fusão dos arrendamentos e a transformação de terra cultivada em pastagem para gado, uma maior parte do produto global se converteu em mais-produto” (MARX, 1983, I-2, p. 252). Surge um grupo de magnatas fundiários irlandeses que enriquece através da exportação para a Inglaterra, enquanto aumentam a fome, a miséria e as doenças (MARX, 1983, I-2, p. 258). Esta classe proprietária, que é quem explora os camponeses arrendatários, adota as teses *malthusianas* sobre a população, atribuindo a causa da fome ao excesso de pessoas, e passa a incentivar a emigração da população agrária, dos antigos camponeses arrendatários expulsos de suas terras, para outros países (a própria Inglaterra e, principalmente, os Estados Unidos) (MARX, 1983, I-2, p. 258). Como seus produtos se destinavam ao consumo britânico e a industrialização irlandesa estava bloqueada, não havia sentido em manter este excesso de “superpopulação” na Irlanda.

Mesmo com todo este decréscimo populacional, a superpopulação relativa no campo (desempregados) “manteve-se em níveis idênticos aos de antes de 1846”, os salários encontravam-se “em um nível igualmente baixo” e o trabalho se “tornou mais extenuante” (MARX, 1983, I-2, pp. 254-255). Além disso, numa passagem que aborda a questão dos

---

<sup>123</sup> A população irlandesa tem uma redução de mais de 8 milhões para cerca de 5 milhões de pessoas entre 1840 e o final da década de 1860 (MARX, 1983, I-2, p. 248). Entre os que sobreviveram, Marx enumera um crescimento assombroso do número de doentes (MARX e ENGELS, 1972, pp. 136-137). Curiosamente a população atual da ilha, considerando a soma da República da Irlanda e da região dos “seis condados”, no norte da Irlanda, ainda controlada pela Inglaterra, mantém-se em torno aos 5 milhões de habitantes, após ter chegado a ter apenas 3 milhões entre as décadas de 1930 e 1960. Nada comparável aos 20 milhões de membros das “tribos perdidas” da diáspora irlandesa, poeticamente calculados por J. Joyce em seu *Ulysses*.

níveis dos salários pagos ao proletariado irlandês, Marx ressalta a dinâmica de empobrecimento absoluto<sup>124</sup> que poderia ser verificada:

O nível salarial, sempre muito baixo, elevou-se no campo, durante os últimos 20 anos, mesmo assim em 50 a 60 % [...]. Por trás dessa elevação aparente esconde-se, porém, uma queda real no salário, pois ela nem sequer equivale ao aumento dos preços, entretentes ocorrido, dos meios necessários à subsistência. [...]. O preço dos meios necessários à subsistência aumentou, portanto, quase duas vezes e o do vestuário é exatamente o dobro do de 20 anos atrás (MARX, 1983, I-2, p. 255).

O outro aspecto do “subdesenvolvimento” irlandês era a evolução da indústria. Durante a dominação britânica, os sucessivos “parlamentos” aprovaram diversas leis que taxavam excessivamente qualquer atividade manufatureira ou industrial<sup>125</sup>, além de proibir a exportação deste tipo de artigo (MARX e ENGELS, 1972, p. 129). As conseqüências deste aspecto da dominação foram nefastas. Marx demonstra números impressionantes da destruição da indústria irlandesa de produtos de lã, e da indústria têxtil em geral (MARX e ENGELS, 1972, pp. 131-132). Mesmo que a Irlanda se tornasse independente, e revogasse estas leis “anti-industriais”, sua indústria não teria condições de concorrer com os produtos ingleses, dado o elevado nível de produtividade do trabalho na Inglaterra se comparado com o da Irlanda. É por isso que qualquer possibilidade de desenvolvimento também precisaria passar por tarifas protecionistas “proibitivas” em defesa da indústria nascente irlandesa.

Isto fica claro ao observarmos a diferença de tratamento para a questão do protecionismo, recomendado por Marx como uma necessidade para a Irlanda, e duramente combatido no mesmo período como um entrave ao desenvolvimento da Inglaterra. É o que vemos nas

---

<sup>124</sup> Vale ressaltar que o tratamento dado por Marx em relação à questão salarial em sua teoria não aponta necessariamente para um empobrecimento absoluto da classe trabalhadora na medida em que avança o modo capitalista da produção, mas um empobrecimento relativo (ver a evolução do pensamento de Marx sobre o assunto bem como as polêmicas em torno a isso em Mandel, 1968, pp. 143-157). O mecanismo da mais-valia relativa, característica principalmente dos países capitalistas industriais, dá conta de um processo no qual o trabalhador ganha menos em termos de valor, ainda que com isso compre mais valores-de-uso. Tanto esta passagem, como a que vimos acima sobre a extração de uma parcela maior que a produção excedente do camponês arrendatário pelo proprietário de terras, revelam um processo de acumulação orientado para a maior exploração do trabalho e não para o aumento de produtividade. É interessante notar a semelhança com o que Marini (1973a) chamaria de *superexploração*, referindo-se à América Latina.

<sup>125</sup> Marx também narra um período da dominação britânica no qual houve uma tentativa de construir “cidades inglesas” na Irlanda, projeto que teria fracassado porque estas cidades sempre acabavam “se tornando irlandesas” (MARX e ENGELS, 1972, p. 141).

diversas passagens de *O Capital* sobre a derrubada das *Corn Laws*<sup>126</sup>, e demais normas protecionistas na Inglaterra. Em todas estas passagens Marx defende que a abolição das tarifas protecionistas na Inglaterra levou ao aumento dos investimentos e da produtividade do trabalho na produção agrícola, também impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho no campo.

No caso da Inglaterra, a existência das tarifas protecionistas levava ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, aumentando por sua vez os custos das matérias-primas da indústria (gastos com capital constante), bem como dos alimentos que compõem o consumo dos operários (gastos com capital variável). Sua derrubada permitiria à indústria inglesa reduzir os custos de suas matérias-primas, além de permitir uma redução proporcional de salários dos operários (redução da relação entre trabalho necessário e mais-valor) sem que isto levasse a uma redução do equivalente em termos de alimentos (mercadorias de consumo de massas) destes salários, o que equivale, em certo sentido, a uma forma de manifestação do mecanismo da mais-valia relativa. Por outro lado, devido à existência de um capitalismo avançado, a concorrência com os produtos agrários importados levaria a uma maior concentração de capitais (aumento da composição orgânica) na produção agrária inglesa, aumentando a produtividade do trabalho e o excedente ali produzido.

No caso da Irlanda, a inexistência de tarifas impediria qualquer possibilidade de constituição de uma indústria, uma vez que os capitais existentes se concentrariam nas atividades onde fosse possível concorrer com os produtos ingleses, ou seja, principalmente na produção agro-pecuária, produzindo para exportar para a Inglaterra. A utilização destes capitais para a industrialização seria extremamente dificultada devido à impossibilidade de que uma indústria nascente pudesse concorrer com os produtos industriais ingleses, dada a

---

<sup>126</sup> *Corn Laws* foi o nome pelo qual ficaram conhecidas as legislações que estabeleciam tarifas protecionistas para a agricultura inglesa de grãos em geral entre 1815 e 1846. Durante os anos que precederam sua derrubada a política inglesa foi dominada por uma intensa disputa. De um lado os capitalistas industriais “livre-cambistas” defendiam sua derrubada, que objetivavam utilizar como um mecanismo para viabilizar a troca entre seus produtos industrializados e produtos agrícolas no exterior, e também como arma de negociação para a derrubada de barreiras alfandegárias aos seus produtos industriais. Do outro os proprietários rurais defensores da manutenção das tarifas protecionistas afirmavam que sua derrubada levaria a economia rural inglesa à bancarrota. Marx analisou esta questão em diversas passagens de *O Capital*, e utilizou como ilustração de seus argumentos em diversas outras (MARX, 1983, I-1, pp. 17, 223, 224, 230; I-2, pp. 67, 69-70, 232-236).

maior produtividade do trabalho decorrente da maior concentração de capitais na forma de maquinário, acesso a matérias-primas, etc, ou seja, mais capital e maior composição orgânica do capital.

Portanto, no caso da Irlanda, tudo indica que a impossibilidade de que o conflito entre capitalistas industriais e proprietários rurais se desenvolvesse no mesmo sentido que havia ocorrido na Inglaterra residia no fato de que a indústria (seja “doméstica” ou capitalista) havia sido completamente arrasada pelos anos de dominação, e encontrava-se impedida de se desenvolver adicionalmente pela concorrência da indústria inglesa. A consequência social deste fato era que, ainda que conquistasse sua independência, seguiria inexistente na Irlanda uma classe de capitalistas industriais em condição de impor aos proprietários de terras uma política econômica que viabilizasse o desenvolvimento de um processo de acumulação próprio, que precisaria da proteção de “tarifas proibitivas contra a Inglaterra”. Esta política jamais seria aceita pelos grandes proprietários rurais exportadores irlandeses que a partir da aprovação das *Corn Laws*, justamente em busca de maiores lucros, aprofundaram tanto as relações capitalistas quanto os investimentos na produção agrária. Marx parece ver, entretanto, no proletariado rural e nos camponeses pobres o sujeito social e no próprio movimento nacionalista irlandês, o *Fenian movement*<sup>127</sup>, o possível sujeito político desta transformação. Por tudo isto não parece coerente atribuir a *revolução agrária* que Marx defendia em 1867 ao mero estabelecimento de relações capitalistas no campo.

Uma expressão final e termômetro do processo de subordinação que acometia a economia irlandesa era a evolução do rendimento nacional. Marx calcula que entre 1853 e 1864 o

---

<sup>127</sup> O movimento nacionalista irlandês, cujos ativistas também eram conhecidos na época de Marx como *Fenians*, recebeu amplo apoio político e também financeiro da AIT, em muitos casos por propostas de Marx. Um caso emblemático é a campanha em torno à libertação de Jeremiah O'Donovan Rossa (1831-1915). Este líder do movimento *Fenian* foi preso e condenado à prisão perpétua em 1865, após sua participação em uma tentativa de insurreição contra a dominação britânica. Em 1869, mesmo na prisão foi eleito com uma massiva votação para a *house of commons* do parlamento britânico, expressando o rechaço popular à dominação. Neste período, Marx e Engels alimentam esperanças que o mesmo movimento que levou a eleição de Rossa, poderia ter condições de avançar no sentido da independência nacional irlandesa. Em 30 de novembro de 1869, por iniciativa de Marx, o conselho geral da AIT vota pela primeira vez uma resolução em defesa da independência da Irlanda e pela anistia aos presos políticos do movimento *Fenian*. A ampla campanha que se seguiu resultou na libertação de Rossa pelos ingleses em 1870 e no seu exílio nos EUA, onde seguiu atuando pela causa da independência da Irlanda. Ver Marx e Engels (1972, p. 505) e Anderson (2010, pp. 135-138).

acréscimo anual médio dos rendimentos na Irlanda, foi de 0,93 %, enquanto na Grã-bretanha este número chegava a 4,58 % (MARX, 1983, I-2, p. 255).

Fica claro que, ao menos no caso irlandês, Marx chegou durante a década de 1860 a uma distinção entre “atraso” e o que chamamos de “subdesenvolvimento”. A transformação agrária operada na Irlanda pela penetração do capital e das relações sociais correspondentes a ele não é vista por Marx como um desenvolvimento progressivo, mas ao contrário parece contribuir para a formação de entraves ao desenvolvimento da indústria e à sofisticação da divisão social do trabalho. Se tomarmos esta distinção, então teremos que admitir a possibilidade de que existissem, para Marx, países “atrasados”, com baixo nível de desenvolvimento das relações capitalistas, e outros países “subdesenvolvidos”, com penetração de relações capitalistas, mas onde esta penetração ocorre a partir de relações capitalistas secundárias, transplantadas de um país industrial (ou de vários), e em função deste processo originário de acumulação, e não como um processo próprio de acumulação.

Mas teria a análise de Marx sobre a Irlanda sido um caso isolado, uma contradição do pensamento de Marx, ou seria possível traçar elementos para esta distinção em sua obra de forma mais ampla, aplicável a outros países?

Muito antes dos anos 1860, em carta a P. Annenkov de 28 de dezembro de 1846, Marx falava em uma nova e específica divisão internacional do trabalho, estabelecida a partir do surgimento da indústria moderna:

Para o sr. Proudhon, a divisão do trabalho é coisa muito simples. Mas não era o regime das castas uma certa divisão do trabalho? E o regime das corporações, não era uma outra divisão do trabalho? E a divisão do trabalho do regime manufatureiro, que começa em meados do século XVII e acaba na última parte do século XVIII na Inglaterra, não é também totalmente distinta da divisão do trabalho da grande indústria, da indústria moderna?

O sr. Proudhon está tão pouco dentro da verdade que descarta aquilo que os próprios economistas profanos fazem. Para nos falar da divisão do trabalho, ele não precisa falar do mercado mundial. Ora bem! A divisão do trabalho, nos séculos XIV e XV, quando não havia ainda colônias, quando a América não existia ainda para a Europa, quando a Ásia oriental só existia por intermédio de Constantinopla — não havia ela de se distinguir de alto a baixo da divisão do trabalho do século XVII, que tinha colônias já desenvolvidas?

Não é tudo. Toda a organização interna dos povos, todas as suas relações internacionais, serão outra coisa do que a expressão de uma certa divisão do

trabalho? E não haverão elas de mudar com a mudança da divisão do trabalho? (MARX, 1961, vol. 3, pp. 246-247).

É interessante notar que para Marx, já nesta formulação “primordial”, não é uma divisão do trabalho que determina a existência da indústria, mas é determinada por ela, e vai determinar por sua vez as relações internacionais.

O aspecto da interação entre divisão do trabalho e relações internacionais é um dos tópicos que Marx assinala em uma “*nota bene*” da *introdução geral* de 1857. Trata-se de tópicos da introdução que deveriam ser mais bem desenvolvidos para a publicação, quando se fosse tratar do tema. Marx afirma: “*Nota bene* com respeito aos pontos a mencionar aqui e que não podem ser esquecidos: Relações de produção secundárias e terciárias, em geral derivadas, transpostas, não originárias. Aqui, entram em jogo as relações internacionais”. (MARX, 2011, pp. 61-62). A nota em questão parece sinalizar que o relevante para a determinação das relações internacionais (a forma como se darão) é o fato de que as relações de produção sejam ou não “transpostas”, “não originárias”. Trata-se, entretanto, apenas de uma nota não desenvolvida.

A Polônia, assim como a Irlanda, é tratada por Marx como um país que necessita se “autonomizar” para ter possibilidades de se desenvolver<sup>128</sup>. Em relação à Polônia<sup>129</sup> Marx afirmava em um discurso em 1875:

<sup>128</sup> Análises de Marx em diversos aspectos semelhantes a esta podem ser vistas em relação ao México, em seus artigos contra a intervenção Anglo-Francesa de 1862-67. A intervenção teve como justificativa a moratória de dívidas declarada pelo presidente mexicano Benito Juarez e chegou a coroar um “imperador” marionete dos franceses na cidade do México (Maximiliano de Habsburgo). Terminou com a expulsão dos franceses, a execução do “imperador” e a volta de Benito Juarez ao poder em 1867. Os textos de Marx sobre o assunto estão na coletânea organizada por Scaron (1980, pp. 249-302).

<sup>129</sup> Também no caso da Polônia ocorre uma evolução nas posições de Marx. Em textos mais antigos, anteriores aos anos de 1857-59, é possível ver posições bem distintas. Ver, por exemplo, esta passagem de 1847, apontada por Anderson (2010, p. 58), na qual Marx não parece ver a possibilidade de um desenvolvimento próprio para o país: “Of all countries, England is the one where the contradiction between the proletariat and the bourgeoisie is most highly developed. [...]. Hence Poland must be liberated not in Poland but in England”. (MARX, 2005, vol. 6, p. 389). Na década de 1860, no entanto, Marx travaria duras batalhas políticas contra tendências anarquistas na 1ª internacional em torno às questões da independência polonesa e irlandesa, nas quais saiu vitorioso. No primeiro caso, os oponentes eram os *proudhonistas* que questionavam a posição da internacional em defesa da independência da Polônia. Marx defende veementemente a posição da internacional numa controvérsia que tem início após a morte de Proudhon, em 1865, e se estende até 1867 (ANDERSON, 2010, pp. 72-76). No segundo caso foram Bakunin e seus seguidores que se opuseram à campanha da internacional em defesa da independência da Irlanda, com a justificativa de que se deveria rejeitar “qualquer ação política que não tenha como objetivo imediato e direto o triunfo da causa dos trabalhadores contra o capital” (ANDERSON, 2010, pp. 146-147).

On the contrary; only after Poland has won its independence again, only after it is able to govern itself again as a free people, only then can its inner development begin again and can it cooperate as an independent force in the social transformation of Europe. (MARX, 1875, p. 391).

Nos *Grundrisse*, Marx aborda um pouco mais estas contradições, mencionando novamente o caso polonês:

Se a primeira forma da indústria, a grande manufatura, já pressupõe a dissolução da propriedade fundiária, tal dissolução, por sua vez, é condicionada pelo desenvolvimento subordinado do capital em suas próprias formas ainda não desenvolvidas (medievais), ocorrido nas cidades, e ao mesmo tempo, pela influência da manufatura que florescia com o comércio em outros países (a Holanda exerce tal efeito sobre a Inglaterra no decorrer do século XVI e na primeira metade do século XVII). Nesses países, o processo já havia se consumado, a agricultura já havia sido sacrificada à criação de gado e os cereais eram importados de países atrasados, como a Polônia, etc. (Holanda novamente). É preciso considerar que as novas forças produtivas e relações de produção não se desenvolvem do nada, nem do ar nem do ventre da idéia que se põe a si mesma; mas o fazem no interior do desenvolvimento da produção existente e das relações de produção tradicionais herdadas, e em contradição com elas. Se no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômico-burguesa e, desse modo, cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, o mesmo sucede em todo sistema orgânico. Como totalidade, esse próprio sistema orgânico tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento na totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou em extrair dela os órgãos que ainda lhe faltam. É assim que devém uma totalidade historicamente. O vir a ser de tal totalidade constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento. (MARX, 2011, p. 217).

É interessante neste trecho observar como todo avanço do modo de produção capitalista se dá numa “combinação de modos de produção”. O desenvolvimento do capital, ou seja, no sentido especificamente capitalista, consiste em “subordinar a si todos os elementos da sociedade”. Mas o grau de avanço desta subordinação é uma medida do desenvolvimento da “totalidade”, do seu “vir a ser”. Somente neste sentido seria válido igualar o desenvolvimento capitalista ao avanço das relações de produção subordinadas à lógica do capital.

No que diz respeito à participação dos países agrário-exportadores, no caso a Polônia, cuja função na divisão internacional do trabalho é o fornecimento de matérias primas e alimentos, Marx trata a questão exatamente nos termos vistos acima, ou seja, o progressivo desenrolar da formação do mercado mundial, o “vir a ser da totalidade”, constitui um momento do processo. Fica claro que as contradições deste “vir a ser” precisam ser

devidamente consideradas, resultando numa inevitável desigualdade do desenvolvimento do capital:

As condições e os pressupostos do devir, da gênese do capital, supõe precisamente que ele ainda não é, mas só devém; logo, desaparecem com o capital efetivo, com o próprio capital que, partindo de sua efetividade, põe as condições de sua efetivação. Assim, por exemplo, se no devir originário do dinheiro ou do valor por si em capital é pressuposta uma acumulação por parte do capitalista – seja por meio da economia de produtos ou valores criados com seu próprio trabalho etc. – que ele realizou como não capitalista – se, por conseguinte, os pressupostos do devir do dinheiro em capital aparecem como pressupostos externos dados para a gênese do capital -, da mesma forma o capital enquanto tal, tão logo é posto, cria seus próprios pressupostos, a saber, a propriedade das condições reais para a criação de valores novos sem troca – mediante seu próprio processo de produção (MARX, 2011, pp. 377-378).

Em *O Capital*, Marx generalizaria algumas destas análises, em especial no que diz respeito à destruição da indústria nos países subdesenvolvidos em diversas passagens. No capítulo XXIV sobre a acumulação primitiva, por exemplo, quando aborda a “gênese do capitalista industrial” Marx refere-se aos países “secundários dependentes”, onde “toda a indústria foi violentamente extirpada, como por exemplo, a manufatura de lã irlandesa pela Inglaterra” (MARX, 1983, I-2, p. 290). É interessante notar que o termo “secundário”, à luz do que vimos acima, poderia estar se referindo às relações “transpostas”, não originárias. Neste caso, mais uma vez, o caminho para a explicação desta “dependência” teria relação com o papel secundário em um processo de acumulação externo.

Marx também volta em *O Capital* a explicar o surgimento de uma “divisão internacional do trabalho” que opõe os países industriais aos países agrário-exportadores de forma categórica:

Por outro lado, barateamento do produto da máquina e sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Mediante a ruína do produto artesanal desses mercados, a produção mecanizada os transforma à força em campos de produção de suas matérias-primas. Assim, a Índia foi obrigada a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil, etc. para a Grã-bretanha [...]. A constante “transformação em excedentes” dos trabalhadores dos países da grande indústria promove de maneira artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformam em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem, como por exemplo, a Austrália tornou-se local (colony) de produção de lã [...]. Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial (MARX, 1983, I-2, pp. 63-64).

Marx relaciona a questão da divisão do trabalho ao fato de que os países que já haviam se industrializado se vêem em condições de impô-la economicamente, devido aos níveis superiores de desenvolvimento, e ao analisar desde este ponto de vista a agricultura dos países primário-exportadores, aponta como uma formação social onde o modo de produção capitalista já surge em função de um mercado mundial ocupado pela indústria moderna (externa) terá características específicas que terão grande peso em seu desenvolvimento:

Se, como diz Johnston (p.223), ‘estamos habituados a associar esses Estados novos, dos quais chegam anualmente carregamentos tão grandes de trigo, a concepção de grande fertilidade natural e de territórios ilimitados de terras ricas’, isso depende, em primeira instância, de condições econômicas. A população toda de tal região, como por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos de massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. Isso distingue, de antemão, os Estados coloniais criados com base no moderno mercado mundial em face dos antigos, especialmente os da época antiga. Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso. Se ao se levar em consideração sua juventude e a densidade relativamente baixa de sua população, parecem produzir um produto excedente muito grande, isso não se deve à fertilidade do solo, nem à fertilidade do trabalho, mas à forma unilateral do seu trabalho, e, portanto, do produto excedente em que este se objetiva (MARX, 1983, III-2, pp. 162-163).

Esta passagem é importantíssima para a distinção entre os países meramente “atrasados” e aqueles onde predominam relações “secundárias” e “transplantadas”. Em primeiro lugar, Marx deixa claro que a produção capitalista<sup>130</sup>, destes países ou regiões colonizadas, já surge num contexto onde existe nos países capitalistas avançados a indústria com sua demanda por “insumos”. Assim estes países direcionam uma parte muito grande (em termos proporcionais) de sua produção, de sua força de trabalho, aos “produtos de massa” primários, que possam ser trocados por “mercadorias industriais”, de modo que “todo o seu produto excedente aparece na forma de grãos”. O mais interessante aqui é que Marx não aponta apenas a divisão internacional do trabalho, entre os países ou regiões, como consequência da demanda por insumos dos países industriais, mas ressalta também as consequências deste processo na própria divisão interna do trabalho nos países “secundários”. Como estes países já desenvolvem sua produção capitalista e suas trocas

<sup>130</sup> No sentido de voltar-se para troca, de ser produção de valor e não de valores-de-uso. Como visto anteriormente, Marx considerava mesmo os proprietários escravocratas do sul dos EUA como capitalistas, ainda que não o fossem do ponto de vista das relações de trabalho.

internacionais em um cenário onde predomina progressivamente a grande indústria, mesmo produtos que “sob outras circunstâncias eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc” são importados dos centros industriais. A “forma unilateral do trabalho” existente nestes países vai, portanto, *equivalar a uma divisão do trabalho incipiente, pouco desenvolvida*, muito distante, portanto, da sofisticada divisão do trabalho que caracteriza os países industriais.

Assim, além de não ocorrer o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho do ponto de vista qualitativo (ampliação das capacidades de produção e da objetivação do trabalho) também o “recoo das barreiras naturais”, ou seja, a progressiva redução do aspecto natural e ampliação do aspecto social na reprodução social não ocorre fundamentado num desenvolvimento próprio, mas num desenvolvimento externo, e não enseja um processo de “integração humana” do ponto de vista interno, mas preserva a organização social das comunidades em certo grau de isolamento, ainda que abastecidas pelas mercadorias da indústria estrangeira.

No tocante a esta questão da sofisticação da divisão do trabalho, Marx se refere por diversas vezes à noção de “*free hands*” (ou *free heads*), tomada por ele de Steuart<sup>131</sup>. Em O Capital, por exemplo, Marx afirma que:

Uma produtividade agrícola que supere as necessidades individuais do operário constitui a base de toda sociedade e, sobretudo, a base da produção capitalista, que separa uma parte cada vez maior da sociedade da produção de meios de subsistência e a converte, como disse Steuart, em *free hands*, em homens disponíveis para a exploração em outras tarefas (MARX, 1983: III-2, p. 247).

O modo de produção capitalista e a indústria dependem da existência de certos níveis de produtividade do trabalho agrícola que possibilitem que operários sejam “liberados” do trabalho agrário para outras tarefas. Vimos acima, na passagem extraída do capítulo XIII de O Capital, que no caso dos países industriais o próprio desenvolvimento da produtividade possibilitado pela utilização das máquinas e das novas fontes de energia aumentam o número de “*free hands*”, ou de trabalhadores “excedentes”, *na medida em que estes*

---

<sup>131</sup> James Steuart (1712-1780) foi um economista escocês. Um dos últimos defensores do mercantilismo. Parte da mesma “onda” de renascimento escocês na qual também surgiram Adam Smith e David Hume (MARX, 2011, p. 772).

*produtos da indústria podem ser trocados no mercado internacional por alimentos e por matérias primas.* Assim, a consequência da transferência da produção de alimentos para o exterior, nos países industriais, *é a possibilidade de aumentar ainda mais os seus excedentes, sua produtividade, e, assim, a sofisticação da divisão do trabalho interna,* ou seja, sua consequência principal é a possibilidade de um maior desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, do ponto de vista qualitativo, do que seria possível caso não houvesse o comércio internacional.

Nos países “secundários”, subdesenvolvidos, ocorre o oposto. A produção agrícola destinada à exportação implica em uma redução, em um entrave, ao desenvolvimento da divisão interna do trabalho e, logo, da sociabilidade, ainda que sua produção seja vantajosa em termos de preços (e valores de uso para consumo), diante do que poderiam obter se produzissem eles próprios suas mercadorias industriais dados seus níveis de produtividade do trabalho. Além disso, a concentração do excedente na forma de “grãos”, ou seja, a objetivação do trabalho se dá nos marcos, e nos limites da produtividade agrária alcançada, *e sua expansão significa um entrave, e não um impulso, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho,* consideradas em seu aspecto qualitativo. Isto é verdade, em especial, quando se consideram as consequências deste processo do ponto de vista da acumulação.

Outro momento em que Marx trata destas características específicas do subdesenvolvimento é em carta a N.F. Danielson de 1879. Nesta carta Marx afirma que nos países onde “a indústria moderna estava mais desenvolvida”, foram não apenas os meios de transporte mais adequados à produção industrial, mas também “a base de imensas sociedades anônimas, formando ao mesmo tempo um novo ponto de partida para todos os outros tipos de sociedades por ações, a começar pelas empresas bancárias” e que deram “um impulso nunca antes visto de concentração do capital, e também para a atividade cosmopolita acelerada e imensamente ampliada do capital bancário, abrangendo assim todo o mundo em uma rede de endividamento financeiro burla e mútuo” (MARX, 1879). Mas, por outro lado, nos países secundários, onde anteriormente o capitalismo “estava confinado

a poucos setores da sociedade”, as ferrovias promoviam um crescimento capitalista desproporcional ao seu “corpo social” nas áreas exportadoras:

On the other hand, the appearance of the railway system in the leading countries of capitalism allowed, and even forced, states where capitalism was confined to a few summits of society, to suddenly create and enlarge their capitalistic superstructure in dimensions altogether disproportionate to the bulk of the social body, carrying on the great work of production in the traditional modes. There is, therefore, not the least doubt that in those states the railway creation has accelerated the social and political disintegration, as in the more advanced states it hastened the final development and therefore the final change, of capitalistic production.

[...] Generally the railways gave of course an immense impulse to the development of foreign commerce, but the commerce in countries which export principally raw produce increased the misery of the masses. Not only that the new indebtedness, contracted by the government on account of the railways, increased the bulk of imposts weighing upon them, but from the moment every local production could be converted into cosmopolitan gold, many articles formerly cheap, because invendible to a great degree, such as fruit, wine, fish, deer, etc., became dear and were withdrawn from the consumption of the people, while on the other hand, the production itself, I mean the special sort of produce, was changed according to its greater or minor suitability for exportation, while formerly it was principally adapted to its consumption in loco.[...] All the changes very useful indeed for the great landed proprietor, the usurer, the merchant, the railways, the bankers and so forth, but very dismal for the real producer! (MARX, 1879).

Em resumo, o que Marx está afirmando é que a instalação de ferrovias nos países sem uma indústria desenvolvida, ou seja, em especial no caso dos países exportadores de produtos primários, acaba tendo como conseqüência a aceleração da subordinação da economia destes países à lógica da exportação ou, em outras palavras, aos processos de acumulação de capital das economias industrializadas que compram estes produtos, e, ainda que favorecesse o comércio exterior, fosse útil para os comerciantes, banqueiros e para as próprias companhias ferroviárias, levava a “miséria das massas”, “retirada dos produtos do consumo local”, e “prejuízo para os produtores”. Aqui já existe a indicação de uma diferenciação entre os países “líderes do capitalismo” e aqueles “que exportam principalmente produtos primários”, e uma diferenciação qualitativa, onde o mesmo processo – a instalação de ferrovias – leva a resultados opostos.

Ao buscar analisar estas passagens de 1879 com a noção de desenvolvimento presente na interpretação difusionista de Marx nos deparamos com um problema. Como explicar que o avanço do comércio e da subordinação da economia às trocas, e da produção ao valor, ou seja, o avanço das relações de produção capitalista, da lógica do capital, leve à “miséria das

massas”, à “retirada de produtos do consumo local” e cause “prejuízos para os produtores”? A busca por conciliar estes trechos com a interpretação da obra de Marx proposta por estes autores, ou seja, nos marcos de uma teoria que iguala “desenvolvimento” unicamente ao avanço das relações capitalistas de produção, como ocorre na interpretação difusionista de Marx, parece apresentar profundas dificuldades de sucesso.

No entanto, ao analisar estes trechos à luz da “noção de desenvolvimento” extraída da Ideologia Alemã e que corresponde ao desenvolvimento da sociedade em sentido mais amplo, percebe-se que *é precisamente esta incipiente divisão social do trabalho a expressão e a medida do subdesenvolvimento destes países*, pois revela o baixo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e também do “mercado interno”, ou seja, os níveis de intercâmbio interno, ou da sociabilidade, já que toda a produção excedente aparece em uma forma “para exportação” e não levará ao aumento das trocas internas. Assim torna-se possível entender as passagens da carta de 1879.

As ferrovias, nos países “secundários dependentes”, aumentam as possibilidades de escoamento da produção de matérias primas para exportação, facilitando a ampliação da acumulação vinculada a uma “forma unilateral do trabalho”, ou seja, ampliando a parcela do trabalho excedente que aparece na forma de produtos para exportação. Com isto, está também forçando a ampliação das necessidades de importação de produtos não produzidos internamente, ou seja, aumentando a “demanda” por produtos dos centros industriais. Mas o principal efeito negativo é sobre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho em seu aspecto qualitativo, ou seja, no que diz respeito à constituição de novas capacidades de produção. Isto tem uma expressão clara na divisão social do trabalho interna, e conseqüentemente no intercâmbio interno. Quanto mais voltada para a exportação de matérias primas, menos condições para o desenvolvimento das forças produtivas, para a ampliação da divisão social do trabalho e das trocas internas, esta é a outra face da exacerbação das trocas com as economias industriais<sup>132</sup>. No mais, parece seguir válido aqui

<sup>132</sup> Uma ilustração disto pode ser observada, mesmo hoje, em qualquer mapa das malhas ferroviárias nacionais. Nos países industriais as malhas são entrelaçadas, cobrindo a maior parte do território, o que expressa grande importância do intercâmbio interno, e, logo, do desenvolvimento da divisão social do trabalho e das forças produtivas do trabalho. Nos países subdesenvolvidos, as malhas correm como veias que extraem das regiões produtoras para os portos as matérias primas a serem exportadas, enquanto o intercâmbio interno não alcança importância suficiente para justificar a construção de ferrovias interiores.

um aspecto do que fora dito por Marx em relação às ferrovias na Índia, nos artigos de 1853: o de que os ramos industriais, *desde que sejam produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho próprias*, levam à formação obrigatória de atividades subsidiárias, tanto mais quanto mais avançados forem, em termos técnicos. Isto é outro aspecto do estabelecimento de uma indústria diversificada que representa avanço na sofisticação da divisão social do trabalho e, logo, no intercâmbio interno.

Este baixo desenvolvimento qualitativo das forças produtivas, expresso na incipiente divisão do trabalho e intercâmbio interno fraco, acarretará características específicas para o processo de reprodução do capital. Vimos que no caso da Irlanda uma das características do seu “subdesenvolvimento” é a da destruição da indústria e a subordinação da produção agro-pecuária às necessidades da indústria inglesa. Mas também vimos que uma característica que Marx aponta é que o mecanismo de crescimento da produção de valor, de capital, no caso das economias agro-exportadoras, tende a se apoiar mais na mais-valia absoluta, ou seja, a ser principalmente baseado no aumento da exploração do trabalho<sup>133</sup>. Nas atividades desempenhadas nestes países, como o extrativismo e a agricultura, “a redução forçada do salário abaixo do seu valor (igual ao da força de trabalho) desempenha, no movimento prático, papel demasiado importante”, além do que “esta redução transforma, de fato, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação do capital” (MARX, 1983, I-2, p. 178).

Marx também aponta que “o trabalho adicional, produzido por um atrelamento mais elevado da força de trabalho pode aumentar o mais-produto e a mais-valia, a substância da

---

<sup>133</sup> Como dissemos acima, em que pese algumas nuances, toda esta discussão aqui é similar à noção de *super-exploração* contida na obra de Marini (1973a), por sua vez inspirada nos diversos trabalhos econômicos de Marx. As semelhanças entre a forma que Marx trata o tema a que o faz Marini, ao menos no que tange a este ponto específico, parecem indicar uma proximidade muito maior do que o que tem sido usualmente considerado, uma vez que Marini está entre os que são acusados de “circulacionistas”, no sentido de privilegiar a esfera da circulação nas explicações dos fenômenos econômicos, pela “ortodoxia” anglo-saxã. Ver, por exemplo, Dore (1988). Não se confunda a existência desta similaridade com uma afirmação de que a categoria “superexploração” já esteja presente em Marx. Em sua obra máxima, *O Capital*, embora, como vimos, Marx toque rapidamente neste tema, seu objetivo é desvendar as leis de movimento do capital em geral e suas manifestações, gerais, na forma dos capitais particulares. Assim, as especificidades do “subdesenvolvimento”, as características dos países “secundários”, embora tenham sido rapidamente mencionadas, são parte justamente dos elementos que são abstraídos para se alcançar tais leis. Sobre isto ver Carcanholo (2013).

acumulação, sem aumento proporcional da parte constante do capital” (MARX, 1983, I-2, p. 181). Marx explica como este mecanismo pode operar na indústria extrativa:

Na indústria extrativa, nas minas, por exemplo, as matérias-primas não fazem parte do adiantamento de capital. O objeto de trabalho não é aqui produto de trabalho prévio, mas presenteado gratuitamente pela natureza. São os minérios metálicos, minerais, carvão de pedra, pedras, etc. O capital constante aqui consiste quase exclusivamente nos meios de trabalho que podem suportar muito bem uma ampliação do quantum de trabalho (turnos noturnos p. exemplo). Porém, permanecendo constantes as demais circunstâncias, a massa e o valor do produto sobem em razão direta ao trabalho empregado. Como no primeiro dia da produção, aqui os formadores originais do produto, portanto também os formadores dos elementos materiais do capital, homem e natureza vão juntos. Graças à elasticidade da força de trabalho, ampliou-se a área de acumulação sem aumento prévio do capital constante (MARX, 1983, I-2, p. 181).

E segue com a análise da agricultura:

Na agricultura, não se pode ampliar a terra cultivada sem adiantamento de sementes e adubos adicionais. Mas, uma vez feito este adiantamento, mesmo o cultivo puramente mecânico do solo exerce efeito milagroso sobre a quantidade de produto. A maior quantidade de trabalho, executada pelo número de trabalhadores até aqui em atividade, eleva assim a fertilidade, sem exigir novo adiantamento de meios de trabalho. É novamente a ação direta do homem sobre a natureza que se torna fonte direta de acumulação acrescida, sem interferência de novo capital (MARX, 1983, I-2, p. 181).

Com a crescente divisão social do trabalho possibilitada pelo crescimento qualitativo das forças produtivas, característica da indústria capitalista baseada nas máquinas, no maquinismo, a coisa é diferente, passando a operar principalmente o mecanismo da mais-valia relativa. Esta ocorre quando, ao invés de aumentar os níveis de exploração do trabalho (por exemplo, aumentando a jornada de trabalho para aumentar assim o trabalho excedente)<sup>134</sup>, se reduz o valor da própria força de trabalho, reduzindo o valor das mercadorias que a ela correspondem, ou seja, daquelas mercadorias que o operário vai comprar com o seu salário. Esta redução do valor das mercadorias que compõe o consumo operário só pode decorrer do aumento da força produtiva do trabalho, que para Marx é “uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira,

---

<sup>134</sup> “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança de proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1983, I-1, pp. 250-251). “Mais-valia” aqui é o aumento do trabalho excedente, que é aquele que será apropriado pelo capitalista e poderá ser acumulado na forma de capital.

portanto a força para produzir um quantum maior de valor-de-uso” (MARX, 1983, I-1, pp. 250-251). Além disso:

Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios costumeiros ou possam substituí-los. Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo quantum de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não se determina apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro do pez, do fio, etc. O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho. Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários, nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era (MARX, 1983, I-1, p. 251).

Vê-se que na elaboração de Marx as possibilidades de realização da mais-valia relativa dependem do aumento da força produtiva do trabalho empregada em setores da indústria que produzem para o “consumo de massa”, ou seja, cujos produtos entraram no consumo operário, diretamente ou na forma de matérias-primas, ou então os setores de produção de máquinas (meios de produção) que serão empregadas neste tipo de produção. Assim, não se trata de uma distinção absoluta na qual países industriais só avançam através da mais-valia relativa e países “subdesenvolvidos”, secundários ou atrasados permanecem na mais-valia absoluta, mas que a existência da indústria, de seus distintos ramos, da indústria de máquinas (“bens de capital”), etc. oferecem muito mais possibilidades para o aumento da produtividade, da força produtiva do trabalho, e logo da mais-valia relativa, do que nas condições de baixo desenvolvimento das forças produtivas em termos qualitativos e da incipiente divisão social do trabalho estabelecidas na economia dos países “secundários”, voltados para a exportação de matérias-primas e alimentos.

Por fim, cabe ressaltar que alguns aspectos do tema abordados posteriormente na correspondência entre Engels e o economista *narodnik* N. Danielson ocorrida entre 1891-93. Nesta correspondência Engels trata do processo de avanço do capital e das relações

capitalistas na Rússia, de forma muito relevante para o tema do desenvolvimento, servindo como ilustração do que foi visto até aqui<sup>135</sup>.

Foi visto no capítulo anterior a posição de Marx sobre a comuna russa, e as possibilidades de que a comuna pudesse servir de base para um desenvolvimento não capitalista. No período da correspondência que será vista agora, Engels e Danielson partem do reconhecimento que já existe na Rússia uma indústria moderna pelo menos desde a década anterior. Engels lamenta que “*la grande industrie en Russie tuerá la commune agricole* antes que outras transformações venham a socorrê-la”, afirmando que o mais provável é que não haja “tempo suficiente para uma mudança da opinião pública que a leve a apoiar a implantação da indústria e da agricultura modernas na *obshtchina*” (ENGELS, 1891, p. 232). Mas o faz de modo a afirmar que a prioridade política agora passaria a ser a organização do proletariado industrial russo para uma revolução socialista como a esperada por Marx para a Inglaterra, dirigida pelo proletariado industrial. Já Danielson<sup>136</sup>, evolui a uma posição amargamente pessimista, se recusando a aceitar que o projeto de um caminho próprio para a Rússia havia se tornado inviável a partir da instalação da indústria, e que o desaparecimento da comuna rural era uma questão de tempo (FERNANDES, 1982, p. 63).

Nesta correspondência, Engels tenta esclarecer as posições que Marx havia emitido na década anterior, e ao fazer isto acaba produzindo algumas análises interessantes sobre o tema do desenvolvimento, que caminham no mesmo sentido do que afirmava Marx sobre a Irlanda e da distinção clara da possibilidade de um subdesenvolvimento capitalista. Em carta de 18 de junho de 1892, numa passagem sobre a industrialização russa, protecionismo e desenvolvimento, Engels afirma que:

Não há dúvida que o violento crescimento da *grosse industrie* moderna na Rússia foi provocado por meios artificiais: impostos proibitivos, subvenções estatais, etc. [...] Não duvido que a América, a França, a Alemanha e mesmo a Áustria consigam, com o tempo, alcançar as condições que lhes permitam lutar eficientemente contra a concorrência inglesa no mercado aberto mundial. [...]. Será a Rússia capaz de alcançar esta mesma posição? Tenho dúvidas quanto a isso. [...] ela tem que enfrentar condições históricas muito diferentes. [...]

<sup>135</sup> Entende-se que a inclusão deste debate aqui se justifica, uma vez que nesta correspondência Engels, o principal colaborador de Marx, busca “esclarecer” o que entende que seria a “posição de Marx” sobre o assunto.

<sup>136</sup> Nos anos 1890 os marxistas russos, Plekhanov e Zassulich à frente, já haviam formado sua primeira organização própria, chamada “A libertação do trabalho”, a qual Danielson não chega a se integrar.

Poderia a Rússia, no ano de 1890, ter existido e se sustentado como um país puramente agrícola, vivendo da exportação de cereais e comprando com ele produtos industriais estrangeiros? Creio que podemos responder com segurança, não. [...] A introdução da maquinaria e do vapor, a tentativa de manufaturar produtos têxteis e metalúrgicos com métodos modernos de produção, pelo menos para o consumo interno, tinha que ser feita, mais cedo ou mais tarde, certamente em algum momento entre 1856 e 1880. Mesmo que isso não tivesse acontecido, ainda assim sua indústria patriarcal teria sido destruída, nesse caso, pela concorrência da maquinaria inglesa. O resultado seria a Índia, um país economicamente submetido à grande oficina central, a Inglaterra. (ENGELS, 1891, pp. 230-231).

Aqui fica muito clara a distinção que se afirmou no capítulo anterior, entre mero atraso e subdesenvolvimento, materializada entre a Rússia recém industrializada e a Índia, “um país economicamente submetido” à Inglaterra. Engels retoma este ponto em outra passagem, em carta de 22 de dezembro do mesmo ano, afirma:

Embora este lado da questão – a destruição da indústria doméstica e dos ramos da agricultura que a servem – seja digno de interesse, parece-me que o problema real é outro: os russos tiveram que decidir se a sua própria *grande industrie* destruiria sua produção industrial doméstica, ou se isto seria feito pelos produtos ingleses importados. Pelo sistema protecionista são os russos que o fazem; sem este sistema, os ingleses o fariam. Isto me parece inteiramente óbvio. (ENGELS, 1891, p. 237).

O termo “indústria doméstica” se refere às formas técnicas pré-capitalistas, como a manufatura, artesanato, a produção de mercadorias manufaturadas sem a utilização do maquinismo característico da grande indústria capitalista. Fica claro mais uma vez, na defesa do protecionismo para a Rússia, assim como fazia Marx em relação à Irlanda, que o surgimento de uma grande indústria é componente fundamental do seu processo de desenvolvimento. Além disso, é especialmente relevante também “quem destrói” a manufatura, a indústria nacional ou a indústria estrangeira. Desta questão depende o tipo de economia capitalista que se erguerá sobre os escombros da manufatura, uma economia “submetida” às potências industriais, ou um país que produz mercadorias com “métodos modernos de produção”, senão para disputar o mercado mundial, ao “menos para o consumo interno”.

Outro aspecto relevante é ainda tratado por Engels na mesma carta do dia 22 de dezembro. Como a introdução da indústria e da maquinaria, seja interna ou externa (através da importação) destrói a produção manufatureira em função da concorrência de seus produtos

e tem como conseqüência um processo de destruição do mercado interno que era baseado neste tipo anterior de produção. Esta destruição do mercado interno, dos camponeses e da manufatura no campo, arruína todo um setor que sobrevivia deste tipo de produção, que passa a ser obrigado a adaptar-se “às novas condições de existência proletária” e formando “um pobre mercado para as fábricas que surgem” (ENGELS, 1891, p. 237). Esta contradição forma uma “situação sem saída”, onde a nova e ampla produção destrói a possibilidade de seu próprio consumo. Esta situação seria especialmente grave, e chegaria mais cedo, em países de industrialização tardia, “destituídos de um mercado externo, como a Rússia, do que em países capazes de competir nos mercados abertos mundiais” (ENGELS, 1891, p. 237).

No que diz respeito a estes últimos países sem acesso a mercados externos, ainda neste mesmo texto, Engels retorna ao tema, agora analisando a introdução de estradas de ferro, tema cuja abordagem por Marx foi vista no capítulo anterior expressando a diferenciação qualitativa dos países subdesenvolvidos, agora em relação à tentativa inglesa de introdução destas na China:

A China seria o último dos novos mercados que, ao ser aberto para o comércio inglês, poderia propiciar um renascimento temporário do bem-estar. Por isso o capital inglês insiste na construção de estradas de ferro chinesas. Contudo, a construção destas estradas na China acarreta a destruição de toda a base da pequena agricultura e da indústria doméstica chinesas e, em conseqüência, dada a ausência de uma *grande industrie* chinesa, centenas de milhares de pessoas cairão na miséria, sem meios sequer para sobreviver. O resultado será a maior emigração que o mundo já viu, uma inundação da América, da Ásia e da Europa (ENGELS, 1891, p. 238).

A introdução da indústria capitalista, portanto, encerra importantes contradições. Embora signifique desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho interna, além do conseqüente incremento do intercâmbio interno (mercado interno) entre os setores envolvidos com a indústria, por outro lado também acarreta a ruína da pequena produção manufatureira e reduz a capacidade de consumo destes setores. Os países de industrialização anterior, “clássica”, tem a possibilidade de buscar escoar seus produtos industriais para os mercados externos, atenuando relativamente estes efeitos. Os países de industrialização tardia, devido ao atraso de sua indústria têm sérias dificuldades para conseguir concorrer e conquistar mercados externos e por isso chegam a um beco sem saída

do seu desenvolvimento mais cedo. Por outro lado, no caso dos países subdesenvolvidos ou “subordinados” (como a China da época de Engels), onde a destruição da base da pequena agricultura e da indústria doméstica é realizada pelos produtos industriais estrangeiros, mesmo a instalação de ferrovias só faz aprofundar o desastre e as mazelas do subdesenvolvimento capitalista.

Alguns pontos aqui levantados por Engels devem ser levados em conta com cuidado, e interpretados em conjunto com a teoria do capital de Marx e suas categorias fundamentais. Engels não está defendendo uma concepção subconsumista<sup>137</sup>, que certamente não encontraria apoio em Marx (quem faz isto, em certa medida, é Danielson). No que diz respeito à questão da necessidade ou não do acesso a um mercado externo para viabilizar o desenvolvimento capitalista, Engels relativiza esta necessidade, colocando sua ausência como uma dificuldade a mais para o processo de *desenvolvimento capitalista*. De qualquer forma, o tratamento dado por Engels para a questão da superação do modo de produção pré-capitalista na Rússia surge como fundamento, e como crítica *avant la lettre* a perspectivas românticas e pessimistas<sup>138</sup>, como as combatidas por Lênin em seu artigo<sup>139</sup> contra os remanescentes da corrente *narodnik* na virada do século (LENIN, 1897).

Um parêntese é necessário aqui. No primeiro capítulo viu-se que alguns intérpretes difusionistas de Marx (DORE, 1988; TAYLOR, 1988) atribuem ao “neomarxismo” de

---

<sup>137</sup> A perspectiva subconsumista, em geral associada a autores como Luxemburgo, Baran e Sweezy, defende em essência que o capital não pode subsistir sem uma constante expansão para um ambiente externo. Uma decorrência lógica possível desta perspectiva é a tese do colapso, ou seja, de que o capitalismo se autodestruiria em algum momento por deixar de ter para onde se expandir.

<sup>138</sup> Uma interpretação recente da obra de Marx que contém este tipo de visão pessimista pode ser encontrada em Handelman (2005), que tem como referência os trabalhos de autores da Escola de Frankfurt.

<sup>139</sup> Neste período os remanescentes da corrente *narodnik* (Lênin cita um economista chamado B. Ephrucy, além do próprio Danielson e Vorontsov) passam a defender uma posição política que implica a tentativa de preservar certas instituições ligadas à comuna, a tentativa de resistir à introdução do capitalismo no campo. Lênin, seguindo Engels, argumenta que o capitalismo já está instalado, e que seu desenvolvimento naquele momento é inevitável. Lênin associa a posição dos *narodniks* ao economista suíço Sismondi, e defende que sua teoria no geral está mais próxima de Smith do que de Marx. Assim, Lênin busca desconstruir outro argumento, que ele chama de “sismondista”, que é o de que para ser possível o capitalismo é necessário um mercado externo. Este argumento, como visto, está presente na discussão de Danielson e Engels. Lênin argumenta que como os produtos são trocados por “equivalentes” no mercado externo, de nada muda colocar o problema da realização considerando ou não o mercado externo. Afirma que se os esquemas de reprodução de Marx demonstram a viabilidade do desenvolvimento capitalista, este poderia ocorrer com ou sem um mercado externo. O domínio de mercados externos seria então, no caso russo, uma questão de aumentar ou reduzir a velocidade do processo de desenvolvimento (LENIN, 1897, pp. 161-165).

Baran, Frank e dos dependentistas, a pecha de uma “reedição” das posições dos *narodniks* da época de Lênin. Afirmam que este neomarxismo defenderia a impossibilidade de desenvolvimento capitalista no terceiro mundo assim como os *narodniks* afirmavam a impossibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia. Cabe aqui ressaltar, que o que já Engels na década de 1890, e depois Lênin, afirmam é que o processo de avanço das relações capitalistas na Rússia neste período, dado seu estágio, é inevitável, e que *a possibilidade aventada por Marx de uma via russa de desenvolvimento já passou, deixou de existir*. Isto não significa que Engels e Lênin defendessem que a Rússia poderia ter o mesmo tipo de desenvolvimento capitalista industrial que os países europeus. Os difusionistas, ao contrário, invocam Lênin e Engels para dizer exatamente isto: que a tendência fundamental do capital no terceiro mundo é a de seguir o mesmo caminho dos países capitalistas europeus, não apenas do ponto de vista do avanço das relações capitalistas, mas do tipo de desenvolvimento que ocorrerá. Esta visão não corresponde nem à posição de Marx, nem à de Engels, nem à de Lênin.

No caso de Marx a distinção entre o “subdesenvolvimento” característico de um país onde a produção pré-capitalista foi destruída pela indústria estrangeira, ou sequer chegou a existir de forma relevante (como no caso dos países que já desenvolvem sua produção para o mercado mundial dominado pela grande indústria) e o mero “atraso” do ponto de vista da expansão das relações capitalistas fica clara quando comparamos dois trechos da mesma obra (O Capital), onde o autor analisa as tendências de desenvolvimento de dois países distintos que poderiam ser encaixados nestas duas categorias: A Irlanda, e a Alemanha. No que diz respeito aos últimos, Marx advertia, no prefácio à primeira edição de O Capital, que se preparassem para ver em seu país as mazelas que o capitalismo havia produzido na Inglaterra:

O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegue achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar tão ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur*<sup>140</sup>! (MARX, 1983, I-1, p. 12).

<sup>140</sup> *Quid rides? De te fabula narratur!* O trecho pode ser traduzido como “De que ri? De ti fala a fábula”, segundo nota da edição alemã de O Capital foi retirado por Marx das sátiras de Horácio (Livro I, sátira 1.12).

No caso da Irlanda, entretanto, à medida que avança a penetração das relações capitalistas, *a tendência observada por Marx no mesmo volume da mesma obra*, não era a de se tornar um país capitalista industrial como a Inglaterra, mas de se tornar “pastagem de ovelhas e gado para a Inglaterra” (MARX, 1983, I-2, p. 259)<sup>141</sup>.

As passagens vistas aqui apontam no sentido de que mesmo em seu próprio terreno, ou seja, nas análises concretas de Marx, desconsiderando a teoria do capital contida em sua obra máxima, a interpretação de que a expansão capitalista aponta numa tendência de nivelamento dos patamares de desenvolvimento não se sustenta.

### **3.2 – O método da economia política de Marx e o desenvolvimento**

Agora será tratado o outro aspecto da interpretação difusionista levantado acima: a negação de qualquer possibilidade de aplicação da teoria social de Marx, conforme formulada em *O Capital*, ao tema do desenvolvimento.

O tema do desenvolvimento, no quadro metodológico-teórico construído por Marx para a exposição de seus estudos sobre economia política (que culminou em *O Capital*), relaciona-se com o processo de acumulação de capital (capital em geral) por um lado, mas também com sua concretização nas relações entre as economias nacionais, com o Estado, e com o que Marx chama de mercado mundial, sendo todas as dimensões indissociáveis umas das outras.

A base para o que se afirmará aqui é a discussão sobre ‘O método da economia política’ apresentada por Marx na introdução de 1857 (MARX, 2011, pp. 54-61). A necessidade de articulação destes distintos níveis de abstração para a compreensão do pensamento do autor em relação a temas como o desenvolvimento, em distintas formas, já foi defendida por

---

<sup>141</sup> É curioso que tantos estudiosos do desenvolvimento usem a passagem sobre a Alemanha para afirmar e reafirmar a atribuição da tese que chamamos de “difusionista” a Marx de forma geral e válida para qualquer país, o que claramente não foi a intenção do autor, não percebiam todas as outras que invalidam esta interpretação presentes na mesma obra.

exemplo, por autores como Chilcolte (1983), Dussel (1984), Mandel (1982) e Marini (1973a), entre outros.

Os últimos níveis de abstração aos quais se faz referência, os das relações internacionais e do mercado mundial, para Marx faziam parte dos níveis de análise mais próximos do concreto real (menos abstratos), e, portanto, seriam também aqueles onde interagiriam de forma mais contundente todas as determinações advindas dos níveis mais abstratos, em termos de sua reconstrução no pensamento. Estes temas não chegaram a receber de Marx atenção em obra específica. Sobre isto, Dussel afirma que:

Si Marx había pensado, en su plan original, estudiar seis cuestiones —de las cuales el capital en general era sólo la primera—, la quinta de ellas era el comercio exterior de los Estados y la sexta el mercado mundial [...]. Solo habiendo abordado el mercado mundial se hubiera podido exponer la cuestión teórica concreta, más concreta que el capital en general, pero igualmente más concreta que el Estado en general y aún que el comercio exterior de una nación o de su tratamiento en general. (DUSSEL, 1984, pp. 67-68).

Dussel refere-se ao plano de estudo sobre a economia política constante da introdução aos *Grundrisse*, ou “introdução geral de 1857” como ficaria mais conhecida. Neste plano inicial, Marx falava em 5 (ou seis<sup>142</sup>) livros, nos quais seus estudos se dividiriam da seguinte forma (MARX, 2011, p. 61):

- 1) As determinações gerais universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima;
- 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado).

<sup>142</sup> Os cinco livros da *introdução* se desdobram em seis no *prefácio da contribuição à crítica da economia política*, de 1859, onde Marx explica que examina “pela seguinte ordem o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado, Estado, comércio externo, mercado mundial”, o *prefácio* veio a substituir a *introdução* que Marx escrevera em 1857, segundo Marx porque “pensando bem, parece-me que antecipar conclusões que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral” (MARX, 1971, p. 27). É provável que a retirada da “introdução”, considerando o fato de que não foi substituída por nenhum outro capítulo “metodológico” na obra de Marx, indique também que o autor possa ter considerado a exposição de uma “metodologia” prévia algo contraditório com uma crítica “ontológica” da economia política. De qualquer forma, isto não significa que não existisse um método, mas apenas que a validade de tal método só poderia ser demonstrada *a posteriori*, quando o resultado da exposição lograsse explicar de forma adequada o processo concreto real analisado. O método previamente exposto teria um caráter “idealista” até que a conclusão da obra demonstrasse sua validade ontológica. Talvez por isso Marx entendesse que uma exposição prévia do método anteciparia “conclusões que é preciso demonstrar”.

- 3) A síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração.
- 4) Relação internacional de produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação.
- 5) O mercado mundial e as crises.

Segundo Rosdolsky (2011, pp. 28-29) este plano de 1857 levaria à concretização de pelo menos seis livros, sendo eles: 1- Sobre o Capital; 2- Sobre a propriedade da terra; 3- Sobre o trabalho assalariado; 4- Sobre o Estado; 5- Sobre o comércio exterior; 6- Sobre o mercado mundial e as crises. Como fica claro da citação acima, o projeto original de exposição da crítica da economia política de Marx partia das categorias mais abstratas, para só depois, à luz delas, abordar os níveis mais concretos. O “sentido explicado acima” que Marx se refere é o método da economia política que ele desenvolve pela primeira vez na introdução de 1857 e consiste em partir das categorias mais abstratas para, após reestabelecer corretamente as relações entre elas no pensamento, reconstruir o concreto pensado<sup>143</sup>:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre com o todo vivente, com a população, a nação, o Estado, muitos Estados, etc; Mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como a divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados ou abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevam do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em conseqüência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental (MARX, 2011, pp. 54-55).

Nesta elaboração de seu método Marx discute como realizar esta reconstrução “mental” do concreto real, ou seja, sua reconstrução na forma de concreto pensado. Esta necessidade

---

<sup>143</sup> Para aprofundamento no que diz respeito à metodologia de Marx para a economia política ver Marx (2011, pp. 54-61). A posição expressa busca reproduzir, em linhas gerais, as interpretações de Rosdolsky (2011, caps. 1 e 2), também Kosik (1986), Mandel (1982, cap. 1), Dussel (1984), e Llanos (1988, pp. 140-160), em que pese as diferenças existentes entre elas. Sobre o tema, ver também Pimentel (2012). Aqui o tema será abordado apenas em suas linhas gerais, na medida em que são necessários para uma abordagem da questão do desenvolvimento.

deriva do fato de que a realidade concreta é fruto de múltiplas determinações, mas não se apresenta aos olhos do observador senão como resultado, com síntese destas determinações. O método então consistiria em retirar as determinações secundárias através da abstração, até chegar às determinações fundamentais, essenciais. O método então dependeria da possibilidade de encontrar estas determinações fundamentais. A partir daí, a análise destas categorias mais abstratas e a incorporação progressiva das determinações mais concretas permitiria avançar no sentido da reconstrução do concreto no pensamento.

Marx também afirma que as categorias mais simples (mais abstratas) não necessariamente têm uma existência histórica (ou natural) anterior às categorias mais concretas. Para isso cita exemplos (as relações de posse, que são mais abstratas que as noções de família, tribo, clã, etc, mas que não poderiam existir antes das últimas, etc). Isto apenas adiciona uma complexidade ao método dialético proposto, mas não o impede. Pois, segundo ele:

A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta. Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo (MARX, 2011, p. 56).

Ainda sobre este aspecto da ascensão do abstrato ao concreto no método marxiano, Kosik afirma que “a ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato, e cuja dialética consiste na superação da abstratividade” (KOSIK, 1986, p. 30). Por este motivo, ao mesmo tempo que pressupõe a identificação das características e das contradições mais abstratas, mais fundamentais do processo, se realiza através da superação da abstração em direção à reconstrução da totalidade:

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista de conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido (KOSIK, 1970, p. 30).

No plano original de Marx o estudo de temas mais concretos (como as relações internacionais, mercado mundial, etc.), pressuposto o modo de produção capitalista, estaria subordinado tanto ao estudo do capital em geral (mais abstrato de todos), quanto às demais determinações mais abstratas (no caso do exemplo, como o Estado, etc.).

No entanto, Marx não mantém este plano original para seus estudos sobre a economia política. Como fica claro na carta a Kugelmann de 13 de outubro de 1866 (MARX e ENGELS, 2005, vol. 42, p. 327) o plano foi alterado para quatro livros: 1- O processo de produção do capital; 2- O processo de circulação do capital; 3- O processo global da produção capitalista; 4- História da teoria<sup>144</sup>. Embora esta mudança já tenha sido interpretada como uma alteração metodológica do próprio estudo<sup>145</sup>, já foi exhaustivamente demonstrado por Rosdolsky (2011, pp. 27-60) que a mudança realizada por Marx não significou qualquer alteração metodológica, mas apenas um reagrupamento externo dos primeiros três livros, ou seja, relacionado às necessidades da exposição<sup>146</sup>. Estes três primeiros livros passaram todos a compor o que seria publicado sob o título de O Capital (em seus três livros). Rosdolsky (2011, pp. 58-60) também demonstra que Marx nunca abandonou o projeto dos três últimos livros sobre o Estado, Relações internacionais e mercado mundial e crises, mas que estes ficariam destinados a um “desdobramento da obra”, que Marx nunca pode realizar<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> Os três primeiros livros coincidem com os três livros de *O capital*. O quarto, corresponderia em seu teor aos manuscritos de 1861-63, publicados por K. Kautsky em 1905 sob o título de “Livro 4 de O capital”. Atualmente este texto tem uma edição em português sob o título “Teorias da Mais-valia” (MARX, 1980). A correção da atribuição do título de “Livro 4” dada por Kautsky é, no entanto, amplamente contestada.

<sup>145</sup> É o caso de Grossmann, H. (1929). *Die Änderung des Aufbauplans des Marxschen ‘Kapital’ und ihre Ursachen*. In: *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*, pp. 305-338, e de Behrens, F. (1952). *Zur Methode der politischen Ökonomie*, pp. 31-48, citados por Rosdolsky (2011, pp. 37-38).

<sup>146</sup> O próprio Marx exporia, no posfácio à segunda edição alemã de O Capital, as diferenças entre o método de investigação e o método de exposição:

É claro que o método de exposição deve diferir formalmente do método de investigação. Esta última deve assimilar em detalhe o material, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, descobrir suas conexões internas. Só depois de terminado este trabalho é que o movimento real pode ser adequadamente descrito. E se for descrito com êxito, se a vida da matéria refletir-se idealmente como num espelho, poderá parecer que temos diante de nós uma simples construção a priori (MARX, 1983, p. 20).

<sup>147</sup> Apenas neste sentido preciso, o de que Marx não teve condições de construir estes desdobramentos de sua obra sobre o capital em geral (equivalentes aos três últimos livros do plano inicial) em obra específica, não estariam completamente equivocados aqueles autores que defendem que o autor não chegou a abordar de forma sistemática o tema do subdesenvolvimento. No entanto, conforme se tentará mostrar, o que Marx escreveu sobre o tema seria suficiente para apontar as linhas gerais destes desdobramentos.

De qualquer forma, pode-se afirmar que o método da crítica da economia política elaborado por Marx e seguido pelo autor até o final de sua vida<sup>148</sup> levaria a uma abordagem dos distintos aspectos que influenciam a realidade econômica e social, em devida consideração da ordem lógica de seus devidos níveis de abstração, e não para uma abordagem onde apenas um destes aspectos, seja ele qual for, é elevado ao status de determinante único, sendo todos os outros sua mera expressão. Ou seja, não parece coerente com este método qualquer tese que aponte para a não aplicabilidade das leis de movimento e das teorias do valor e da acumulação capitalista, conforme desenvolvidas em *O Capital*, para os estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

O fato de que nos estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se somem mais determinações, desigualdades e contradições, na perspectiva metodológica desenvolvida por Marx, não inviabilizaria de forma alguma a “aplicação” das teorias sobre o capital em geral a estes estudos. A utilização das teorias do valor e da acumulação para tais estudos no que diz respeito às relações internacionais, ao papel do Estado e o mercado mundial não apenas conciliar-se-ia com a análise do capital em geral feita por Marx, mas constituiria aspecto previsto pelo autor. No projeto de desenvolvimento de sua teoria estes estudos teóricos mais próximos dos níveis mais concretos de abstração deveriam decorrer dos aspectos teóricos já estudados dos níveis mais abstratos.

Óbvio que não são aplicáveis diretamente, como se estes fossem países de um capitalismo “puro” (com o funcionamento do capital como o “capital em geral”). Mas neste caso é necessário ressaltar que tampouco nos países de capitalismo desenvolvido estas teorias podem ser aplicadas diretamente, sem mediações. Exemplo disso são as necessárias mediações feitas por Marx em *O Capital* entre o que seria o funcionamento do capital em geral, o valor, as categorias mais abstratas, de um lado, e o funcionamento dos capitais

---

<sup>148</sup> Isto pode ser observado ao analisar as notas de Marx sobre os trabalhos de Adolph Wagner, que datam da 1880:

Não procedo à base de ‘conceitos’, e, portanto, também não a partir do ‘conceito de valor’ [...]. Parto da mais simples forma social na qual o produto do trabalho na sociedade contemporânea se manifesta, que é a ‘mercadoria’. É isso que eu analiso e, em primeiro lugar, para estar seguro, na forma em que ela aparece. Ora, verifico a essa altura que ela é, por um lado, em sua forma natural, uma coisa de valor de uso e, por outro lado, que é portadora de valor de troca, constituindo ela própria um valor de troca desse ponto de vista. Através de uma análise mais aprofundada deste último, descobri que o valor de troca é apenas uma ‘forma de aparência’, um modo independente de manifestação do valor contido na mercadoria. Em seguida abordo a análise desse valor (MARX, 1975, p. 198).

específicos e o próprio funcionamento da economia capitalista mais desenvolvida de sua época, a inglesa, de outro, que constituem praticamente todo o Livro III da obra (preços de produção, contra tendências à queda da taxa de lucros, análise da renda agrária etc). Em todos estes casos, são necessárias mediações entre o que seria um funcionamento da essência do capital enquanto valor que se valoriza, ou seja, no seu nível máximo de abstração, e seu funcionamento concreto, onde suas leis descobertas pela abstração se materializam, mas mediadas por um grande número de “complexificações”, de outras determinações que devem ser corretamente levadas em conta.

No caso dos países subdesenvolvidos, por exemplo, poderíamos incluir entre estas outras determinações as relações coloniais de espoliação, a existência de uma parcela relevante de relações de produção pré-capitalistas, a entrada dos países subdesenvolvidos no mercado mundial através de uma participação periférica e secundária nos processos de acumulação de capitais dos países centrais fornecendo matérias-primas, etc. No entanto, a existência de nenhuma delas teria como consequência a anulação da essência do funcionamento do “capital em geral” nestes países, ou seja, sua existência poderia exigir mediações para a “aplicação” das teorias do valor e da acumulação capitalista, mas não revogar sua validade. Nos marcos deste quadro teórico, a inadequação destas teorias para o estudo do desenvolvimento deveria ser demonstrada, e não o oposto.

Uma interpretação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento coerente com o método da economia política marxista deve, portanto, decorrer dos níveis mais abstratos da teoria formulados por Marx, mas ao mesmo tempo, ser capaz de mediar sua aplicação à realidade concreta através da correta tomada em conta das distintas determinações que afetam o objeto de estudo, e que não decorrem do funcionamento do capital em geral. Para esta perspectiva, tanto absolutizar as determinações específicas da concretude (as especificidades do subdesenvolvimento), quanto as determinações mais abstratas gerais, em nome de uma suposta ortodoxia (ou dogmatismo), sem localizar seu devido grau de abstração e as relações e determinações daí decorrentes, levariam a transformação do que

poderia ser considerado como verdades parciais em mentiras gerais, ou nos termos usados por Marx, mistificações da realidade<sup>149</sup>.

Um dos principais elementos característicos da crítica marxiana da economia política é justamente que todas as categorias mais complexas decorrem das mais simples e abstratas. A lei da tendência de queda das taxas de lucro decorre da lei da acumulação, que por sua vez decorre da lei do valor, que decorre da análise da mercadoria. A mercadoria é o ponto de partida de Marx, a primeira a ser analisada, exatamente porque é a categoria capitalista mais simples e abstrata, mas que já contém em si as contradições fundamentais da sociabilidade do capital. A conclusão da análise da mercadoria é a teoria do valor, que vai fundamentar todo o resto da teoria de Marx sobre o funcionamento do capital em geral, que não é mais do que o desenvolvimento da teoria do valor e sua “aplicação” em níveis de abstração cada vez mais próximos do concreto. Isto é o que Marx afirma, defendendo-se de críticos de sua teoria do valor, nesta passagem de uma carta a Ludwig Kugellmann de 11 de julho de 1868:

A gritaria que se faz sobre a necessidade de demonstrar a noção de valor baseia-se, unicamente, na ignorância mais crassa – tanto no que se refere a esse tema quanto no que tange ao método científico. Mesmo as crianças sabem que qualquer nação morreria de fome se - já não digo pelo espaço de um ano, mas de algumas semanas – deixasse de trabalhar. Da mesma forma, todo mundo sabe que as massas de produtos, correspondentes a diferentes massas de necessidades, exigem massas diferente e quantitativamente determinadas da totalidade do trabalho social. É evidente por si mesmo que esta **necessidade da distribuição** do trabalho social, dentro de determinadas proporções, não pode, absolutamente, ser abolida por uma **forma determinada** de produção social; pode apenas modificar a sua **forma de manifestação**. As leis da natureza jamais poderiam ser abolidas. Somente a forma em que as leis se manifestam podem modificar-se, em consonância com as diferentes condições históricas. E a forma em que essa distribuição proporcional do trabalho se manifesta, numa situação social em que a interconexão do trabalho social se apresenta como **intercambio privado** dos produtos individuais do trabalho, é precisamente a do **valor de troca** desses produtos (MARX e ENGELS, 1961, vol. 3, p. 261).

Os críticos de Marx afirmam que seria necessário que ele demonstrasse a existência do “valor”, no sentido em que surge em sua teoria. Marx argumenta em resposta que o valor não foi inventado por ele, mas consiste em um aspecto da realidade que, no entanto, não aparece de forma clara, está obscurecido pela forma como aparece nas relações sociais

---

<sup>149</sup> Sobre a questão da dialética entre totalidade e parcialidade na obra de Marx ver, por exemplo, Konder (1998, p. 17), Goldmann (1979, p. 49) e Kosik (1986, cap. I).

características do modo de produção capitalista. Justamente por isso se torna necessário sua investigação científica:

A tarefa da ciência consiste, justamente, em explicar como se manifesta a lei do valor. Portanto, se se quisesse “explicar” de antemão, todos os fenômenos que, aparentemente, estão em contradição com esta lei, ter-se-ia que fazer com que a ciência antecedesse à ciência. É este, precisamente, o equívoco de Ricardo, quando, em seu primeiro capítulo sobre o valor<sup>150</sup>, supõe **datas** todas as categorias possíveis, que devem ser ainda desenvolvidas para demonstrar-se que correspondem à lei do valor.

Além disso, como o senhor justamente supõe, a **história da teoria** demonstra que a concepção da relação de valor foi **sempre a mesma**, ora mais clara, ora mais nebulosa; ora mais envolta em ilusões; ora mais cientificamente precisa. Como o próprio processo de pensamento emana das relações e constitui também um **processo natural**, o pensamento que realmente concebe só pode sempre ser o mesmo, diferenciando-se apenas gradualmente, em função do amadurecimento do seu processo evolutivo - e, por conseguinte, com o órgão com que se pensa - O resto é pura fantasia.

O economista vulgar não faz a mínima idéia de que as relações de troca reais, do dia-a-dia, e as grandezas do valor **não** podem ser **imediatamente idênticas**. A piada da sociedade burguesa está precisamente em que a priori não existe qualquer regulação social consciente da produção. O racional e naturalmente necessário impõe-se apenas como média atuando cegamente. E então o economista vulgar crê fazer uma grande descoberta quando, no que respeita à revelação da conexão interna, proclama que as coisas na aparência parecem diferentes. De facto, está a proclamar que se agarra à aparência e que a toma como a última palavra. Para quê então, em suma, uma ciência? (MARX e ENGELS, 1961, vol. 3, p. 261).

Abordando esta questão, G. Lukács rejeita a acusação de que a categoria “valor” seja um axioma, afirmando que:

A gênese do valor descrita por Marx esclarece, de imediato, o duplo caráter do seu método: essa gênese não é nem uma dedução lógica do conceito de valor, nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento que o levou a adquirir a forma social pura; ao contrário, é uma síntese peculiar de novo tipo, que associa de modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas leis concretas e reais.

Essa centralidade da categoria do valor é um fato ontológico e não um "axioma", que sirva de ponto de partida segundo motivações puramente teóricas ou mesmo lógicas. Todavia, uma vez reconhecida, essa faticidade ontológica — por si mesma — leva além de sua própria mera faticidade; a análise teórica mostra imediatamente que ela é o ponto focal das mais importantes tendências de toda realidade social. (LUKACS, 1979, pp. 46-47).

A necessidade de que na teoria as categorias mais complexas decorram desta análise da mercadoria, esclarece Lukács, não é um axioma formulado por Marx. Não existe um método a priori. O método precisa ser assim por que a realidade do modo de produção capitalista, da sociabilidade humana decorrente do capital, é de tal forma que tende a

<sup>150</sup> Marx refere-se aí a obra clássica de David Ricardo *On the Principles of Political Economy, and Taxation*, London, 1821, p. 479.

subordinar todos os aspectos da vida social à sua lógica. O método decorre, portanto, do objeto e é determinado por ele. Sabe-se que Marx descreveu no livro I de O Capital algumas leis gerais de desenvolvimento do capital que caracterizam-no essencialmente por sua dinâmica auto-expansiva, entre elas podem ser destacadas as tendências à concentração, de capital, à centralização de capital, ao aumento da composição orgânica do capital, e a lei do valor. Estas conclusões segundo as quais o objeto de estudo (o capital) é de tal forma que tende a submeter cada vez mais aspectos da vida social validam, em termos objetivos, o método adotado.

Rubin (1980) ressalta que esta relação entre as leis de movimento internas e suas formas de manifestação só levam à construção de um sistema fundamentado sobre a teoria do valor na obra de Marx devido às suas características reais, ou seja, ao fato que na sociedade capitalista todas as relações sociais tendem a se submeter à “lei do valor”:

Um conceito só surge do outro na presença de condições sócio-econômicas determinadas. O fato é que, na teoria de Marx, todo conceito posterior leva a marca do anterior. Todos os conceitos básicos do sistema econômico parecem variações lógicas do conceito de valor. O dinheiro é um valor que serve como equivalente geral. O capital é um valor que cria mais-valia. Os salários são o valor da força de trabalho. Lucro, juro e renda são partes da mais-valia. À primeira vista, esta emanação lógica dos conceitos econômicos básicos a partir do conceito de valor parece inexplicável. Mas pode ser explicada pelo fato de que as relações de produção da sociedade capitalista, expressas nos conceitos mencionados (capital, salários, lucro, juro, renda, etc), aparecem sob a forma de relações entre produtores mercantis independentes, de relações que se expressam através do conceito de valor. O capital é uma variedade de valor porque a relação de produção entre o capitalista e os operários reveste a forma de uma relação entre produtores mercantis iguais, isto é, agentes econômicos autônomos. O sistema de conceitos econômicos surge do sistema de relações de produção. A estrutura lógica da Economia Política enquanto ciência, expressa a estrutura social da sociedade capitalista (RUBIN, 1980, p. 106).

Marx voltaria a abordar a necessidade do correto estabelecimento dos vínculos internos entre essência e aparência fenomênica e, a partir daí, a necessidade, que corresponderia ao papel da ciência, de explicar a necessidade da distinção entre os fatos empíricos e a lei de movimento interna em O Capital:

O modo como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais, como se impõem como leis coercitivas da concorrência e assim surgem na consciência do capitalista individual como motivos impulsionadores não é para ser examinado agora, mas esclareçamos de antemão: uma análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital, do mesmo modo que o movimento aparente dos

corpos celestes somente é compreensível para quem conhece seu movimento real, embora imperceptível aos sentidos (MARX, 1983, I-1, p. 252).

A crítica de Marx a Ricardo refere-se antes de tudo a como ele opina que deve ser o estudo da economia política no contexto da existência da sociedade capitalista (que o possibilita), ou seja, basicamente que as categorias mais complexas devem decorrer das mais simples, tendo em vista tanto o aspecto teórico quanto, nos termos de Lukács, ontológico. Ricardo buscava apenas demonstrar que as categorias mais complexas não contradiziam o que foi descoberto na análise das mais simples e, ao contrário de Marx, supunha as categorias mais complexas como dadas. Com isso perdia a chance de descobrir a origem de suas contradições internas, o que em alguns casos levaria a obscurecer as origens destas contradições. Por tudo isto, Marx utiliza como ponto de partida para a elaboração de sua teoria do valor a crítica aos clássicos (principalmente Ricardo) e não apenas uma “comparação crítica” entre sua teoria e eles a posteriori (GRESPLAN, 2001, pp. 63-66).

Exemplo disso é a atribuição de uma determinação direta dos preços pelos valores, defendida por Ricardo, que atribuía as diferenças entre ambos a meras exceções ou limitações da lei. Marx critica Ricardo por estabelecer uma relação metafísica entre a lei e suas manifestações, evitando as fases intermediárias e buscando demonstrar diretamente a coincidência de umas categorias com outras. A essência é considerada por Ricardo como algo petrificado e dado de uma vez para sempre, fora do desenvolvimento, das lutas e das contradições (LLANOS, 1988, p. 149).

Segundo Llanos “Marx não se contenta em descobrir os vínculos internos recíprocos da essência e fenômeno, mas explica concretamente a razão por que os fatos empíricos, os processos externos, se distinguem da essência, da lei interna” (LLANOS, 1988, p. 148), ou seja, o que está se discutindo aqui é que a necessidade da ciência e da teoria decorre exatamente do fato de que os processos mais complexos da realidade concreta apresentam contradições entre sua aparência externa e as leis de movimento descobertas quando do estudo dos processos mais simples e abstratos, mas o ponto de Marx é que estas contradições são existentes na realidade, decorrem das leis (estão contidas, ou pressupostas nelas) e sua compreensão depende justamente de que se consiga “mostrar a necessidade de

uma ou outra expressão da essência, compreendida a necessidade de aparência a ele inerente”. A ciência precisa então “analisar os elos intermédios que se interpõem entre a essência e o fenômeno, e modificar sua relação recíproca e sua relação exterior” (LLANOS, 1988, p. 148).

Além de Llanos e Grespan, também Fiani (1990) aponta esta articulação entre teoria do valor e aspectos mais complexos, como a teoria da distribuição, como um dos elementos fundamentais da distinção entre Marx e os economistas clássicos, entre eles Ricardo. Marx “articula a teoria da distribuição de forma subordinada à teoria do valor”, sendo que esta “subordinação da teoria da distribuição à teoria do valor em Marx se dá pelo princípio do valor-trabalho” (FIANI, 1990, p. 136).

Marx parte desta base teórico-metodológica para produzir sua crítica da economia política. Por um lado Marx criticaria as tentativas de absolutizar as aparências fenomênicas, como a esfera das trocas (o mercado), como explicação da realidade. O principal problema deste tipo de abordagem seria o de levar a hipóstase do aspecto fenomênico, ou seja, a um tratamento enganoso da abstração de qualquer aspecto do fenômeno para que este possa servir como explicação do real. Nas palavras de Kosik:

O fenômeno mais elementar e mais banal da vida cotidiana da sociedade capitalista – a simples troca das mercadorias – na qual os homens agem como simples compradores ou vendedores, num exame posterior demonstra ser uma aparência superficial determinada e mediada por profundos e essenciais processos da sociedade capitalista, isto é, pela existência do trabalho mercenário e a exploração deste [...]. Nas dimensões da relação interna de fenômeno e essência, no desenvolvimento das contradições próprias de tal relação, a realidade é compreendida concretamente, isto é, como totalidade concreta, ao passo em que a hipóstase do aspecto fenomênico determina uma visão abstrata e conduz a apologética (KOSIK, 1986, p. 54).

Por outro Marx também critica as tentativas de absolutizar os aspectos essenciais (como a produção), retirando a importância das aparências, caso, por exemplo, dos fisiocratas<sup>151</sup>. Afinal, como ressalta Rubin, categorias materiais iguais (salário, lucro, etc) não necessariamente refletem os mesmos tipos de relações sociais<sup>152</sup> (Ex.: preço sem valor,

<sup>151</sup> Marx aponta o giro da análise dos fisiocratas das aparências (circulação) para a essência (produção, no caso agrária) como um de seus grandes avanços sobre os mercantilistas. Ver Marx (1980, p. 24).

<sup>152</sup> Sobre a relação entre essência e aparência, por exemplo, passagem dos *Grundrisse* onde Marx explica como que atrás de aparências iguais podem se esconder profundas diferenças essenciais (MARX, 2011, pp. 189-190).

Meios de produção que podem ser capital ou não, etc.) (RUBIN, 1980, p. 58). Conforme explicaria Kosik:

A investigação que visa diretamente à essência, ao deixar para trás tudo aquilo que é inessencial, como lastro supérfluo, lança dúvida quanto a sua própria legitimidade, faz-se passar por algo que não é. Apresenta-se com a pretensão de ser uma investigação científica, mas considera já provado, de antemão, justamente o ponto mais essencial: a diferença entre o que é essencial e o que é secundário; vale dizer, faz uma afirmativa sem submetê-la a qualquer investigação. [...] Acaba, ao invés, alcançando a coisa sem a essência, a abstração vazia ou a banalidade. É profundamente errônea a hipótese de que a realidade no seu aspecto fenomênico seja secundária e desprezível. [...] Deixar de parte a aparência fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real (KOSIK, 1986, pp. 57-58).

Já nos termos do próprio Marx, como visto acima, uma vez tendo descoberto a “natureza interna do capital”, consistente em sua tendência à auto-expansão, no valor que se valoriza, “a tarefa da ciência consiste em explicar como funciona a lei do valor”, ou seja, *explicar as aparências partindo das leis internas*.

Do ponto de vista da economia, explicar as aparências a partir das leis internas, explicar como funciona a lei do valor significa que tudo o que a economia política trata como pré-supostos, deve, entretanto, ser *explicado*. Conforme Napoleoni: “a operação crítica de Marx consiste em investigar, antes de mais nada, a razão pela qual todas essas coisas existem”(Napoleoni refere-se a salário, lucro, renda, valor de troca, concorrência, monopólio, ou seja, as categorias da economia política). Em outras palavras, Marx busca descobrir “qual é a característica essencial do processo histórico em ato que constitui a raiz comum de todas essas categorias, e, portanto, o fundamento daquele conjunto de relações que as constitui em sistema. Em suma, a pergunta não é: como é o capital? Mas sim: por que existe o capital?” (NAPOLEONI, 1981, p. 15).

Quando o objeto de análise é o desenvolvimento, então, em que consistiria a “aplicação” do método de Marx? Em outras palavras, em que consistiria uma teoria do desenvolvimento fundamentada no método de Marx para a crítica da economia política?

Assim como ocorre com a teoria social que Marx logrou elaborar nos três livros de O Capital, ou seja, em sua crítica da economia política, uma teoria do desenvolvimento, ou

uma crítica da teoria do desenvolvimento coerente com o método da crítica da economia política que Marx elabora em 1857 deverá também ter como fundamentos a análise da mercadoria e as decorrentes teorias do valor, da acumulação, etc., sem limitar-se a uma aplicação mecânica destas teorias. Ou seja, tal teoria do desenvolvimento deverá ser produto da complexificação destas teorias com a introdução dos elementos característicos dos processos de desenvolvimento, que envolvem diversos aspectos e determinações a mais. Tratar-se-ia assim de continuar o caminho do abstrato ao concreto, abordando seus múltiplos aspectos e objetivando reconstruir o concreto no pensamento. Em suma, esta teoria do desenvolvimento deverá explicar como os processos de desenvolvimento podem ser como são, partindo da teoria do valor, ou seja, a principal questão a responder é: *como a operação das leis de movimento do capital e das leis do valor e da acumulação resulta nos processos de desenvolvimento como eles se dão na realidade concreta?*

A única conclusão que se pode chegar aqui é que, diante do método que Marx elabora para sua crítica da economia política, está absolutamente equivocada a idéia de que as descobertas de Marx em O Capital não se aplicariam aos processos de desenvolvimento. Ao contrário, para uma posição coerente com este método, a teoria do desenvolvimento deve decorrer destas leis e categorias mais simples, considerando, entretanto, as devidas mediações interpostas pela concreticidade, que determinam que em sua manifestação histórica concreta estas categorias e leis apareçam de forma necessariamente modificada em relação a sua formulação mais abstrata.

Por fim cabe ressaltar um ponto que normalmente é explorado para reforçar a recusa da consideração das descobertas contidas em O Capital aos processos de desenvolvimento, que é a eventual persistência de relações pré-capitalistas. Quanto a isto, Marx deixou claro por diversas vezes que, uma vez a produção tendo se voltado para as trocas, ou seja, a produção tendo se transformado em produção de mercadorias, já passam a operar aspectos da teoria do valor, ainda que de forma embrionária, que apontam no sentido do estabelecimento de uma regulação “capitalista” da produção e da divisão do trabalho.

Exemplos disso podem ser encontrados em diversas partes da obra de Marx. É o caso, por exemplo, da análise sobre os proprietários rurais escravistas do sul dos EUA. Marx não os considerava exatamente como “capitalistas”, mas deixa claro em *O Capital* que apesar da inexistência de relações capitalistas de produção (trabalho assalariado), a subordinação da sua produção à exportação e ao mercado mundial capitalista, e logo à produção de valores-de-troca em substituição à anterior produção voltada aos valores-de-uso, impunha a eles, em diversos aspectos, as mesmas “leis”, como a necessidade do aumento da mais-valia (sobretrabalho)<sup>153</sup>. Para Marx, uma das características dos modos pré-capitalistas é a predominância do valor-de-uso:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua auto-conservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário aristocrata ateniense, teocrata etrusco, cidadão romano, barão romano, escravocrata americano, boiardo da valáquia, o moderno senhor de terras ou o capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação sócio-econômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção (MARX, 1983, I-1, p. 190).

Mas nos casos em que a formação social que apresenta relações sociais de produção pré-capitalistas (escavidão, corvéia) é arrastada ao mercado mundial dominado pela produção capitalista, no caso em que a “mais-valia”, o *sobretrabalho ou mais-trabalho* em termos

<sup>153</sup> Nos *Grundrisse*, nas “Formações econômicas pré-capitalistas”, Marx é claro ao afirmar que neste sentido, o da subordinação à lógica do capital e da regulação pela lei do valor, estes proprietários escravocratas exportadores vinculados ao mercado mundial poderiam ser considerados capitalistas, ainda que não o pudessem do ponto de vista das relações de produção estabelecidas:

A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, portanto, um produto fundamental do processo pelo qual o capital se transforma em valores. [...] O conceito de capital implica que as condições objetivas do trabalho – que são o próprio produto do capital – adquirem uma personalidade contra o trabalho, ou, o que vem a ser o mesmo, o que passem a constituir propriedade alheia, não do trabalhador. [...] Isto é [a afirmativa de que haveria capitalistas entre romanos e gregos], apenas, outro modo de dizer que em Roma e na Grécia o trabalho era livre, afirmação que estes cavalheiros dificilmente fariam. Se falarmos, agora, dos proprietários das *plantations* da América como capitalistas, e que sejam capitalistas, isto se baseará no fato deles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre. (MARX, 1986, p. 110).

Já no que se refere às formações pré-capitalistas em geral, ao contrário, “em todas o objetivo econômico é a produção de valores-de-uso” (MARX, 1986, p. 77). Em especial a escavidão “moderna”, que existe “como anomalia” em um mercado dominado pela produção capitalista, parece adequar-se, com limitações, à produção capitalista uma vez que pode, em larga medida e por paradoxal e desumano que isto seja, basear-se num mercado de força de trabalho (ainda que escravo, como ocorreu na América do século XIX), de modo a permitir que a alocação da força de trabalho seja uma função do capital, e não de outros aspectos extra-econômicos. Seguem neste caso as limitações relacionadas ao processo de objetivação, e, principalmente, à formação de um mercado de consumo de massas (demanda).

mais rigorosos, deixa de restringir-se à “produção de meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção” e passa a tratar da produção de *mais-valia*, exatamente no sentido em que passa a ser subordinada às leis do capital em geral, então:

Tão logo, porém, os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia, etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão, etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao auto-consumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em 7 anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria *mais-valia*. Algo semelhante sucedeu com a corvéia nos principados do Danúbio.

A comparação da avidez por *mais-trabalho* nos principados do Danúbio com a mesma avidez nas fábricas inglesas oferece interesse especial, porque o *mais-trabalho* na corvéia possui forma independente, palpável (MARX, 1983, I-1, p. 191).

Neste sentido também opina E. Mandel:

But this in no way implies that in societies in which petty commodity production has already become the predominant mode of production (that is where the majority of the producers are free peasants and free handicraftsmen who own and exchange the products of their labour), the laws governing the exchange of commodities and the circulation of money do not strongly influence the economic dynamic. Indeed, it is precisely the unfolding of the law of value which leads in such societies to the separation of the direct producers from their means of production, although a whole series of social and political developments influences this birthprocess of modern capitalism, hastening it, slowing it down, or combining it with trends going in different directions. [...]. This does not mean that the 'law of value' is a 'product of pre-capitalist history'. Nor does it mean that such still relatively primitive societies were burdened with the same manic pursuit of material rewards, and measurement of labour-time expenditure down to fractions of seconds, as our own; for these are, indeed, 'pure' products of bourgeois society. It only means that the embryonic forms of the 'law of value' can be discovered in the embryonic developments of commodity production, just as the 'elementary cell' of capital, the commodity, contains in an embryonic way all the inner qualities and contradictions of that social category. To deny this historical dimension of Marx's analysis is to transform the origins of capitalism into an insoluble mystery (MANDEL 1992, p. 15-16).

Ou seja, é somente reconhecendo a existência de formas embrionárias da lei do valor existentes em determinados tipos de produção pré-capitalista<sup>154</sup> que se pode explicar a

<sup>154</sup> Sobre este ponto levantado por Mandel é necessário aqui um esclarecimento. Autores como Rubin, por exemplo, criticam duramente o que consideram interpretações “historicistas” da obra de Marx afirmando o seguinte:

necessidade imposta de superação das relações pré-capitalistas de produção imposta pela integração ao mercado mundial. Ausente este aspecto, como afirma Mandel, as próprias causas da abolição da escravidão e das demais formas pré-capitalistas de trabalho ficam envoltas em um grande mistério.

Conclui-se que, consideradas as eventuais modificações e limitações, uma vez a produção tendo se convertido em produção de valores-de-troca, *as leis gerais do modo de produção capitalista e suas categorias fundamentais, a teoria de O Capital são as bases para a construção de qualquer explicação metodologicamente coerente com a teoria marxiana.*

### 3.3 - Considerações finais

Foram examinados ao longo do capítulo os dois principais aspectos da interpretação difusionista da obra de Marx sobre o desenvolvimento, no que diz respeito a uma teoria do capital.

Em relação à visão unilateral da expansão capitalista e à igualação do desenvolvimento ao alguma forma de atraso, fica claro que esta interpretação não se sustenta, nem mesmo se considerando apenas as análises concretas do autor. Em diversos momentos Marx aponta diferenças qualitativas e percebe conseqüências completamente diferentes, e mesmo opostas, da expansão capitalista em distintos países. Embora a análise de Marx sobre a Irlanda feita em O Capital seja a mais detalhada neste sentido, são vários os escritos onde ele trata especificamente de processos de expansão capitalista que não corresponderiam às

---

A teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção diferem uma da outra, não como diferentes teorias que funcionam em diferentes períodos históricos, mas como uma teoria abstrata e um fato concreto, como dois graus de abstração da mesma teoria da economia capitalista. A teoria do valor-trabalho pressupõe apenas relações entre produtores de mercadorias. A teoria do preço de produção pressupõe, além disso, relações de produção entre capitalistas e operários, de um lado, e entre diversos grupos de capitalistas industriais, de outro. (RUBIN, 1980, p. 276).

Do reconhecimento da sociedade mercantil simples como um nível de abstração na obra de Marx relacionado à sociedade capitalista (e não como uma teoria específica para uma situação anterior), entretanto, não parece decorrer, ao menos não necessariamente, que não possam ter existido historicamente situações com características similares as suas, num momento anterior ao surgimento da produção capitalista propriamente dita, vindo esta posteriormente a lhes conferir um novo significado. No capítulo X do livro III de O Capital, por exemplo, Marx afirma o seguinte: “Abstraindo a dominação dos preços e o movimento dos preços pela lei do valor, é, pois, absolutamente adequado considerar os valores das mercadorias não só teórica, mas também historicamente, como o *prius* dos preços de produção” (MARX, 1983, III-1, p. 138).

visões de progresso na forma européia, mostrando esta expansão como um processo desigual e cheio de contradições.

Em diversos de seus escritos Marx descreve as principais características do que se poderia considerar um “subdesenvolvimento” capitalista:

- a) Expansão predominantemente quantitativa das forças produtivas em função do abastecimento de processos externos de acumulação;
- b) Predomínio de uma forma de acumulação centrada prioritariamente na mais-valia absoluta, ou seja, no aumento da exploração do trabalho em contraposição a um tipo de expansão centrada nos aumentos produtividade (mais-valia relativa), do que decorre uma reduzida capacidade de consumo (remuneração abaixo do valor da força de trabalho);
- c) Dos dois aspectos anteriores decorre uma importante incipiência da divisão interna do trabalho, caracterizada pela concentração da força de trabalho em poucos setores exportadores e pela busca por um alto percentual de valores de uso (consumo) pela via das importações; Concentração do excedente na forma de matérias-primas (grãos, minério) para exportação;
- d) Todos estes elementos contribuem para taxas menores de crescimento dos rendimentos, em comparação com as economias industriais;

A principal consequência desta análise é a inevitável categorização de um tipo específico de expansão das forças produtivas e das relações sociais capitalistas nas regiões do mundo nas quais o principal motor da acumulação é o abastecimento de matérias primas para as economias industriais. Este tipo específico, Marx chamou por vezes de regiões secundárias e dependentes, equivaleria ao que atualmente se chama de subdesenvolvimento. De qualquer forma, o mais relevante aqui é que, independente do nome dado ao fenômeno, para Marx ele equivale a uma expressão da expansão contraditória do capital, sendo impossível conciliar com as análises vistas qualquer concepção que atribua sua causa ao mero atraso, ou a insuficiente adoção de relações capitalistas de produção em dada região ou país.

Isto não significa, obviamente, a exclusão da possibilidade da existência de qualquer “atraso” relativo, no que diz respeito à expansão capitalista. Mas significa, sem dúvida, que qualquer tentativa de restrição do desenvolvimento desigual a algum tipo de atraso do ponto de vista desta expansão, independente de suas causas, não encontra qualquer fundamento na obra do autor.

Já em relação ao segundo aspecto, que é a negação de qualquer possibilidade da utilização da *crítica da economia política* de Marx conforme elaborada em *O Capital* para a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento, mostrou-se que esta negação não corresponderia de forma alguma ao método construído pelo autor para o desenvolvimento de sua teoria, uma vez que para este método os níveis mais concretos de análise devem obrigatoriamente ser explicados a partir das categorias e leis fundamentais descobertas nos níveis mais abstratos.

Sem dúvida o fato de que Marx não tenha tido a possibilidade de completar o plano inicial de sua crítica da economia política impõe dificuldades para a aplicação das teorias constantes de sua obra máxima ao processo de desenvolvimento, em seus níveis mais concretos. Mas o tratamento destas dificuldades configura justamente a possibilidade da construção de avanços científicos dentro de uma teoria crítica marxiana do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, o exame destes dois aspectos também permite que sejam apontadas as grandes limitações da interpretação segundo a qual Marx teria realizado uma profunda mudança em suas posições sobre o tema a partir de um certo ponto em sua evolução.

Esta interpretação tem o aspecto positivo de ressaltar estas análises concretas que Marx produziu a partir dos anos 1860, que já eram produto de uma reflexão mais profunda sobre o sistema capitalista, sobre as leis gerais de movimento do capital, uma vez que foram produzidas após Marx ter formulado seu método da crítica da economia política, e dado grandes passos no sentido da execução destes estudos, como os *Grundrisse* de 1857, os estudos de 1861-63 e o primeiro livro de *O Capital* de 1867, etc.

Entretanto ela comunga de um mesmo pressuposto da interpretação difusionista neste aspecto: a recusa, ainda que não declarada, de uma teoria crítica do desenvolvimento capitalista que decorra da crítica da economia política, das teorias do valor, da acumulação e das leis de movimento do capital conforme descobertas em *O Capital*.

Se nos manuscritos da segunda metade dos anos 1850 em diante e em *O Capital* Marx desenvolveu sua “teoria do capital”, como se poderia afirmar que neste período o autor passa por uma “mudança radical” no que diz respeito a esta teoria? Afirmar isto seria como dizer que pensadores como Darwin, ou Einstein, efetivaram uma mudança radical em relação a suas posições anteriores sobre a evolução das espécies ou sobre a noção de espaço-tempo, após a elaboração de suas teorias. Marx, neste período, formulou uma nova e revolucionária teoria sobre o capital e suas leis. Não estaria errado dizer que todos estes autores mudaram de opinião. Isto apenas não tem grande relevância, pois é óbvio que ao se construir uma nova e revolucionária visão do mundo é necessário superar as visões que existiam anteriormente.

## Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar de forma crítica as duas interpretações mais difundidas sobre a visão de Marx sobre o desenvolvimento: a tese que chamamos de difusionista e a tese de que teria havido uma mudança radical do autor posterior aos anos 1860.

Do exposto no primeiro capítulo foi possível perceber que nos estudos sobre a visão de Marx sobre o desenvolvimento de ambas as interpretações analisadas predominaram dois tipos de argumentações: aquelas relacionadas a uma teoria marxiana da história, ou seja, ao desenvolvimento da sociedade num sentido mais abstrato, e aquelas relacionadas ao que seria uma teoria específica sobre o desenvolvimento capitalista.

No capítulo 2 viu-se que as principais afirmativas da tese difusionista no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade em um nível mais abstrato, como a atribuição a Marx de uma filosofia da história de cunho hegeliano e de uma visão unilinear do desenvolvimento (em suas distintas formulações) não corresponde de forma alguma ao que poderia ser considerado uma teoria da história de Marx. Ao contrário, Marx em diversos momentos formula uma noção de desenvolvimento muito mais “contemporânea” do que seus críticos, que, além de não-linear, leva em conta as limitações materiais, quantitativas e qualitativas, da reprodução das sociedades humanas, a sofisticação das relações estabelecidas pelos homens ao realizar tal reprodução e o grau de socialização da existência humana que representam. Viu-se também que as tentativas de apontar uma ruptura do autor com um suposto “paradigma” de sua juventude na verdade não foram capazes de apreender de fato qual foi a noção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava, atribuindo ao autor toda uma gama de posições que poderiam colocá-lo, em alguns casos, entre os atuais pensadores da pós-modernidade, mediante a percepção um tanto vaga de uma concepção “multilinear” da história, que, levada às últimas conseqüências, poderia levar à negação de qualquer tipo de progresso no desenvolvimento das sociedades humanas.

No capítulo 3 foi visto que no que diz respeito à teoria do desenvolvimento capitalista, a interpretação difusionista buscou atribuir a Marx uma visão unilateral da expansão capitalista, onde toda e qualquer forma de subdesenvolvimento seria necessariamente uma reminiscência perene de modos de produção pré-capitalistas. Para que tal interpretação fosse possível, excluiu-se qualquer possibilidade de aplicação da teoria crítica da economia política elaborada por Marx em O Capital aos países e regiões subdesenvolvidos, por serem “insuficientemente capitalistas”.

Viu-se que Marx, ao contrário, percebeu com clareza que a expansão do capital era um processo contraditório que, em diversos casos, se expressou no que seria atualmente chamado de subdesenvolvimento. Viu-se também que, no que diz respeito à aplicação da teoria marxiana ao desenvolvimento, aquilo que para os críticos difusionistas de Marx se tratava de uma incompatibilidade, o próprio explicitou em seus escritos metodológicos tratar-se apenas de um problema de diferentes graus de abstração, e que se sua teoria contida em O Capital trata do objeto de estudo em um nível de abstração mais alto (o capital em geral), a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento deveria necessariamente buscar explicar os processos concretos de desenvolvimento (e subdesenvolvimento) a partir destas categorias e leis descobertas nestes níveis mais abstratos.

Foi justamente neste último ponto que falhou também a interpretação que vê uma mudança radical de Marx. Como imaginar uma teoria de Marx sobre o desenvolvimento capitalista fora da teoria do valor, da mais-valia, da acumulação? Por mais importantes que tenham sido as análises de Marx sobre casos concretos de subdesenvolvimento capitalista, o mero assinalar destas análises como justificativa para apontar uma suposta mudança radical para uma posição que não se pode definir qual seja termina por permitir uma desconsideração da teoria marxiana do capital, da mesma forma que também os difusionistas a desconsideraram.

No estudo apresentado nos capítulos anteriores é possível perceber que a dissociação entre teoria e análise concreta existente no debate marxista sobre o desenvolvimento tem, ela própria, uma longa história, que parece ter começado ainda durante a vida de Marx.

Entretanto, dentro desta longa história, pode-se perceber a existência de um período onde a aludida dissociação ganha um status de *ortodoxia*. O abandono do método de Marx e da teoria contida em *O Capital* representa um distanciamento fundamental entre esta suposta ortodoxia e a obra do autor<sup>155</sup>.

Na pesquisa desenvolvida demonstrou-se que a dissociação teoria-análise dentro do marxismo pode ser superada a partir da utilização do método da economia política desenvolvido por Marx no final da década de 1850 e tão pouco considerado nos debates sobre o desenvolvimento. A utilização deste método coloca a possibilidade da construção de uma teoria crítica do desenvolvimento capitalista onde as manifestações histórico-fenomenológicas concretas do processo de desenvolvimento da sociedade humana sejam explicadas a partir das leis internas fundamentais do capital, num processo de reconstrução “teórica” do real que leve em consideração todas suas especificidades e contradições fundamentais.

Deste ponto de vista o atraso na construção de tal teoria, seja em nome de perspectivas “essencialistas”, seja em nome de perspectivas “fenomenológicas” ou empiristas talvez seja um dos aspectos mais dramáticos do atraso da ciência social marxista, e logo, da ciência social contemporânea como um todo.

---

<sup>155</sup> Ver apêndice para mais detalhes sobre este ponto.

## APÊNDICE: A noção marxiana de desenvolvimento e o marxismo do movimento comunista do século XX – Notas preliminares

Neste apêndice se buscará estabelecer, ainda que de forma limitada e preliminar, uma relação entre as duas teses examinadas no estudo constante das páginas anteriores e os principais momentos do debate sobre o desenvolvimento ocorrido no movimento comunista durante o século XX. Espera-se que esta comparação forneça elementos esclarecedores adicionais ao tema pesquisado.

Se forem tomadas como base as duas instâncias que foram utilizadas neste estudo, a de uma teoria da história e a de uma teoria do capital, podemos perceber que ambas tem alguns aspectos semelhantes em sua história no movimento comunista internacional.

---

No que diz respeito à primeira instância, percebe-se que a noção de que o desenvolvimento da sociedade, ou a “história”, ocorre em uma sucessão evolutiva de etapas pré-determinadas não aparece no debate marxista com a interpretação difusionista. Outros marxistas, alguns vinculados à corrente majoritária, reformista, da segunda internacional, mas principalmente à terceira internacional do período estalinista, também recorreram a este tipo de concepção.

Paul Lafargue<sup>156</sup>, por exemplo, escreveu um texto sobre as formas de propriedade (LAFARGUE, 1890), onde, em algumas passagens<sup>157</sup>, expressa claramente este tipo de

<sup>156</sup> Paul Lafargue (1842-1911) foi um jornalista e socialista francês. Conhecido por ter sido genro de Marx após casar-se com sua filha Laura e por sua atuação no movimento *guesdista* francês. A ele e a Jules Guesde refere-se a famosa frase de Marx: “ce qu'il y a de certain c'est que moi, je ne suis pas Marxiste” (o que é certo para mim é que [se eles são marxistas, então], eu não sou um marxista), citada por Engels em carta a Edouard Bernstein (MARX e ENGELS, S/D, vol. 35, p. 388).

<sup>157</sup> “If we could ascertain the history of a people from the state of savagery to that of civilisation, we should have the typical history of each of the peoples that have inhabited the globe. It is out of our power to reconstruct that history, for it is impossible for us to reascend the successive stages travelled by a people in their course of progress. But if we cannot cut out this history, all of a piece, of the life of a nation or a race, we can, at any rate, reconstruct it by piecing together the scattered data which we possess respecting the different peoples of the globe. It is in this wise that humanity, as it grows older, learns to decipher the story of its infancy” (LAFARGUE, 1890, cap. 1).

visão. Plekhanov (1980), e seus escritos do final do século XIX, buscando levar em consideração a elaboração por Marx da categoria do modo de produção asiático, defendeu uma tese sobre a existência de um “ciclo europeu” do qual a Ásia havia se afastado de seus inícios em comum devido a circunstâncias geográficas e climáticas que promoviam o poder do Estado fundado no controle das águas. Esta tese seria qualificada por autores como Mellotti (1977) e Kiernan (1988) como “bi-linear”, pois mantinha em essência a unilinearidade vista em Lafargue, mas considerando a especificidade asiática<sup>158</sup>. Apesar desta posição de Plekhanov, e provavelmente também da de Bukharin<sup>159</sup>, entre os principais autores marxistas da primeira metade do século XX, esta tese parece ter sido minoritária.

Lênin, por exemplo, em sua análise do desenvolvimento do capitalismo na Rússia publicada em 1899 (LÊNIN, 1982), seu trabalho econômico mais acabado, caminha no sentido da superação de qualquer noção de unilinearidade<sup>160</sup>, ao ver a “atrasada” Rússia

---

<sup>158</sup> Em diversos aspectos, a formulação de uma unilinearidade “capitalista” (presente em autores como Vujacic) parece já estar presente, ainda que de forma embrionária, nesta “bi-linearidade” do desenvolvimento histórico de Plekhanov. Entretanto, na “versão plekhanoviana” o aspecto mais relevante é um certo determinismo tecnológico (das forças produtivas). Embora Plekhanov rejeite expressamente qualquer teleologia histórica como “idealista” (PLEKHANOV, 1977, p. 45), ele ao mesmo tempo afirma que as relações econômicas são uma “função das forças produtivas da sociedade” (PLEKHANOV, 1977, p. 45) e, excetuando a especificidade asiática relacionada ao papel do Estado derivado das condições geográficas, parece admitir a possibilidade de uma história que descreve etapas idênticas por toda parte decorrentes do “estado das forças produtivas” (PLEKHANOV, 1977, p. 53).

<sup>159</sup> Bukharin escreveu um livro intitulado “Teoria do materialismo histórico: Manual popular de sociologia marxista” que, segundo Gramsci (1978, pp. 4 e 62), seria uma clara expressão de um materialismo vulgar e uma ideologia, no sentido de “sistema de idéias” em contradição com a superação do idealismo e do materialismo vulgar operada por Marx. Note-se ademais que, conforme ressaltado por Arcary (2001), neste mesmo livro Bukharin formula a questão do desenvolvimento histórico de forma essencialmente condicional, mas o condicional aqui é algo como uma “via de mão única”:

A condição necessária para um ulterior desenvolvimento é também chamada com muita frequência de necessidade histórica. É neste sentido do termo ‘necessidade histórica’ que podemos falar da ‘necessidade’ da revolução francesa, sem a qual o capitalismo não teria continuado seu crescimento, ou da ‘necessidade’ da chamada ‘libertação dos servos’, em 1861, sem a qual o capitalismo russo não teria podido continuar seu desenvolvimento. Neste sentido podemos também falar da necessidade histórica do socialismo, desde o momento que sem ele a sociedade humana não pode continuar seu desenvolvimento. Se a sociedade deve continuar sua marcha, o socialismo é inevitável (BUKHARIN, 1977, p. 143).

<sup>160</sup> Kiernan (1988, p. 138) afirma que Lênin, em texto de 1912 intitulado *Democracy and Narodism in China* (LÊNIN, 1912), teria defendido a impossibilidade de que a China “saltasse” a fase capitalista direto para o socialismo, apontando nisto uma oscilação para um certo unilinearismo. Esta afirmação, entretanto, não parece se sustentar. Neste texto, Lênin está buscando combater a política de Sun Yat-Sen, cujo programa de reformas agrárias se proclamava “socialista”, mas na verdade representa a possibilidade concreta do “caminho ocidental” capitalista (a própria referência a um “narodismo” de Sun Yat-Sen tem um caráter claramente irônico no texto, sendo este “narodismo” a forma possível para viabilizar uma república burguesa nas condições chinesas). Lênin conclui que o mais provável é a existência de uma fase capitalista na China, como decorrência da análise concreta, como consequência da implementação do “narodismo” de Sun Yat-Sen, e não como necessidade histórica do processo de desenvolvimento.

como um país já predominantemente capitalista, mas onde coexistiam formações econômicas pré-capitalistas, uma burguesia debilitada pela concorrência européia e fraca demais para executar uma revolução liberal (como ocorrido na Europa ocidental), tendo assim se associado ao Czarismo, fato que colocaria na ordem-do-dia a revolução proletária, sendo que esta revolução, ainda que tivesse que cumprir as tarefas inacabadas da débil burguesia russa, não poderia resultar num simples desenvolvimento capitalista (ao menos não na forma analisada por Marx). Lênin defende esta posição contra duas posições que representavam respectivamente uma visão “romântica”, e uma visão “progressista”. A primeira, representada por alguns remanescentes da corrente populista (*narodnik*) que, na virada do século, argumentavam que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não havia ocorrido, não era necessário, nem desejável, para alcançar o socialismo, de onde decorreria um “romantismo”, uma busca pela preservação de certas instituições russas contra o avanço do capitalismo. Já a segunda, característica do chamado marxismo legal russo (e posteriormente dos mencheviques), defendia que o proletariado russo precisaria esperar a “fase capitalista” ser completada, e “saudá-la com pompa e cerimônia”, para depois pensar em disputar o poder.

Trotsky (2007; 2011a)<sup>161</sup> formulou de forma ainda mais clara esta terceira posição, esboçada por Lênin, através da noção de *desenvolvimento desigual e combinado* da sociedade, e da decorrente *teoria da revolução permanente*. Segundo esta noção o desenvolvimento das formações sociais e dos países não poderia nunca ser apenas uma repetição das etapas dos países industriais, mas ocorreria uma combinação de formações sociais capitalistas e pré-capitalistas, gerando uma realidade complexa e desigual, com diversas particularidades que difeririam substancialmente dos caminhos trilhados pelos “avançados”. Além de desigual, o desenvolvimento seria “combinado” por que as distintas formações sociais, em especial com o surgimento do capital, influenciam umas nas outras (seja através do comércio, investimentos, etc), impossibilitando que sua evolução repita da mesma forma os caminhos anteriormente trilhados<sup>162</sup>.

<sup>161</sup> Obras publicadas originalmente em 1906 e 1930, respectivamente. Uma apresentação mais detalhada da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pode ser encontrada em Löwy (1995) e Novack (2008).

<sup>162</sup> Assim Trotsky se pronunciaria na História da revolução russa:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma

Diante do exposto aqui e na seção sobre o debate russo no capítulo 2, fica claro que as posições de Marx, Lênin e Trotsky, em que pese suas diferenças (que, em última instância, correspondem às diferenças dos momentos em que foram elaboradas), ao buscar apreender o processo de desenvolvimento da sociedade em todas as suas contradições e rejeitando atribuí-lhe qualquer teleologia, se equilibram numa linha estreita entre o pessimismo romântico dos narodniks e a adesão à modernização capitalista que havia caracterizado os “marxistas legais”.

Nesta mesma linha tênue pode-se dizer que caminharam Luxemburgo (1974) e Lukács (1979). Tanto os estudos de Rosa sobre a acumulação de capital<sup>163</sup> quanto a *ontologia* lukacsiana<sup>164</sup> expressam visões do desenvolvimento histórico não-teleológicas e não-lineares, que ao mesmo tempo reconhecem limites à ação transformadora do homem de sua própria existência ditados pelo processo de reprodução social.

Por outro lado, o unilinearismo posteriormente formaria as bases do pensamento de distintas correntes reformistas do marxismo, como os mencheviques russos e seus

---

outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 2007, pp. 20-21).

A decorrência política desta visão era que o proletariado russo não apenas poderia e deveria tomar o poder para cumprir as tarefas inacabadas da revolução burguesa, mas que a própria revolução se converteria em proletária, socialista, pois seria impossível ao proletariado no poder manter-se estritamente nos limites da construção “burguesa” do capitalismo. Sobre isto ver Trotsky (2011b).

<sup>163</sup> Rosa Luxemburgo centra todo o primeiro capítulo de sua introdução à economia política, publicada em 1925 (LUXEMBURGO, 1974, cap. 1), na polêmica com visões que atribuem à economia política a tarefa de revelar leis gerais aplicáveis a todos os modos de produção, defendendo que o surgimento da possibilidade da existência de uma economia política surge com a sociedade mercantil.

<sup>164</sup> Lukacs assim definiria o *desenvolvimento desigual*:

Desigualdade do desenvolvimento significa, ‘simplesmente’, que a grande linha de evolução do ser social — a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações — não pode se explicitar em linha reta, segundo uma ‘lógica’ racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmo atrás de si alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não-correspondência. Mas esses desvios da grande linha do desenvolvimento global (sujeito a leis) dependem todos, sem exceção, de circunstâncias ontologicamente necessárias. Por isso, quando são estudados e esclarecidos adequadamente, têm de vir à tona a legalidade, a necessidade de cada um desses desvios; só que sua análise deve abordar os fatos e as relações ontológicas reais. Mais acima, já indicamos a decisiva advertência de Marx com relação a essas análises: ‘A dificuldade reside apenas na maneira geral de formular essas contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicadas’ (LUKACS, 1979, p. 134).

equivalentes ocidentais da segunda internacional, além da terceira internacional em sua fase estalinista.

A posição menchevique “clássica” aqui é a defesa da necessidade de uma “etapa” capitalista de desenvolvimento prévia a qualquer possibilidade de implementação de relações socialistas de produção, ou seja, da planificação central da produção mediante a nacionalização da produção e um monopólio estatal do comércio exterior, da utilização do excedente de forma racional para viabilizar o desenvolvimento, como iniciada pelos bolcheviques russos após a revolução de outubro de 1917.

Ecos deste debate entre bolcheviques e mencheviques poderiam ser vistos na polêmica entre a oposição de esquerda liderada por Trotsky (cujo principal economista envolvido era E. Preobrajensky) e o centro liderado por Stálin (cujo principal elaborador era N. Bukharin) no início da década de 1920 sobre a continuidade da NEP. A posição de Bukharin, adotada em um primeiro momento pelo governo soviético de Stalin<sup>165</sup>, consistia na defesa da necessidade de uma espécie de simulação de capitalismo controlada apenas indiretamente pelo Estado para possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas e da industrialização. Já a posição de Preobrajensky (1979) consistia na defesa de um processo de desenvolvimento não-capitalista, fundamentado numa industrialização sob o controle do Estado que seria possibilitada pela extração do excedente da produção agrária, através de um mecanismo de controle de preços que geraria uma “troca desigual”, que ficaria conhecido como “acumulação socialista primitiva”<sup>166</sup>.

De qualquer forma fica claro que, no mínimo até os anos 1930-40, existem distintas posições sobre o tema dentro do movimento comunista, não se podendo afirmar que o *unilinearismo* seja a “concepção dos marxistas”, ou sequer a posição majoritária. É somente durante o período estalinista da terceira internacional que esta tese vai passar a ocupar uma posição central nas elaborações do movimento comunista internacional. No “manual de

---

<sup>165</sup> Após o esmagamento da oposição de esquerda, Stálin daria um giro de 180° passando a adotar algumas de suas posições de forma drástica e autoritária (no que ficou conhecido como a “coletivização forçada”) entre 1929-1930, que coincidiu com a defenestração de Bukharin em 1929. Debates similares a este ocorreriam também na China (ver WILLIAMS, 1978, p. 935) e em Cuba (ver CARCANHOLO e NAKATANI, 2007).

<sup>166</sup> Sobre isto ver Rodrigues (1979).

marxismo-leninismo” editado por Kuusinen em 1960, que expressava a posição “oficial” dos partidos comunistas, lê-se:

El concepto de formación político-social tiene un valor formidable para toda la ciencia de la sociedad. Nos permite comprender por qué, a pesar de toda la variedad de detalles concretos, la totalidad de los pueblos recorren en líneas generales a un mismo camino. La historia de cada uno de ellos, en resumidas cuentas, viene condicionada por el desarrollo de las fuerzas productivas, que se subordina a unas mismas leyes internas. La sociedad avanza mediante una sucesión consecutiva e sujeta a leyes de las formaciones económico-sociales; y el pueblo, que vive dentro de una formación mas avanzada muestra al resto su futuro, de la misma manera que fuere de él ve su pasado (KUUSINEN, 1961, p. 64).

Em relação a esta adoção do unilinearismo como posição “oficial” do marxismo da 3ª internacional estalinista, Godelier, ainda que com certo anacronismo, afirma o seguinte ao publicar os textos de Marx sobre a *via russa* (discutidos no capítulo 2):

Publicá-los é descobrir um Marx desconhecido que denuncia sem equívocos a falsificação dogmática que atravessou o marxismo durante toda uma época. Esta falsificação consistia essencialmente em reduzir a história da humanidade à sucessão necessária de cinco estágios caracterizados por ‘cinco tipos fundamentais de relações de produção’, o comunismo primitivo, os modos de produção escravista, feudal, capitalista e socialista (GODELIER, 1971, p. 5).

---

Em relação à segunda instância a história do debate marxista do início do século XX é ainda mais rica e complexa. A visão unilateral da expansão capitalista que se expressou numa igualação do avanço das relações capitalistas ao desenvolvimento e na rejeição da teoria de Marx contida em *O Capital* para a análise e para a explicação dos processos de desenvolvimento consistiu, até a década de 1930, numa posição extremamente minoritária dentro do marxismo.

Foi visto no capítulo 3 que uma teoria sobre o desenvolvimento coerente com o método de Marx para o estudo da economia política deveria ter como objetivo explicar o processo de desenvolvimento a partir das leis internas do objeto. No caso do capital, as leis internas poderiam ser sintetizadas na teoria marxiana do valor-trabalho e em seus desdobramentos, através dos quais as principais causalidades da evolução do capital poderiam ser estabelecidas. Para que se possa apreciar o debate sobre este tema é necessária uma rápida explicação adicional sobre esta teoria.

O valor de uma mercadoria, “cristalização da substancia social comum a todas” elas, poderia ser medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. A igualação dos valores (como valores de troca) é o que torna possível a troca e permite a existência de uma sociedade mercantil. Por outro lado o valor teria um outro aspecto, de valor de uso, que em certo sentido nega o valor (ou se quer um ou o outro), mas também é sua base material. Desta contradição fundamental decorrem contradições cada vez maiores e mais complexas que se manifestam na sociedade capitalista.

No capitalismo a produção de valor se dá através de um processo no qual o capitalista, proprietário do capital (seja na forma dinheiro ou na forma de mercadorias) compra a força de trabalho pelo seu valor e passa a ter “direito” ao seu valor de uso, ou seja, ao trabalho que esta produz, que tem a função de produzir mais valor. Só é possível o processo de valorização na hipótese de que este valor de uso, o trabalho, possa produzir um valor tal que, além de pagar o valor de troca da força de trabalho (equivalente ao salário, às mercadorias do consumo dos trabalhadores), gere um excedente, um mais-valor, que por sua vez é apropriado pelo capitalista. Esta relação onde se dá o surgimento da mais-valia é o fundamento do modo de produção capitalista.

Marx chega assim aos dois aspectos fundamentais da sua teoria do valor-trabalho: 1) A teoria da forma do valor como uma expressão material do trabalho abstrato, que pressupõe, por sua vez, a existência de relações sociais de produção entre produtores mercantis autônomos; 2) A teoria da distribuição do trabalho social e a dependência da magnitude do valor com respeito à quantidade de trabalho abstrato, que, por sua vez, depende do nível de produtividade do trabalho (RUBIN, 1980, p. 88).

Ocorre, portanto, em toda sociedade mercantil um tipo de “regulação”, ainda que indireta e *a posteriori*, da produção social e da distribuição do trabalho social através do valor, o que Marx chama de “lei do valor”. Caso esta regulação não existisse não haveria nenhuma forma de adequar a produção às necessidades sociais. No nível de abstração de uma sociedade mercantil simples (formada por produtores autônomos, em suma sem trabalho

assalariado) esta regulação, ou mais precisamente a adequação da produção (oferta) às necessidades sociais (demanda) se daria, principalmente, através dos preços das mercadorias e seria em geral função da produtividade do trabalho<sup>167</sup>, no que poderia ser chamado de lei do valor “simples”. Assim os valores seriam a base a partir da qual ocorrem as oscilações de preços que permitem que a produção venha a se adequar às necessidades e as taxas de lucros (se for possível falar em taxas de lucros neste caso) dos setores produtivos são distintas. Já no nível de abstração de uma sociedade capitalista, onde o capital já subsumiu o trabalho e controla o processo de produção a regulação é diferente: a mobilidade do capital entre os distintos setores faz com que surja uma tendência à equalização das taxas de lucros. Esta tendência faz com que surjam os “preços de produção”, que são uma forma de manifestação do valor mediada pela taxa média de lucros, uma categoria intermediária entre os valores e os preços de mercado numa sociedade capitalista<sup>168</sup>. Tratam-se, portanto, de duas formas distintas de regulação pelo valor, ou de dois graus de complexidade da manifestação do valor.

A aplicação desta teoria à economia mundial esbarra no seguinte problema: para Marx, na época em que escreveu *O Capital*, não havia ainda se formado um mercado mundial dominado pela indústria (ou seja, onde “reina” a subsunção da produção ao capital), sendo sua formação apenas uma tendência<sup>169</sup>, que decorre da lei geral da acumulação capitalista e da tendência do capital à expansão. Assim, para tratar a economia mundial com esta teoria haveria duas opções: a) considerá-la como uma economia mercantil simples em transição para a formação de uma economia capitalista, com regiões capitalistas que se relacionam

---

<sup>167</sup> Rubin propõe o seguinte esquema para ilustrar estas relações prioritárias de causalidade numa sociedade mercantil simples, onde a regulação é pelo valor-trabalho:

Produtividade do trabalho → trabalho abstrato → valor → distribuição do trabalho (RUBIN, 1980, p. 268).

<sup>168</sup> Rubin esquematiza assim as relações fundamentais de causalidade na sociedade capitalista:

Produtividade do trabalho → trabalho abstrato → valor → preço de produção → distribuição do capital → distribuição do trabalho (1980, p. 268). Uma consequência desta mudança é que, nas condições de uma sociedade capitalista, salvo exceções fortuitas, toda troca expressa uma desigualdade de valores, uma não-equivalência.

<sup>169</sup> Marx trabalha claramente com taxas médias nacionais de lucros (MARX, 1983, III-1, p. 180-181). Ver também Marx (1983, III-1, p. 200 e p. 250), e a nota de Engels no livro III (MARX, 1983, III-2, p. 28). Recentemente Saludjian (2014) abordou os diversos tratamentos dados por Marx ao tema do mercado mundial em sua obra.

entre si, mas onde reinam distintas taxas médias de lucros<sup>170</sup>; b) abstrair a existência das economias externas, considerando apenas uma única economia capitalista<sup>171</sup>.

De qualquer forma, a questão do grau de desenvolvimento do mercado mundial (desenvolvimento dos transportes e comunicações de modo que o mercado mundial seja dominado pelas mercadorias da grande indústria, desenvolvimento de um mercado mundial de capitais, desenvolvimento de um mercado mundial de força de trabalho etc) é decisiva para que se possa estabelecer o tipo de regulação que o valor vai exercer sobre a produção em nível internacional, ou seja, *como o valor vai determinar a divisão internacional do trabalho*. Ao que tudo indica o livro sobre economia mundial e mercado mundial planejado por Marx teria como objetivo tratar desta questão fundamental.

Após a morte de Marx, a primeira grande reaparição desta discussão se deu no debate entre Lênin e Kautsky sobre o imperialismo na década de 1910. Neste debate discutia-se fundamentalmente o caráter do capitalismo no início do século XX e a natureza do confronto inter-imperialista que resultaria na primeira guerra mundial. Kautsky (1914) afirmava que, embora todo capitalismo industrial tivesse uma tendência a expandir-se e a buscar submeter outras regiões a seu próprio processo de acumulação (ao que chamava de imperialismo), esta tendência abstrata se manifestaria apenas como uma “política preferencial” do capital financeiro, mas não como sua única possibilidade de existência dada a situação concreta. Assim, Kautsky chega a sua teoria do “ultra-imperialismo”.

Esta teoria consistia na possibilidade de que esta tendência de expansão se manifestasse de uma forma organizada racionalmente por um Estado capitalista principal ou uma coalizão de Estados capitalistas industriais, de modo a eliminar ou reduzir substancialmente as contradições fundamentais deste processo. Nas palavras de Kautsky: “do ponto de vista puramente econômico não é impossível que o capitalismo venha a atravessar ainda uma nova fase onde a política dos cartéis seja alargada à política externa, uma fase de ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 1914, p. 921), uma fase de “exploração comum do universo

---

<sup>170</sup> Marx trata assim a economia mundial em algumas partes do livro III, como o capítulo X (MARX, 1983, III-1, pp.136-152).

<sup>171</sup> Marx parece trabalhar com este critério em diversos momentos nos quais o nível de abstração é mais alto.

pelo capital financeiro associado à escala internacional” (KAUTSKY, *apud* LENIN, 1979, p. 93).

Para polemizar com esta teoria Lênin escreve seu Imperialismo, fase superior do capitalismo. O centro da discussão que Lênin estabelece é que o imperialismo era a expressão necessária da expansão contraditória do capital seguindo suas leis internas conforme analisadas por Marx em O Capital<sup>172</sup>, o momento histórico em que o capital dos principais países industriais havia completado a partilha do mundo (ou seja, a conformação do mercado mundial dominado pela indústria capitalista previsto por Marx e Engels). Por isso o imperialismo representava uma nova época da evolução do capitalismo e não uma mera opção política do capital financeiro.

A expansão do capital havia engendrado tanto os monopólios quanto a partilha do mundo que se concluía. Mas, além disso, havia engendrado também uma contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos principais países capitalistas e suas respectivas áreas de influência (LENIN, 1979, p. 97). Por este motivo, a fase imperialista do capitalismo é uma fase de guerras e revoluções.

Para Lênin a posição de Kautsky, ao propor a possibilidade de que o capitalismo de sua época, o imperialismo, pudesse eliminar as contradições do seu desenvolvimento (como as guerras) para constituir um ultra-imperialismo racional consistia numa ruptura fundamental com o marxismo. A ruptura, para Lênin, estava localizada na atribuição por Kautsky do imperialismo a uma mera opção política do capital financeiro, que poderia “do ponto de vista puramente econômico”, mudar totalmente para um ultra-imperialismo harmônico, eliminando as contradições fundamentais do seu desenvolvimento. Lênin considera que a defesa desta possibilidade é essencialmente mistificadora da realidade concreta, e expressaria, em última instância, uma pressão para a adesão ao projeto da própria burguesia imperialista alemã (LÊNIN, 1979, pp. 120-121).

---

<sup>172</sup> Entre as características da época imperialista para Lênin figuravam a concentração da produção em monopólios decisivos para a vida econômica; o papel central do capital financeiro e da exportação de capitais e a concretização da partilha do mundo entre as potências capitalistas (LÊNIN, 1979, p. 88).

O aspecto fundamental aqui é que para Lênin, assim como apontava Marx em seu *método*, a análise marxista do desenvolvimento do capital é a busca por explicar os processos da realidade concreta a partir das leis internas do objeto, como a lei do valor. No debate posterior à publicação do *Imperialismo de Lênin* é possível perceber pelo menos três distintos caminhos na evolução de uma teoria marxista do desenvolvimento do capital com estas características, todos eles influenciados de forma clara pela análise leninista de 1917<sup>173</sup>.

O primeiro caminho talvez tenha tido uma de suas primeiras manifestações na obra *A nova econômica*, publicada pelo economista russo E. Preobrajensky em 1925 (PREOBRAJENSKY, 1979). Nesta obra, ele afirma que “o período mais favorável para a ação da lei do valor foi a época do capitalismo clássico, que precedeu a passagem para a etapa imperialista” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 172), e que a “livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída pela planificação do capitalismo estatal” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 174). Em suma, o capitalismo teria se tornado “capitalista demais” para a teoria do valor de Marx, tendo esta cedido lugar ao controle de preços pelo *capitalismo monopolista de Estado*.

Esta noção de que a redução da concorrência, a formação de monopólios e a participação estatal na economia “substituiriam” a lei do valor, ou reduziriam a aplicabilidade da teoria do valor não tinha, ressalte-se, qualquer fundamento à luz da obra de Marx<sup>174</sup>, mas acabou

<sup>173</sup> Um quarto caminho seria o adotado por Luxemburgo (1985) e Hilferding (1985), mas onde também se poderia considerar autores como Henryk Grossman, Otto Bauer, Michal Kalecki e Bukharin (em escritos posteriores ao de 1917), caracterizado pela tentativa de uso dos esquemas de reprodução de Marx como instrumental analítico, ou seja, tratam como problemática central o chamado “problema da realização”. Mandel (1982) critica estes afirmando que os esquemas de reprodução foram formulados por Marx apenas para demonstrar a possibilidade de equilíbrios periódicos da economia capitalista, e não como um instrumento de análise de situações concretas, que são de desequilíbrio (MANDEL, 1982, pp. 16-25).

<sup>174</sup> É o que se pode perceber, por exemplo, ao ler o capítulo L do livro III do *Capital*, chamado “*sobre a ilusão da concorrência*”, onde Marx utiliza todas as categorias até ali abordadas para expor diversas apreciações equivocadas dos economistas sobre as causalidades dos processos econômicos. Aborda a questão da “transformação” dos valores em preços de mercado e como nela a concorrência tem um papel muito secundário. No que diz respeito aos monopólios, Marx faz uma apreciação que coloca em questão toda esta elaboração sobre uma nova fase do capitalismo “monopolista”, apontando que os monopólios também estão, em última instância, submetidos às mesmas leis que os capitalistas “concorrenciais”, não podendo fazer o que quiserem (MARX, 1983, III-2, pp. 295-310). Neste sentido também opina Mandel:

“Some economists today, such as Galbraith and even some Marxists, contend that the contemporary giant corporation has largely freed itself from these constraints. This is an illusion, born of an extrapolation from conditions prevailing during a rather lengthy boom. In fact, the idea that any giant corporation, whatever its

tendo uma grande repercussão no debate marxista após os anos trinta devido a duas distintas apropriações feitas dela.

A primeira foi feita por Paul Baran e pela corrente de pensamento que o seguiu. Baran, que fora aluno de Preobrajensky na faculdade de economia em Moscou<sup>175</sup>, se apoiou nesta formulação para excluir completamente a teoria do valor-trabalho da análise do desenvolvimento. Se o capitalismo havia se tornado monopolista e a lei do valor tinha perdido a validade, então era necessária uma nova teoria. É o que busca Baran ao elaborar seu próprio conceito de excedente e, partindo deste, ao construir sua *economia política do desenvolvimento* (BARAN, 1977). Em que pese este afastamento fundamental do método marxiano, a corrente iniciada por Baran seria desenvolvida por autores como Frank e Wallerstein (este último ainda mais eclético) e teria grande importância no debate acadêmico sobre o subdesenvolvimento.

A segunda e mais determinante apropriação desta visão do ponto de vista da história do debate do movimento comunista no século XX foi a feita pelo estalinismo. Aqui a noção de capitalismo monopolista de Estado veio a se tornar um aspecto fundamental<sup>176</sup> das posições “oficiais” de Moscou sobre o desenvolvimento capitalista e compôs, junto com o *unilinearismo* e o *dualismo*<sup>177</sup> o arsenal fundamental do “marxismo-leninismo” dos PC’s para a análise do desenvolvimento.

Um segundo caminho, cuja primeira expressão se deu já com a publicação em 1917 da *Economia mundial e o imperialismo* de Bukharin (1986), consistia na visão de que com a conclusão da partilha do mundo característica da fase imperialista do capitalismo havia completado o processo de expansão do capital, com a formação do mercado mundial como sua totalidade concreta. Segundo Bukharin: “Do mesmo modo que o mercado mundial das

---

dimensions or power, could emancipate itself definitively from the compulsion of (monopolistic) competition, that is, could have a guaranteed specific demand for its products, independently of the trade cycle and from technological innovation, could make sense only if it were insulated both from economic fluctuations and from economic uncertainty, that is if the very nature of its output as commodity production was denied. Experience does not confirm such a contention” (MANDEL, 1992, p. 58-59).

<sup>175</sup> Howard e King (1989, vol. 2, p. 114).

<sup>176</sup> Ver Kuusinen (1960, pp. 136-144 e 218).

<sup>177</sup> Ver nota no cap. 1, p. 44.

mercadorias se forma na esfera da circulação mercantil, o mercado mundial do capital-dinheiro encontra sua expressão na equalização internacional das taxas de juros e de descontos” (BUKHARIN, 1986, p. 24)<sup>178</sup>. A concretização do mercado mundial de mercadorias e de capitais expressa então um salto no processo de desenvolvimento do capital. De agora em diante, a economia mundial passaria a ser a unidade de análise do desenvolvimento, com todas as conseqüências disso (formação de preços de produção mundiais, equalização das taxas de lucros e juros, crises internacionais, etc.).

Com pressupostos semelhantes aos de Bukharin, desenvolveu-se a partir dos anos 1950, com o economista grego Arguiri Emmanuel (1972; 1982), e 1960-70 com o egípcio Samir Amin (1976; 2010), uma teoria do desenvolvimento capitalista que ficaria conhecida como *teoria da troca desigual*. Embora haja diferenças importantes entre as duas abordagens, ambas compartilham do pressuposto fundamental de Bukharin, da existência de um nivelamento internacional das taxas de lucro. Em ambos os casos a estratificação da economia mundial e a impossibilidade do desenvolvimento são uma decorrência do fato de que o capital já submeteu todo o mundo a sua expansão, mas que, pelas peculiaridades históricas desta expansão, o resultado seria uma tendência permanente de transferência de valor através do comércio internacional da periferia para o centro decorrente da disparidade salarial (Emmanuel) ou da disparidade das taxas de mais-valia (Amin), sendo esta troca desigual a causa fundamental do subdesenvolvimento. As contradições da expansão aqui, entretanto, como se localizam apenas na esfera da circulação do valor, são meramente históricas, portanto “solúveis”, desde que se adote um modelo de desenvolvimento que contrarie estas tendências, cuja sustentação fundamental é essencialmente política<sup>179</sup>. Estes

---

<sup>178</sup> Salta aos olhos que, da forma direta proposta por Bukharin, mesmo hoje seria difícil confirmar a existência de tal mercado mundial com taxas de lucros e de juros niveladas. O formalismo de Bukharin neste sentido é tão acentuado que ele chega a supor um nivelamento internacional dos salários decorrente das migrações do início do século (BUKHARIN, 1986, p. 41).

<sup>179</sup> Tanto Amin quanto Emmanuel, assim como Baran e seus seguidores, vêem no caráter monopolista do capitalismo contemporâneo e em suas relações com o Estado a principal base de sustentação do subdesenvolvimento. Amin, por exemplo, afirma que não é possível uma teoria “econômica” da economia mundial:

There are no economic laws that are independent of the class struggle. That is why I have declared that there can be no economic theory of the world economy. For this reason too, I believe, Marx did not write his chapter on the world economy. Nevertheless some writers, homesick for economics, try to construct such a theory. (AMIN, 2010, p. 91).

últimos aspectos denotam um afastamento fundamental em relação às posições de Marx e Lênin também nestas teses.

É justamente este último aspecto que também os difere fundamentalmente do trabalho de Ruy Mauro Marini. Marini é um dos principais autores da vertente marxista da teoria da dependência, e centra suas atenções nas conseqüências da expansão capitalista na América Latina. Em seu trabalho de 1973, *Dialética da dependência*, ele busca demonstrar como o surgimento do capitalismo latino-americano, ocorrido em função do abastecimento de matérias-primas para a indústria européia, deu origem a uma formação social dependente onde o processo de acumulação é marcado pela troca desigual (transferência de valor para os países industriais) e leva a uma necessidade de compensação, suprida pela *superexploração* do trabalho, ou seja, pela predominância da mais-valia absoluta característica de uma expansão predominantemente quantitativa das forças produtivas do trabalho, em contraponto à acumulação dos países centrais caracterizada principalmente pelos aumentos de produtividade e pela mais-valia relativa. Na interpretação de Marini, a conseqüência perene do tipo de acumulação possível nas condições de dissociação entre produção e consumo postas pela troca desigual e pela superexploração da força de trabalho são problemas de realização do valor específicos da economia subdesenvolvida (em outras palavras, um mercado interno reduzido decorrente do baixo nível de consumo dos trabalhadores). Embora a troca desigual, em especial no caso de mercadorias de distintas esferas de produção, seja descrita por Marini como uma espécie de “burla” à lei do valor (MARINI, 1973a, p. 152), ele considera que o subdesenvolvimento é a expressão das leis de movimento do capital na periferia do sistema capitalista que operam a partir do momento em que se formam o nivelamento das taxas de lucros no mercado mundial e as mediações “mundializadas” dos preços de produção (MARINI, 1973b p. 187). O aspecto que permite que Marini consiga este resultado é que ele busca reconstruir no nível de abstração da economia mundial a síntese das determinações advindas da esfera da produção (superexploração) com as da circulação (troca desigual, dissociação entre produção e consumo na economia subdesenvolvida), como também buscou Marx no livro 3 de *O Capital*.

Um terceiro caminho, muito menos conhecido, foi formulado pelo economista ucraniano I. Dashkovskij<sup>180</sup> em uma polêmica, ainda que indireta, com as posições de Bukharin. Dashkovskij, em seus artigos de 1927, questiona se as trocas internacionais seriam uma troca de equivalentes ou de “inequivalentes”, ou seja, se são ou não uma troca desigual. Sua resposta, fundamentada numa noção de “valor mundial”, em contraposição à noção de “valor nacional”, é que estas trocas seriam a própria realização da lei do valor, do ponto de vista internacional, mas que violariam toda equivalência se fosse considerada apenas a noção nacional do valor. Dashkovskij considera, entretanto, que a expansão capitalista internacional não levou e nem pode levar a uma equalização internacional das taxas de lucro (concretização do mercado mundial de capitais), nem a uma mediação internacional para os preços de produção devido, principalmente, à natureza especulativa da exportação de capitais na época imperialista que permite apenas o surgimento de *preços de mercado internacionais*, mas que expressam distintos *preços de produção nacionais*, mediados por distintas taxas médias de lucro. Logo, as relações internacionais seriam reguladas pela lei do valor simples, com algumas modificações (recorre ao “valor de mercado” previsto por Marx no cap. X do livro III de O Capital). Em suas conclusões, Dashkovskij aponta que esta concretização internacional da lei do valor se expressaria numa tendência de estratificação permanente da economia mundial capitalista decorrente de uma tendência de aumento da renda (taxa de lucro) agrária em detrimento dos lucros industriais nos países “atrasados”<sup>181</sup>.

<sup>180</sup> Isaak Dashkovskij (1891-1972). Professor da faculdade de economia da universidade da Cracóvia, Dashkovskij foi autor de polêmicas com Isaak Rubin sobre a concepção marxista de trabalho abstrato. Bolchevique desde de março de 1917 e depois membro do grupo dos “centralistas democráticos”, considerado uma ala da extrema esquerda do partido, Dashkovskij participou da oposição de esquerda organizada por Trotsky em 1923, e após opor-se às campanhas de calúnias de Stálin contra este, foi expulso do partido e banido da vida pública soviética, incluindo aí as publicações, em 1927. Reabilitado após a desestalinização de Kruschov, em 1956, passa a lutar pela restauração da verdade em relação a Trotsky e pelo reconhecimento de sua importância no processo revolucionário russo. No mesmo ano em que seria expulso, Dashkovskij publicou na revista *Pod Znamenem Marxizma* (sob a bandeira do marxismo), revista de filosofia e teoria social e econômica vinculada ao PC-URSS, três artigos em série onde busca deduzir uma concretização internacional das teorias do valor e da acumulação de Marx intitulados “sobre a teoria do desenvolvimento do mercado mundial e da economia mundial”, e “intercâmbio internacional e lei do valor” (partes 1 e 2), todos de 1927. O primeiro artigo saiu no número 1 da revista e aparentemente encontra-se perdido. O segundo e o terceiro, que saíram nos números 4 (pp. 131-151) e 5 (pp. 59-91), encontram-se disponíveis no original em russo.

<sup>181</sup> “That capitalism fulfilled “with blood and iron” a determined mission both in a world, and in the national scale - this is entirely indisputable. It would be pointless to engage predictions on how the matter would have turned without capital. The fact is that the world market and the world economy was created by it” [...]. “A world economy is needed now with higher unity, with unity of a higher type, than the world market, whereas post-war capitalism is powerless to arrange even the market on any tolerable basis. We are even not

Uma teorização que tem um ponto de partida similar ao de Dashkovskij foi produzida por Ernest Mandel em seu *Capitalismo Tardio*, publicado inicialmente em 1972 (MANDEL, 1982)<sup>182</sup>. Mandel polemiza com as posições de Amin e Emmanuel argumentando justamente no sentido da inexistência de qualquer nivelamento internacional das taxas de lucro e, logo, de mediações internacionais para a formação dos preços de produção, argumentando centralmente que este nivelamento não é verificado empiricamente (MANDEL, 1982, cap. 11). Mandel, entretanto, aceita a existência da troca desigual como um mecanismo importante do subdesenvolvimento, mas argumenta que ela não depende da existência de qualquer nivelamento da taxa de lucros (MANDEL, 1982, pp. 248) e também que ela não é o único mecanismo do subdesenvolvimento e que após a partilha do globo característica da etapa imperialista do capitalismo o principal mecanismo do subdesenvolvimento passa a ser o controle da acumulação de capital na periferia possibilitado aos capitais dos países industriais pela exportação de capitais (MANDEL, 1982, cap. 2). Além disso, Mandel defende que o subdesenvolvimento e a estratificação da economia mundial não são apenas uma peculiaridade da evolução histórica da expansão capitalista, mas sua forma necessária, decorrente de suas leis internas (MANDEL, 1982, cap. 2). Mandel expõe então o que seriam as características fundamentais da concretização internacional da lei do valor de Marx *na ausência de um nivelamento internacional das taxas de lucros* (MANDEL, 1982, pp. 46-49).

Uma outra variação representa uma possível síntese entre os dois últimos caminhos (o de Bukharin-Amin-Marini e o de Dashkovskij-Mandel) no que diz respeito à concretização internacional da lei do valor, ou em outras palavras, ao tipo de regulação exercida sobre a produção capitalista no âmbito internacional segundo a teoria marxiana do valor, pode ser vista nos trabalhos de Anwar Shaikh (1979a; 1979b; 1980). Shaikh centra seu trabalho na polêmica com a tese *ricardiana* das vantagens comparativas, ou dos “custos comparativos”, retomada por amplos setores contemporâneos, incluindo desde neoclássicos até marxistas, e

---

talking about the fact that the contradictions permeating the capitalist system have shown also in the methods, by which it established a world division of labor, which in its present form less than ever meets a rationalistic use of the labor forces of humanity. [...]. Perhaps, matters also will not come to the formation of a world average rate of profit and price of production. These categories thus also will remain unfinished”. (DASHKOVSKIJ, 1927, p. 91).

<sup>182</sup> Um outro tratamento da questão similar aos de Mandel e Dashkovskij pode ser visto em Matsui (1970).

busca demonstrar que não existe a menor possibilidade de conciliação entre esta e uma teoria das relações internacionais e do desenvolvimento decorrente da teoria do capital de Marx, que é a concretização internacional da lei do valor, ou seja, que “o próprio desenvolvimento da lei do valor de Marx nos fornece a base para um tratamento adequado das leis do intercâmbio internacional” (SHAIKH, 1980, p. 231).

Portanto, embora aceite a existência da troca desigual como prevista na teoria dos preços de produção, Shaikh rejeita sua relevância para a explicação do desenvolvimento desigual (e do subdesenvolvimento). Para ele, a regulação fundamental exercida pelo valor sobre a produção dos países é determinada pelo próprio comércio internacional “regular” (baseado nos preços de produção), afirmando que o recurso à troca desigual denotaria uma noção ricardiana do comércio exterior (nos casos de Emmanuel e Amin) ou um ecletismo desnecessário (no caso de Mandel). Diante da afirmativa de Mandel de que a verificação empírica não confirma que as taxas de lucro médias tenham se nivelado internacionalmente, Shaikh argumenta que, para Marx, o nivelamento das taxas de lucro é *inter-setorial* e não *inter-regional*. Assim, um nivelamento internacional das taxas médias de lucro poderia conviver com distintas taxas médias de lucros nacionais devido à existência de distintas atividades econômicas com distintos níveis de produtividade em cada país (SHAIKH, 1979b, p. 75). Shaikh chega à conclusão que, uma vez operando a lei do valor, passam a operar em escala internacional forças que são inerentes ao modo de produção capitalista que resultam no desenvolvimento desigual:

When this result is expressed in terms of its real content, we can say: free trade will ensure that the underdeveloped capitalist country will be chronically in deficit and chronically in debt. It is absolute advantage, not comparative, which rules trade. [...].

The law of uneven development, of the concentration and polarization of wealth which characterizes capitalism, can be seen to manifest itself in the form of a widening gap between poor and rich capitalist nations - not due to some external factor or political conspiracy, but precisely as the necessary form of development of free trade. This gap and its attendant consequences are symptoms, not causes: the cure must address itself to the disease. (SHAIKH, 1980, p. 232).

---

É impressionante comparar a riqueza do debate sobre o desenvolvimento existente no marxismo até os anos trinta com a polêmica que vimos nos capítulos anteriores entre os

intérpretes difusionistas e os teóricos de uma mudança radical no pensamento de Marx. Salta aos olhos que, no período pós-guerra, enquanto uma polêmica entre duas correntes que desconsideraram o método de Marx e sua teoria do capital dominou o debate acadêmico marxista, posições que buscavam desenvolver sua teoria tenham em geral permanecido, ao longo de todo este período, em um relativo isolamento.

É certo que fatores como o peso do positivismo no marxismo do início do século, a rejeição à dialética e o empirismo da ciência social anglo-saxônica contribuíram de forma importante para isto. Os problemas com as publicações da obra de Marx também tiveram, certamente, seu peso<sup>183</sup>.

Mas, uma vez colocado o debate em perspectiva histórica, fica claro que o principal fator foi o papel do Estalinismo e da influência dos PC's que, do alto de sua autoridade de dirigentes do principal país "socialista" do mundo reivindicaram o posto de herdeiros legítimos de Marx para desenvolver toda uma teoria que, em última instância, representava um passo atrás em relação a ponto onde Marx havia chegado, em nome dos interesses da burocracia dirigente da URSS e da acomodação da burocracia sindical ligada a ela no ocidente.

Goldmann (1968), estabelece uma ligação entre primeiro fator (peso do positivismo, rejeição da dialética), com o último, afirmando o seguinte:

Houve uma muito forte influência positivista sobre o Marxismo na Europa em todo o período que começa mais ou menos com a morte de Marx e que termina, no fundo, com a corrente que se poderia caracterizar como uma tentativa para criar de novo uma filosofia dialética ocidental, representada por Lukacs, Korsch, Marcuse, por volta dos anos 1920-26.

É surpreendente quando se lê, não o próprio Marx, mas os grandes pensadores marxistas posteriores, tais como Plekhanov, Mehring, Kautsky, etc., ver em que ponto nós nos encontramos, do ponto de vista gnoseológico, ao nível da separação radical entre os juízos de fato e os juízos de valor, isto é, no plano da ruptura radical da totalidade, da ruptura entre o pensamento e a práxis.

Houve novamente um forte impulso do positivismo com o desenvolvimento do dogmatismo stalinista num grande setor da reflexão marxista. (GOLDMANN, 1968, pp, 69-70).

---

<sup>183</sup> Os *Grundrisse*, por exemplo, tiveram sua versão completa publicada pela primeira vez em português no ano de 2011 (MARX, 2011). Sobre este assunto, ver Secco (2002), Cerqueira (2010), Mandel (1974) e o apêndice constante em Anderson (2010, pp. 247-252).

Lefebvre (1979) também aponta no mesmo sentido, fornecendo uma explicação ainda mais profunda do processo:

O dia-mat (dialética-materialista estalinizada) era uma tentativa de totalização, um sistema filosófico-político, ou seja, um neo-hegelianismo, uma filosofia de Estado e uma filosofia do Estado, suposto resultado final da filosofia da história e da história da filosofia. A síntese conduzia ao Estado estalinista fortalecido. Reduzia a história à gênese desse Estado: o que significa que há no estalinismo um historicismo neo-hegeliano, apresentado em nome da “inversão” do hegelianismo. (...) O estalinismo realizou a filosofia hegeliana, que anunciava a realização de toda filosofia, de toda racionalidade elaborada pelos filósofos, no e pelo Estado. O estalinismo, sistema prático, forneceu a verdade do sistema especulativo. E, com isso, levou a seu ponto final uma história, a da filosofia e a do Estado (LEFEBVRE, 1979, pp. 3-4).

A influência do estalinismo não se resumiu às suas posições, mas teve relação também com a própria possibilidade de existência dos debatedores<sup>184</sup>. Perry Anderson (1979), além destes elementos, cita como um outro aspecto importante desta influência a destruição da possibilidade de que a produção teórica marxista se ligasse à prática do movimento social da classe trabalhadora, ou seja, da unidade teórico-prática essencial à elaboração marxista. Anderson afirma que, aos intelectuais marxistas na Europa, resta a opção entre ligar-se aos partidos marxistas estalinistas e as massas, abdicando de qualquer produção importante sobre temas centrais como economia ou política e assim produzindo sobre temas secundários ou em um nível extremo de abstração, ou então o desligamento completo do movimento de massas e assim a uma dissociação entre a sua produção teórica e o movimento real que esta deveria armar para a ação política revolucionária. Para Anderson:

Dentro de los partidos comunistas, todo examen de las economías imperialistas de posguerra, de los sistemas estatales de occidente y de la conducción estratégica de la lucha de classes quedó estrictamente reservado a la cúspide burocrática de esas organizaciones, condicionada por su vez por la

<sup>184</sup> Para falar apenas dos principais autores citados nesta conclusão: Trotsky, Bukharin, Rubin e Preobrajensky foram assassinados pelo estalinismo. Dashkovskij foi banido da vida pública e Lukacs foi obrigado a uma autocrítica de suas posições para salvar sua vida. Lefebvre teve a publicação de seus trabalhos sobre lógica impedida durante anos na França. Por outro lado a repressão nos países capitalistas foi também severa: Rosa Luxemburgo foi assassinada pelos Freikorps (que futuramente seriam uma das bases do nazismo) junto com Karl Liebknecht; Rudolf Hilferding foi assassinado pela Gestapo durante seu exílio na França; Kautsky, embora tenha morrido antes da II guerra, teve seu filho e esposa aprisionados em campos de concentração nazistas, tendo a segunda morrido em Auschwitz; Otto Bauer foi obrigado a se exilar na França e H. Grossmann na Inglaterra, assim como M. Kalecki; Emmanuel foi condenado à morte após a repressão por tropas britânicas do levante popular grego de 1944 (tendo a sentença revogada no ano seguinte, o que o permite retornar ao exílio na África); Mandel, após fugir duas vezes de prisões nazistas, passou boa parte da II guerra mundial em um campo de concentração alemão devido a suas atividades na resistência belga; Marini teve que se exilar do Brasil e depois do Chile devido aos golpes militares de direita, assim como Frank, que também teve sua carreira prejudicada pela perseguição do governo americano que proibiu sua entrada no país durante anos.

subordinación general a las posturas oficiales soviéticas. Fuera de las filas del comunismo organizado (en los PC's) no había ningún punto de apoyo dentro de la masa de la clase obrera desde el cual desarrollar un análisis o una estrategia revolucionarios inteligibles, o bien a causa del predominio comunista del proletariado local (Francia, Italia), o bien de sus abrumadoras tendencias reformistas (Alemania, Estados Unidos). La generación formada en la doble experiencia del fascismo y la segunda guerra mundial quedó marcada por ello: o desesperaron totalmente de la clase obrera, o la identificaron inevitablemente con su representación comunista (ANDERSON, 1979, p. 60).

No debate visto nos capítulos anteriores é interessante notar que, em alguns casos, as posições atribuídas a Marx são exatamente, sem qualquer diferença, as posições elaboradas pelo estalinismo. Mesmo detalhes<sup>185</sup> destas posições aparecem como de autoria de Marx.

Por outro lado, a recusa da “aplicação” da teoria social constante em O Capital ao tema do desenvolvimento permitiu, entre outras coisas, que se considerasse o “nivelamento” dos patamares de desenvolvimento dos distintos países como a previsão teórica decorrente da tendência à auto-expansão do capital (valor que se valoriza), quando o exame atento da teoria contida na principal obra de Marx revelaria que *as principais tendências deste processo são a concentração e centralização do capital e a formação de um mercado mundial submetido à grande indústria capitalista como sua totalidade concreta* (MARX, 1983, III-1, pp. 199-200 e 250).

Independente do julgamento que se faça da teoria social de Marx, o que fica claro aqui é que, se esta teoria tem uma contribuição própria ao desenvolvimento do conhecimento científico da humanidade sobre si mesma, a importância e as possibilidades desta contribuição foram severamente obstadas ao longo do século XX. Neste aspecto a lição que pode ser tirada do período é que nenhuma contingência do projeto político revolucionário, por mais correta que pareça, justifica a supressão das posições divergentes e da elaboração teórica no interior do próprio movimento.

Mas ao mesmo tempo, fica claro também que, apesar de todo o bloqueio, seguiu e segue existindo uma produção marxiana de conhecimento sobre a sociedade e esta produção oferece ainda muitas possibilidades. É possível, por exemplo, que hipóteses como a

<sup>185</sup> O caso icônico é a amplamente difundida atribuição à passagem sobre a Alemanha do posfácio da segunda edição de O Capital do sentido exato que tem a passagem do manual de Kuusinen sobre o desenvolvimento das formações sociais, quando é claro que não é este o sentido da passagem para o autor.

formulada por A. Shaikh, em que pese as dificuldades metodológicas<sup>186</sup>, possam vir a ser demonstradas empiricamente. A conclusão de que o capital concluiu o principal aspecto de sua expansão pelo mundo (o nivelamento das taxas de lucros entre os setores produtivos) com certeza traria grandes implicações, como a possibilidade de uma teoria marxiana da economia mundial decorrente do tratamento do mercado mundial como a formação social correspondente à totalidade concreta do capital.

Ademais, o desenvolvimento desta abordagem, em suas múltiplas possibilidades, representa em última instância a possibilidade de realização concreta da síntese entre lógica e história, entre teoria e análise (e política) na apreciação da atividade humana. Tudo isto deixa claro que a questão tratada neste trabalho não representa uma discussão doutrinária, de caráter exegético, mas tem implicações de relevância extremamente atual.

---

<sup>186</sup> Tentativas de verificação empírica neste sentido foram realizadas em Roman (1997), Napoles (1997), Antonopoulos (1998) e Shaikh e Antonopoulos (1998). Cabe ressaltar, entretanto, que estas tentativas foram feitas de forma restrita a economias nacionais, ou a pares de economias nacionais, mediante a adoção de algumas hipóteses simplificadoras (ver Shaikh, 2000).

## Referências bibliográficas

- AMIN, S. (1976). **O Desenvolvimento Desigual: Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2010). **The law of worldwide value**. New York: Monthly Review Press.
- ANDERSON, K. B. (2010). **Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies**. Chicago: University Of Chicago Press.
- ANDERSON, P. (1979). **Consideraciones sobre el marxismo occidental**. Madrid: Siglo veintiuno.
- ANTONOPOULOS, R. (1997). **An Alternate Theory of Real Exchange Rate Determination for the Greek Economy**. Unpublished Ph.D. dissertation, New School for Social Research, New York.
- ALTHUSSER, L. e E. Balibar (1970). **Reading Capital**. London: New Left Books.
- ARCARY, V. (2001). **Quatro critérios para a classificação das revoluções do século XX: o debate Trotsky/Preobrajensky dos anos 20**. Revista Urutágua, Ano I - Nº 03. Maringá: Dez/2001.
- ARICÓ, J. (1980). **Marx y América Latina**. Lima: CEDEP.
- ARRIGHI, G. (1970) **Labour supplies in historical perspective: A study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia**. Journal of Development Studies. Vol. 3. Pp. 197-234.
- \_\_\_\_\_. (1996). **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto e São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1997). **A Ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. (2008). **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AVINERI, S. (1968). **Introduction**. In **Karl Marx on Colonialism and Modernisation**. Nova York: Doubleday.
- BAPTISTA FILHO, A.C.C. (2009). **Dinâmica, determinações e desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: Da teoria da dependência à teoria dos sistemas-mundo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.
- BARAN, P. (1977). **A economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.
- BARAN, P. e Paul Sweezy (1978). **Capitalismo monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENETTI, G.C. (1970). **Essai sur le mode de développement dualiste**, thèse, Paris, 1970.
- BERNSTEIN, H. (1979). **Sociology of underdevelopment vs. Sociology of development?** In: LEHMANN, D. (1979). **Development theory: Four critical studies**. Londres: CASS.
- BIANCHI, A. (2010). **O marxismo fora do lugar**. Política & Sociedade. Volume 9. Nº 16 – abril de 2010.
- BONENTE, B.I. (2011). **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

- BORGES NETO, J.M. (2004). **As várias dimensões da lei do valor**. Nova Economia. Belo Horizonte, 14 (3), 143-158.
- BOWLES, P. (1989). **Peripheral capitalist development revisited**. Studies in Political Economy 28, Spring 1989, pp. 183-203.
- BRENNER, R. (1977). **The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism**. New Left Review nº104, July-August 1977.
- BREWER, A. (1984). **A Guide to Marx's Capital**. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1990). **Marxist Theories of Imperialism: A critical survey**. 2nd. Edition. London: Routledge.
- BROWN, M.B. (1972). **A critique of marxist theories of imperialism**. In: OWEN, R. & SUTCLIFFE, B. Studies in the theory of imperialism. London: Longman, 1972.
- \_\_\_\_\_. (1974). **The economics of imperialism**. London: Penguin books.
- BUKHARIN, N.I. (1974). **Teoria del materialismo histórico: Ensaio popular de sociologia marxista**. Madrid: Siglo XXI de España.
- \_\_\_\_\_. (1986). **A Economia mundial e o imperialismo: Esboço econômico**. São Paulo: Nova cultural, 1986.
- CARCANHOLO, M. (2009). **Dependência e super-exploração do trabalho no desenvolvimento periférico**. In: MARTINS, C.E. e VALENCIA, A.S. (2009). A América latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_. (2013). **(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho**. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) (2013). Desenvolvimento e Dependência. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. Pp. 71-98.
- CARCANHOLO, M. e P. Nakatani (2007). **A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960**. Revista Outubro, no. 15, 1o. semestre de 2007
- CARCANHOLO, M. e A.G. Augusto (2013). **Ainda sobre a teoria da história em Marx**. Comunicação apresentada ao Colóquio internacional Marx e o Marxismo 2013. Niterói: NIEP-MARX/UFF, 2013.
- CARCANHOLO, R. e M. Sabadini (2011). **Sobre o capital e a mais-valia**. In: CARCANHOLO, R. (org.). Capital: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- CARDOSO, F.H. (1973). **Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications**. In: Alfred Stepan, cd., Authoritarian Brazil. New Haven: Yale University Press, 1973.
- CARDOSO, F.H. e E. Faletto (1977). **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação Sociológica**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- CARDOSO, F.H. e J. Serra (1978). **Las desventuras de la dialéctica de la dependencia**. Revista Mexicana de sociologia, vol. 40, número extraordinário, pp. 9-55.
- CHILCOLTE, R. (1983). **Teorias reformistas e revolucionárias do desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Revista de economia política. Vol. 3. Nr. 3.

\_\_\_\_\_. (2010). **Trotsky and Latin American Development Theory**. In: VELTMEYER, H. (Ed.). *Imperialism, Crisis and Class Struggle: The enduring verities and the contemporary face of capitalism*. Leiden (Netherlands): Brill.

COHEN, G. (1978). **Karl Marx's Theory of History: A Defence**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

CORIAT, B. (1976). **Ciência, técnica y capital**. Madrid: Blume.

COSTA NETTO, P.L.C. (2003). **Marx tardio: Notas introdutórias**. Crítica marxista, nº 17, pp. 80-95.

DASHKOVSKIJ, I. (1927). **International exchange and the law of value** (partes I e II). In: *Pod Zramenem Marxizma* números 4 (pp. 131-151) e 5 (pp. 59-91). Traduzido para o Inglês por Noa Rodman.

DAVIS, H.B. (1967). **Capital and Imperialism: A landmark in Marxist Theory**. *Monthly Review*, volume 19, number 4 (september 1967).

DEMIER, F. (2007). **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Outubro, nº. 16, 2º. semestre de 2007.

DESAI, M. (1988). **Economia vulgar**. In: BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. PP. 120-121. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DI MEGLIO, M. e P. Messina (2012). **Marx and Underdevelopment**. In: SAAD FILHO, A. Et al (2012). *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Elgar. Pp 206-211.

DORE, E. (1988). **Teoria da dependência**. In: BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. PP. 374-375. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DORE, E. & J. Weeks (1979). **International Exchange and the Causes of Backwardness**. *Latin American Perspectives* April 1979 6: 62-87.

DUSSEL, E. (1984). **Estudio preliminar al 'Cuaderno tecnológico-histórico'**. In: MARX, K. *Cuaderno Tecnológico-Histórico*. México, Univ. Aut. De Puebla, pp. 09-78.

\_\_\_\_\_. (1990). **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. México: Itzapalapa – Siglo veintiuno editores.

EDITORES DA MONTHLY REVIEW (2005). **Note from the editors**. *Monthly Review*, Volume 57, Number 2, June 2005. Disponível em <http://monthlyreview.org/2005/06/01/june-2005-volume-57-number-2> . Acessada em 5/06/2013.

EFE (2005). **BBC elege Marx o mais importante filósofo da história**. Disponível em: <http://diversao.terra.com.br/artecultura/noticias/0,,OI591739-EI3615,00-BBC+elege+Marx+mais+importante+filosofo+da+historia.html> Acessada em 5/12/2013.

EMMANUEL, A. (1972). **Unequal exchange**. Londres: New Lefs books, 1972.

EMMANUEL et al. (1982). **Imperialismo e comércio internacional - A troca desigual**. São Paulo: Global, 1982.

ENGELS, F. (1891). **Correspondência de Engels e Danielson 1891-93**. In: FERNANDES, R.C. (1982). *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, pp. 207-254.

- \_\_\_\_\_. (2000). **A dialética da natureza**. 6ª. Edição. São Paulo: Paz e terra.
- FERNANDES, R.C. (1982). **Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- FINE, B. e L. Harris (1981). **Para reler o Capital**. Rio de Janeiro: Zahar.
- FIANI, R. (1990). **Teoria econômica clássica e teoria econômica marginalista**. Revista de Economia Política, vol. 10, nº 4 (40), outubro-dezembro, 1990, pp. 128-137.
- FIORI, J.L. (2000). **De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações**. In: FIORI, J.L. (org). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOSTER, J.B. (2000). **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. Nova York: Monthly Review Press.
- \_\_\_\_\_. (2007). **The Imperialist World System: Paul Baran's Political Economy of Growth After fifty years**. Monthly Review; May 2007; 59, 1.
- FOSTER-CARTER, A. (1978). **The modes of production controversy**. New Left Review no. 107 (Janeiro-fevereiro 1978).
- FURTADO, C. (1964). **Desarrollo y subdesarrollo**. Buenos Aires: Editorial universitária de Buenos Aires.
- FRANK, A.G. (1966). **El desarrollo de subdesarrollo**. In: FRANK, A.G. et al. Economia politica del subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.
- \_\_\_\_\_. (1969). **Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. (1981). **Reflections on the world economic crisis**. New York: Monthly Review Press.
- GODELIER, M. (1971). **Teoria Marxista de las sociedades precapitalistas** Barcelona: Editorial Estrela.
- GOLDMANN, L. (1968). **Estruturalismo, marxismo, existencialismo**. In: GOLDMANN et al. Estruturalismo: Uma questão de ideologia. L'homme et la société / Documentos. São Paulo: 1968.
- GHOSH, S. K. (1984). **Marx on India**. Monthly Review, vol. 35, no. 8 (Janeiro, 1984), pp. 39-53.
- GRAMSCI, A. (1978). **A concepção materialista da história**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2004). **Introdução à filosofia: A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRESPLAN, J. (2001). **Marx, crítico da teoria clássica do valor**. Crítica Marxista, número 12, 2001, pp.59-76. São Paulo: Boitempo editorial.
- GUIMARÃES, A.P. (1968). **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HABIB, I. (2006). **Introduction**. In: HUSAIN, I. (2006). Marx on India. New Delhi: Tulika Books.
- HANDELMAN, M. (2005). **Marx, Imperialism, and the Question of Capitalist Progress**. Common Voice, Issue 3, Summer 2005.
- HARRIS, L. (1988). **Forças produtivas e relações de produção**. In: BOTTOMORE, T. (org.) Dicionário do pensamento marxista. PP. 157-159. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

- HILFERDING, R. (1985). **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HINDESS, B. e P. Hirst (1975). **Pre-Capitalist Modes of Production**. London: Routledge & Kegan Paul.
- HINKELAMMERT, F. (1972). **Dialéctica del Desarrollo Desigual** (Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 1972).
- HOWARD, M.C. e J.E. King (1989). **A history of marxian economics**. Vols. 1 e 2. Princeton: Princeton University Press.
- JUPIASSÚ, H. e D. Marcondes (2001). **Dicionário básico de filosofia**. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar.
- KAUTSKY, K. (1914). **Der Imperialismus**. In: Die Neue Zeit, 11.09.1914, II, p. 921 e segs. Friedrich-Ebert-Stiftung Bibliothek. Signatur(en): A 26315; FA 26315.
- \_\_\_\_\_. (1955). **Friedrich Engels Briefwechsel mit Karl Kautsky**, editada e refundida por Bendict Kautsky. Viena: 1955.
- KAY, G. (1975). **Development and Underdevelopment: a Marxist Analysis**. London : Macmillan.
- KIERNAN, V.G. (1974). **Marxism and Imperialism**. Londres: Edward Arnold Publishers.
- \_\_\_\_\_. (1988). **Estágios de desenvolvimento**. In: BOTTOMORE, T. (org.) Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, pp. 137-138.
- KOHAN, N. (1998). **Marx em su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado**. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- KOSIK, K. (1986). **Dialéctica do concreto**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- KUUSINEN, O.V. (1960). **Manual de Marxismo-Leninismo**. México: Grijalbo.
- LAFARGUE, P. (1890). **The Evolution of Property**. Londres: Swan Sonnenschein & Co. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lafargue/1890/property/index.html>. Acessado em 22/11/2013.
- LARRAIN, J. (1990). **Theories of Development: Capitalism, Colonialism and Dependency**. Cambridge: Polity Press.
- \_\_\_\_\_. (1999). **Classical Political Economists and Marx on Colonialism and "Backward" Nations**. World Development, Vol. 19, No. 2/3, pp. 225-243. London: Pergamon Press Ltd, 1991.
- LEFEBVRE, H. (1968). **Sobre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser**. In: GOLDMANN et al. Estruturalismo: Uma questão de ideologia. L'homme et la société / Documentos. São Paulo: 1968.
- \_\_\_\_\_. (1979). **Lógica formal / Lógica dialéctica**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LENIN, V.I. (1897). **A Characterisation of Economic Romanticism (Sismondi and our native sismondists)**. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1897/econroman/index.htm> Acessado em 2/07/2013.
- \_\_\_\_\_. (1912). **Democracy and Narodism in China**. In: Lenin Collected Works, Progress Publishers, [1975], Moscow, Volume 18, pp. 163-169. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1912/jul/15.htm>. Acessado em 22/11/2013.

- \_\_\_\_\_. (1982). **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. (1979). **Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. (1980). **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Editora Ciências Humanas.
- LEYS, C. (1977). **Underdevelopment and Dependency: Critical Notes**. Journal of contemporary Asia. 7: 1.
- LIPIETZ, A. (1982). **Marx or Rostow?** New Left Review, I/132, 1982.
- LLANOS, A. (1988). **Introdução à dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LÖWY, M. (1995). **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro (São Paulo) - 13 (Actual Marx, 18, 1995).
- LUKÁCS, G. (1979). **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. (2009). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- LUXEMBURGO, R. (1974). **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1985). **A acumulação do Capital: Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- MANDEL, E. (1968). **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: De 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. (1974). **Prefácio**. In: Luxemburgo, R. (1974). **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1982). **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural.
- \_\_\_\_\_. (1992). **Introduction**. In: Marx, K. (1992). **Capital. A critique of the political economy**. Vol. I. 4th edition. Harmondsworth: Penguin.
- MANDLE, J. R. (1980). **Marxist analyses of capitalist development in the Third World'**, Theory and Society, 9 (6), pp. 865-876.
- MARINI, R.M. (1973a). **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (1973b). **Sobre a dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, K. (1846). **Carta a P. V. Annenkov**. Bruxelas, 28 de dezembro de 1846. In: MARX, K. e F. Engels (1961). **Obras Escolhidas**, vol. 3. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vitória, pp. 244-253.
- \_\_\_\_\_. (1847). **Trabalho assalariado e capital**. In: MARX, K. e F. Engels (1961). **Obras Escolhidas**, vol. 1. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vitória, pp. 42-82.
- \_\_\_\_\_. (1853a). **A Companhia das Índias Orientais: Sua história e as conseqüências de sua atividade**. Artigo para o New York Daily Tribune de 24 de junho de 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/24.htm>. Acessado em 17/04/2013.

\_\_\_\_\_. (1853b). **A revolução na China e na Europa**. Artigo publicado no New York Daily Tribune de 14 de julho de 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/14.htm>. Acessado em 17/04/2013.

\_\_\_\_\_. (1859). **Trade with China**. In: Marx on China, 1853-1860. Articles from the New York Daily Tribune with an Introduction and Notes by Dona Toor. London: Lawrence & Wishart. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/12/03.htm>. Acessado em 12/06/2013.

\_\_\_\_\_. (1875). **“For Poland” Speech** (March 24, 1875). In: K. Marx, The First International and After. Harmondsworth: Penguin, 1974.

\_\_\_\_\_. (1877). **À redação de Otietchestvieniie Zapiski**. In FERNANDES, R.C. (1982). Dilemas do Socialismo. São Paulo: Paz e terra.

\_\_\_\_\_. (1879). **Letter from Marx to N. F. Danielson**. 10/04/1879. Disponível em [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1879/letters/79\\_04\\_10.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1879/letters/79_04_10.htm). Acessado em 18/04/2013.

\_\_\_\_\_. (1881a). **Letter from Marx to N. Danielson in St. Petersburg**. 19/02/1881. Disponível em: [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81\\_02\\_19.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81_02_19.htm). Acessada em 17/04/2013.

\_\_\_\_\_. (1881b). **Marx-Zassulich correspondence: Letters and drafts. Third Draft of a reply**. Fevereiro-Março de 1881. In: Late Marx and the Russian Road ed. by Teodor Shanin (Routledge and Kegan, 1984). Pp. 117-122.

\_\_\_\_\_. (1881c). **Carta de Marx a Vera Zassulich de 8 de março de 1881**. In: FERNANDES, R. (1982). Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e terra, pp. 187-188.

\_\_\_\_\_. (1961a). **O domínio britânico na Índia**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Pp. 286-291. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

\_\_\_\_\_. (1961b). **Futuros resultados da dominação britânica na Índia**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Pp. 292-297. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

\_\_\_\_\_. (1971). **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa.

\_\_\_\_\_. (1975). **Notes on Adolph Wagner's “Lehrbuch der politischen Ökonomie”**. In: Karl Marx: Texts on method. Oxford: Basil Blackwell.

\_\_\_\_\_. (1980). **Teorias da Mais-valia: História crítica do pensamento econômico** (3 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1983). **O Capital: Crítica da economia política** (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. (1986). **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5ª Edição. São Paulo: Paz e terra.

\_\_\_\_\_. (2000). **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

\_\_\_\_\_. (2003). **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret.

\_\_\_\_\_. (2004). **Capítulo VI inédito de O Capital: Os resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. (2006). **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 4ª edição. São Paulo: Centauro Editora.

\_\_\_\_\_. (2008). **A miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret.

\_\_\_\_\_. (2011). **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica à economia política**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. e ENGELS, F. (1961). **Obras escolhidas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

\_\_\_\_\_. (1850). **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. In: In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961, pp. 83-92.

\_\_\_\_\_. (1882). **Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista**. In: FERNANDES, R. (1982). **Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, pp. 191-193.

\_\_\_\_\_. (1961a). **Manifesto do Partido Comunista**. In: Marx & Engels – Obras escolhidas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

\_\_\_\_\_. (1972). **Ireland and the Irish question**. New York: International Publishers, 1972.

\_\_\_\_\_. (1982). **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 3a. Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. (2005). **Marx-Engels Collected Works**. Progress Publishers (URSS), Lawrence & Wishart (Londres) and International Publishers (Nova York). Disponível (parcialmente) em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/cw/>. Acessado em 20/05/2013.

\_\_\_\_\_. (2013). **Lutas de classes na Rússia**. Prefácio de Michael Löwy. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (S/D). **Marx-Engels Werk**. Verlages Olga Benario um Herbert Baum. Disponível em <http://marx-wirklich-studieren.net/marx-engels-werke-als-pdf-zum-download/>. Acessado em 20/05/2013.

MATHUR, C. e D. Dix (2009). **The Irish Question in Karl Marx's and Friedrich Engels's Writings on Capitalism and Empire**. In: Seamas O'Siochain (ed.). **Social Thought on Ireland in the Nineteenth Century**, Pp. 97-107. Dublin: UCD Press.

MATSUI, K. (1970). **The Marxian Theory of International Value**. In: **The Kyoto University Economic Review**, 40(2): 1-17.

MCLELLAN, D. (1998). **Marxism after Marx: An introduction**. Third Edition. London: Macmillan press.

MCMICHAEL, P. et al. (1974). **Imperialism and the contradictions of development**. **New Left Review**, I/85, May-June, 1974.

MELOTTI, U. (1977). **Marx and the Third World**. London: Macmillan.

MOHRI, K. (1979). **Marx and “Underdevelopment”**. **Monthly Review**, Volume 30, Number 11, April 1979.

MORENO, N. (2008). **Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América Latina**. In: NOVACK, G. (2008). **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.

NAPOLEONI, C. (1981). **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo: Editora Livraria de Ciências Humanas.

NAPOLES, P. R. (1998). **Alternative Theories of Real Exchange Rate Determination**. A case Study: The Mexican Peso and the U.S. Dollar, Unpublished PhD dissertation, New School for Social Research, New York.

- NOVACK, G. (2008). **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- O'BRIEN, P. (1975). **A critique of latin american theories of dependence**. In O'xgal et al, *Beyond the sociology of development*, Londres, 1975.
- PALMA, G. (1978). **Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment**. *World Development*, 6, pp. 881-894, 1978.
- PAULA, J.A. (1984). **Ensaio sobre a atualidade da lei do valor**. *Revista de Economia Política*, vol. 4, nº 2, abril-junho, 1984.
- PHILLIPS, A. (1977). **The Concept of Development**. *Review of African Political Economy*, Vol. 4. No. 8. Pp. 7-20.
- PIMENTEL, L.B. (2012). **Lógica formal, lógica transcendental e lógica dialética – A crítica do materialismo histórico de Marx ao fetichismo como expressão da crítica da razão dialética ao dualismo epistemológico e ontológico do modo de produção capitalista**. Comunicação apresentada ao XVII encontro da Sociedade de Economia Política. Rio de Janeiro: 2012.
- PLEKHANOV, G. (1977). **A concepção materialista da história. Da filosofia da história. Da concepção materialista da história**. O papel do indivíduo na história. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- POSTONE, M. (1993). **Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. (2008). **Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey**. *Novos Estudos* 81. JULHO 2008-CEBRAP.
- PRADO, F.C. (2011). **História de um não-debate: A trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. In: *Comunicação & Política*, v.29, nº2, p.068-094, Maio-agosto de 2011.
- PREOBRAJENSKY, E. (1979). **A Nova Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1979.
- REY, P. P. (1978). **Les alliances de classes**. Paris: Maspero.
- RODRIGUES, L.M. (1979). **Preobrajensky e a "Nova Econômica"**. In: PREOBRAJENSKY, E. (1979). *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1979, pp. 9-37.
- ROMAN, M. (1997). **Growth and Stagnation of the Spanish Economy**. Aldershot, Hants, England: Avebury, Ashgate Publishing Ltd.
- ROMERO, D. (2005). **Marx e a técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ROSDOLSKY, R. (2011). **Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2011.
- ROSTOW, W.W. (1974). **Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROXBOROUGH, I. (1979). **Theories of underdevelopment**. Humanities Press. New Jersey: 1979.
- RUBIN, I.I. (1980). **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SALAMA, P. (1976). **O processo de subdesenvolvimento**. Petrópolis: Vozes.

SALUDJIAN, A. (2014). **Leis de funcionamento do capital, níveis de abstração e economia mundial no Capital de K. Marx: Alguns elementos de reflexão**. Texto para Discussão 001/2014 - Instituto de Economia, UFRJ.

DOS SANTOS, T. (1970). **The Structure of Dependence**. American Economic Review, Vol. 6, Número 2, Maio de 1970. American Economics Association.

\_\_\_\_\_. (1986). **Forças produtivas e relações de produção: Ensaio introdutório**. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2000b). **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2005). **André Gunder Frank: 1929-2005**. Monthly Review. Translated by Victor Wallis. Disponível em: <http://monthlyreview.org/commentary/andre-gunder-frank-1929-2005>. Acessado em 28/05/2013.

SAYER, D. & CORRIGAN, P. (1987) **Revolution against the state: the context and significance of Marx's later writings**. Dialectical Anthropology 12: 65 – 82.

SCARON, P. (1980). **A modo de introducción**. In: Marx e Engels, Materiales para la historia de America Latina, Cuadernos de Passado y Presente, p. 5-19.

SECCO, L. (2002). **Notas para uma história editorial de O Capital**. In: Novos Rumos, Ano 17, nº 37, 2002.

SHAIKH, A. (1979a). **Foreign Trade and Law of Value**, part I. In: Science and Society. Fall, 1979, pp. 281-302. New York: Guilford.

\_\_\_\_\_. (1979b). **Foreign Trade and Law of Value**, part II. In: Science and Society. Winter, 1979-1980, pp. 27-57. New York: Guilford.

\_\_\_\_\_. (1980). **The laws of international exchange**. In: Growth, Profits and Property, Edward J. Nell (ed.), Cambridge University Press, Cambridge. Pp. 204-235.

\_\_\_\_\_. (2000). **Los tipos de cambios reales y los movimientos internacionales de capital**. In: Diego Guerrero, ed., Macroeconomía y crisis mundial, Madrid, Ed. Trotta, pp. 93-118

SHAIKH, A. & R. Antonopoulos (1998). **Explaining Long-Term Exchange Rate Behavior in the United States and Japan** (Working Paper No. 250). Annandale-on-Hudson: Jerome Levy Economics Institute.

SHANIN, T. (1984). **Late Marx and the Russian Road**. Ed. por Teodor Shanin. Londres: Routledge and Kegan.

SLATER, E. & McDONOUGH, T. (2008). **Marx on 19th Century Colonial Ireland: Analyzing Colonialism beyond Dependency Theory**. NIRSA Working Paper Series No. 36 – May 2008. Maynooth: National University of Ireland.

SODRÉ, N.W. (1982). **Formação histórica do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Difel.

SONDHI, M.L. (1978). **The Relationship Between the Third World and the International System**. Journal of Pratap Centre of Philosophy, Amalner & Department of Philosophy Poona University, Poona, Vol. V, No. III, pp. 337-346. Abril 1978.

SUTCLIFFE, B. (1972). **Imperialism and industrialization in the Third World**. In OWEN, R. & SUTCLIFFE, B. *Studies in the Theory of Imperialism*. London: Longman.

SWEETZ, P. et al (1977). **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra.

TAYLOR, J.G. (1988). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. In: BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

TROTSKY, L. (2007). **História da revolução russa**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. (2011a). **Balço e perspectivas**. In: *A teoria da revolução permanente*, pp. 25-130. São Paulo: Sundermann.

\_\_\_\_\_. (2011b). **A revolução permanente**. In: *A teoria da revolução permanente*, pp. 131-320. São Paulo: Sundermann.

VUJACIC, I. (1988). **Marx and Engels on development and underdevelopment: the restoration of a certain coherence**. In: *History of Political Economy*, vol.20, no.3.

WADA, H. (1984). **Marx and Revolutionary Russia**. in *Late Marx and the Russian Road* ed. by Teodor Shanin (Routledge and Kegan, 1984).

WALLERSTEIN, I. (1985). **Marx and underdevelopment**. In: RESNICK, S. e WOLFF, R. (1985). *Rethinking Marxism: Struggles in marxist theory – Essays for Harry Magdoff & Paul Sweezy*. New York: Autonomedia.

\_\_\_\_\_. (2001). **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. (2004). **World-System analysis: An introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WARREN, B. (1973). **Imperialism and capitalist industrialization**. *New Left Review* I/81, September-October 1973.

\_\_\_\_\_. (1980). **Imperialism, Pioneer of Capitalism**. London: Verso, 1980.

WEEKS, J. (1988). **Capital mercantil**. In: BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*, pp. 50-51. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. (1998). **The Law of Value and the Analysis of Underdevelopment**. CDPR Discussion Paper 0498. Centre for Development Policy & Research (CDPR) School of Oriental and African Studies, University of London.

WILLIAMS, G. (1978). **Imperialism and Development : A Critique**. *World Development* Vol. 6 pp. 925-936. London: Pergamon Press Ltd, 1978.